

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

# 2013

## **FICHA TÉCNICA**

### **Relatório de Execução 2013 do COMPETE (POFC - Programa Operacional Fatores de Competitividade)**

Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do POFC  
a 12 de junho de 2014.

Aprovado pela Comissão de Acompanhamento do POFC  
a 2 de junho de 2014.

Considerado admissível, pela Comissão Europeia, a 30 de junho de 2014  
e aceite a 22 de agosto de 2014.

## APRESENTAÇÃO

*O ano de 2013 caracterizou-se por uma conjuntura macroeconómica adversa, marcada por uma quebra acentuada das expectativas e da procura interna e pelas dificuldades de acesso ao crédito, que se refletiram numa diminuição do investimento e colocou maiores desafios à gestão de um Programa como o COMPETE, vocacionado para as empresas e para a competitividade da economia portuguesa. Ainda assim, com medidas como a criação de linhas de crédito, o estabelecimento de um calendário de concursos numa lógica de contínuo, com dotações significativas, ou a flexibilização de regras de pagamentos foi possível atingir os objetivos e metas programadas para este ano.*

*É de salientar o encerramento da última fase de concursos (2012/2013) e o seu nível elevado de procura, que para além de ter implicado um esforço acrescido ao nível da análise e seleção das candidaturas e contratação dos projetos aprovados, pela Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios, exige um rigor acrescido na execução dos compromissos assumidos com vista à execução plena do programa.*

*Para além de ser o ano com maior volume de aprovações em termos de investimento empresarial, em Concursos, 2013 constituiu também o ano em que mais pagamentos foram efetuados aos beneficiários, traduzindo um reforço significativo da execução do Programa que atingiu a taxa global de 66% (FEDER), cumprindo as metas de execução afetas ao Programa e reforçando o otimismo quanto à realização total da sua dotação.*

*Em termos de resultados, para além do cumprimento de cerca de ¾ das metas dos indicadores físicos de realização e acompanhamento, são também de realçar as conclusões do exercício de avaliação intercalar realizado ao longo do ano, que apontam para contributos positivos do COMPETE para o upgrading do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa, para a promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação e para uma maior articulação entre os diferentes atores do Sistema e que constituem importantes lições de experiência para o ciclo de programação 2014-2020, que agora se inicia.*



*O COMPETE entrou na sua fase final tendo pela frente os grandes desafios que se colocam para um bom encerramento. A capacidade de resposta coletiva e articulada entre Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios constitui uma rede segura na criação de condições para que os objetivos estratégicos e operacionais do Programa sejam integralmente cumpridos, sinal que o investimento apoiado será um fator estruturante na recuperação económica e um suporte decisivo para o próximo período de programação 2014-2020 que se avizinha.*

*A Comissão Directiva do COMPETE<sup>1</sup>*

*Isabel Matalonga*

*Piedade Valente*

---

<sup>1</sup> À data de realização deste Relatório, a Comissão Directiva era formada pelas vogais Piedade Valente e Isabel Matalonga, na sequência da saída de Franquelim Alves em janeiro de 2014.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) foi aprovado a 5 de outubro de 2007, no âmbito do Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN). Abrangendo as três regiões do objetivo Convergência do Continente – Norte, Centro e Alentejo, estrutura-se em torno de seis Eixos Estratégicos, dispondo de **cinco tipos de instrumentos**: Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas; mecanismos de Engenharia Financeira; apoios a Ações Coletivas e apoios a Ações Públicas de modernização da Administração Pública e apoio a projetos de capacitação e consolidação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

### REALIZAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

De 2007 a 2013 foram rececionadas 20.328 **candidaturas**, envolvendo um investimento total proposto de 23,9 mil milhões de euros, das quais 3.042 em 2013, que assim constitui o ano com maior volume de investimento empresarial rececionado em AAC.

Destas, apenas 6% permaneciam em **análise** no final do ano, situação relacionada com o elevado nível de procura e com o exercício de reforço de dotações, e que veio a ser regularizada logo no início de 2014.

Em 2013 foram aprovados 1.584 novos projetos (excluindo anulações), perfazendo 6.538 projetos elegíveis selecionados, com um investimento elegível de 8,1 mil milhões de euros e um incentivo de 3,9 mil milhões de euros. Analisando as **aprovações brutas por ano**, constata-se que 2013 representou o ano com maior nível de compromisso assumido desde o início do Programa, o que está relacionado com o encerramento da última fase de apresentação de candidaturas.

Relativamente aos projetos decididos, atingiu-se uma **taxa de seleção de 39%** (representando 74% do investimento proposto), sendo de salientar a forte seletividade verificada nos projetos do SAESCTN.

A **região** Norte soma perto de metade do total de aprovações, registando os maiores níveis de apoio em termos de número de projetos, investimento elegível e incentivo. O Alentejo é a região onde o investimento médio por projeto é superior.

Por **Tema Prioritário**, 92% do montante aprovado insere-se no Tema Prioritário: Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendedorismo, verificando-se igualmente uma forte concentração dos apoios concedidos a projetos inseridos em Temas Prioritários considerados como

*Earmarking*, que absorvem 99% do incentivo.

Analisando o **estádio de execução** do compromisso aprovado, constata-se que 37% do incentivo se refere a projetos encerrados ou em vias de encerramento, cerca de 45% a projetos que se encontram na sua fase normal de execução e 18%, a projetos sem qualquer execução financeira (essencialmente aprovados em 2013).

Durante o ano de 2013 foram **contratados** 1.285 projetos, com um investimento elegível de 1,8 mil milhões de euros e um incentivo de 962,5 milhões de euros. Em termos acumulados, encontravam-se contratados 6.025 projetos com um incentivo associado de 3,7 mil milhões de euros, o que perfaz uma taxa de contratação de 92%.

Relativamente às **anulações**, em termos acumulados (2007-2013) encontravam-se anulados 896 projetos, permitindo uma descativação de incentivo de 769,9 milhões de euros. O ritmo de anulação diminuiu em 2013, verificando-se assim a estabilização da taxa de anulação nos 16%.

Analisando a **tipologia de promotores**, verifica-se que cerca de  $\frac{3}{4}$  do investimento elegível se enquadra em projetos empresariais, 16% em projetos de entidades públicas (principalmente SAFPRI e SAMA) e os restantes 10% em projetos de entidades privadas sem fins lucrativos (destacando-se a componente

referente aos Projetos Conjuntos do SI Qualificação PME).

Relativamente ao cumprimento das metas dos **Indicadores Físicos de Realização e Acompanhamento**, verifica-se, no final de 2013, um elevado grau de cumprimento (73%) transversal às temáticas e aos Eixos Prioritários, sendo expectável, em muitos dos indicadores com níveis de realização atualmente abaixo da meta, que a mesma seja atingida até final do Programa.

No que concerne à **realização financeira**, face à dotação total 2007-2013, o COMPETE atingiu um nível geral de **compromissos** de cerca de 124%, destacando-se os Eixos II e IV (137% e 124% respetivamente).

O ano de 2013 constitui o ano com o maior volume de **pagamentos** realizados desde o início do COMPETE, num valor que ascendeu a 521 milhões de euros de fundo comunitário FEDER. Em termos acumulados, o montante total de pagamentos realizados foi de 2,2 mil milhões de euros, o que se traduz numa taxa de pagamento de 69% face à dotação do Programa.

A taxa de **execução** (Fundo) fixou-se nos 66%, com destaque para o Eixo II que detém a taxa mais elevada do Programa (76%). Com esta execução acumulada, o Programa cumpriu a **meta n+2** em 109%, apesar de todas as dificuldades e constrangimentos sentidos nos últimos

anos, com especial impacto na execução do Programa.

O mecanismo de apoio (“*regra spill-over effects*”) a regiões fora da Convergência continua a assumir um carácter de excecionalidade, representando apenas 3% do investimento elegível apoiado no total do Programa.

Com os PO Regionais, verificava-se, no final do ano, um nível de 72% de apoios a PME na Agenda da Competitividade, sendo cumprido o limite mínimo de 60% de apoios diretos a estas empresas.

#### CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO

Durante o ano em análise foi assegurado o cumprimento dos dispositivos comunitários em termos de Regras da Concorrência, Contratação Pública, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Oportunidades.

#### MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO COMPETE

No ano de 2013, verificou-se uma recuperação lenta e frágil da economia mundial, mais acentuada na segunda metade do ano, graças à performance das economias desenvolvidas. Na Área do Euro, o PIB decresceu, sendo de assinalar a evolução favorável dos indicadores, perspetivando uma retoma da atividade económica.

Em Portugal, manteve-se o processo de ajustamento estrutural da economia, marcado pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro. Apesar da

evolução positiva ao longo do ano (impulsionada por alguma recuperação da procura interna), o PIB decresceu 1,4%, em resultado da queda do consumo privado (-1,7%) do consumo público (-1,7%) e do investimento (a FBCF diminuiu 6,6%). No que concerne às contas externas, a balança de transações correntes apresentou um saldo positivo, graças ao aumento das exportações (apesar da situação desfavorável de alguns dos nossos principais mercados) e ao crescimento ligeiro das importações.

Nas contas públicas, verificou-se uma melhoria do défice orçamental, menos acentuada que em 2012, sobretudo assente sobre a receita. Em sentido inverso, a dívida pública manteve a escalada em 2013, tendo-se fixado nos 129% do PIB.

No mercado de trabalho, o emprego diminuiu e a taxa de desemprego manteve-se elevada (16,3%).

#### PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER

A conjuntura socioeconómica assumiu-se como um dos principais constrangimentos externos à boa execução do Programa, com impacto potencial sobre a execução dos projetos, designadamente ao nível das entidades públicas.

Das medidas implementadas para dar resposta a estes constrangimentos destacam-se a operacionalização da Linha INVESTE QREN, dos Fundos de Capital de Risco Revitalizar, o



financiamento da totalidade dos projetos com pontuação elegível nos Avisos de Abertura de Concursos (AAC) no âmbito dos Sistemas de Incentivos, numa lógica em contínuo e a revisão da Norma de Pagamentos, flexibilizando as regras de pagamento do incentivo aos promotores.

No âmbito do **emprego**, está prevista, nos projetos aprovados, uma criação líquida de emprego que ronda os 20 mil postos de trabalho, mais de metade dos quais qualificados.

De 2011 (data da implementação deste instrumento) até final de 2013, passaram pela **Bolsa de Descativação de Incentivo (BDI)**, no âmbito do COMPETE, 2.527 projetos (alguns deles mais do que uma vez), num total de 3.395 entradas. Destas, 91% das situações estavam resolvidas no final do ano.

#### **COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS**

Para além da articulação com o PRODER e com o POPH, é de salientar o trabalho da AG COMPETE na coordenação da rede de incentivos do QREN, designadamente assegurando a assessoria técnica à elaboração das Comissões de Seleção, na circulação da informação e na comunicação ao IFDR dos apoios *de minimis*, entre outros.

#### **ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

A **Descrição do Sistema de Gestão e Controlo** do COMPETE foi objeto de atualização, em setembro de 2013,

visando incorporar as alterações ocorridas aos procedimentos de gestão e controlo, tendo a mesma sido aprovada pela Comissão Directiva, em novembro.

Relativamente ao **Controlo Interno**, no ano de 2013, foi definido um novo plano de auditorias internas a efetuar pela Autoridade de Gestão e procedeu-se ao acompanhamento das auditorias realizadas no âmbito dos Planos de Controlo Interno de 2010, 2011 e 2012/2013.

Foi, igualmente, elaborado o **Plano Anual de Verificações no Local de 2013**, que envolve 54 projetos com verificações calendarizadas para o primeiro semestre de 2014, aprovado pela Comissão Directiva em janeiro de 2014. Quanto às Verificações no Local realizadas e concluídas em 2013 a taxa de erro global detetada foi inferior a 0,3%. Em matéria de **controlo externo**, a IGF estima, com base nos resultados obtidos das auditorias realizadas e considerando todos os erros identificados no Sistema Comum 1, onde se integra o COMPETE, uma taxa de erro de 1,2%, a que corresponde uma taxa associada ao limite superior do erro de 1,8%, que não ultrapassa o limiar da materialidade definido nos 2%.

No âmbito do **Sistema de Informação**, manteve-se o trabalho de consolidação e aperfeiçoamento dos instrumentos e ferramentas utilizados (formulários de candidatura, de pedidos de pagamento, ferramentas de análise,...), com especial



enfoque no desenvolvimento de atividades de simplificação e otimização de processos. (e.g. a evolução da PAS - Plataforma de Acesso Simplificado, no sentido de apresentar uma perspetiva mais integrada do relacionamento com o promotor).

Em junho, teve lugar a 7.<sup>a</sup> reunião da **Comissão de Acompanhamento**, onde, para além da aprovação do Relatório de Execução de 2012, foi apresentada a Plataforma de Acesso Simplificado (PAS) e identificados, pela Equipa de Avaliação responsável, os primeiros resultados da Avaliação Intercalar do Programa.

O relatório final deste exercício de **Avaliação** foi entregue em novembro de 2013, apontando o cumprimento do Programa dos principais objetivos a que se propôs (enfoque na I&D e Inovação, articulação entre atores do SNI&I, produção transacionável e internacionalização...), com efeitos positivos para o *upgrading* do perfil de especialização da economia portuguesa e resultados relevantes para a preparação do próximo período de programação. Em 2013 concluiu-se também a “Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação da EEC - tipologia Clusters”, que considerou que a política de clusterização constituiu uma experiência bem-sucedida, no início de um processo que requer aprofundamento, designadamente em termos de reconhecimento, compromisso e coordenação.

## GRANDES PROJETOS

Não tendo sido aprovado qualquer grande projeto em 2013, no final do ano encontram-se aprovados **12 Grandes Projetos**, envolvendo um investimento elegível de 1,5 mil milhões de euros e uma participação comunitária de 415,4 milhões de euros.

## INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Em 2013 a AG COMPETE reforçou a estratégia de integração digital. O *site* continuou a ser a ferramenta privilegiada de comunicação (de referir, neste contexto, a importância das *newsletters*, com edições temáticas em 2013), tendo sido intensificada a presença do Programa em meios de comunicação mais inovadores, participativos e dinâmicos de que são exemplo as redes sociais, onde o *Facebook* se assume como principal plataforma de interação.

Tendo em conta a fase atual do ciclo de programação, destaca-se o enfoque, nas diferentes plataformas disponíveis, na **divulgação dos projetos aprovados** e dos seus resultados, com a colaboração com os promotores.

Dos eventos realizados, destaca-se a **sessão anual** do Programa, subordinada ao tema “Crescer e Competir 2020”, realizada em dezembro, no Porto, onde para além dos resultados do estudo de avaliação Intercalar do Programa, se abordou a temática “Competitividade e Internacionalização”, relativa ao período de programação 2014-2020.

### EVOLUÇÃO PREVISÍVEL PARA 2014

As primeiras **previsões económicas** apontam para uma melhoria dos indicadores em 2014, o que poderá, se esta tendência se mantiver, ser favorável aos objetivos do COMPETE.

Aprovados os últimos projetos no início do ano, 2014 deverá ser marcado pelo esforço de **execução e encerramento**, de modo a cumprir as metas de execução e maximizar a utilização das dotações disponíveis para o Programa e atingir os resultados esperados.

Será o primeiro ano do novo ciclo de programação – **Portugal 2020**, no qual serão certamente relevantes as lições de experiência do COMPETE, designadamente para a elaboração do novo PO temático “Competitividade e Internacionalização”.

Durante o ano de 2014 prevê-se, ainda, a realização de **Pedidos de Pagamento FEDER** à Comissão Europeia no valor de 520,8 milhões de euros, sendo, por isso, expetável o cumprimento da meta mínima de execução (regra n+2).

## ÍNDICE GERAL

	Página
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>i</b>
<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	<b>iii</b>
<b>ÍNDICE GERAL</b> .....	<b>ix</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS:</b> .....	<b>xii</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>xv</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS</b> .....	<b>xv</b>
<b>ÍNDICE DE CAIXAS</b> .....	<b>xix</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL</b> .....	<b>3</b>
<b>2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL</b> .....	<b>13</b>
2.1 REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS .....	<b>13</b>
2.1.1. <i>Realização Física do Programa Operacional</i> .....	<b>13</b>
2.1.2. <i>Realização Financeira do Programa Operacional</i> .....	<b>16</b>
2.1.3. <i>Informação sobre a Repartição da Utilização dos Fundos</i> .....	<b>26</b>
2.1.4. <i>Informação sobre o Apoio Comunitário por Grupos-Alvo</i> .....	<b>33</b>
2.1.5. <i>Apoio Restituído ou Reutilizado</i> .....	<b>33</b>
2.1.6. <i>Análise Qualitativa</i> .....	<b>37</b>
2.2 INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO .....	<b>49</b>
2.2.1. <i>Regras da Concorrência</i> .....	<b>50</b>
2.2.2. <i>Regras de Contratação Pública</i> .....	<b>53</b>
2.2.3. <i>Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</i> .....	<b>53</b>
2.2.4. <i>Igualdade de Oportunidades</i> .....	<b>59</b>
2.2.5. <i>Limite Máximo de Apoio a Despesas de Formação Profissional</i> .....	<b>63</b>
2.3 PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER .....	<b>64</b>
2.3.1. <i>Constrangimentos Internos</i> .....	<b>64</b>
2.3.2. <i>Constrangimentos Externos</i> .....	<b>65</b>
2.4 MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	<b>71</b>
2.4.1. <i>Contexto Socioeconómico</i> .....	<b>71</b>
2.4.2. <i>Regulamentos Publicados em 2013</i> .....	<b>91</b>
2.4.3. <i>Manuais de Procedimentos</i> .....	<b>92</b>
2.4.4. <i>Orientações Técnicas e de Gestão</i> .....	<b>93</b>

2.4.5.	<i>Avisos/Editais para Apresentação de Candidaturas</i> .....	94
2.5	ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEÇÃO DO ARTIGO 57.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006 .....	96
2.6	COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS .....	97
2.6.1.	<i>Complementaridade com outros Programas</i> .....	97
2.6.2.	<i>Instrumentos de Engenharia Financeira</i> .....	103
2.7	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO .....	103
2.7.1.	<i>Acompanhamento</i> .....	103
2.7.2.	<i>Avaliação</i> .....	132
2.7.3.	<i>Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)</i> .....	138
<b>3.</b>	<b>EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO</b> .....	<b>145</b>
3.1	EIXO PRIORITÁRIO I – CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO .....	145
3.1.1.	<i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i> .....	146
3.1.2.	<i>Análise qualitativa</i> .....	147
3.1.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i> .....	173
3.2	EIXO PRIORITÁRIO II – INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO .....	174
3.2.1.	<i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i> .....	175
3.2.2.	<i>Análise qualitativa</i> .....	177
3.2.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i> .....	204
3.3	EIXO PRIORITÁRIO III – FINANCIAMENTO E PARTILHA DE RISCO DA INOVAÇÃO .....	205
3.3.1.	<i>Cumprimento de Metas e Análise de Progressos</i> .....	206
3.3.2.	<i>Análise qualitativa</i> .....	207
3.3.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i> .....	216
3.4	EIXO PRIORITÁRIO IV – UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E DE QUALIDADE .....	218
3.4.1.	<i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i> .....	219
3.4.2.	<i>Análise qualitativa</i> .....	220
3.4.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i> .....	227
3.5	EIXO PRIORITÁRIO V – REDES E AÇÕES COLETIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL .....	228
3.5.1.	<i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i> .....	229
3.5.2.	<i>Análise qualitativa</i> .....	230
3.5.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i> .....	242
<b>4.</b>	<b>GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS</b> .....	<b>247</b>
4.1	GRANDES PROJETOS .....	247
4.2	PROJETOS AMBIENTAIS .....	251
<b>5.</b>	<b>ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b> .....	<b>253</b>
<b>6.</b>	<b>INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO</b> .....	<b>257</b>

6.1	COMUNICAÇÃO WEB 2.0 .....	259
6.2	COMUNICAÇÃO MEDIÁTICA .....	264
6.3	EVENTOS & RELAÇÕES PÚBLICAS.....	266
6.4	CONTACTO COM O PÚBLICO .....	273
6.5	A REDE INFORMAL DE COMUNICAÇÃO QREN .....	274
6.6	A ATIVIDADE NAS REDES COMUNITÁRIAS DE COMUNICAÇÃO   REDE INFORM.....	274
6.7	COMUNICAÇÃO INTERNA .....	275
6.8	MONITORIZAÇÃO .....	275
6.9	ORÇAMENTO.....	277
<b>7.</b>	<b>CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2014 .....</b>	<b>279</b>
7.1	CONCLUSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM 2013 .....	279
7.2	PREVISÕES PARA 2014.....	281
	<b>GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....</b>	<b>285</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>288</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>289</b>

## ÍNDICE DE TABELAS:

| xii

	Página
TABELA 1.1: DOTAÇÃO ORÇAMENTAL DO COMPETE .....	4
TABELA 1.2: SÍNTESE PROGRAMÁTICA DO COMPETE .....	5
TABELA 2.1: INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO, 2007-2013 .....	15
TABELA 2.2: INDICADORES COMUNS NACIONAIS DA AGENDA FATORES DE COMPETITIVIDADE, 2007-2013 ..	16
TABELA 2.3: PAGAMENTOS REALIZADOS, 2007-2013 .....	18
TABELA 2.4: REEMBOLSOS DO PROGRAMA (INCENTIVO REEMBOLSÁVEL), 2007-2013 .....	19
TABELA 2.5: REALIZAÇÃO FINANCEIRA, 2007-2013 .....	20
TABELA 2.6: META COMUNITÁRIA N+2, 2013 .....	23
TABELA 2.7: PEDIDOS DE CERTIFICAÇÃO DE DESPESAS APRESENTADOS PELO COMPETE À AUTORIDADE DE CERTIFICAÇÃO, 2013 (VALORES ACUMULADOS) .....	24
TABELA 2.8: CERTIFICADOS E DECLARAÇÕES DE DESPESAS E PEDIDOS DE PAGAMENTO (CDDPP) APRESENTADOS PELA AUTORIDADE DE CERTIFICAÇÃO À CE, 2013 (VALORES ACUMULADOS) .....	25
TABELA 2.9: CERTIFICADOS E DECLARAÇÕES DE DESPESAS E PEDIDOS DE PAGAMENTO (CDDPP) APRESENTADOS PELA AUTORIDADE DE CERTIFICAÇÃO À CE, 2013 (VALORES POR CDDPP) .....	25
TABELA 2.10: PAGAMENTOS EFETUADOS PELA CE, 2007-2013 .....	25
TABELA 2.11: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR FORMAS DE FINANCIAMENTO, 2007-2013 .....	27
TABELA 2.12: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR ATIVIDADE ECONÓMICA, 2007-2013 .....	27
TABELA 2.13: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR REGULAMENTO ESPECÍFICO, 2007-2013 .....	28
TABELA 2.14: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR NUTS II, 2007-2013 .....	29
TABELA 2.15: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR NUTS II E NUTS III, 2007-2013 .....	29
TABELA 2.16: APLICAÇÃO REGRA SPILL-OVER EFFECTS, 2007-2013 .....	30
TABELA 2.17: PROJETOS DE I&D EM CO-PROMOÇÃO APROVADOS AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS, 2007-2013 .....	32
TABELA 2.18: PROJETOS APROVADOS NO SAMA AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS, 2007-2013 ..	32
TABELA 2.19: AÇÕES DE CONTROLO EXTERNO - APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO, FEDER, 2007-2013 ..	34
TABELA 2.20: VERIFICAÇÕES NO LOCAL - APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO, FEDER, 2007-2013 .....	35
TABELA 2.21: CONTROLO INTERNO - APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO, FEDER, 2007-2013 .....	36
TABELA 2.22: GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DAS OPERAÇÕES - APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO, FEDER, 2007-2013 .....	36
TABELA 2.23: CANDIDATURAS RECECIONADAS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2013 .....	37
TABELA 2.24: PROJETOS COM VARIAÇÃO DOS VALORES DE APROVAÇÃO EM 2013 .....	40
TABELA 2.25: PROJETOS APROVADOS (INCLUINDO SALDO DE 2013 DE NOVAS APROVAÇÕES E DESCATIVAÇÕES) POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2013 .....	40
TABELA 2.26: PROJETOS APROVADOS POR FASE DE CANDIDATURA, 2007-2013 .....	43
TABELA 2.27: PROJETOS APROVADOS POR REGIÃO, 2007-2013 .....	44
TABELA 2.28: PROJETOS CONTRATADOS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2013 .....	46
TABELA 2.29: APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR TEMA PRIORITÁRIO (CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA), 2007- 2013 .....	47
TABELA 2.30: PROJETOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR, 2007-2013 .....	48
TABELA 2.31: NÍVEL DE APOIO A PME NO COMPETE E PO REGIONAIS, 2007-2013 .....	49

TABELA 2.32: REGIMES DE AUXÍLIO UTILIZADOS NO COMPETE POR ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO .....	50
TABELA 2.33: APOIOS CONCEDIDOS EM TERMOS DE AUXÍLIOS DE ESTADO NO COMPETE POR ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO, 2007-2013.....	51
TABELA 2.34: PROJETOS OBJETO DE NOTIFICAÇÃO À DG CONCORRÊNCIA, 2007-2013.....	52
TABELA 2.35: PROJETOS OBJETO DE ENVIO EX-POST À DG CONCORRÊNCIA, 2007-2013 .....	52
TABELA 2.36: PROJETOS APROVADOS COM COMPONENTE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2013 .....	64
TABELA 2.37: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS – ÁREA DO EURO, 2010-2015 .....	76
TABELA 2.38: ESTRUTURA E VARIAÇÃO DO INVESTIMENTO NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA, 2012-2014.78	
TABELA 2.39: EVOLUÇÃO DO VAB POR SETORES – PORTUGAL, 2007-2013 .....	83
TABELA 2.40: INDICADORES SETORIAIS – PORTUGAL, 2011-2013 .....	84
TABELA 2.41: ARTICULAÇÃO ENTRE O COMPETE E OS PO REGIONAIS.....	98
TABELA 2.42: ARTICULAÇÃO ENTRE O COMPETE E O POPH.....	101
TABELA 2.43: PLANO DE CONTROLO INTERNO 2014 .....	109
TABELA 2.44: AMOSTRA DE PROJETOS DO PLANO DE CONTROLO INTERNO 2014, POR DIMENSÃO DO PLANO .....	110
TABELA 2.45: AMOSTRA DE PROJETOS DO PLANO DE CONTROLO INTERNO 2014, POR ESTRUTURA DE GESTÃO .....	110
TABELA 2.46: AMOSTRA DE PROJETOS DO PLANO DE CONTROLO INTERNO, 2014.....	110
TABELA 2.47: CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS APURADAS NAS OPERAÇÕES COM RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA, PLANO CONTROLO INTERNO 2010 .....	112
TABELA 2.48: PONTO DE SITUAÇÃO VERIFICAÇÕES NO LOCAL, 2007-2013.....	115
TABELA 2.49: CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS DAS VERIFICAÇÕES NO LOCAL COM RTV DEFINITIVO, 2007-2013.....	115
TABELA 2.50: AUDITORIAS EXTERNAS, 2007-2013 .....	116
TABELA 2.51: FOLLOW-UP DAS RECOMENDAÇÕES APLICÁVEIS AO COMPETE.....	118
TABELA 2.52: CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS DA AUDITORIA DAS OPERAÇÕES EXECUTADAS PELA ESTRUTURA DE AUDITORIA SEGREGADA SOBRE DESPESA CERTIFICADA PELO COMPETE, 2007-2013 .....	121
TABELA 2.53: ORGANISMOS INTERMÉDIOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO DO COMPETE .....	128
TABELA 3.1: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO I, 2007-2013.....	146
TABELA 3.2: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO I, 2007-2013.....	147
TABELA 3.3: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS NO SAESCTN POR NATUREZA DOS CONCURSOS, 2007-2013.....	149
TABELA 3.4: PROJETOS SAESCTN APROVADOS POR NUTS II, 2007-2013 .....	149
TABELA 3.5: CONCURSOS DE IC&DT ENQUADRADOS NO COMPETE AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, 2007-2013 .....	150
TABELA 3.6: CONCURSOS PARA PROJETOS DE IC&DT EM TODOS OS DOMÍNIOS, 2007-2013.....	151
TABELA 3.7: CONCURSOS ESPECÍFICOS COM PROJETOS DE IC&DT APROVADOS, 2007-2013.....	151
TABELA 3.8: CONCURSOS PARA PROJETOS DE IC&DT ESTRATÉGICOS E DE INTERESSE PÚBLICO, 2007-2013 .....	152
TABELA 3.9: PRINCIPAIS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS DOS PROJETOS DE IC&DT SAESCTN POR REGIÃO (MAIS DE 50% DO INCENTIVO APROVADO), 2007-2013.....	153
TABELA 3.10: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR INSTRUMENTO, 2007-2013.....	160
TABELA 3.11: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR REGIÃO, 2007-2013.....	162
TABELA 3.12: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR DIMENSÃO DAS EMPRESAS, 2007-2013 .....	163
TABELA 3.13: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR AGRUPAMENTO SETORIAL, 2007-2013.....	164
TABELA 3.14: PRINCIPAIS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS DOS PROJETOS DO SI I&DT POR REGIÃO, 2007-2013.....	166



TABELA 3.15: INDICADORES DE REALIZAÇÃO E RESULTADO DO EIXO II, 2007-2013.....	176
TABELA 3.16: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO II, 2007-2013.....	177
TABELA 3.17: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS DO EIXO II POR INSTRUMENTO, 2007-2013.....	178
TABELA 3.18: PROJETOS APROVADOS DO EIXO II POR REGIÃO, 2007-2013.....	179
TABELA 3.19: PROJETOS APROVADOS DO EIXO II COM APOIOS À FORMAÇÃO, 2007-2013.....	179
TABELA 3.20: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO POR TIPOLOGIA DE APOIO, 2007-2013.....	181
TABELA 3.21: PROJETOS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2013 .....	182
TABELA 3.22: PROJETOS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO POR DIMENSÃO, 2007-2012 .....	183
TABELA 3.23: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME, POR TIPOLOGIA DE APOIO, 2007-2013.....	192
TABELA 3.24: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO III, 2007-2013.....	206
TABELA 3.25: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO III, 2007-2013.....	207
TABELA 3.26: CANDIDATURAS APROVADAS DO SAFPRI, 2007-2013 .....	208
TABELA 3.27: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS LINHAS DE CRÉDITO, 2007-2013 .....	209
TABELA 3.28: RESULTADOS DAS LINHAS DE CRÉDITO PME INVESTE I E II, 2007-2013 .....	209
TABELA 3.29: OPERAÇÕES APROVADAS NA LINHA DE CRÉDITO INVESTE QREN, POR REGIÃO DAS PME, 2007-2013.....	210
TABELA 3.30: OPERAÇÕES APROVADAS NA LINHA DE CRÉDITO INVESTE QREN, POR DIMENSÃO DAS PME, 2007-2013.....	210
TABELA 3.31: OPERAÇÕES APROVADAS NA LINHA DE CRÉDITO INVESTE QREN, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, 2007-2013.....	211
TABELA 3.32: OPERAÇÕES APROVADAS NA LINHA DE CRÉDITO INVESTE QREN, POR CLASSE DE RISCO, 2007-2013.....	211
TABELA 3.33: OPERAÇÕES APROVADAS NA LINHA DE CRÉDITO INVESTE QREN, POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2013.....	211
TABELA 3.34: APLICAÇÕES EM PME POR INSTRUMENTO FINANCEIRO, 2007-2013 .....	214
TABELA 3.35: APLICAÇÕES DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL DE RISCO EM PME, POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2013.....	215
TABELA 3.36: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO IV, 2007-2013 .....	219
TABELA 3.37: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO IV, 2007-2013 .....	220
TABELA 3.38: PROJETOS APROVADOS DO EIXO IV POR TIPO DE PROJETO, 2007-2013 .....	221
TABELA 3.39: PROJETOS APROVADOS NO EIXO IV POR REGIÃO, 2007-2013 .....	222
TABELA 3.40: PROJETOS APROVADOS NO EIXO IV COM APOIOS À FORMAÇÃO, 2007-2013 .....	223
TABELA 3.41: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO V, 2007-2013 .....	230
TABELA 3.42: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO V, 2007-2013 .....	230
TABELA 3.43: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS DO EIXO V POR CONCURSO, 2007-2013 .....	230
TABELA 3.44: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS DE EEC POR INSTRUMENTO, 2007-2013 .....	237
TABELA 3.45: PROJETOS APROVADOS DE EEC POR TIPO DE ESTRATÉGIA, 2007-2013.....	241
TABELA 4.1: GRANDES PROJETOS APROVADOS, 2007-2013 .....	247
TABELA 4.2: ALTERAÇÕES À LISTA INDICATIVA DE GRANDES PROJETOS .....	248
TABELA 4.3: GRANDES PROJETOS CONCLUÍDOS, 2007-2013 .....	248
TABELA 5.1: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO VI, 2007-2013 .....	254
TABELA 5.2: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS DO EIXO VI POR BENEFICIÁRIO, 2007-2013 .....	254
TABELA 5.3: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO EIXO VI POR TIPOLOGIA DE DESPESA, 2007-2013... ..	255
TABELA 6.1: INDICADORES DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO, 2007-2013 .....	276
TABELA 6.2: ORÇAMENTO E EXECUÇÃO (DESPESA ELEGÍVEL) - INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO, 2007-2013. ..	277

TABELA 7.1: CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS FIXADOS PARA 2013 .....	281
TABELA 7.2: OBJETIVOS FIXADOS PARA 2014 .....	284

## ÍNDICE DE FIGURAS

	Página
FIGURA 1.1: ORGANIGRAMA DO SECRETARIADO TÉCNICO .....	10
FIGURA 2.1: PLATAFORMA DE ACESSO SIMPLIFICADO (PAS) .....	126
FIGURA 2.2: QUADRO DE RESPONSABILIDADE NA MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA .....	140

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Página
GRÁFICO 2.1: CUMPRIMENTO DAS METAS DOS INDICADORES FÍSICOS DE REALIZAÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2013 .....	14
GRÁFICO 2.2: TAXAS DE COMPROMISSO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2013 .....	17
GRÁFICO 2.3: PAGAMENTOS REALIZADOS (FUNDO COMUNITÁRIO), POR ANO, 2007-2013 .....	18
GRÁFICO 2.4: PAGAMENTOS REALIZADOS (FUNDO COMUNITÁRIO) POR TIPOLOGIA DE INCENTIVO, 2007- 2013 .....	18
GRÁFICO 2.5: EXECUÇÃO REALIZADA - DISTRIBUIÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNIT.), 2007- 2013 .....	21
GRÁFICO 2.6: TAXAS DE EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2013 .....	21
GRÁFICO 2.7: EXECUÇÃO ANUAL REALIZADA (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2013 .....	22
GRÁFICO 2.8: EXECUÇÃO ACUMULADA (FUNDO COMUNITÁRIO) POR ANO, FACE ÀS METAS N+3/N+2, 2007- 2013 .....	23
GRÁFICO 2.9: CERTIFICADOS E DECLARAÇÕES DE DESPESAS E PEDIDOS DE PAGAMENTO (CDDPP) - DISTRIBUIÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2013 .....	26
GRÁFICO 2.10: INVESTIMENTO RECECIONADO (EXCLUINDO PROJETOS TRANSITADOS DO QCA III) POR ANO DE CANDIDATURA, 2007-2013 .....	37
GRÁFICO 2.11: INVESTIMENTO RECECIONADO POR SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS, 2007-2013 .....	38
GRÁFICO 2.12: INVESTIMENTO RECECIONADO OBJETO DE DESISTÊNCIA POR ANO, 2007-2013 .....	38
GRÁFICO 2.13: INCENTIVO OBJETO DE ANULAÇÃO POR ANO DE ANULAÇÃO, 2007-2013 .....	39
GRÁFICO 2.14: INCENTIVO OBJETO DE ANULAÇÃO, POR ANO DE APROVAÇÃO, 2007-2013 .....	39
GRÁFICO 2.15: PROJETOS OBJETO DE ANULAÇÃO, POR ESTÁDIO, 2007-2013 .....	39
GRÁFICO 2.16: INCENTIVO BRUTO APROVADO POR SITUAÇÃO ATUAL, 2007-2013 .....	41
GRÁFICO 2.17: APROVAÇÕES BRUTAS POR SITUAÇÃO ATUAL E ANO DE APROVAÇÃO, 2007-2013 .....	41
GRÁFICO 2.18: QUEBRA DE ENCERRAMENTO DOS PROJETOS ENCERRADOS POR INSTRUMENTO, 2007-2013 .....	42
GRÁFICO 2.19: TAXAS DE APROVAÇÃO (INVESTIMENTO PROPOSTO), 2007-2013 .....	42

GRÁFICO 2.20: PROJETOS POR RAZÕES DE NÃO APROVAÇÃO, 2007-2013 .....	43
GRÁFICO 2.21: PROJETOS APROVADOS POR REGIÃO, 2007-2013.....	44
GRÁFICO 2.22: TAXA DE EXECUÇÃO (INCENTIVO EXECUTADO /INCENTIVO APROVADO) POR REGIÃO, 2007-2013.....	45
GRÁFICO 2.22: INCENTIVO APROVADO POR ESTÁDIO DE EXECUÇÃO, POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2013... 45	
GRÁFICO 2.23: TAXA DE CONTRATAÇÃO (N.º PROJ.) POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2013.....	46
GRÁFICO 2.24: INCENTIVO APROVADO (M€) NO COMPETE E PO REGIONAIS DE CONVERGÊNCIA POR SISTEMA DE INCENTIVOS E DIMENSÃO DA EMPRESA, 2007-2013 .....	48
GRÁFICO 2.25: PROJETOS APROVADOS NO COMPETE E PO REGIONAIS DA CONVERGÊNCIA POR SISTEMA DE INCENTIVOS E DIMENSÃO DA EMPRESA, 2007-2013.....	48
GRÁFICO 2.26: PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME COM COMPONENTE DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, POR PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE, 2007-2013.....	55
GRÁFICO 2.27: PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME COM COMPONENTE DE AMBIENTE, POR PRINCIPAIS CAE, 2007-2013.....	56
GRÁFICO 2.28: GENDER GAP INDEX PORTUGAL – DIFERENÇAS DE GÉNERO POR DOMÍNIO, 2007 E 2013.....	59
GRÁFICO 2.29: APOIOS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR SETOR, 2007-2013 .....	64
GRÁFICO 2.30: ESTIMATIVA DE CRIAÇÃO DE EMPREGO NAS EMPRESAS APOIADAS, POR SETOR, 2007-2013 .....	67
GRÁFICO 2.31: ESTIMATIVA DE CRIAÇÃO DE EMPREGO NAS EMPRESAS APOIADAS, POR REGIÃO, 2007-2013 .....	67
GRÁFICO 2.32: RITMO DE ENTRADA DE PROJETOS NA BDI, 2007-2013.....	70
GRÁFICO 2.33: PROJETOS APROVADOS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS, INCLUÍDOS NA BDI NO FINAL DE 2013, POR MOTIVO, 2007-2013.....	71
GRÁFICO 2.34: PIB, 2009-2015 .....	72
GRÁFICO 2.35: EXPORTAÇÕES, 2009-2015 .....	72
GRÁFICO 2.36: EVOLUÇÃO DO INDICADOR DE SENTIMENTO ECONÓMICO – UNIÃO EUROPEIA E PORTUGAL, 2007-2013.....	73
GRÁFICO 2.37: CONTRIBUTO PARA O CRESCIMENTO DO PIB, 2008-2015.....	73
GRÁFICO 2.38: SALDO ORÇAMENTAL DA ÁREA DO EURO, 2007-2015.....	75
GRÁFICO 2.39: INTENSIDADE TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES E DAS IMPORTAÇÕES (INDÚSTRIA TRANSFORMADORA), 2007-2013.....	80
GRÁFICO 2.40: PRINCIPAIS MERCADOS INTERNACIONAIS DE PORTUGAL (MERCADORIAS), 2008 E 2013 .....	80
GRÁFICO 2.41: PRINCIPAIS MERCADOS INTERNACIONAIS DE PORTUGAL (MERCADORIAS), 2008 E 2013 .....	80
GRÁFICO 2.42: EXPORTAÇÕES DE BENS NAS REGIÕES DE CONVERGÊNCIA, 2007-2013 .....	81
GRÁFICO 2.43: PESO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS NAS REGIÕES DE CONVERGÊNCIA NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DE BENS DO PAÍS, 2007-2013.....	81
GRÁFICO 2.44: PESO DAS EXPORTAÇÕES NO PIB, 2000-2012 .....	82
GRÁFICO 2.45: EVOLUÇÃO DA BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL, 2000-2012.....	82
GRÁFICO 2.46: INDICADORES DE CONFIANÇA, 2007-2013 .....	82
GRÁFICO 2.47: EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DA TAXA DE EMPREGO EM PORTUGAL, 2007-2013.....	84
GRÁFICO 2.48: EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DA TAXA DE DESEMPREGO EM PORTUGAL, 2007-2013.....	84
GRÁFICO 2.49: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO .....	85
GRÁFICO 2.50: TAXA DE DESEMPREGO EM PORTUGAL POR REGIÃO, 2011-2013 .....	85
GRÁFICO 2.51: PIB PER CAPITA EM PPP POR NUTS III, 2010 .....	89
GRÁFICO 2.52: VARIAÇÃO DO PIB PER CAPITA EM PPP POR NUTS III, 2008-2010.....	89
GRÁFICO 2.53: CANDIDATURAS RECECIONADAS POR AAC E POR CONVITE OU REGIMES ESPECIAIS, 2007-2013.....	94

GRÁFICO 2.54: INCENTIVO BRUTO APROVADO NOS AAC, POR FASE DE LANÇAMENTO (SEMESTRE), 2007-2013 .....	95
GRÁFICO 2.55: TEMPOS MÉDIOS DE COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO PROMOTOR POR FASE DE CONCURSO, 2007-2013 .....	96
GRÁFICO 2.56: TEMPOS MÉDIOS DE COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO PROMOTOR DOS PROJETOS POR INSTRUMENTO, 2007-2013 .....	96
GRÁFICO 2.57: CANDIDATURAS RECECIONADAS POR ORGANISMO INTERMÉDIO, 2007-2013 .....	128
GRÁFICO 3.1: EVOLUÇÃO DAS CANDIDATURAS, 2007-2013 .....	148
GRÁFICO 3.2: EVOLUÇÃO DAS APROVAÇÕES, 2007-2013 .....	148
GRÁFICO 3.3: INCENTIVO APROVADO POR REGIÃO, 2007-2013 .....	148
GRÁFICO 3.4: PROJETOS DE IC&DT APROVADOS NO SAESCTN POR DOMÍNIO CIENTÍFICO PRINCIPAL, 2007-2013 .....	152
GRÁFICO 3.5: PROJETOS DE IC&DT APROVADOS NO SAESCTN POR DOMÍNIO CIENTÍFICO, 2007-2013 .....	153
GRÁFICO 3.6: PROJETOS DE IC&DT APROVADOS NO SAESCTN POR DOMÍNIO CIENTÍFICO PRINCIPAL E REGIÃO, 2007-2013 .....	153
GRÁFICO 3.7: INCENTIVO APROVADO PARA PROJETOS DE IC&DT - SAESCTN POR TIPO DE PROMOTOR, 2007-2013 .....	154
GRÁFICO 3.8: INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS PROJETOS DE IC&DT APROVADOS NO SAESCTN, POR TIPOLOGIA DE DESPESA, 2007-2013 .....	154
GRÁFICO 3.9: PRINCIPAIS OUTPUTS ESPERADOS DOS PROJETOS APROVADOS DO IC&DT - SAESCTN, 2007-2013 .....	155
GRÁFICO 3.10: PARTICIPANTES EM PROJETOS APROVADOS IC&DT - SAESCTN POR GRAU DE QUALIFICAÇÃO, 2007-2013 .....	155
GRÁFICO 3.11: PARTICIPANTES EM PROJETOS APROVADOS IC&DT - SAESCTN POR TIPO DE INTERVENÇÃO, 2007-2013 .....	155
GRÁFICO 3.12: PROJETOS DE CIÊNCIA VIVA APROVADOS NO SAESCTN, POR TIPOLOGIA DE DESPESA APROVADA, 2007-2013 .....	158
GRÁFICO 3.13: CANDIDATURAS AO SI I&DT POR ANO E POR TIPOLOGIA DE PROJETO, 2007-2013 .....	161
GRÁFICO 3.14: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR ANO E POR TIPOLOGIA DE PROJETO, 2007-2013 .....	162
GRÁFICO 3.15: INV. ELEGÍVEL APROVADO NO SI I&DT POR REGIÃO, 2007-2013 .....	162
GRÁFICO 3.16: INC. EMPRESARIAL APROV. SI I&DT POR DIMENSÃO, 2007-2013 .....	163
GRÁFICO 3.17: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO SI I&DT EM CO-PROMOÇÃO POR TIPO DE CO-PROMOTOR, 2007-2013 .....	163
GRÁFICO 3.18: INVESTIMENTO ELEGÍVEL EMPRESARIAL APROVADO NO SI I&DT EM CO-PROMOÇÃO POR DIMENSÃO DE EMPRESA, 2007-2013 .....	163
GRÁFICO 3.19: INCENTIVO APROVADO POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2013 .....	164
GRÁFICO 3.20: INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT POR GRAU DE INTENSIDADE, 2007-2013 .....	165
GRÁFICO 3.21: INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT POR TIPO DE SETOR, 2007-2013 .....	165
GRÁFICO 3.22: ESTIMATIVA DE INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT POR DOMÍNIO CIENTÍFICO, 2007-2013 ..	165
GRÁFICO 3.23: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR DOMÍNIO CIENTÍFICO PRINCIPAL E REGIÃO, 2007-2013 .....	166
GRÁFICO 3.24: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT (VALE I&DT) POR ÁREA DE INTERVENÇÃO, 2007-2013 ..	167
GRÁFICO 3.25: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR TIPOLOGIA DE DESPESA, 2007-2013 .....	167
GRÁFICO 3.26: INVESTIMENTO DE CANDIDATURA RECECIONADO NO EIXO II (EXCLUINDO PROJETOS TRANSITADOS DO QCA III) POR ANO, 2007-2013 .....	178
GRÁFICO 3.27: INCENTIVO APROVADO NO EIXO II POR INSTRUMENTO E POR REGIÃO, 2007-2013 .....	179
GRÁFICO 3.28: INCENTIVO BRUTO APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR ANO, 2007-2013 .....	181
GRÁFICO 3.29: INCENTIVO APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR SETOR, 2007-2013 .....	182

GRÁFICO 3.30: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2013.....	182
GRÁFICO 3.31: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2013.....	182
GRÁFICO 3.32: INVESTIMENTO ELEGÍVEL E PROJETOS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO POR TIPOLOGIA, 2007-2013.....	183
GRÁFICO 3.33: INCENTIVO APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR DIMENSÃO, 2007-2013.....	183
GRÁFICO 3.34: VARIAÇÃO ESPERADA DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS APOIADAS NO SI INOVAÇÃO, 2007-2013.....	184
GRÁFICO 3.35: INCENTIVO BRUTO APROVADO NO SI QUALIFICAÇÃO PME POR ANO, 2007-2013 .....	193
GRÁFICO 3.36: PROJETOS APROVADOS DA TIPOLOGIA INTERNACIONALIZAÇÃO NO SI QUALIFICAÇÃO PME (PROJ. INDIVIDUAIS E CONJUNTOS), 2007-2013 .....	193
GRÁFICO 3.37: PROJETOS APROVADOS NOUTRAS TIPOLOGIAS (EXCETO INTERNACIONALIZAÇÃO) NO SI QUALIFICAÇÃO PME (PROJ. INDIVIDUAIS E CONJUNTOS), 2007-2013 .....	194
GRÁFICO 3.38: PROJETOS APROVADOS NOS PROJETOS CONJUNTOS DO SI QUALIFICAÇÃO PME POR FILEIRA, 2007-2013.....	194
GRÁFICO 3.39: EMPRESAS PARTICIPANTES NOS PROJETOS CONJUNTOS ENCERRADOS, POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2013 .....	195
GRÁFICO 3.40: MERCADOS INTERNACIONAIS ALVO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES NOS PROJETOS CONJUNTOS ENCERRADOS, 2007-2013 .....	195
GRÁFICO 3.41: EMPRESAS PARTICIPANTES EM PROJETOS CONJUNTOS ENCERRADOS, POR OBJETIVO, 2007-2013.....	195
GRÁFICO 3.42: PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME (PROJETOS SIMPLIFICADOS) POR ÁREA DE INTERVENÇÃO, 2007-2013.....	196
GRÁFICO 3.43: CANDIDATURAS RECECIONADAS NO EIXO IV POR ANO, 2007-2013 .....	222
GRÁFICO 3.44: APROVAÇÕES NO EIXO IV POR ANO, 2007-2013 .....	222
GRÁFICO 3.45: CANDIDATURAS RECECIONADAS NO SIAC POR ANO, 2007-2013.....	231
GRÁFICO 3.46: PROJETOS APROVADOS NO SIAC POR ANO, 2007-2013 .....	231
GRÁFICO 3.47: INCENTIVO BRUTO APROVADO NO SIAC POR MODO DE CANDIDATURA, 2007-2013.....	231
GRÁFICO 3.48: PROJETOS APROVADOS NO SIAC, POR ÁREA PRINCIPAL DE INTERVENÇÃO, 2007-2013.....	232
GRÁFICO 3.49: PROMOTORES E CO-PROMOTORES NO SIAC, 2007-2013 .....	232
GRÁFICO 3.50: INVESTIMENTO ELEGÍVEL NO SIAC POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2013.....	233
GRÁFICO 3.51: OUTPUTS PREVISTOS NOS PROJETOS APROVADOS, 2007-2013 .....	233
GRÁFICO 3.52: OUTPUTS PREVISTOS NOS PROJETOS APROVADOS, POR ÁREA PRINCIPAL DE INTERVENÇÃO, 2007-2013 .....	234
GRÁFICO 3.53: CANDIDATURAS INSERIDAS EM EEC POR ANO, 2008-2013.....	238
GRÁFICO 3.54: INCENTIVO BRUTO APROVADO EM PROJETOS INSERIDOS EM EEC, POR ANO, 2008-2013...	239
GRÁFICO 3.55: INCENTIVO APROVADO EM EEC-CLUSTERS, POR MEDIDA, 2008-2013 .....	240
GRÁFICO 3.56: INCENTIVO APROVADO EM EEC-CLUSTERS, POR REGIÃO, 2008-2013 .....	240
GRÁFICO 3.57: INCENTIVO APROVADO DE EEC-CLUSTERS, POR SETOR DE ATIVIDADE, 2008-2013 .....	240
GRÁFICO 3.58: INCENTIVO APROVADO DE EEC-CLUSTERS, POR GRAU DE INTENSIDADE, 2008-2013 .....	240
GRÁFICO 5.1: INVESTIMENTO ELEGÍVEL NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR TIPO DE DESPESA, 2007-2013 .....	255
GRÁFICO 6.1: VISITANTES DO SITE DO COMPETE, 2013.....	260
GRÁFICO 6.2: POSTS E SEGUIDORES NO FACEBOOK DO COMPETE, 2012-2013.....	263
GRÁFICO 6.3: MEIOS QUE VEICULARAM NOTÍCIAS SOBRE O COMPETE, 2013 .....	264
GRÁFICO 7.1: PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS DO COMPETE, 2007-2013 .....	280

## ÍNDICE DE CAIXAS

	<b>Página</b>
CAIXA 1: CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES SOBRE O EFEITO DA REGRA SPILL-OVER NO SAMA.....	33
CAIXA 2: AÇÕES COLETIVAS - CARBON FOOTPRINT LABEL PARA PRODUTOS DE BASE FLORESTAL – ASSOCIAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA DA FILEIRA FLORESTAL (AIFF) .....	57
CAIXA 3: V PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO, CIDADANIA E NÃO – DISCRIMINAÇÃO (V PNI) 2014-2017 .....	61
CAIXA 4: RELATÓRIO FINAL DO ESTUDO DE AVALIAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA DO GÉNERO NOS FUNDOS ESTRUTURAIS ESTRUTURAIS, NO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2007-2013 .....	63
CAIXA 5: CONTRIBUTO DO COMPETE E SISTEMAS DE INCENTIVOS DO QREN PARA A CRIAÇÃO DE EMPREGO E EMPREGO JOVEM .....	66
CAIXA 6: CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÃO INTERCALAR SOBRE O EFEITO DO CONTEXTO SOCIOECONÓMICO SOBRE O COMPETE .....	88
CAIXA 7: CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS EM REDE.....	99
CAIXA 8: A ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE .....	104
CAIXA 9: OBJETIVOS DA ÁREA DE GESTÃO E CONTROLO INTERNO.....	107
CAIXA 10: PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE GESTÃO E CONTROLO INTERNO.....	113
CAIXA 11: CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE INFORMAÇÃO .....	127
CAIXA 12: PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA E DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS EEC-CLUSTERS” .....	133
CAIXA 13: PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO COMPETE .....	134
CAIXA 14: CIÊNCIA E CONHECIMENTO (PROJETO INDIVIDUAL) - DESENVOLVIMENTO DA NOVA GERAÇÃO DE MATERIAIS DE APRENDIZAGEM HÍBRIDOS – UNIVERSIDADE DO MINHO .....	156
CAIXA 15: CIÊNCIA E CONHECIMENTO (PROJETO EM CO-PROMOÇÃO) - UMA NOVA ESTRATÉGIA PARA TÊXTEIS INTELIGENTES SENSÍVEIS À LUZ – UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO (PROMOTOR LÍDER) .....	157
CAIXA 16: CIÊNCIA E CONHECIMENTO (PROMOÇÃO DA CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA) - O NOVO MUNDO DOS MATERIAIS À BASE FIBRAS – ASSOCIAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO (TECMINHO).....	159
CAIXA 17: CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES SOBRE O SAESCTN.....	160
CAIXA 18: CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES SOBRE O SI I&DT .....	168
CAIXA 19: INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (PROJETO INDIVIDUAL) - ALERT PLANNING SYSTEM - DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE PLANEAMENTO E AGENDA INTEGRADO PARA UNIDADES PRESTADORES DE CUIDADOS DE SAÚDE. – ALERT LIFE SCIENCES COMPUTING, S.A.....	169
CAIXA 20: INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (PROJETO EM CO-PROMOÇÃO) - MYRTILLUS - MIRTILO COM INOVAÇÃO - DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS FUNCIONAIS A PARTIR DO MIRTILO E SEUS SUBPRODUTOS – MIRTIUSA - SOCIEDADE DE PRODUTORES HORTO-FRUTÍCOLAS, LDA. (PROMOTOR-LÍDER) .....	170
CAIXA 21: INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (PROJETO MOBILIZADOR) - TICE.HEALTHY - TICE.HEALTHY: SISTEMAS DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA – HIS - E-HEALTH INNOVATION SYSTEMS, LDA. (PROMOTOR-LÍDER) .....	172
CAIXA 22: CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES SOBRE OS APOIOS À INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO ....	180
CAIXA 23: CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES SOBRE O SI INOVAÇÃO.....	184
CAIXA 24: PROJETO DE INOVAÇÃO PRODUTIVA - EXPANSÃO DE UNIDADE PRODUTIVA E AUMENTO DA CADEIA DE VALOR - ADIRA - METAL FORMING SOLUTIONS, SA.....	185



CAIXA 25: PROJETO DE INOVAÇÃO PRODUTIVA - INTERNACIONALIZAÇÃO PELA PRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS (LEDS) E ADOÇÃO DE NOVOS MÉTODOS (UV) - DIGIDELTA INTERNACIONAL IMPORT EXPORT, SA. ....	186
CAIXA 26: PROJETO DE INOVAÇÃO PRODUTIVA - DOURO PRESTIGE - DOUROAZUL - SOC. MARÍTIMO-TURÍSTICA, SA. ....	188
CAIXA 27: PROJETO DE INOVAÇÃO PRODUTIVA (REGIME ESPECIAL) - ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL (VIA APOSTA EM MERCADOS DE ELEVADO POTENCIAL E EM PRODUTOS DE MAIOR VALOR ACRESCENTADO) E DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE - AMORIM REVESTIMENTOS, S.A.....	190
CAIXA 28: PROJETOS CONJUNTOS .....	195
CAIXA 29: PROJETO DE QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME (INDIVIDUAL/COOPERAÇÃO) - AVELEDA - ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO 2011/2012 - EUROPA/ISRAEL - AVELEDA, SOCIEDADE AGRÍCOLA E COMERCIAL DA QUINTA DA AVELEDA, S.A. ....	197
CAIXA 30: PROJETO DE QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME (CONJUNTO) - INTERSTONE 2013 – ASSIMAGRA (ASSOC. PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS) .....	199
CAIXA 31: PROJETO DE QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME (CONJUNTO) - INTERNACIONALIZAÇÃO DO METAL - PLANO DE AÇÃO GLOBAL, NO CONTEXTO DE UMA VISÃO INTEGRADA DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA VII – AIMMAP (ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS METALÚRGICOS, METALOMECÂNICOS E AFINS DE PORTUGAL).....	203
CAIXA 32: FIN-EN – SHARING METHODOLOGIES ON FINANCIAL ENGINEERING FOR ENTERPRISES .....	215
CAIXA 33: CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO INTERCALAR SOBRE OS INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	218
CAIXA 34: CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES SOBRE O SAMA .....	223
CAIXA 35: PROJETO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - GII - GESTÃO INTEGRADA DE INFORMAÇÃO – IAPMEI – AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, IP .....	224
CAIXA 36: PROJETO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - RP-IVDP - REENGENHARIA E DESMATERIALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DO IVDP – INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E PORTO ....	226
CAIXA 37: AÇÕES COLETIVAS – SIGAME 2 - INTERNACIONALIZAR + – AIDA - ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO (PROMOTOR LÍDER).....	235
CAIXA 38: AÇÕES COLETIVAS – ETF - EMPRESA TOOLING DO FUTURO – CENTIMFE - CENTRO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA DE MOLDES, FERRAMENTAS ESPECIAIS E PLÁSTICOS (PROMOTOR LÍDER).....	244
CAIXA 39: INOVAÇÃO PRODUTIVA (GRANDE PROJETO) – CRIAÇÃO DE EMPRESA QUE APLICA EMPREGADOS QUALIFICADOS, ALTA TECNOLOGIA, CAPITAL INTENSIVO E COM ATUAÇÃO GLOBAL – EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS EM COMPÓSITOS, S.A. ....	249
CAIXA 40: CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO.....	259
CAIXA 41: ACORDO DE PARCERIA – PORTUGAL 2020.....	282



## INTRODUÇÃO

A apresentação de relatórios anuais é uma das competências da Autoridade de Gestão do COMPETE e tem como objetivo a prestação de contas à Comissão Europeia, aos membros da Comissão de Acompanhamento do Programa e ao público em geral, sendo alvo de publicitação após a respetiva aprovação. O Relatório de Execução de 2013 do COMPETE foi elaborado em conformidade com as orientações do artigo 67.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de junho, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 7 de abril de 2009, bem como com as orientações emanadas pelo IFDR, atual Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

Ao longo de **sete capítulos**, apresentam-se as principais realizações do Programa em 2013, as alterações efetuadas nos seus procedimentos e medidas e os constrangimentos que afetaram a sua execução e resultados, apontando-se também as perspetivas para o ano 2014.

No **Capítulo 1** procede-se à apresentação do COMPETE, identificando os seus objetivos, eixos, instrumentos e respetivo modelo de governação.

O **Capítulo 2** centra-se na execução global do Programa, incluindo uma análise detalhada sobre a sua realização física e financeira. São abordadas as medidas tomadas para garantir a conformidade com

as regras comunitárias, os principais constrangimentos internos e externos verificados e as mudanças no contexto de implementação, incluindo as ações desenvolvidas ao longo do ano, em termos de acompanhamento e avaliação.

Efetuada a análise global, o **Capítulo 3** aprofunda a realização por cada um dos Eixos Prioritários do COMPETE, com focalização ao nível da procura (candidaturas), aprovações (apoios concedidos) e indicadores de realização.

O **Capítulo 4** está reservado à análise dos projetos com investimento superior a 50 milhões de euros, denominados “grandes projetos”, na aceção do artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Segue-se o **Capítulo 5** que identifica as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão, financiadas através do Eixo da Assistência Técnica, com vista ao suporte à gestão e implementação do Programa.

As ações de divulgação, informação e publicidade realizadas ao longo do ano são elencadas no **Capítulo 6**.

Por fim, o **Capítulo 7** apresenta as conclusões da realização anual, bem como as perspetivas de evolução para 2014, ano em que a execução e o encerramento de projetos assumirão uma dimensão central.

Boa leitura!





## APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Neste capítulo procede-se à apresentação do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE), tendo em conta os seus objetivos, Eixos e Medidas.

Apresenta-se igualmente a síntese do modelo de governação, com os diferentes intervenientes, bem como a dotação orçamental disponível.

| 3

Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)	Objetivo Convergência
	Norte, Centro e Alentejo
Relatório Anual de Execução	2007-2013
	CCI n.º 2007PT161PO001
	Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)
	2013
	A aprovar pela Comissão de Acompanhamento a 2 de junho de 2013

Inserido no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (COMPETE), aprovado a 5 de outubro de 2007<sup>2</sup>, visa a melhoria sustentada da competitividade da economia portuguesa num contexto de mercado global, intervindo sobre dimensões consideradas estratégicas, como a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a internacionalização, o empreendedorismo e a modernização da Administração Pública.

Assume como **principais objetivos**:

- Qualificar o tecido produtivo, por via do upgrading do perfil de especialização e dos modelos empresariais;
- Estimular a orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transacionável ou internacionalizável;
- Qualificar a Administração Pública e tornar mais eficiente a ação do Estado, por via da modernização e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas;

<sup>2</sup> Decisão CE n.º C (2007) 4623, de 5 de outubro

- Promover uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo.

Para concretizar estes objetivos, o COMPETE dispõe de cinco tipos de **instrumentos**, dispostos em torno de seis Eixos Prioritários (**Tabela 1.2**):

- Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas;
- Instrumentos de Engenharia Financeira;
- Ações Coletivas;
- Ações Públicas dinamizadoras da modernização da administração pública;
- Capacitação e consolidação do sistema científico e tecnológico nacional.

Relativamente ao **âmbito territorial**, os apoios do Programa aplicam-se às regiões de Portugal continental do Objetivo Convergência, ou seja, Norte, Centro e Alentejo.

Os objetivos, estrutura, instrumentos, âmbito e dotações do COMPETE, entre outros elementos que o caracterizam, estão contidos no **Texto do Programa**, documento aprovado em 2007 e que não sofreu alterações durante o ano de 2013.

A 19 de dezembro de 2012 foi aprovada pela Comissão Europeia uma **reprogramação financeira** do COMPETE, na qual foi reforçada a dotação do Programa em 70 milhões de euros e feitos ajustes às dotações dos diferentes Eixos.

Em 2013 não houve qualquer alteração ao **plano financeiro total** (público e privado), pelo que o orçamento do Programa, tendo em conta a referida reprogramação, apresenta um financiamento total próximo dos 5,6 mil milhões de euros, dos quais 3,2 mil milhões de euros provenientes do FEDER e 2,4 mil milhões de euros de financiamento nacional público e privado.

**Tabela 1.1: Dotação Orçamental do COMPETE**

*Unid: Mil Euros*

Eixo	Financiamento total	Financiamento comunitário	Financiamento Nacional	
			Público	Privado
Eixo Prioritário 1	894.999	641.528	91.425	162.046
Eixo Prioritário 2	3.578.938	1.652.522	0	1.926.416
Eixo Prioritário 3	502.816	377.112	66.549	59.155
Eixo Prioritário 4	276.471	235.000	41.471	0
Eixo Prioritário 5	246.048	196.838	23.832	25.377
Eixo Prioritário 6	83.281	70.789	12.492	0
<b>Total</b>	<b>5.582.552</b>	<b>3.173.789</b>	<b>235.769</b>	<b>2.172.994</b>

Fonte: Programa do COMPETE (dezembro de 2012)

Nas tabelas seguintes apresenta-se, por Eixo Prioritário, uma síntese dos objetivos específicos, instrumentos e tipologias de projetos inerentes ao Programa.

**Tabela 1.2: Síntese Programática do COMPETE**

**Eixo I. Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico**

[642 milhões de euros Fundo = 20,2% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Intensificar o esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos com vista ao desenvolvimento do País e ao aumento da sua competitividade;	Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN)	<p>Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico (IC&amp;DT) coordenados por entidades do SCTN inseridos nas seguintes modalidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos em todos os domínios científicos;</li> <li>- Projetos de redes temáticas de Ciência e Tecnologia;</li> <li>- Projetos de criação e operação de consórcios de I&amp;D;</li> <li>- Projetos orientados para a implementação de políticas públicas ou para a valorização dos resultados da investigação científica;</li> <li>- Projetos de cooperação internacional.</li> </ul> <p>Projetos de estímulo à participação no Prog. Quadro de IC&amp;DT;</p> <p>Projetos de promoção da cultura científica e tecnológica;</p> <p>Projetos de IC&amp;DT estratégicos e de interesse público.</p>
Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas.	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	<p>Projetos de I&amp;DT individuais;</p> <p>Projetos de I&amp;DT em co-promoção;</p> <p>Projetos mobilizadores;</p> <p>Vale I&amp;DT;</p> <p>I&amp;DT coletiva;</p> <p>Núcleos de I&amp;DT;</p> <p>Centros de I&amp;DT;</p> <p>Projetos demonstradores.</p>

**Destinatários:** Empresas; Entidades do Ensino Superior e do Sistema Científico e Tecnológico; Laboratórios do Estado e Laboratórios Associados e Entidades de interface e assistência tecnológica empresarial.

**Regulamentos Aplicáveis:**

Regulamento específico do SAESCTN

Regulamento do SI I&DT (Portaria n.º 1462/2007 de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 711/2008 de 31 de julho, 353-B/2009 de 3 de abril, 1102/2010 de 25 de outubro e 274/2012 de 6 de setembro).

**Eixo II. Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização**

[1.653 milhões de euros Fundo = 52,1% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
<p>Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados;</p> <p>Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de fatores dinâmicos de competitividade;</p>	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	<p>Projetos individuais;</p> <p>Projetos conjuntos;</p> <p>Projetos simplificados de inovação (Vale Inovação, Vale Empreendedorismo, Vale Energia ou Ambiente e Vale Internacionalização).</p>
<p>Incentivar o empreendedorismo qualificado, feminino e jovem;</p> <p>Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transacionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor;</p> <p>Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial de crescimento.</p>	Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	<p>Projetos de produção de novos bens e serviços ou de melhorias significativas da produção atual através da transferência e aplicação de conhecimento;</p> <p>Projetos de adoção de novos ou significativamente melhorados processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de <i>marketing</i>;</p> <p>Projetos de expansão de capacidades de produção em atividades de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas;</p> <p>Criação de empresas e atividades nos primeiros anos de desenvolvimento, dotadas de recursos qualificados ou que desenvolvam atividades em setores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo as resultantes do empreendedorismo feminino ou jovem.</p>

**Destinatários:** Empresas e entidades públicas com competências específicas em políticas públicas dirigidas às PME, as Associações que com elas tenham estabelecido parcerias, as Associações Empresariais e outras entidades do SCTN.

**Regulamentos Aplicáveis:**

Regulamento do SI Inovação (Portaria n.º 1464/2007 de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 353-C/2009 de 3 de abril e 1103/2010 de 25 de outubro e 274/2012 de 6 de setembro).

Regulamento do SI Qualificação PME (Portaria n.º 1463/2007 de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 250/2008 de 4 de abril, n.º 353-A/2009 de 3 de abril e 1101/2010 de 25 de outubro, 47-A/2012 de 24 de fevereiro, 233-A/2012 de 6 de agosto, e 369/2012 de 6 de novembro).

**Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE**

**Eixo III. Financiamento e Partilha de Risco da Inovação**

[377 milhões de euros Fundo = 11,9% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
<p>Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às PME, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;</p> <p>Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco ou cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;</p> <p>Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento pelas PME;</p> <p>Apoiar o financiamento das PME e da inovação numa perspetiva integrada das componentes de capital e dívida;</p> <p>Incentivar o empreendedorismo, assegurando o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco;</p> <p>Incrementar o empreendedorismo jovem e o empreendedorismo feminino, enquanto processo de mobilização dos jovens e das mulheres para a vida económica ativa, bem como apoiar as iniciativas empresariais particularmente propícias à promoção dos fatores da igualdade entre homens e mulheres.</p>	<p>Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)</p> <p>Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação (FINOVA)</p> <p>Fundo de Contra-Garantia Mútua (FCGM)</p>	<p>Instrumentos de reforço do capital próprio – Fundos de Capital de Risco, Fundos Especiais de Investimento e Financiamento por investidores em capital de risco (<i>Business Angels</i>);</p> <p>Instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios – constituição de linhas de crédito especiais, nomeadamente com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos.</p>

**Destinatários:** Sociedade gestora do FINOVA (PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.) e sociedades gestoras de fundos ou outros instrumentos de financiamento (e.g.: Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua – Sociedade de Investimento, S.A.).

**Destinatários Finais:** PME.

**Regulamentos Aplicáveis:**

Regulamento específico do SAFPRI.

**Eixo IV. Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade**

[235 milhões de euros Fundo = 7,4% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
<p>Aumentar a eficácia e a eficiência da atividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos;</p> <p>Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade;</p> <p>Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede;</p> <p>Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam diretamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam.</p>	<p>Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)</p>	<p>Operações individuais e transversais de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas;</p> <p>Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública;</p> <p>Operações no domínio da administração em rede;</p> <p>Operações globais.</p>

**Destinatários:** Entidades da Administração Pública Central, Entidades da Administração Local do Estado, Autarquias Locais e respetivas Associações de Municípios, Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais de direito público, Agências de Desenvolvimento Regional, Entidades Públicas Empresariais prestadoras de serviços de saúde, de apoio à atividade empresarial e de serviços partilhados da Administração Pública e as entidades privadas no quadro de parcerias público-privadas lideradas por entidades municipais.

**Regulamentos Aplicáveis:**

Regulamento específico do SAMA.

**Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE**

**Eixo V. Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial**

[197 milhões de euros Fundo = 6,2% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
<p>Reforçar a oferta de serviços às empresas reforçando e capacitando as infraestruturas e orientando as suas atividades para as necessidades das PME;</p> <p>Promover a formação de redes e de outras formas de parcerias e cooperação, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração;</p> <p>Promover o desenvolvimento de ações inovadoras de teste a novas abordagens de política pública nos domínios de estímulo ao desenvolvimento empresarial da inovação.</p>	<p>Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)</p>	<p>Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional;</p> <p>Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas;</p> <p>Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;</p> <p>Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;</p> <p>Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação;</p> <p>Atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Coletiva.</p>
<p>Favorecer e acelerar a alteração do perfil de especialização da economia, desenvolvendo estratégias de criação de novos polos de crescimento;<sup>3</sup></p>		<p>Polos de competitividade e tecnologia;</p> <p>Outros <i>clusters</i>.</p>

**Destinatários:** Entidades públicas e Entidades Privadas sem Fins Lucrativos (Associações Empresariais e Entidades do Sistema Científico e Tecnológico).

**Regulamentos Aplicáveis:**

Regulamento específico do SIAC.

**Eixo VI. Assistência Técnica**

[71 milhões de euros Fundo = 2,2% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
<p>Dinamizar, gerir e implementar de forma eficaz e eficiente o Programa</p>	<p>Regulamento de Execução da Assistência Técnica</p>	<p>Criação e funcionamento de estruturas de apoio técnico e respetivo apoio logístico;</p> <p>Informação, divulgação e publicitação de Programa e seus instrumentos;</p> <p>Análise de projetos, verificação e acompanhamento da execução do Programa e dos projetos aprovados;</p> <p>Auditoria e controlo interno;</p> <p>Desenvolvimento, atualização e manutenção de sistemas de informação;</p> <p>Estudos de avaliação globais e específicos;</p> <p>Estudos de análise da implementação do Programa;</p> <p>Outras intervenções que se revelem imprescindíveis para garantir níveis adequados de gestão e controlo.</p>

**Destinatários:** Órgãos de Gestão do Programa.

<sup>3</sup> A concretização da política associada às Estratégias de Eficiência Coletiva é efetuada através dos instrumentos disponíveis no âmbito do QREN, PROMAR e PRODER. No âmbito do COMPETE, são utilizados os instrumentos previstos neste Eixo (SIAC), bem como nos restantes Eixos Prioritários.



O **modelo de governação** do COMPETE foi estabelecido no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, que define os modelos de governação do QREN e dos respetivos Programas Operacionais, sendo particularmente relevantes para este efeito (Governação dos PO temáticos), os artigos 31.º, 32.º, 40.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 50.º, 51.º e 56.º.

Compreende três órgãos:

- Órgão de direção política: a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE que integra o Ministro da Economia, que coordena, o Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, a Ministra da Justiça e o Ministro da Educação e Ciência;
- Órgão de gestão: a Autoridade de Gestão, formada pela Comissão Directiva e pelo Secretariado Técnico;
- Órgão de acompanhamento: a Comissão de Acompanhamento.

O **Órgão de Direção Política**, a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE, tem como função a coordenação global da execução do Programa, onde se inclui, designadamente, a promoção da participação económica, global e institucional no acompanhamento, a aprovação dos regulamentos, o estabelecimento de orientações específicas, a confirmação da decisão de financiamento para algumas tipologias de investimento, a aprovação de contratos entre a Autoridade de Gestão e os Organismos Intermédios, a apreciação dos relatórios de execução e de avaliação e a apreciação de propostas de revisão e reprogramação.

O **Órgão de Gestão** do Programa integra a Comissão Directiva e o Secretariado Técnico. A Comissão Directiva foi inicialmente nomeada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de outubro, sendo constituída por três elementos: um gestor, que preside (Nelson de Souza foi nomeado inicialmente) e duas vogais (Isabel Matalonga e Piedade Valente). Em 2012, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2012 de 9 de fevereiro, foi nomeado um novo Gestor – Franquelim Alves. Atualmente, não tendo sido nomeado novo gestor após a saída de Franquelim Alves em janeiro de 2014, a Comissão Directiva é composta pelas referidas vogais.

Este órgão assume, como principais funções, a definição das tipologias de investimentos e ações, a apreciação do mérito e tomada de decisão de financiamento sobre projetos, a garantia do cumprimento dos normativos legais aplicáveis, a promoção de uma boa gestão financeira, a criação de um sistema de informação que permita o adequado acompanhamento, avaliação e controlo do Programa e a elaboração e submissão às entidades responsáveis dos relatórios de execução, entre outras.

O Modelo de Governação definido estabelece, ainda, que a Comissão Directiva do COMPETE tem como funções assegurar a articulação com as Comissões Directivas dos PO Regionais no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial apoiados pelo FEDER, visando a eficácia e uma gestão coordenada, no que respeita nomeadamente à elaboração e aprovação do Plano Anual de Concursos dos Sistemas de Incentivos, à promoção da abertura dos avisos para apresentação de candidaturas, e ao funcionamento da Comissão de Seleção dos Sistemas de Incentivos.

De referir que, a partir de 1 de outubro de 2008, e por despacho do Ministro Coordenador da CMC/POFC n.º 25290/2008, de 10 de outubro, a Autoridade de Gestão do COMPETE assumiu as atribuições, direitos e obrigações da Autoridade de Gestão do PRIME, absorvendo o pessoal da estrutura de apoio técnico daquele Programa. O mesmo sucedeu relativamente ao POSC e ao POCI, a partir de 1 de julho de 2009, na sequência dos Despachos n.º 15280/2009 e n.º 15281/2009, ambos de 19 de junho.

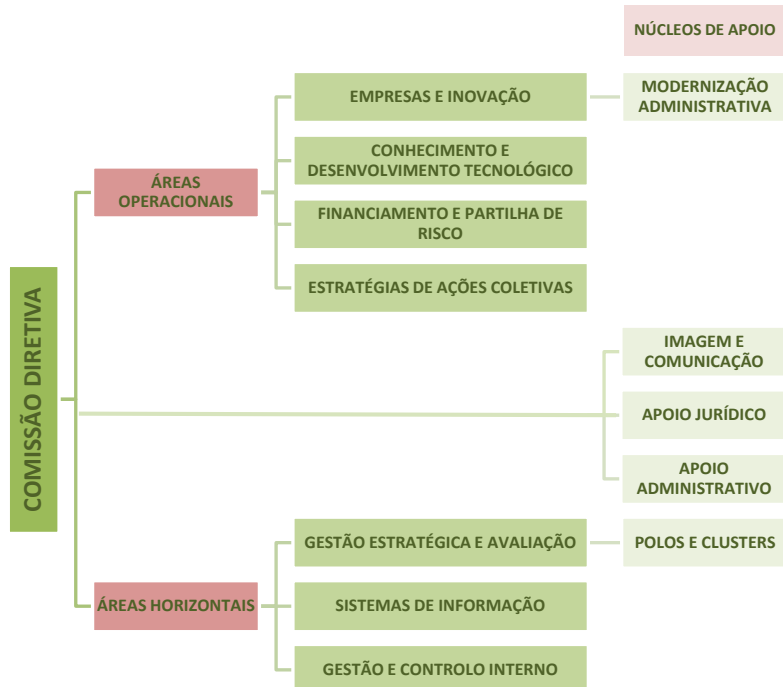
O Secretariado Técnico do COMPETE tem por missão apoiar tecnicamente o Gestor e a Comissão Directiva no exercício das suas competências. A sua configuração inicial foi estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de fevereiro e pelo Despacho n.º 25291/2008, de 10 de outubro, que nomeou os secretários técnicos responsáveis pelas áreas que dão corpo a esta estrutura orgânica, tendo sido alterada, em 2012, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2012, de 6 de setembro (que altera a configuração dos secretariados técnicos e das estruturas de missão do QREN), do Despacho n.º 13084/2012, de 4 de outubro (que nomeia os secretários técnicos) e no âmbito das orientações do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central, numa lógica de racionalização e eficiência dos recursos e de acordo com a Deliberação de 15 de outubro de 2012 da Comissão Directiva.

O Secretariado Técnico é, atualmente, composto por:

- Quatro áreas de natureza operacional – “Empresas e Inovação”; “Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico”, “Financiamento e Partilha de Risco” e “Estratégias de Ações Coletivas”;
- Três áreas de natureza horizontal e de suporte – “Gestão Estratégica e Avaliação”, “Sistemas de Informação” e “Gestão e Controlo Interno”;
- Cinco núcleos de apoio: “Modernização Administrativa”, “Imagem e Comunicação”, “Apoio Jurídico”, “Apoio Administrativo” e “Polos e Clusters”.

Apresenta-se, na figura seguinte, o respetivo organigrama:

Figura 1.1: Organigrama do Secretariado Técnico



Fonte: COMPETE.

A Comissão de Acompanhamento é o **Órgão de Acompanhamento** do Programa, que assegura a eficácia e a qualidade da respetiva execução e que tem como competências, entre outras, analisar e aprovar os critérios de seleção a que os projetos vão ser sujeitos, analisar o cumprimento dos objetivos e metas fixadas para os vários eixos de intervenção, analisar e aprovar os relatórios de execução e os resultados das avaliações estratégicas realizadas e, caso necessário, propor novas avaliações, receber informação e analisar as conclusões do relatório anual de controlo e apresentar propostas que contribuam para a melhoria dos resultados do PO.

A Comissão de Acompanhamento reúne-se, a título ordinário, pelo menos uma vez por ano (ver Comissão de Acompanhamento, no ponto 2.7.1) e é composta pelo Gestor do COMPETE, que a preside e pelos seguintes membros:

- Representantes dos Ministros que integram a Comissão Ministerial de Coordenação do Programa;
- Vogais da Comissão Diretiva do Programa;
- Representantes de cada um dos Organismos Intermédios do Programa;
- Um representante da Autoridade de Certificação do FEDER;

- Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Um representante da Associação Nacional de Freguesias;
- Quatro representantes dos parceiros económicos e sociais nomeados pelo Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não-governamentais da área do ambiente;
- Um representante da área da igualdade de género.

As comissões de acompanhamento integram também, a título consultivo, representantes da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Fundo Europeu de Investimento (FEI) e dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP e do FSE, podendo também, mediante proposta do Presidente, incluir outros representantes de entidades públicas, personalidades ou especialistas com competências específicas em áreas abrangidas pelo Programa.

Podem, ainda, participar na reunião, na qualidade de observadores, representantes do Observatório do QREN, da Autoridade de Auditoria e da Autoridade de Certificação do FSE, bem como das Autoridades de Gestão dos outros PO temáticos e regionais.

Na sequência de protocolos celebrados em 2008, parte das competências da Autoridade de Gestão do COMPETE, nomeadamente no que se refere à análise e acompanhamento das operações, foram delegadas nos **Organismos Intermédios**:

- IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P
- Turismo de Portugal, I.P.;
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE (AICEP);
- Agência de Inovação, S.A. (AdI);
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT);
- Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT);
- Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA).





## EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Neste capítulo, procede-se à análise dos níveis gerais de execução do COMPETE, em termos da sua realização física e financeira, e identificam-se os problemas significativos que influenciaram a execução do Programa em 2013, ano em que a conjuntura macroeconómica continuou a ser determinante.

| 13

São ainda apontadas as medidas tomadas para garantir a conformidade com as regras comunitárias, bem como relevadas as complementaridades com outros instrumentos e eventuais alterações substanciais ao Programa.

### 2.1 REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS

Esta secção centra-se na realização física e financeira do COMPETE, seguindo-se uma análise mais qualitativa, abordando as dinâmicas da procura e dos apoios concedidos.

#### 2.1.1. Realização Física do Programa Operacional

Foi estabelecida, no âmbito do QREN, uma bateria de **indicadores** por Eixo Prioritário, complementada por um conjunto de indicadores comuns comunitários de realização e resultado e por um sistema de indicadores comuns nacionais para a Agenda Fatores da Competitividade, com o objetivo de aferir o cumprimento dos objetivos dos Programas Operacionais.

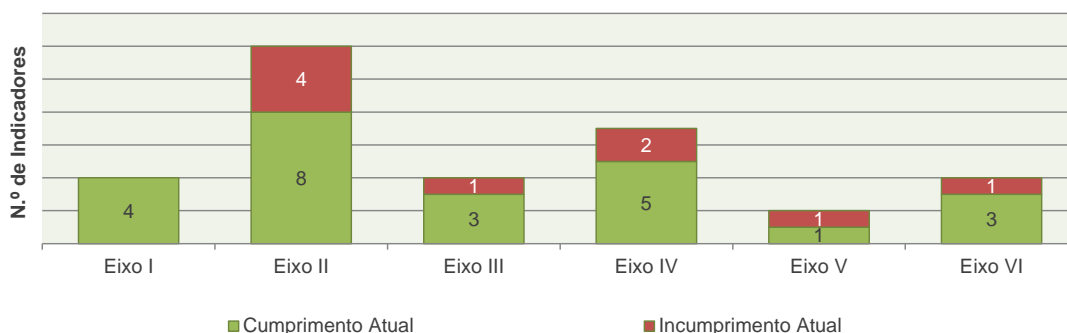
Os indicadores de realização, apurados anualmente, têm presente a dinâmica dos ritmos de aprovação/execução dos vários instrumentos do PO. Os indicadores de resultado, face à sua natureza, são apenas apurados em sede de encerramento dos projetos.

Apresenta-se de seguida um resumo de alguns indicadores apurados a 31 de dezembro de 2013, podendo ser analisada a tabela completa dos Indicadores de Realização Física (Comuns Nacionais, por Eixo Prioritário e Comuns Comunitários) nos Anexos I, VIII e IX.

Relativamente ao **cumprimento das metas dos Indicadores Físicos de Realização e Acompanhamento** fixadas por Eixo Prioritário, verifica-se, no final de 2013, uma elevada realização, ou seja, cerca de 73% dos indicadores (para os quais, nesta fase, é possível aferir o grau de realização<sup>4</sup>) ultrapassaram a respetiva meta para 2015.

O elevado grau de cumprimento dos indicadores é transversal às temáticas e aos Eixos Prioritários, sendo expetável, em muitos dos indicadores com níveis de realização atualmente abaixo da meta estabelecida para 2015, que a mesma seja atingida até final do Programa.

**Gráfico 2.1: Cumprimento das Metas dos Indicadores Físicos de Realização por Eixo Prioritário, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

A **Tabela 2.1** apresenta a realização a 31 de dezembro de 2013 dos **Indicadores Comuns de Realização** definidos para o Programa, destacando-se a atual previsão de 17.636 postos de trabalho criados<sup>5</sup>, o elevado nível de projetos de I&D apoiados (mais de 3.100 projetos), dos quais mais de 10% referentes a projetos de cooperação entre empresas e instituições de investigação, bem como o nível de ajudas a PME (mais de 6.100 PME apoiadas).

Tendo em conta que a contabilização da criação de postos de trabalho, nesta fase do Programa, se refere essencialmente, à sua previsão contratualizada, não existem ainda dados que permitam aferir a ocupação destes postos de trabalho por homens e mulheres.

<sup>4</sup> Há Indicadores de Acompanhamento que apenas são contabilizados após o encerramento dos projetos (aquando da aferição do cumprimento das respetivas metas de execução). Face ao atual estágio de realização do Programa, o número de projetos encerrados é ainda pouco relevante, pelo que se apresentam as estimativas apresentadas pelos promotores que constituem as respetivas metas de execução.

<sup>5</sup> A criação de postos de trabalho apresentada consiste nas metas previsionais contratualizadas no âmbito dos projetos do SI Inovação, nos postos de trabalho previstos apoiados no âmbito do SI I&DT e SI Qualificação PME (constituindo como despesas elegíveis) e na criação efetiva de postos de trabalho em PME apoiadas através de FCR e BA.



**Tabela 2.1: Indicadores Comuns de Realização, 2007-2013**

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	17.636 (*)
	4. N.º de projetos de I&DT	Total do PO	3.160
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	5. N.º de projetos de cooperação empresas - instituições de investigação	Eixo I	354
	6. Empregos na investigação criados	Eixo I	74 (*)
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	6.145
	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	432
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I e II	9.291 (*)
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	2.540
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	763
	23. N.º de projetos	Total do PO	23
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(**)
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Eixo II	(**)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	310
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	2.106 (*)
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	29

Nota: (\*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projetos. Apresentam-se as previsões de criação de postos de trabalho, com exceção do contributo do Eixo III, cujos dados são já referentes a encerramento; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projetos contratados. (\*\*) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POF.

Com vista a aferir e transmitir uma imagem dos progressos ao nível das realizações e resultados das intervenções do FEDER, foi criado um **Sistema de Indicadores Comuns Nacionais** para a Agenda Fatores de Competitividade (Tabela 2.1).

Conforme se poderá constatar ao longo deste Relatório de Execução, quer pela aferição do atual nível de cumprimento dos indicadores quer pela caracterização das empresas promotoras e projetos apoiados, o Programa tem demonstrado forte coerência entre os objetivos estabelecidos inicialmente e o atual nível de execução, designadamente no fomento da internacionalização da economia portuguesa, através da focalização dos apoios nos sectores transacionáveis e internacionalizáveis, bem como na importância dada à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, com vista à qualificação e alteração do modelo competitivo nacional.

**Tabela 2.2: Indicadores Comuns Nacionais da Agenda Fatores de Competitividade, 2007-2013**

Ref. <sup>a</sup> Indicador	Indicador	Eixos Relevantes	Realização Acumulada
ICN-Tri-001	N.º de empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento (no âmbito dos Sistemas de Incentivos)	I e II	4.963
ICN-Anual-002	N.º de empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento no âmbito dos Sistemas de Incentivos em Sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	I e II	988
ICN-Tri-002	Projetos de apoio a empresas no âmbito dos Sistemas de Incentivos	Investimento total (mil €)	7.035.246
		Investim. elegível (mil €)	6.056.732
ICN-Tri-003	N.º de novas empresas/ <i>start-up</i> apoiadas (não tinha iniciado atividade um ano antes do projeto ser apresentado) no âmbito dos Sistemas de Incentivos	I e II	167
ICN-Tri-004	N.º de novas empresas/ <i>start-up</i> apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	I e II	61
ICN-Anual-003	VAB gerado por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	Dados pré-projeto (m€)	1.273.724
		Estimativa pós-proj. (m€)	2.477.793
ICN-Anual-004	N.º de empresas apoiadas em sectores de prod. transac.e internacionalizável	I e II	3.751
ICN-Anual-005	VAB gerado por empresas apoiadas	Dados pré-projeto (m€)	3.758.460
		Estimativa pós-proj. (m€)	7.421.616
ICN-Anual-006	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investim.	Dados pré-projeto (m€)	9.566.655
		Estimativa pós-proj. (m€)	16.469.510
ICN-Anual-007	Valor das exportações (empresas beneficiárias ajudas diretas ao inv.), em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia	Dados pré-projeto (m€)	4.450.145
		Estimativa pós-proj. (m€)	7.176.740
ICN-Anual-008	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento	Dados pré-projeto (m€)	14.453.564
		Estimativa pós-proj. (m€)	22.635.001
ICN-Anual-009	Garantias prestadas a PME	III	3.857
ICN-Tri-005	N.º de empresas apoiadas através de Instrumentos de Engenharia Financeira	III	3.841
ICN-Anual-010	Investimento realizado em capital de risco (mil €)	III	56.921
ICN-Tri-006	Proj. I&DT	Investimento total (mil €)	1.259.329
		Investim. elegível (mil €)	1.137.491
ICN-Anual-012	Projetos de cooperação empresas - instituições de investigação	Investimento total (mil €)	563.099
		Investim. elegível (mil €)	514.729
ICN-Tri-007	N.º de Ações Coletivas com contrato celebrado	V	365
ICN-Anual-014	Ações Coletivas	Investimento total (mil €)	339.776
		Investim. elegível (mil €)	290.426
ICN-Tri-008	N.º de lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	IV	1.667

Fonte: SI POFC.

### 2.1.2. Realização Financeira do Programa Operacional

Durante o ano de 2013 verificou-se o encerramento da receção de candidaturas no Programa e a respetiva análise.

Apesar da execução anual ter ficado ligeiramente aquém do valor registado no ano passado, verificou-se um elevado nível de pagamentos aos promotores, constituindo o ano com o maior volume de financiamento aos promotores desde o início do Programa.

Nos Anexos II, III, IV e V disponibiliza-se um conjunto de dados complementares à análise efetuada no presente ponto. No Anexo X é apresentada a lista completa dos projetos aprovados no âmbito do COMPETE.

## PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Não se registou qualquer alteração ao plano de financiamento do Programa.

O plano de financiamento em vigor (conforme ponto 1 – Apresentação do Programa) foi aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C(2012) 9892, de 19 de dezembro.

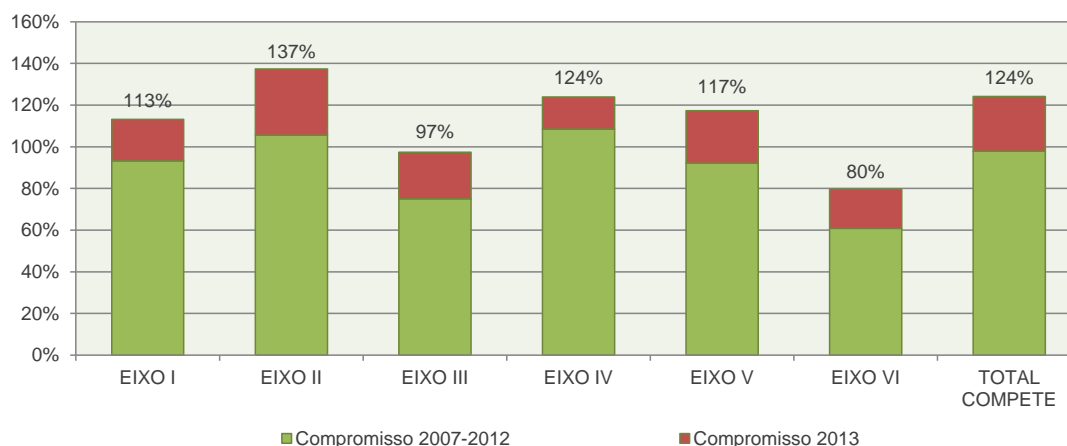
## FINANCIAMENTO APROVADO

O financiamento aprovado, no final do ano de 2013, ascende a um montante de custo total elegível de 8,1 mil milhões de euros, ao qual corresponde uma comparticipação do fundo comunitário FEDER de 3,9 mil milhões de euros.

Verifica-se, assim, um nível de aprovação de 124% da dotação total do Programa, com destaque especial para os Eixo II (137%), Eixo IV (124%), Eixo V (117%) e Eixo I (113%).

Este nível de compromisso (ao qual devem ser acrescidos os montantes aprovados no início de 2014) visa acautelar descativações futuras, de modo a garantir a aplicação total do montante FEDER programado.

Gráfico 2.2: Taxas de Compromisso por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2013



Fonte: SI POFC.

No ponto 2.1.6 (Análise Qualitativa) e no capítulo 3 (análise por Eixo Prioritário) é analisado, com mais profundidade, o compromisso assumido.

## PAGAMENTOS REALIZADOS

O montante total de pagamentos realizados em 2013 ascendeu a 521 milhões de euros de fundo comunitário FEDER. Em termos acumulados a 31 de dezembro, o montante total de

pagamentos realizados era de 2,2 mil milhões de euros de FEDER, o qual se traduziu numa taxa de pagamento do Programa, face à dotação, de 69%.

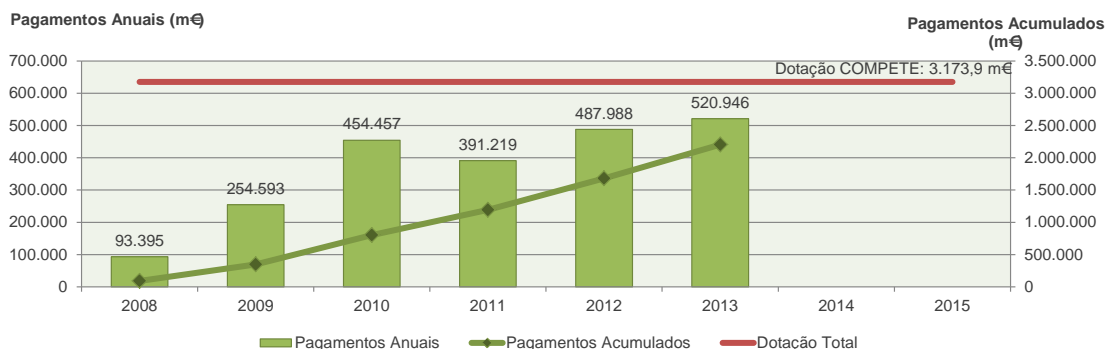
**Tabela 2.3: Pagamentos Realizados, 2007-2013**

Eixo Prioritário	Unid: Mil Euros	
	2013	2007-2013
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	114.697	412.263
EIXO II – Inov. e Renov. do Modelo Empresarial e do Padrão de Especializ.	302.132	1.319.964
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	40.124	194.601
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	30.972	105.911
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	21.831	126.509
EIXO VI - Assistência Técnica	11.190	43.349
<b>TOTAL COMPETE</b>	<b>520.946</b>	<b>2.202.598</b>

Fonte: SI POFC.

O ano de 2013, à semelhança de 2012, constitui o ano com o maior volume de pagamentos realizados desde o início do COMPETE. Este ritmo de pagamento permite encarar com otimismo o encerramento do Programa.

**Gráfico 2.3: Pagamentos Realizados (Fundo Comunitário), por Ano, 2007-2013**

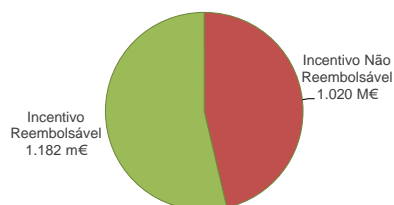


Fonte: SI POFC.

Em termos de tipologia de incentivo, constata-se que 54% do incentivo pago até final do ano de 2013 assumia a natureza de incentivo reembolsável.

Deste, parte poderá eventualmente ser convertida em não reembolsável em função da atribuição do Prémio de Realização, tendo em conta o cumprimento dos objetivos fixados para cada projeto.

**Gráfico 2.4: Pagamentos Realizados (Fundo Comunitário) por Tipologia de Incentivo, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

## REEMBOLSOS DO PROGRAMA

Resultante do incentivo de natureza reembolsável pago aos beneficiários até ao final do ano de 2013 (cerca de 1,2 mil milhões de euros) e tendo por base os pressupostos legalmente definidos para o respetivo reembolso ao Programa, é expetável um montante previsional de reembolsos na ordem dos 442 milhões de euros, cujo calendário de reembolso se estende por mais de uma década.

O diferencial entre o incentivo reembolsável pago e o montante previsional de reembolsos decorre essencialmente do montante do Prémio de Realização a atribuir, ou seja, incentivo reembolsável convertível em incentivo não reembolsável, mediante o cumprimento das metas contratualmente fixadas. A estimativa apresentada assume, por parte da gestão, por uma questão de prudência, a posição mais conservadora, ou seja, parte-se do princípio que será atribuído a totalidade do Prémio de Realização aprovado em sede de decisão de financiamento do projeto.

O montante de **reembolsos previsionais** para 2013 ascendia a cerca de 46 milhões de euros.

Em termos efetivos, os beneficiários reembolsaram ao Programa, durante o ano de 2013, um montante de 38 milhões de euros de incentivo reembolsável. Este desvio entre o montante previsional e o efetivo, decorre não só de alguns incumprimentos ao nível do reembolso (os quais poderão dar origem a planos de regularização da dívida), mas também de ajustamentos que são feitos aos planos de reembolso e que, na sua maioria, têm origem em recalendarizações da execução do projeto.

A 31 de dezembro de 2013, o Programa registava um montante acumulado de reembolsos realizados (recebidos pelos Organismos Intermédios respetivos) na ordem dos 60 milhões de euros.

**Tabela 2.4: Reembolsos do Programa (incentivo reembolsável), 2007-2013**

	Unid: Mil Euros	
	2013	2007-2013
Reembolsos do Programa		
Reembolsos Previsionais	46.276	68.584
Reembolsos Realizados	37.914	59.552

Fonte: SI POFC.

## EXECUÇÃO FINANCEIRA

A **metodologia utilizada** pelo COMPETE para apuramento da execução financeira do Programa assenta nas disposições previstas no artigo 78.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, e na sua nova redação dada pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 8 de abril.

Deste modo, a execução financeira reportada em sede de Relatório Anual traduz-se na despesa que, a 31 de dezembro de 2013, reúne as condições para certificação e reembolso pela Comissão, ou seja, inclui:

- As despesas pagas pelos beneficiários finais aquando da execução das operações, incluídas em pedidos de pagamento e validadas pela Autoridade de Gestão. No caso dos Sistemas de Incentivos, as referidas despesas têm adicionalmente que ser objeto de pagamento aos beneficiários;
- Os adiantamentos certificáveis e suscetíveis de reembolso pela Comissão Europeia;
- A contribuição pública indicada corresponde à despesa pública (comunitária e nacional) executada nos termos do conceito de execução explicitado.

No final do ano de 2013 a **realização financeira** do Programa atingiu um montante de 4,6 mil milhões de euros de custo total elegível, ao qual corresponde uma despesa pública acumulada de 2,3 mil milhões de euros, dos quais 2,1 mil milhões de euros provêm da participação comunitária do Fundo FEDER.

O custo total elegível apurado no final de 2013 representa uma **taxa de execução global de 83%**, face ao financiamento total do Programa (dotação prevista).

O acréscimo face à taxa registada no final de 2012 (66%) é representativo do esforço realizado por toda a gestão do Programa no sentido de atingir um nível de execução contrastante com o adverso contexto económico a que se assiste.

Numa análise por Eixo Prioritário, o Eixo II, à semelhança de 2012, apresenta a taxa de execução mais elevada do Programa, na ordem dos 93%, continuando a verificar-se que são os apoios às empresas que se encontram numa fase mais adiantada de execução.

**Tabela 2.5: Realização Financeira, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Eixo Prioritário	Financiamento total do COMPETE	Base de cálculo da contribuição da UE	Despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição Pública correspondente	Taxa de Execução (%)
Eixo Prioritário I		<b>Custo Total</b>			
Fundo FEDER	894.999		617.215	426.495	68,96%
Eixo Prioritário II		<b>Custo Total</b>			
Fundo FEDER	3.578.938		3.321.081	1.263.134	92,80%
Eixo Prioritário III		<b>Custo Total</b>			
Fundo FEDER	502.816		291.864	232.793	58,05%
Eixo Prioritário IV		<b>Custo Total</b>			
Fundo FEDER	276.471		202.605	202.605	73,28%
Eixo Prioritário V		<b>Custo Total</b>			
Fundo FEDER	246.048		148.617	116.345	60,40%
Eixo Prioritário VI		<b>Custo Total</b>			
Fundo FEDER	83.281		<b>37.006</b>	<b>37.006</b>	44,43%
<b>TOTAL COMPETE</b>	<b>5.582.552</b>		<b>4.618.388</b>	<b>2.278.377</b>	<b>82,73%</b>
<b>Fundo FEDER</b>	<b>5.582.552</b>		<b>4.618.388</b>	<b>2.278.377</b>	<b>82,73%</b>

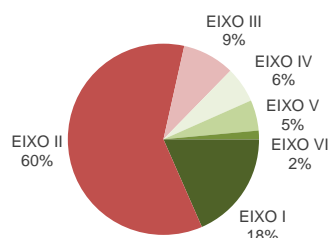
Fonte: SI POFC.

É igualmente de sublinhar o acréscimo de execução registado nos restantes Eixos Prioritários do Programa, com particular destaque para os Eixos I e IV, cujo acréscimo face a face à taxa de 2012 é de 19 e 17 pontos percentuais, respetivamente.

O Eixo Prioritário VI corresponde à Assistência Técnica do Programa e apresenta uma taxa de execução de 44% do seu financiamento total. Esta taxa é inferior à verificada em 2012 (48%), o que se justifica pela transição de 8 operações encerradas do COMPETE para o Programa Operacional de Assistência Técnica do FEDER, no final de 2013.

No que respeita à repartição da execução financeira acumulada por Eixo Prioritário, à semelhança do reportado nos Relatórios anteriores, verifica-se uma predominância dos apoios atribuídos no Eixo II, que concentra 60% da execução total do Programa.

**Gráfico 2.5: Execução Realizada - Distribuição por Eixo Prioritário (Fundo Comunit.), 2007-2013**

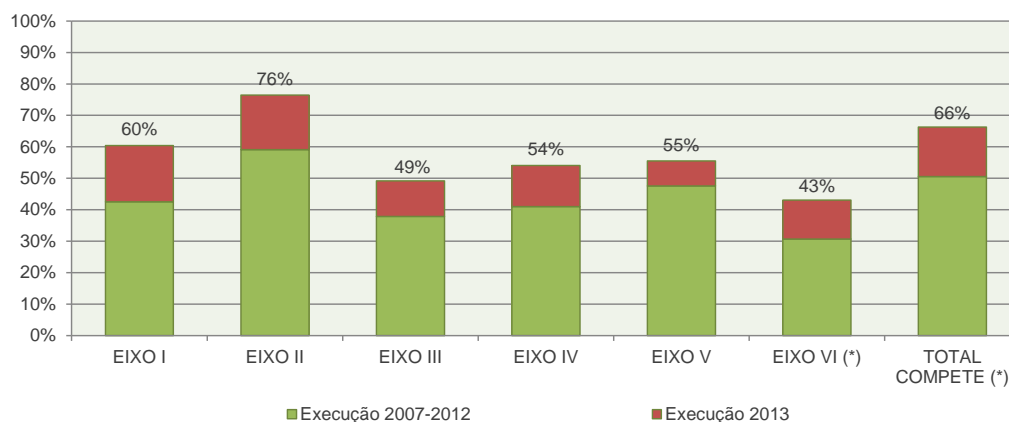


Fonte: SI POFC.

Centrando a análise na ótica do **fundo comunitário**, verifica-se que o COMPETE executou até final de 2013, cerca de 2/3 da sua dotação, ou seja, 66% do fundo comunitário FEDER.

Quanto à execução por Eixo Prioritário, destaca-se o Eixo II com a taxa mais elevada do Programa, ou seja, com cerca de 76% da sua dotação FEDER executada. Os restantes Eixos Prioritários apresentam taxas de execução mais ou menos similares.

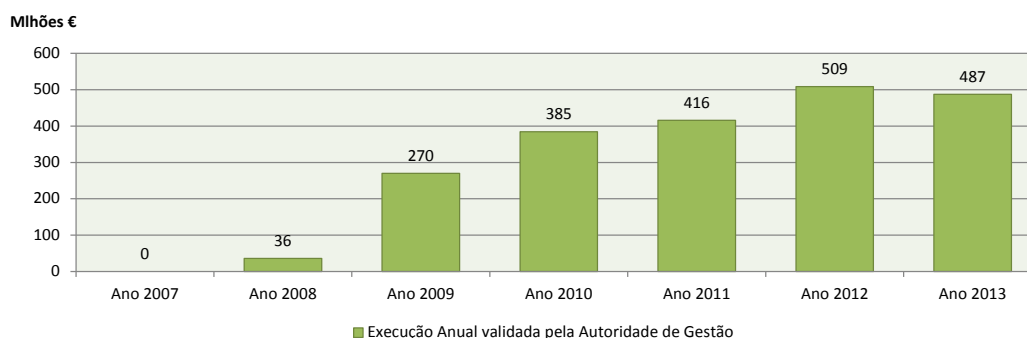
**Gráfico 2.6: Taxas de Execução por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2013**



Nota: (\*) O valor de execução anual do Eixo VI e Total não tem em conta o decréscimo de 10,5 M€, referente à transferência de 8 operações inicialmente financiadas pelo COMPETE e que foram transferidas, no final do ano de 2013, para o PO Assistência Técnica do FEDER. Fonte: SI POFC.

Em termos de análise da **execução anual**, apesar do elevado nível de pagamentos registado (conforme referido atrás), verifica-se uma ligeira diminuição da execução registada em 2013, face à do ano anterior, essencialmente devido à referida transferência de projetos da Assistência Técnica para o PO AT (10,5 M€) e, por outro lado, à elevada certificação de despesas registada em 2012 (de pagamentos efetuados em anos anteriores), a qual não atingiu o mesmo nível em 2013.

**Gráfico 2.7: Execução Anual Realizada (Fundo Comunitário), 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

## **META COMUNITÁRIA N+2**

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de julho, determina no n.º 1 do seu artigo 93.º que é automaticamente anulada pela Comissão qualquer parte de uma autorização orçamental relativa a um PO que não tenha sido utilizada para o pagamento do pré-financiamento ou para a realização de pagamentos intermédios, ou em relação à qual não tenha sido apresentado à Comissão, até 31 de dezembro do segundo ano seguinte ao da autorização orçamental, qualquer pedido de pagamento, em conformidade com o disposto no artigo 86.º.

Todavia, conforme exceção prevista no referido n.º 1, no caso de Portugal, por este ter um PIB *per capita* entre 2001 e 2003 inferior a 85% da média da EU-25, o prazo previsto vai até 31 de dezembro do terceiro ano seguinte ao da autorização orçamental anual de 2007 a 2010.

Deste modo, verifica-se o aumento da meta mínima de execução financeira para 2013, passando para meta n+2, ao contrário dos anos anteriores, em que se verificou a meta n+3.

O Regulamento (EU) n.º 539/2010, de 16 de junho, vem alterar a redação do n.º 1 do artigo 93.º do Regulamento (CE) n.º 1083, estipulando que, para efeitos de anulação automática de autorizações, a Comissão deve calcular o montante a anular somando um sexto da autorização orçamental anual relativa à participação anual total para 2007, a cada uma das autorizações orçamentais para os exercícios de 2008 a 2013.



Neste contexto, a **Meta n+2** a aferir em 2013 consiste no somatório da autorização orçamental relativa aos anos de 2008 a 2011, acrescido de quatro sextos da autorização orçamental de 2007, conforme evidenciado na **Tabela 2.6**.

O cumprimento desta meta comunitária é aferido pelo montante de Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) apresentados à CE pela Autoridade de Certificação, acrescido do montante de pré-financiamento realizado ao Programa pela Comissão Europeia.

Deste modo, tendo em conta a metodologia definida para efeitos de aferição do cumprimento da Meta n+2, verifica-se que a execução acumulada realizada no final do ano de 2013 permitiu um cumprimento da meta em 109%.

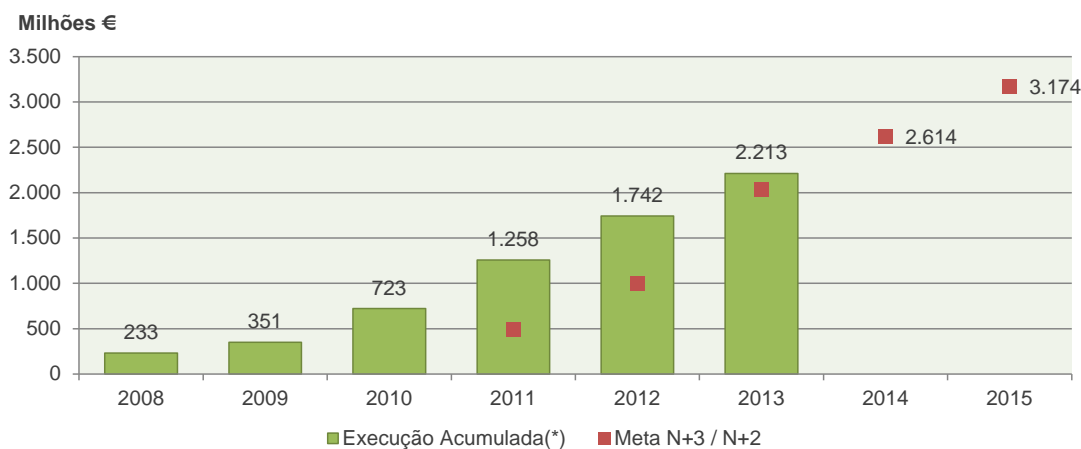
**Tabela 2.6: Meta Comunitária n+2, 2013**

Meta a aferir em 2013				Execução em 31-Dez-2013			
Ano N (2011)	Autorização Orçamental 2008-2011 (Ano N)	4/6 da autorização orçamental de 2007	Meta Comunitária N+2 (total)	Pedidos de Certificação Reportados à CE	Montante de Pré-Financiamento	Total de Execução	Cumprimento da Meta (%)
(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(6)/(4)	
Fundo Comunitário FEDER	1.755.173	278.331	2.033.504	1.979.915	232.784	2.212.699	109%

Fonte: SI POFC

Podemos assim constatar que, apesar de todas as dificuldades e constrangimentos sentidos nos últimos anos, com potencial impacte na execução do Programa, o COMPETE tem cumprido as metas comunitárias de execução definidas, reforçando o otimismo quanto à realização total da dotação do Programa.

**Gráfico 2.8: Execução Acumulada (Fundo Comunitário) por Ano, face às Metas n+3/n+2, 2007-2013**



Nota: (\*) Para o cumprimento da regra n+2, contabiliza-se como execução o montante reembolsado pela CE em 2013, acrescido do pagamento por conta realizado pela Comissão Europeia (232,8 M€). Fonte: IFDR.

## FLUXOS FINANCEIROS COM A CE

Durante o ano de 2013, o COMPETE apresentou à Autoridade de Certificação seis Pedidos de Certificação de Despesa, (em janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro), envolvendo uma despesa total acumulada na ordem dos 4,3 mil milhões de euros, com uma correspondente contribuição comunitária de 1,9 mil milhões de euros.

| 24

Os correspondentes Certificados e Declarações de Despesa e Pedidos de Pagamento (CDDPP) foram remetidos pela Autoridade de Certificação (AC) à Comissão Europeia também durante o ano de 2013, sendo que o 4.º/2013 CDDPP da AC consiste no envio à CE das despesas declaradas pela Autoridade de Gestão, reportadas a 19 de abril de 2013, cuja análise foi numa 1.ª fase objeto da aplicação de procedimentos de simplificação (3.º/2013).

O montante de **despesa total acumulada certificada** pela Autoridade de Certificação à Comissão ascende a cerca de 4,2 mil milhões de euros, com uma correspondente contribuição comunitária na ordem dos 2,0 mil milhões de euros.

Todos os CDDPP remetidos em 2013 pela Autoridade de Certificação, com exceção do enviado à CE em dezembro (no valor de 23,3 milhões de euros), foram reembolsados pela Comissão Europeia no próprio ano, perfazendo um montante de 470,6 milhões de euros. A este montante acresce o reembolso do CDDPP enviado à CE em dezembro de 2012 e reembolsado em fevereiro de 2013, num montante de 28,6 milhões de euros.

Assim, o total reembolsado pela CE durante 2013 foi de 476,0 milhões de euros, perfazendo um **total acumulado reembolsado** pela CE ao COMPETE de 1.956,7 milhões de euros.

Neste contexto, o ponto de situação dos fluxos financeiros a 31 de dezembro de 2013 traduz um montante acumulado pago pela CE ao COMPETE de cerca de **2.189,4 milhões de euros**, dos quais 232,8 milhões de euros a título de pré-financiamento.

**Tabela 2.7: Pedidos de Certificação de Despesas Apresentados pelo COMPETE à Autoridade de Certificação, 2013 (valores acumulados)**

*Unid: Mil Euros*

Nº do Pedido	Data de envio à AC	Data da despesa	Montantes		
			Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2013	24-01-2013	19-12-2012	3.546.800	1.681.575	1.541.368
2.º/2013	08-03-2013	12-02-2013	3.705.785	1.765.435	1.619.593
3.º/2013	15-05-2013	19-04-2013	3.835.502	1.836.130	1.687.114
4.º/2013	22-07-2013	23-06-2013	3.977.062	1.918.101	1.765.994
5.º/2013	13-09-2013	25-08-2013	4.144.671	2.025.194	1.866.439
6.º/2013	18-11-2013	31-10-2013	4.299.728	2.105.006	1.942.795
<b>TOTAL COMPETE</b>			<b>4.299.728</b>	<b>2.105.006</b>	<b>1.942.795</b>

Fonte: SI POFC

**Tabela 2.8: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) Apresentados pela Autoridade de Certificação à CE, 2013 (valores acumulados)**

Unid: Mil Euros

N <sup>o</sup> do Pedido	Data de envio do CDDPP à CE	Data da despesa	Montantes		
			Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2013	08-02-2013	19-12-2012	3.515.133	1.655.692	1.602.353
2.º/2013	22-03-2013	12-02-2013	3.691.027	1.757.475	1.704.874
3.º/2013	21-05-2013	19-04-2013	3.818.732	1.827.098	1.773.859
4.º/2013	19-07-2013	19-04-2013	3.823.895	1.829.533	1.776.282
5.º/2013	25-07-2013	23-06-2013	3.963.299	1.910.289	1.855.879
6.º/2013	23-09-2013	25-08-2013	4.122.829	2.011.443	1.956.655
7.º/2013	20-12-2013	31-10-2013	4.186.272	2.026.301	1.979.915
<b>TOTAL COMPETE</b>			<b>4.186.272</b>	<b>2.026.301</b>	<b>1.979.915</b>

Fonte: IFDR

**Tabela 2.9: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) Apresentados pela Autoridade de Certificação à CE, 2013 (valores por CDDPP)**

Unid: Mil Euros

N <sup>o</sup> do Pedido	Data de envio do CDDPP à CE	Data da despesa	Montantes		
			Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2013	08-02-2013	19-12-2012	259.939	93.930	93.079
2.º/2013	22-03-2013	12-02-2013	175.894	101.783	102.520
3.º/2013	21-05-2013	19-04-2013	127.705	69.623	68.985
4.º/2013	19-07-2013	19-04-2013	5.163	2.435	2.423
5.º/2013	25-05-2013	23-06-2013	139.404	80.756	79.596
6.º/2013	23-09-2013	25-08-2013	159.530	101.154	100.776
7.º/2013	20-12-2013	31-10-2013	63.443	14.858	23.260
<b>TOTAL COMPETE</b>			<b>931.078</b>	<b>464.539</b>	<b>470.641</b>

Fonte: IFDR

**Tabela 2.10: Pagamentos Efetuados pela CE, 2007-2013**

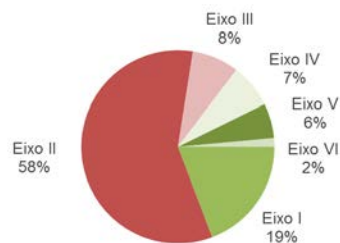
Unid: Mil Euros

Tipo Pagamento	N.º	Data	Montante
Pré-Financiamento	1.ª fração (2%)	Nov-07	62.076
Pré-Financiamento	2.ª fração (3%)	Abr-08	93.114
Pré-Financiamento	3.ª fração (2,5%)	Abr-09	77.595
<b>Subtotal Pré-financiamento</b>			<b>232.784</b>
Total Reembolsos – Ano de 2009			117.883
Total Reembolsos – Ano de 2010			371.948
Total Reembolsos – Ano de 2011			444.146
Total Reembolsos – Ano de 2012			546.654
Total Reembolsos – Ano de 2013			<b>476.023</b>
Reembolso	8.º/2012	Fev-13	28.643
Reembolso	1.º/2013	Mar-13	93.079
Reembolso	2.º/2013	Mai-13	102.520
Reembolso	3.º/2013	Jun-13	68.985
Reembolso	4.º/2013	Ago-13	2.423
Reembolso	5.º/2013	Ago-13	79.596
Reembolso	6.º/2013	Out-13	100.776
<b>Subtotal Reembolsos</b>			<b>1.956.655</b>
<b>TOTAL COMPETE</b>			<b>2.189.439</b>

Fonte: IFDR

Quanto à repartição da despesa constante dos Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamentos (CDDPP) por Eixo Prioritário, 58% da mesma concentra-se no Eixo II, seguindo-se o Eixo I, com cerca de 19% da despesa certificada e apresentada à CE para reembolso.

**Gráfico 2.9: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) - Distribuição por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2013**



Fonte: IFDR

### PREVISÃO DE PEDIDOS DE PAGAMENTO À CE

Determina o n.º 3 do artigo 78.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que, até 30 de abril de cada ano, o Estado-Membro envia à Comissão uma primeira previsão dos respetivos pedidos de pagamento esperados para o exercício financeiro em curso e para o exercício seguinte.

Em cumprimento do disposto, foram atempadamente realizadas as previsões de Pedidos de Pagamento à CE para o ano de 2013, tendo sido comunicado à CE e definido como meta um montante de 502,5 milhões de euros de Fundo Comunitário FEDER.

Face aos dados apresentados nas tabelas anteriores, podemos verificar que o montante dos pedidos de pagamento submetidos durante o ano de 2013 à CE ascende a 470,6 milhões de euros, o que se traduz no **cumprimento de 94% das previsões realizadas**.

#### 2.1.3. Informação sobre a Repartição da Utilização dos Fundos

A informação sobre a repartição da utilização dos fundos comunitários, abordada neste ponto, incide sobre a repartição regional – NUTS II e sobre as dimensões Formas de Financiamento, Atividade Económica e Tema Prioritário.

Relativamente à **repartição da contribuição comunitária por formas de financiamento**, verifica-se uma predominância dos apoios, em termos de número de projetos, através de instrumentos cuja tipologia principal de apoio é não reembolsável (87% das aprovações). Em termos de análise em valor, principalmente devido ao instrumento SI Inovação (que utiliza predominantemente incentivo reembolsável), verifica-se que cerca de metade do incentivo aprovado se enquadra em projetos essencialmente com esta natureza.

**Tabela 2.11: Contribuição Comunitária por Formas de Financiamento, 2007-2013**

*Unid.: Mil Euros*

Código	Designação	Fundo FEDER			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	5.701	1.649.344	788.610	48%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias e incentivo reembolsável)	810	1.924.090	1.128.730	59%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)	27	367.111	185.464	51%
4	Outras formas de financiamento	0	0	0	
<b>TOTAL COMPETE</b>		<b>6.538</b>	<b>3.940.545</b>	<b>2.102.803</b>	<b>53%</b>

Fonte: SI POFC.

A tabela seguinte refere-se à **repartição da contribuição comunitária** aprovada e executada **por atividade económica**, destacando-se o peso da Indústria Transformadora (39% do incentivo total atribuído), bem como a importância dos projetos aprovados do sector “Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” (47% do número total de projetos aprovados), essencialmente devido ao número considerável de projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT) inseridos no SAESCTN que, pela sua tipologia, são considerados neste setor de atividade segundo esta tabela.

**Tabela 2.12: Contribuição Comunitária por Atividade Económica, 2007-2013**

*Unid.: Mil Euros*

Código	Designação	Fundo FEDER			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	11	3.799	2.435	64%
02	Pesca	0	0	0	0%
03	Indústrias alimentares e das bebidas	239	168.330	78.242	46%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	316	178.355	85.522	48%
05	Construção de material de transporte	143	164.572	98.594	60%
06	Indústrias transformadoras diversas	1.768	1.532.286	882.185	58%
07	Extração de produtos energéticos	0	0	0	0%
08	Produção e dist. de eletríc., gás, vapor e água quente	2	268	155	58%
09	Captação, tratamento e distribuição de água	0	0	0	0%
10	Correios e telecomunicações	1	1.496	833	56%
11	Transportes	31	13.818	9.960	72%
12	Construção	90	7.845	2.986	38%
13	Comércio por grosso e a retalho	170	61.398	31.221	51%
14	Hotéis e restaurantes	68	176.032	83.465	47%
15	Atividades financeiras	26	244.253	80.815	33%
16	Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (inclui atividades de I&D)	3.045	619.269	314.393	51%
17	Administração pública	242	420.036	236.727	56%
18	Educação	63	40.084	19.708	49%
19	Atividades de saúde humana	9	12.848	2.882	22%
20	Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	253	180.335	100.189	56%
21	Atividades associadas ao ambiente	31	45.995	14.993	33%
22	Outros serviços não especificados	0	0	0	0%
00	Não aplicável	30	69.526	57.499	83%
<b>TOTAL COMPETE</b>		<b>6.538</b>	<b>3.940.545</b>	<b>2.102.803</b>	<b>53%</b>

Fonte: SI POFC.

A **Tabela 2.13** apresenta a **distribuição da contribuição comunitária por regulamento específico**, sendo de destacar, com maior número de projetos aprovados, o SAESCTN (39%), e com maior volume de incentivo atribuído, o SI Inovação (54% do total). Em termos de execução, é também o SI Inovação que apresenta a taxa mais elevada – 59% do incentivo aprovado.

**Tabela 2.13: Contribuição Comunitária por Regulamento Específico, 2007-2013**

Eixo Prioritário / Regulamento Específico	Fundo FEDER				Unid.: Mil Euros
	Aprovação		Execução		Tx EX/AP
	N.º Proj.	Montante	Montante		
<b>Eixo Prioritário 1 - Total</b>	<b>3.311</b>	<b>726.056</b>	<b>387.433</b>	<b>53%</b>	
Regulamento Específico - Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN)	2.577	327.662	180.868	55%	
Regulamento Específico - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	734	398.393	206.565	52%	
<b>Eixo Prioritário 2 - Total</b>	<b>2.493</b>	<b>2.268.741</b>	<b>1.263.134</b>	<b>56%</b>	
Regulamento Específico - Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	810	1.924.623	1.128.399	59%	
Regulamento Específico - Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI PME)	1.683	344.118	134.735	39%	
<b>Eixo Prioritário 3 - Total</b>	<b>27</b>	<b>367.111</b>	<b>185.464</b>	<b>51%</b>	
Regulamento Específico - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)	27	367.111	185.464	51%	
<b>Eixo Prioritário 4 - Total</b>	<b>253</b>	<b>291.322</b>	<b>127.062</b>	<b>44%</b>	
Regulamento Específico - Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)	253	291.322	127.062	44%	
<b>Eixo Prioritário 5 - Total</b>	<b>408</b>	<b>230.952</b>	<b>109.228</b>	<b>47%</b>	
Regulamento Específico - Sistema de Apoio a Acções Colectivas (SIAC)	408	230.952	109.228	47%	
<b>Eixo Prioritário 6 - Total</b>	<b>46</b>	<b>56.362</b>	<b>30.482</b>	<b>54%</b>	
Regulamento Específico - Assistência Técnica	46	56.362	30.482	54%	
<b>TOTAL COMPETE</b>	<b>6.538</b>	<b>3.940.545</b>	<b>2.102.803</b>	<b>53%</b>	

Fonte: SI POFC.

As Tabelas seguintes procedem à distribuição de valores aprovados e executados por NUTS II e NUTS III.

Em termos de distribuição das aprovações e execução por NUTS II, verifica-se que a Região Norte concentra 32% do incentivo aprovado e 34% da execução.

Destaque-se ainda a parcela das aprovações imputada à região de Lisboa, a qual decorre do efeito *Spill-Over*, e que representa cerca de 3,3% do total aprovado (mais detalhado no ponto **Regra Spill-Over Effects**)

**Tabela 2.14: Contribuição Comunitária por NUTS II, 2007-2013**

*Unid.: Mil Euros*

Região (NUTS II)	Fundo FEDER			
	Aprovação		Execução	
	N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Norte	2.951	1.272.366	720.976	57%
Centro	2.005	1.129.959	609.910	54%
Alentejo	279	378.587	223.622	59%
Lisboa	122	130.153	69.653	54%
Multi-Regiões (*)	1.181	1.029.479	478.642	46%
<b>TOTAL COMPETE</b>	<b>6.538</b>	<b>3.940.545</b>	<b>2.102.803</b>	<b>53%</b>

Nota: (\*) No ponto 2.1.6 encontra-se repartido o investimento elegível e incentivo aprovado dos projetos multi-regiões. Fonte: SI POFC.

**Tabela 2.15: Contribuição Comunitária por NUTS II e NUTS III, 2007-2013**

*Unid.: Mil Euros*

Região (NUTS II / NUTS III)	Fundo FEDER				
	Aprovação		Execução		
	N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP	
Norte	Alto Trás-os-Montes	26	24.124	12.765	53%
	Ave	230	130.257	67.260	52%
	Cávado	504	114.590	62.154	54%
	Douro	57	51.467	28.024	54%
	Entre Douro e Vouga	250	122.508	75.787	62%
	Grande Porto	1.452	600.063	351.852	59%
	Minho-Lima	66	54.951	27.441	50%
	Tâmega	203	91.032	54.760	60%
	Multi-Regiões	163	83.375	40.933	49%
	<b>Total Norte</b>	<b>2.951</b>	<b>1.272.366</b>	<b>720.976</b>	<b>57%</b>
Centro	Baixo Mondego	670	277.953	174.186	63%
	Baixo Vouga	581	310.600	175.566	57%
	Beira Interior Norte	13	12.082	7.996	66%
	Beira Interior Sul	13	22.675	20.084	89%
	Cova da Beira	62	43.285	6.269	14%
	Dão-Lafões	77	83.685	40.933	49%
	Médio Tejo	79	49.060	16.728	34%
	Oeste	106	68.850	34.954	51%
	Pinhal Interior Norte	34	51.664	19.221	37%
	Pinhal Interior Sul	5	8.702	7.332	84%
	Pinhal Litoral	216	136.972	68.184	50%
	Serra da Estrela	6	4.663	2.431	52%
	Multi-Regiões	143	59.769	36.027	60%
	<b>Total Centro</b>	<b>2.005</b>	<b>1.129.959</b>	<b>609.910</b>	<b>54%</b>
Alentejo	Alentejo Central	146	127.514	73.709	58%
	Alentejo Litoral	14	75.819	42.432	56%
	Alto Alentejo	20	38.608	15.798	41%
	Baixo Alentejo	18	69.785	56.507	81%
	Lezíria do Tejo	78	64.415	33.895	53%
	Multi-Regiões	3	2.447	1.281	52%
<b>Total Alentejo</b>	<b>279</b>	<b>378.587</b>	<b>223.622</b>	<b>59%</b>	
Lisboa	Grande Lisboa	121	128.869	68.368	53%
	Península de Setúbal	1	1.285	1.285	100%
<b>Total Lisboa</b>	<b>122</b>	<b>130.153</b>	<b>69.653</b>	<b>54%</b>	
Multi-Regiões	Total Multi-Regiões	1.181	1.029.479	478.642	46%
<b>TOTAL COMPETE</b>		<b>6.538</b>	<b>3.940.545</b>	<b>2.102.803</b>	<b>53%</b>

Fonte: SI POFC

Para mais informação sobre a repartição regional, sugere-se a consulta ao Anexo IV deste Relatório.

Refira-se ainda que não foi reproduzida a tabela relativa à repartição da contribuição da União por tipo de território, dado que a mesma não se aplica ao Programa.

### REGRA SPILL-OVER EFFECTS

O Programa COMPETE prevê a possibilidade de serem apoiadas despesas realizadas em Lisboa e no Algarve (na chamada regra *spill-over effects*), de forma excepcional e devidamente justificada, em função da natureza das operações e do efeito multiplicador que provoca nas Regiões de Convergência. Deste modo, considera-se que o investimento realizado é meramente instrumental tendo em conta os benefícios esperados nas regiões de convergência (em conformidade com a abrangência regional do Programa).

Neste sentido, está prevista a possibilidade de recurso a esta regra de exceção no âmbito dos projetos de I&D em co-promoção, dos projetos do Eixo III (flexibilização que não foi implementada no COMPETE) e dos projetos de modernização da Administração Pública.

Foram instituídos vários mecanismos cruzados de controlo da sua aplicação, com apoio do Sistema de Informação, que passam por uma primeira aferição em sede de análise do projeto e, posteriormente, pela validação por parte da área de Gestão Estratégica e Avaliação.

Conforme se pode constatar pela Tabela 2.15, a utilização deste mecanismo permanece limitada e com um carácter de excepcionalidade, representando, no final de 2013, apenas 3% do investimento elegível total do Programa.

Tabela 2.16: Aplicação Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2013

*Unid: Mil Euros*

Instrumento	N.º Proj. ( <i>spill-over</i> )	Investimento Elegível ( <i>spill-over</i> )	Incentivo ( <i>spill-over</i> )	% Investim. Elegível no Total ( <i>spill-over/Total</i> )
SI I&DT em Co-Prom.	103	27.020	18.651	7%
SAMA	154	203.852	173.076	47%
<b>Total Spill-Over Effects</b>	<b>257</b>	<b>230.872</b>	<b>191.727</b>	<b>29%</b>
Outros Instrumentos	0	0	0	0%
<b>TOTAL COMPETE</b>	<b>257</b>	<b>230.872</b>	<b>191.727</b>	<b>3%</b>

Fonte: SI POFC.

Em anexo encontra-se a lista dos apoios concedidos ao abrigo desta regra (Anexo XV), onde se poderá constatar, projeto a projeto, o cumprimento dos limites estabelecidos.



## **EIXO I – SI I&DT: PROJETOS DE I&DT EM CO-PROMOÇÃO**

Os projetos em co-promoção do SI I&DT visam o reforço da competitividade empresarial, através da agregação de um conjunto de competências complementares detidas por várias entidades (empresas e entidades do SCT) que se associam para a prossecução de objetivos partilhados de I&D, potenciando a geração de sinergias e partilha de riscos, custos e resultados.

Neste sentido, estes projetos são sempre liderados por uma empresa, localizada numa Região da Convergência, podendo os consórcios promotores integrar outras empresas (igualmente localizadas numa Região da Convergência) e/ou entidades do SCT, assumindo estas um papel de reforço da articulação entre as diferentes entidades participantes, sendo que os resultados económicos da I&D apoiada devem ser maioritariamente internalizados pelo sector empresarial.

De forma a não limitar a possibilidade das empresas, e tendo em conta o carácter essencialmente instrumental do investimento das entidades do SCT, a regra de exceção “*Spill-over Effects*”, devidamente explicitada no Anexo II do Programa, no âmbito dos projetos em co-promoção do SI I&DT, permite que empresas localizadas nas Regiões de Convergência possam agregar ao projeto as entidades de SCT que considerem mais relevantes, independentemente de se localizarem fora das Regiões de Convergência.

Os apoios concedidos ao abrigo desta regra são excecionais e objeto de um escrutínio apertado fundamentado em condições objetivas que confirmem que a não admissibilidade dessas parcerias tecnológicas inviabilizaria ou condicionaria o sucesso dos projetos, além de se assegurar que os benefícios económicos deles decorrentes são apropriados pelos promotores (empresas e/ou entidades do SCT) localizados nas Regiões de Convergência.

No final de 2013, encontravam-se aprovados 103 projetos do SI I&DT em co-promoção, nas tipologias SI I&DT em Co-Promoção e Projetos Mobilizadores de I&DT (a lista dos projetos, com indicação dos co-promotores, encontra-se no Anexo XV), com recurso à referida exceção, representando as referidas despesas 20% no âmbito dos projetos com *spill-over effects* e de 7% do investimento elegível total apoiado no âmbito desta tipologia de projetos.

Deste modo, conclui-se que a aplicação deste mecanismo tem assumido um carácter essencialmente de exceção e marginal no quadro dos apoios concedidos no âmbito dos projetos em co-promoção do SI I&DT.

**Tabela 2.17: Projetos de I&D em Co-Promoção Aprovados ao Abrigo da Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2013**

Unid: Mil Euros

Tipo de Projeto	Projetos Aprovados			
	N.º Proj.	Invest. Elegível – Regiões Convergência	Invest. Elegível – <i>Spill-Over Effects</i>	Inv. <i>Spill-Over</i> /Inv. Total
Projetos sem Regra <i>Spill-Over Effects</i>	255	231.873	0	0%
Projetos com Regra <i>Spill-Over Effects</i>	103	107.709	27.020	20%
<b>TOTAL SI I&amp;DT – Projetos em Co-Promoção</b>	<b>358</b>	<b>339.583</b>	<b>27.020</b>	<b>7%</b>

Fonte: SI POFC.

| 32

#### EIXO IV – SAMA

No âmbito do SAMA, com base na exceção à regra geral de elegibilidade territorial das despesas relativas a operações com efeitos de difusão relevantes, traduzida na Regra “*Spill-over Effects*”, podem ser apoiados investimentos localizados na região NUTS II de Lisboa, por se considerar que têm impactes muito relevantes para o desenvolvimento das regiões “Objetivo Convergência” do Continente.

Com efeito, apesar da maioria das entidades e serviços da Administração Pública se encontrar localizada na NUTS II de Lisboa, onde se concentra uma parte significativa dos investimentos a realizar, a realidade é que os efeitos e impactes visam, exatamente, a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Administração Central a todos os cidadãos e às empresas, a sua reorganização global e o funcionamento e acesso em rede.

**Tabela 2.18: Projetos Aprovados no SAMA ao Abrigo da Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2013**

Unid: Mil Euros

Tipo de Projeto	Projetos Aprovados			
	N.º Proj.	Invest. Elegível Inicial	Corte Elegibilid	Invest. Elegível – <i>Spill-Over Effects</i>
Proj. totalmente localizados em Lisboa	122	223.876	68,50%	153.355
Proj. parcialmente localizados em Lisboa e Algarve	32	115.148		50.497
<i>Valores relativos às Regiões de Convergência</i>		41.430		
<i>Valores relativos à Região de Lisboa e Algarve</i>		73.718	68,50%	50.497
Proj. com Regra <i>Spill-Over Effects</i>	154	339.024		203.852
Proj. sem Regra <i>Spill-Over Effects</i>	99	98.857		
<b>TOTAL SAMA</b>	<b>253</b>	<b>437.881</b>		<b>203.852</b>

Fonte: SI POFC.

Em termos práticos, de acordo com a metodologia estabelecida no Anexo V do QREN (e no Anexo II do texto do Programa), os **efeitos de difusão dos investimentos** realizados na NUTS II de Lisboa sobre as Regiões de Convergência (NUTS II do Norte, Centro e Alentejo), foram

quantificados em 68,5%<sup>6</sup>, sendo esta a taxa a aplicar aos investimentos que se localizam na Região NUTS II de Lisboa para efeitos de determinação do investimento elegível para financiamento pelo Programa. Como se verifica pela **Tabela 2.17**, foram apoiados 154 projetos onde se recorreu à referida exceção.

De acordo com a Avaliação Intercalar do COMPETE, o efeito *spill-over* está claramente presente nos projetos em questão:

#### **Caixa 1: Conclusões das Avaliações sobre o efeito da Regra Spill-Over no SAMA**

“A análise de verificação dos efeitos produzidos nas regiões de convergência pelos projetos, com apoios previstos para entidades localizadas nas regiões não convergência, no caos dos projetos de modernização da administração, aponta no sentido de esse efeito de spill-over associado a esta tipologia de projetos estar claramente presente e, adicionalmente, não se afastar de forma significativa da regra de elegibilidade que, recorde-se, estabelece que 68,5%, correspondentes ao peso da população, dos efeitos dos projetos realizados em Lisboa ou no Algarve, se materializem nas Regiões Convergência.”

Fonte: Relatório Final da Avaliação Intercalar do COMPETE, Augusto Mateus & Associados e PWC, nov.2013.

#### **2.1.4. Informação sobre o Apoio Comunitário por Grupos-Alvo**

A análise por grupos-alvo encontra-se desenvolvida no ponto 3.

#### **2.1.5. Apoio Restituído ou Reutilizado**

Tendo por base o disposto n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, as situações reportadas neste ponto decorrem de **ações de controlo externo** realizadas ao Programa, de **verificações no local** realizadas pelos Organismos Intermédios, do **controlo interno** promovido pela Autoridade de Gestão e da própria **gestão e acompanhamento da execução** das operações realizada pelos Organismos Intermédios e pela Autoridade de Gestão.

Assinala-se como nota à leitura do quadro seguinte, que a despesa irregular reportada corresponde à despesa final apurada em sede de *follow-up* das ações, a qual poderá ter sido ajustada face à despesa irregular identificada no relatório final.

No que respeita às situações irregulares decorrentes do controlo externo, verificamos que, no âmbito das ações de controlo realizadas e com relatório definitivo remetido à Autoridade de

<sup>6</sup> Valor calculado a partir da concentração da população residente nas Regiões Norte, Centro e Alentejo no quadro da população residente do Continente (Eurostat, 2004).

Gestão até final do ano de 2013, foi detetada despesa irregular em 40 operações, num montante de fundo comunitário FEDER na ordem dos 6,5 milhões de euros. Deste montante a Autoridade de Gestão procedeu, até final de 2013, à correção financeira de cerca de 5,5 milhões de euros.

**Tabela 2.19: Ações de Controlo Externo - Apoio Restituído ou Reutilizado, FEDER, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Tipo de Ação de controlo	Entidade Responsável	Nº Ações Controlo que envolveram operações	Nº Operações Auditadas	Nº Operações com despesa irregular	Despesa FEDER irregular	Correcções financeiras efetuadas - FEDER	Despesas FEDER retiradas como medida preventiva da AC	Apoio restituído ou reutilizado
Operações	Estrutura de Auditoria Segregada (IFDR) (1)	4	179	30	5.164,5	5.056,5	124,3	5.056,5
	Tribunal de Contas Europeu	2	8	1	242,8	242,8	0	242,8
<b>Total Operações</b>		<b>6</b>	<b>187</b>	<b>31</b>	<b>5.407,3</b>	<b>5.407,3</b>	<b>124,3</b>	<b>5.299,3</b>
Sistema	Autoridade de Auditoria (IGF)	10	71	5	1.081,6	148,7	932,9	148,7
	Autoridade de Certificação (IFDR)	2	33	3	4,2	3,9	0,3	3,9
	Comissão Europeia	2	18	0	0	0	0	0
	Tribunal de Contas	1	8	0	0	0	0	0
	Tribunal de Contas Europeu	1	2	1	1,4	1,4	0	1,4
<b>Total Sistema</b>		<b>16</b>	<b>132</b>	<b>9</b>	<b>1.087,2</b>	<b>154,0</b>	<b>933,2</b>	<b>154,0</b>
<b>Total Controlo Externo</b>		<b>22</b>	<b>319</b>	<b>40</b>	<b>6.494,5</b>	<b>5.453,3</b>	<b>1.057,5</b>	<b>5.453,3</b>

Nota: (1) Inclui a despesa irregular identificada pela IGF no âmbito da sua supervisão à Auditoria de Operações realizada pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR. Fonte: SI POFC.

O montante remanescente de despesa irregular FEDER, cerca de 1,1 milhões de euros, foi retirado da certificação de despesas à Comissão Europeia pela Autoridade de Certificação, como medida preventiva.

Este montante, que no final de 2013 não estava ainda regularizado pela Autoridade de Gestão, é relativo a situações reportadas à AG COMPETE próximo do final do ano, sendo que, como tal, a sua regularização só foi ou será efetivada pela AG durante 2014 e também a situações objeto de contestação por parte da AG.

Deste modo, no final de 2013, no âmbito do controlo externo, o **montante de fundo restituído ou reutilizado** corresponde ao montante das correções financeiras realizadas, ou seja, a 5,5 milhões de euros de fundo comunitário FEDER.

Quanto às **ações de verificação no local**, as quais são realizadas pelos Organismos Intermédios, das 113 operações verificadas e com relatório definitivo enviado à Autoridade de Gestão, verificou-se existir despesa irregular em 23 delas, num montante de fundo comunitário FEDER de 1,0 milhão de euros.

Das 113 ações de verificação no local, 86 delas inscrevem-se nos **Planos Anuais de Verificação no Local** e 27 ações resultam de **Ações de Acompanhamento da Execução de Projetos**.

| 35

Salienta-se que, na **Tabela 2.19**, foram consideradas as ações com relatório definitivo enviado à Autoridade de Gestão até final de 2013 e ainda os relatórios definitivos fechados durante o mês de janeiro de 2014, dado reportarem-se a ações concluídas até final do ano em análise.

A correção financeira realizada foi de 0,3 milhões de euros, sendo o montante 0,7 milhões de euros retirado preventivamente da certificação à CE pela AC.

No final de 2013, no âmbito das verificações no local, o montante de fundo restituído ou reutilizado corresponde ao montante das correções financeiras realizadas, ou seja, a 0,3 milhões de euros.

**Tabela 2.20: Verificações no Local - Apoio Restituído ou Reutilizado, FEDER, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Organismo Intermédio	Nº Operações com VL (1)	Despesa Elegível verificada	Nº Operações com despesa irregular	Despesa Elegível Irregular	FEDER Elegível Irregular	Correção financeira realizada	Despesas FEDER retiradas como medida preventiva da AC	Apoio restituído ou reutilizado
Adl	4	1.972,0	3	5,8	3,5	2,5	0,8	2,5
AICEP	19	533.189,0	5	33,4	12,5	12,5	0,0	12,5
AMA	5	600,7	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FCT	21	575,4	5	4,6	3,9	0,0	3,9	0,0
IAPMEI	30	11.047,6	9	1.639,3	735,9	0,5	693,4	0,5
POFC	30	153.417,8	1	376,0	263,2	263,2	0,0	263,2
TP	4	1.674,5	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total Verificações no Local</b>	<b>113</b>	<b>702.477,0</b>	<b>23</b>	<b>2.059,0</b>	<b>1.019,0</b>	<b>278,7</b>	<b>698,0</b>	<b>278,7</b>

Nota: (1) Duas operações tiveram 2 verificações no local. Fonte: SI POFC.

As ações de **Controlo Interno** realizadas pela Autoridade de Gestão, que, no Relatório de Execução de 2012, foram incluídas no âmbito da gestão dada a sua reduzida expressão, contavam, no final de 2013, com 22 processos concluídos e com relatório final aprovado. Todas estas ações integram o plano anual de Controlo Interno relativo ao ano de 2010.

Às 22 ações de Controlo Interno corresponde uma despesa total controlada de 12,4 milhões de euros, tendo-se detetado despesa irregular em 11 operações, num montante de 0,3 milhões de

euros, a que corresponde um fundo comunitário FEDER de 0,1 milhões de euros. Com exceção de uma operação, toda a despesa irregular se encontra corrigida.

Tabela 2.21: Controlo Interno - Apoio Restituído ou Reutilizado, FEDER, 2007-2013

Organismo Intermédio	Nº Operações com CI	Despesa Elegível verificada	Nº Operações com despesa irregular	Despesa Elegível Irregular	FEDER Elegível Irregular	Correção financeira realizada	Unid: Mil Euros	
							Despesas FEDER retiradas como medida preventiva da AC	Apoio restituído ou reutilizado
Adl	2	222,7	1	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0
AICEP	4	6.897,7	2	4,8	1,7	1,7	0,0	1,7
AMA	1	381,8	1	138,1	66,2	66,2	0,0	66,2
FCT	5	191,6	4	5,8	4,7	4,7	0,0	4,7
IAPMEI	8	4.089,0	2	87,9	57,0	57,0	0,0	57,0
TP	2	587,6	1	17,7	8,0	8,0	0,0	8,0
<b>Total Controlo Interno</b>	<b>22</b>	<b>12.370,5</b>	<b>11</b>	<b>254,5</b>	<b>137,7</b>	<b>137,6</b>	<b>0,0</b>	<b>137,6</b>

Fonte: SI POFC.

No âmbito da gestão e acompanhamento das operações por parte dos Organismos Intermédios e da Autoridade de Gestão, foram identificadas, até final de 2013, algumas situações que deram origem à **anulação total ou parcial da operação**.

Neste contexto, foram identificadas 61 anulações totais de operações, cuja natureza da situação foi considerada como irregular, as quais libertaram um montante de FEDER na ordem dos 34,2 milhões de euros. Parte deste montante não se encontrava ainda certificado e reembolsado pela CE.

Às situações irregulares identificadas pela gestão que provocaram a anulação parcial de 40 operações, corresponde um FEDER reutilizado de 0,8 milhões de euros.

Tabela 2.22: Gestão e Acompanhamento das Operações - Apoio Restituído ou Reutilizado, FEDER, 2007-2013

Tipo de Anulação	Organismo intermédio	Nº de Operações	Unid: Mil Euros
			Montante FEDER reutilizado
Parcial	ADI	2	1,9
	AICEP	13	533,2
	FCT	10	9,7
	IAPMEI	14	227,4
	POFC	1	6,0
Sub-total		40	778,3
Total	AICEP	6	8.921,6
	AMA	1	341,7
	FCT	2	51,0
	IAPMEI	47	22.495,3
	POFC	3	143,0
	TP	2	2.288,1
Subtotal		61	34.240,6
<b>Total</b>		<b>101</b>	<b>35.018,9</b>

Fonte: SI POFC.

Até final de 2013 não foram identificadas situações enquadráveis no Artigo 57.º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de julho, conforme ponto 2.5.

## 2.1.6. Análise Qualitativa

Durante o ano de 2013 foram rececionadas 3.042 candidaturas com um investimento total associado de 3,9 mil milhões de euros. Assim, desde o início do Programa, foram recebidas 20.328 candidaturas, envolvendo um investimento total proposto de 23,9 mil milhões de euros.

**Tabela 2.23: Candidaturas Rececionadas por Eixo Prioritário, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

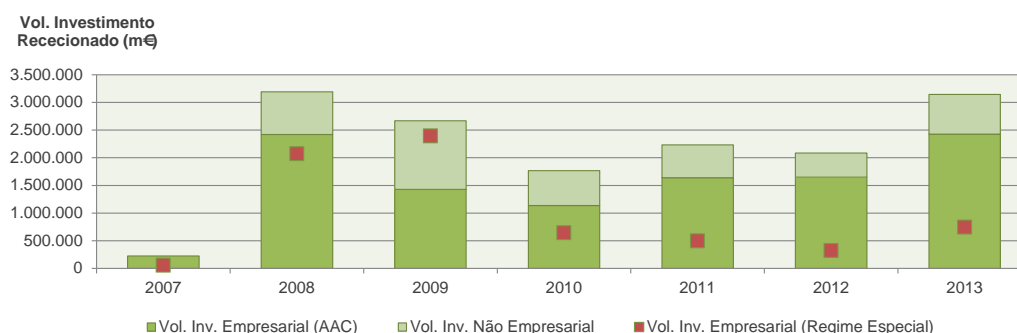
Eixo Prioritário	Candidaturas (2013)		Candidaturas (2007-2013)	
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	1.375	428.637	13.857	3.761.200
EIXO II – Inov. e Renov. Modelo Empr. e do Padrão de Esp.	1.083	2.823.223	4.862	17.492.134
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	4	196.660	36	737.643
EIXO IV - Uma Admin. Pública Eficiente e de Qualidade	215	215.610	597	1.099.131
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenv. Empresarial	357	202.060	920	722.480
EIXO VI - Assistência Técnica	8	21.813	56	114.546
<b>TOTAL COMPETE</b>	<b>3.042</b>	<b>3.888.003</b>	<b>20.328</b>	<b>23.927.133</b>

Fonte: SI POFC.

Analisando o **volume de candidaturas por ano**, verifica-se uma elevada procura registada em 2013 no âmbito dos AAC, com especial destaque para o investimento empresarial (essencialmente associada ao encerramento do período de receção de candidaturas), constituindo assim o ano com maior investimento empresarial rececionado nesta modalidade.

Por outro lado, relativamente aos projetos especiais<sup>7</sup>, apesar do ligeiro aumento registado em 2013 face aos anos anteriores, verifica-se uma tendência decrescente da procura comparativamente aos anos iniciais de 2008 e 2009.

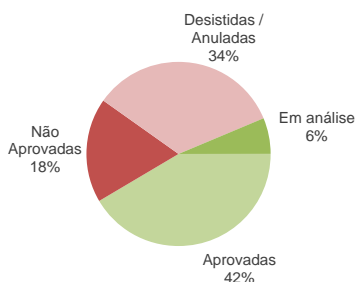
**Gráfico 2.10: Investimento Rececionado (excluindo Projetos Transitados do QCA III) por Ano de Candidatura, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

<sup>7</sup> Projetos de maior dimensão sujeitos a processos de negociação específicos. Inclui projetos transitados do QCA III e projetos do Regime Especial e de Interesse Estratégico Nacional do SI I&DT e do SI Inovação, designadamente os designados "Grandes projetos", de custo total superior a 50 milhões de euros.

**Gráfico 2.11: Investimento Rececionado por Situação das Candidaturas, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

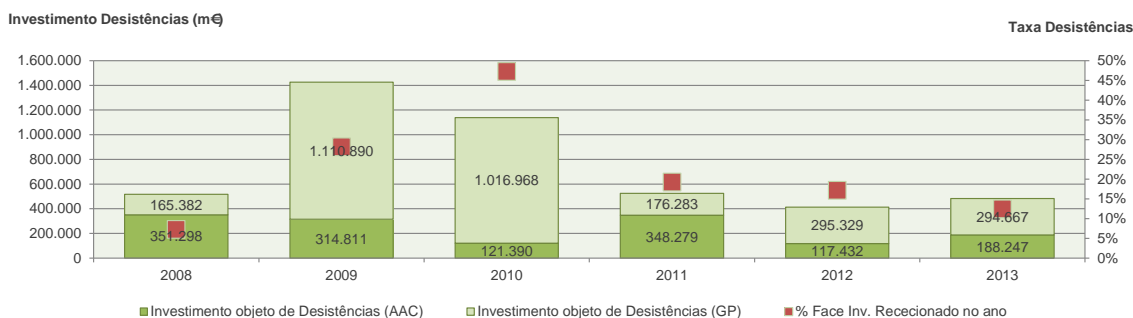
Do total de candidaturas rececionadas desde o início do Programa (medidas em valor de investimento), verifica-se que, no final de 2013, cerca de 42% se encontrava aprovado, 34% foi objeto de desistência ou anulação e 18% não foi aprovado (por falta de mérito ou por não cumprir critérios de admissibilidade), permanecendo 6% em fase de análise.

As **candidaturas em análise** referem-se, essencialmente, a concursos que foram objeto de análise até final do ano, mas cuja decisão teve lugar já em 2014.

No que se refere às **desistências**<sup>8</sup>, verifica-se que foram objeto de desistência 615 candidaturas com um investimento associado de 4,5 mil milhões de euros, dos quais 3,1 mil milhões de euros referentes a projetos do Regime Especial do SI Inovação.

Analisando as variações anuais conclui-se que se mantém a tendência iniciada em 2011, ou seja, a redução do investimento apresentado objeto de desistência em percentagem face ao volume de investimento rececionado no próprio ano, essencialmente devido à diminuição das desistências nos projetos do Regime Especial.

**Gráfico 2.12: Investimento Rececionado Objeto de Desistência por Ano, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Durante o ano de 2013 foram registadas 175 **anulações**<sup>9</sup>, envolvendo um incentivo de 151,9 milhões de euros. Em termos acumulados, até final do ano, encontravam-se anulados 896 projetos que permitiram uma desativação de incentivo de 769,9 milhões de euros.

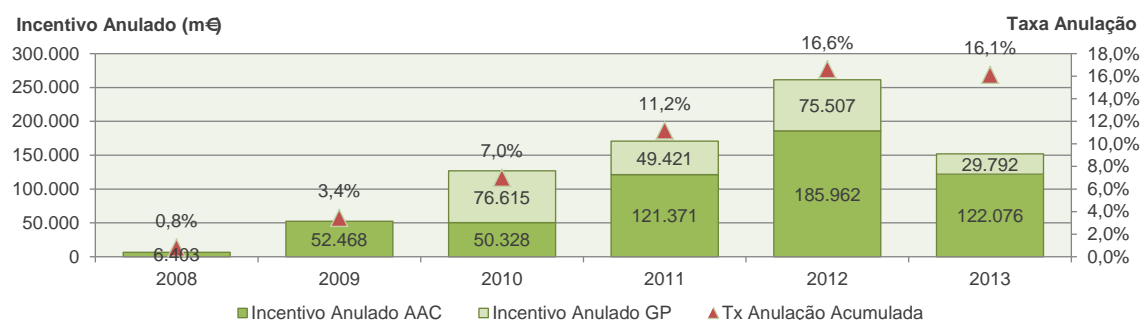
<sup>8</sup> Por desistência entende-se a opção de desistir da candidatura manifestada pelo promotor durante o processo de decisão do projeto.

<sup>9</sup> As anulações traduzem as revogações formalizadas após decisão elegível de financiamento dos projetos.



Analisando a evolução anual, verifica-se uma forte diminuição do nível de anulações registada em 2013, quer nos projetos aprovados no âmbito de concursos, quer referente aos projetos do Regime Especial e Interesse Estratégico do SI Inovação. Verifica-se assim a estabilização da taxa de anulação na ordem dos 16%.

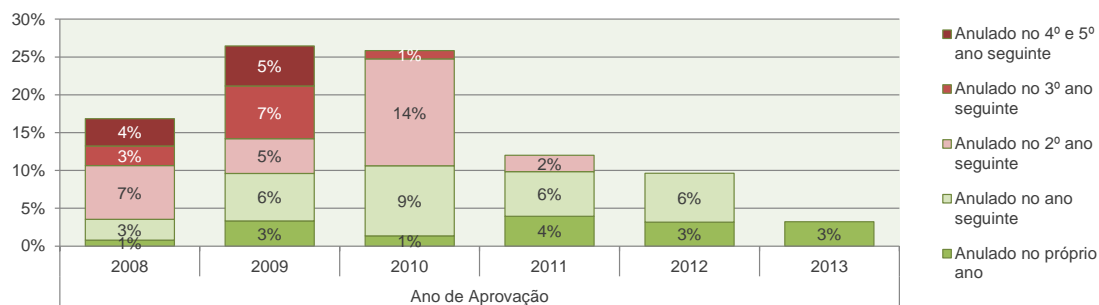
**Gráfico 2.13: Incentivo Objeto de Anulação por Ano de Anulação, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Conforme se pode verificar no Gráfico 2.14, a diminuição do volume de incentivo anulado deve-se, essencialmente, ao reduzido nível de anulação verificado no compromisso assumido em 2011 (ao fim de três anos, o compromisso de 2010 objeto de anulação representava 25%, enquanto o compromisso de 2011 objeto de anulação representa 12%).

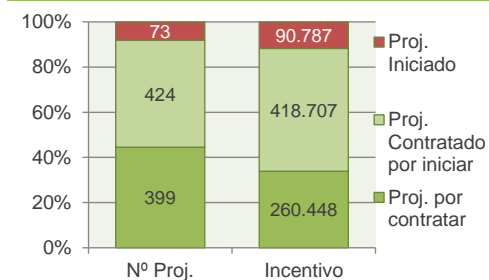
**Gráfico 2.14: Incentivo Objeto de Anulação, por ano de aprovação, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Quanto ao momento da descativação do apoio, conclui-se este sucede principalmente entre a contratação e o arranque financeiro dos projetos (47% do número de projetos anulados, correspondendo a 54% do incentivo anulado). Realce-se ainda que permanece reduzido (8% dos projetos) o nível de anulação de projetos já iniciados, ou seja, com pagamentos realizados.

**Gráfico 2.15: Projetos Objeto de Anulação, por Estádio, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Em 2013 foram aprovados 1.584 novos projetos, envolvendo um investimento elegível de 1,9 mil milhões de euros e um incentivo de mil milhões de euros (já excluindo os projetos que foram objeto de anulação ainda durante o ano de 2013).

Por outro lado, foram anulados 143 projetos aprovados em anos anteriores com um investimento elegível de 206,4 milhões de euros e um incentivo de 120,9 milhões de euros. Em 2013, foram ainda encerrados ou alvo de descativação decorrente de novas decisões 408 projetos, originando uma descativação de incentivo de 71,9 milhões de euros.

| 40

**Tabela 2.24: Projetos com Variação dos Valores de Aprovação em 2013**

*Unid: Mil Euros*

EIXO	Proj. com 1.ª decisão de aprovação em 2013 (*)			Proj. Anulados em 2013			Proj. Encerrados ou com Descativação de Incentivo em 2013		
	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo
EIXO I	576	244.112	138.426	18	-12.906	-8.106	65	-4.199	-2.502
EIXO II	782	1.286.422	635.199	96	-160.589	-89.673	228	-52.552	-21.003
EIXO III	4	196.660	100.675	0	0	0	20	-32.659	-16.380
EIXO IV	99	99.189	76.391	14	-18.343	-11.614	56	-47.145	-28.334
EIXO V	107	65.420	51.091	7	-1.387	-1.013	23	-607	-388
EIXO VI	16	31.942	27.150	8	-13.140	-10.502	16	-3.919	-3.331
<b>TOTAL</b>	<b>1.584</b>	<b>1.923.745</b>	<b>1.028.932</b>	<b>143</b>	<b>-206.365</b>	<b>-120.908</b>	<b>408</b>	<b>-141.082</b>	<b>-71.938</b>

Nota: (\*) Não inclui projetos que tenham sido objeto de anulação no próprio ano. Fonte: SI POFC

Tendo em conta as **variações ocorridas em 2013** (novas aprovações ou descativações decorrentes de anulação ou encerramento de projetos) acima identificadas, verifica-se que se registou um aumento do investimento elegível em 1,6 mil milhões de euros e num aumento do incentivo aprovado de 836,1 milhões de euros.

Em termos acumulados, no final de 2013, encontram-se **aprovados 6.538 projetos** com um investimento elegível de 8,1 mil milhões de euros e um incentivo de 3,9 mil milhões de euros.

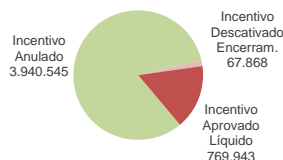
**Tabela 2.25: Projetos Aprovados (incluindo Saldo de 2013 de Novas Aprovações e Descativações) por Eixo Prioritário, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

EIXO	Variações de 2013			2007-2013	
	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo
EIXO I	227.007	127.818	3.311	1.179.070	726.056
EIXO II	1.073.281	524.523	2.493	5.550.645	2.268.741
EIXO III	164.001	84.295	27	599.042	367.111
EIXO IV	33.702	36.443	253	437.881	291.322
EIXO V	63.426	49.690	408	310.548	230.952
EIXO VI	14.883	13.317	46	67.502	56.362
<b>TOTAL COMPETE</b>	<b>1.576.299</b>	<b>836.086</b>	<b>6.538</b>	<b>8.144.688</b>	<b>3.940.545</b>

Fonte: SI POFC.

**Gráfico 2.16: Incentivo Bruto Aprovado por Situação Atual, 2007-2013**

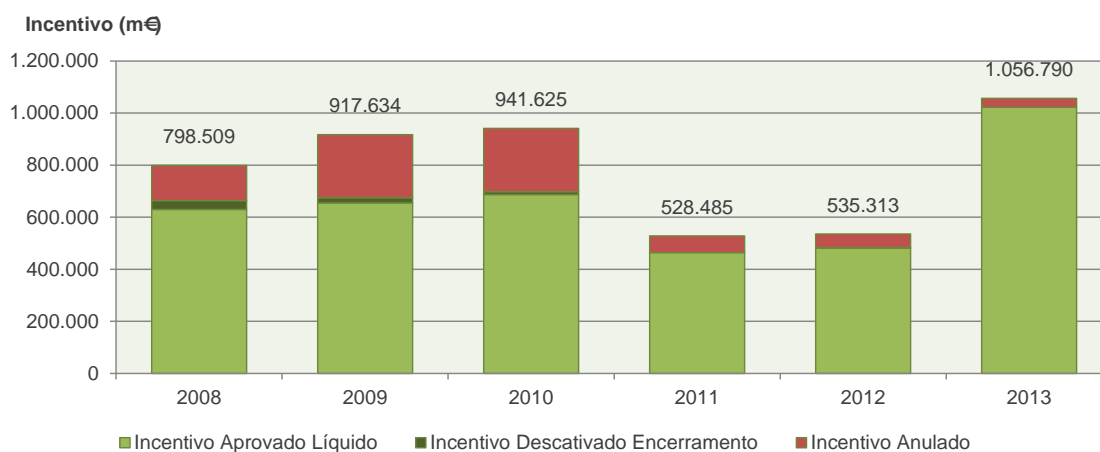


Fonte: SI POFC.

Tal como se pode constatar pelo gráfico, desde o início do Programa foi aprovado um incentivo total de 4,8 mil milhões de euros, dos quais 16% foi objeto de anulação, 1% objeto de descativação em sede de encerramento, permanecendo 82% como compromisso do Programa.

Analisando as **aprovações brutas por ano**, conclui-se que 2013 representou o ano com o maior nível de compromisso assumido desde o início do Programa. Este facto está associado à decisão, ainda durante o ano de 2013, dos concursos lançados no último trimestre de 2012 e primeiro semestre de 2013, que representaram a última fase de receção de candidaturas ao Programa (conforme ponto 2.4.5).

**Gráfico 2.17: Aprovações Brutas por Situação Atual e Ano de Aprovação, 2007-2013**

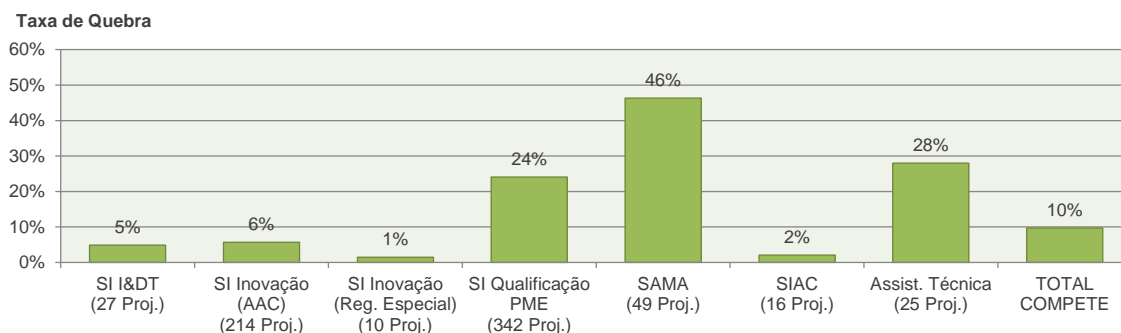


Fonte: SI POFC.

Analisando o nível de **descativação em sede de encerramento**, verifica-se que, nos 683 projetos encerrados, se registou uma taxa média de quebra de 10% (permitindo uma descativação de incentivo de 67,9 milhões de euros).

Em termos de instrumento, verificam-se maiores taxas de quebra no SAMA (com uma diminuição média, em sede de encerramento, de perto de metade do incentivo aprovado). No extremo oposto, regista-se a elevada realização financeira dos projetos do Regime Especial do SI Inovação e do SIAC.

**Gráfico 2.18: Quebra de Encerramento dos Projetos Encerrados por Instrumento, 2007-2013**



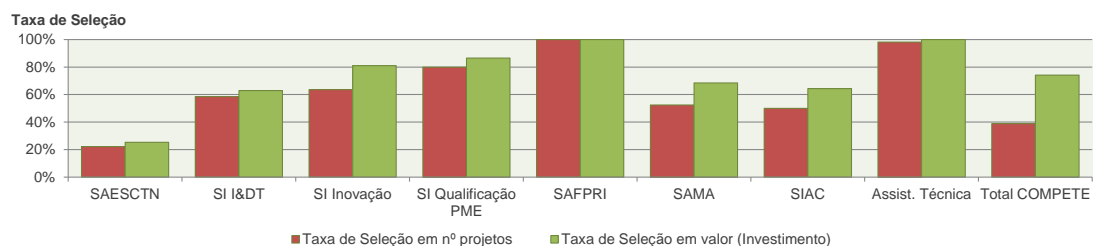
Fonte: SI POFC.

Relativamente aos **projetos com decisão**, constata-se que 39% foram selecionados para financiamento (representando 74% do investimento proposto).

Ao nível dos instrumentos, é de salientar a forte seletividade nos projetos do SAESCTN. No caso do Eixo III - Financiamento e Partilha de Risco e da Assistência Técnica, pela sua natureza, não se espera qualquer projeto não elegível.

Saliente-se ainda que, tendo em conta a prática introduzida no atual período de programação de publicitar a metodologia de aferição do mérito do projeto, há um **efeito de seletividade inicial** que não está refletido no valor acima referido (há muitos promotores que, por não cumprirem todas as condições de acesso ou por na simulação verificarem que não têm hipótese de ter o seu projeto aprovado, não chegam a apresentar candidatura).

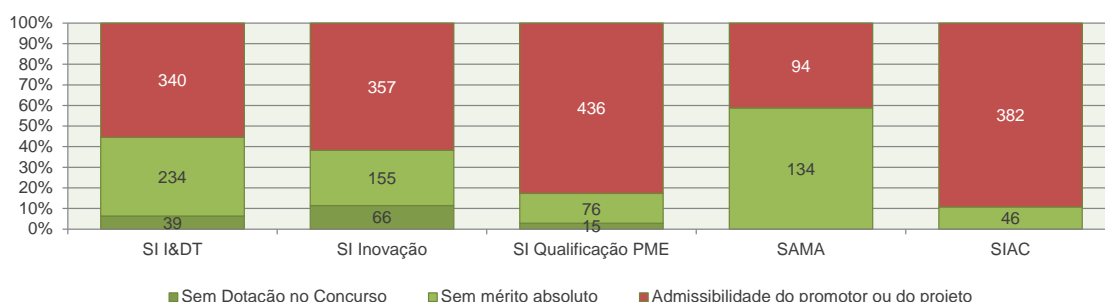
**Gráfico 2.19: Taxas de Aprovação (Investimento Proposto), 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Quanto às **razões de não elegibilidade**, verificam-se realidades distintas em função da tipologia dos projetos. Assim, em especial no âmbito do SAMA, a não elegibilidade prende-se principalmente com a falta de mérito dos projetos apresentados, enquanto no SI Qualificação PME e SIAC, os projetos são não elegíveis essencialmente devido a questões de admissibilidade do promotor ou do projeto

Gráfico 2.20: Projetos por Razões de Não Aprovação, 2007-2013



Fonte: SI POFC.

Analisando o incentivo atualmente aprovado (líquido de anulações), constata-se que foi na fase em contínuo, lançada em 2012 e 2013, que se atribuiu o maior nível de apoio, confirmando os dados apresentados anteriormente.

Realce-se ainda o facto das últimas fases dos concursos do SI Inovação – Inovação Produtiva e do SI Qualificação PME – Projetos Individuais terem sido decididas apenas no início de 2014, pelo que os valores abaixo indicados não refletem ainda a total importância destes concursos.

Por fim, destaque-se a importância dos projetos não enquadráveis em AAC, correspondendo, essencialmente, a grandes projetos de investimento do SI Inovação, concentrando 39% do investimento elegível total aprovado.

Tabela 2.26: Projetos Aprovados por Fase de Candidatura, 2007-2013

Unid: Mil Euros

Fase de Candidatura	Dotação Prevista em Concurso	Projetos Aprovados		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
1.ª Fase de 2007	212.500	240	479.879	210.761
1.ª Fase de 2008	297.500	231	355.696	175.074
2.ª Fase de 2008	256.750	989	356.650	219.549
1.ª Fase de 2009	415.950	407	440.971	250.865
2.ª Fase de 2009	342.416	721	583.889	340.020
1.ª Fase de 2010	50.880	145	71.736	36.927
2.ª Fase de 2010	410.796	550	516.617	294.275
1.ª Fase de 2011	364.980	358	320.228	198.048
2.ª Fase de 2011	135.300	292	122.622	73.611
1.ª Fase de 2012	108.200	591	469.007	267.170
Fase 2012-2013 (AAC em contínuo)	(*) 650.934	1.069	1.221.077	707.176
1ª Fase de 2013	34.300	156	43.633	36.914
Não Enquadráveis em Concursos		789	3.162.683	1.130.155
<b>TOTAL COMPETE</b>	<b>3.280.506</b>	<b>6.538</b>	<b>8.144.688</b>	<b>3.940.545</b>

Nota: As Fases são determinadas em função do semestre em que os AAC são lançados. Os projetos não enquadráveis em Concursos correspondem a Convites, Projetos do Regime Especial e Projetos de Interesse Estratégico. (\*) Este valor inclui o reforço de dotação dos Sistemas de Incentivos decidido em 2013. Fonte: SI POFC.

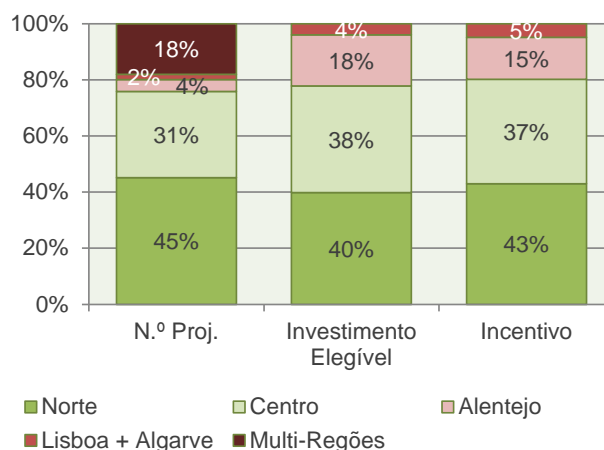
**Tabela 2.27: Projetos Aprovados por Região, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Região (NUTS II)	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	2.951	2.572.475	1.272.366
Centro	2.005	2.563.892	1.129.959
Alentejo	279	1.152.069	378.587
Lisboa	122	223.876	130.153
Multi-Regiões Convergência	1.046	1.382.499	861.700
<i>Valores referentes à Região Norte</i>		600.516	369.446
<i>Valores referentes à Região Centro</i>		466.780	292.698
<i>Valores referentes à Região Alentejo</i>		315.203	199.556
Multi-Regiões Convergência + Lisboa / Algarve	135	249.877	167.779
<i>Valores referentes à Região Norte</i>		71.942	52.510
<i>Valores referentes à Região Centro</i>		61.526	42.988
<i>Valores referentes à Região Alentejo</i>		15.671	10.708
<i>Valores referentes à Região Lisboa</i>		100.662	61.518
<i>Valores referentes à Região Algarve</i>		76	55
<b>TOTAL COMPETE</b>	<b>6.538</b>	<b>8.144.688</b>	<b>3.940.545</b>

Fonte: SI POFC.

**Gráfico 2.21: Projetos Aprovados por Região, 2007-2013**



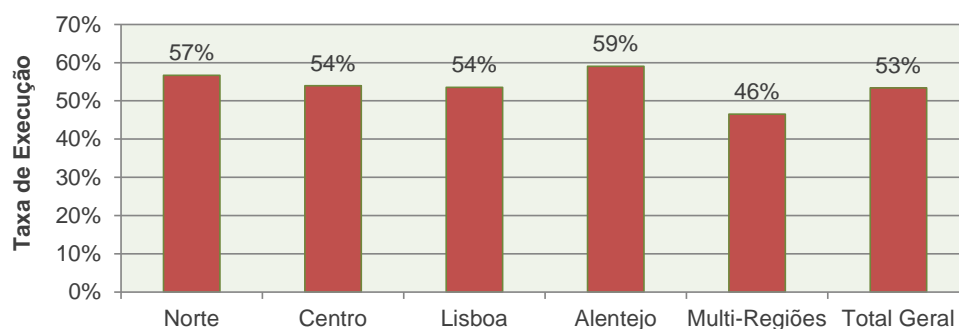
Fonte: SI POFC

A **região Norte** é a que regista maior nível de apoio em termos de número de projetos, investimento elegível e de incentivo, atingindo perto de metade do total das aprovações. Realce-se ainda o facto do **investimento médio por projeto** ser substancialmente maior no Alentejo (4,1 milhões de euros por projeto), face à média total de 1,2 milhões de euros.

Ao nível da execução, verifica-se que, com exceção dos projetos multi-regiões, as diferentes regiões executaram executado mais de metade do incentivo aprovado, com destaque para o Alentejo que apresenta uma taxa de 59%.

Refira-se que é a região Norte que concentra a maior fatia da execução (34%), seguindo-se o Centro (29%), a parcela Multi-regiões (23%) e o Alentejo (11%).

**Gráfico 2.22: Taxa de Execução (Incentivo Executado /Incentivo Aprovado) por Região, 2007-2013**

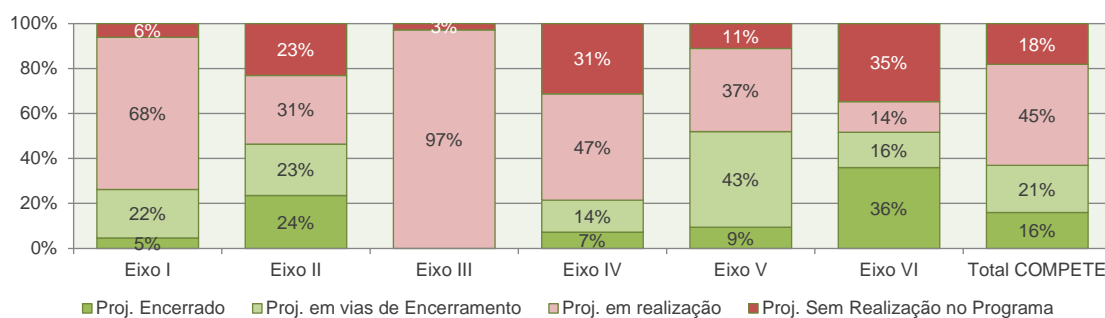


Fonte: SI POFC

Analisando o **estádio de execução do compromisso aprovado**, constata-se que 37% do incentivo se refere a projetos encerrados ou em vias de encerramento (com pedido de reembolso final pago ou em análise), cerca de 45% diz respeito a projetos que se encontram na sua fase normal de execução, permanecendo 18% do incentivo sem qualquer execução financeira no Programa, ou seja, sem apresentação de qualquer pedido de pagamento (essencialmente referente a projetos aprovados em 2013).

Conclui-se, assim, que a diferença entre o compromisso assumido e a execução se deve, essencialmente, ao ciclo de vida normal dos projetos, no qual já se incluem as recalendarizações e reprogramações aprovadas.

**Gráfico 2.23: Incentivo Aprovado por Estádio de Execução, por Eixo Prioritário, 2007-2013**



Fonte: SI POFC

Em 2013 foram **contratados** 1.285 projetos, com um investimento elegível de 1,8 mil milhões de euros e um incentivo de 962,5 milhões de euros. Em termos acumulados, encontravam-se contratados 6.025 projetos com um incentivo associado de 3,7 mil milhões de euros.

Tendo em conta a elevada taxa de contratação (92%), tal como reportado em Relatórios de Execução anteriores, conclui-se que não se verifica qualquer constrangimento a este nível.

**Tabela 2.28: Projetos Contratados por Eixo Prioritário, 2007-2013**

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Projetos Contratados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	3.160	1.137.491	705.184
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	2.220	5.299.598	2.117.652
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	27	599.042	367.111
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	214	394.130	258.216
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	365	290.426	214.842
EIXO VI - Assistência Técnica	39	57.725	48.052
<b>TOTAL COMPETE</b>	<b>6.025</b>	<b>7.778.412</b>	<b>3.711.057</b>

Fonte: SI POFC.

Em termos de Eixos Prioritários, verifica-se uma elevada taxa de contratação em todos os Eixos Prioritários.

**Gráfico 2.24: Taxa de Contratação (N.º Proj.) por Eixo Prioritário, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Quanto à **afetação das aprovações por Tema Prioritário**, estas concentram-se essencialmente no Tema Prioritário: Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo, com cerca de 92% do montante de Fundo Comunitário aprovado.

Neste sentido, verifica-se uma forte concentração dos apoios concedidos a projetos inseridos em Temas Prioritários considerados como *Earmarking*, que absorvem 99% do incentivo. Conclui-se assim que se encontra cumprida a disposição prevista no artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que prevê que, no mínimo, 60% das despesas apoiadas devam estar afetadas às prioridades da União Europeia de promoção da competitividade e criação de empregos (*"Earmarking"*).



**Tabela 2.29: Aprovações e Execução por Tema Prioritário (Contribuição Comunitária), 2007-2013**

Unid: Mil Euros

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
<b>Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo</b>		<b>6.157</b>	<b>3.568.050</b>	<b>1.929.583</b>	<b>54%</b>
01*	Atividades de I&DT em centros de investigação	1.609	229.044	128.332	56%
03*	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	1.336	385.991	201.449	52%
04*	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços .....	342	107.581	56.190	52%
05*	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	413	233.480	109.228	47%
06*	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos ...	13	2.383	2.036	85%
07*	Investimento em empresas diretamente relacionadas com investigação	828	1.760.092	967.714	55%
08*	Outros investimentos nas empresas	1.589	482.367	279.171	58%
09*	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...	27	367.111	185.464	51%
<b>Sociedade da informação</b>		<b>310</b>	<b>312.676</b>	<b>140.618</b>	<b>45%</b>
11*	Tecnologias da informação e comunicação	72	79.849	30.859	39%
13*	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...	79	81.936	24.410	30%
15*	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...	159	150.891	85.349	57%
<b>Energia</b>		<b>25</b>	<b>3.456</b>	<b>2.119</b>	<b>61%</b>
43*	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	25	3.456	2.119	61%
<b>Assistência Técnica</b>		<b>46</b>	<b>56.362</b>	<b>30.482</b>	<b>54%</b>
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspeção	46	56.362	30.482	54%
<b>TOTAL Temas Prioritários</b>		<b>6.538</b>	<b>3.940.545</b>	<b>2.102.803</b>	<b>53%</b>
<b>TOTAL Earmarking</b>		<b>6.492</b>	<b>3.884.182</b>	<b>2.072.321</b>	<b>53%</b>

Nota: \* Categorias de *earmarking*. Fonte: SI POFC.

Para além destes temas prioritários, apresenta-se, no capítulo 2.2.4, uma análise do contributo do COMPETE para a temática da igualdade de género.

A informação detalhada relativa aos reembolsos ocorridos, decorrentes destes apoios, pode ser consultada no ponto 2.1.2.

Nos Anexos II, III, IV, V,X, XI e XII disponibiliza-se um conjunto de dados complementares à análise efetuada no presente ponto.

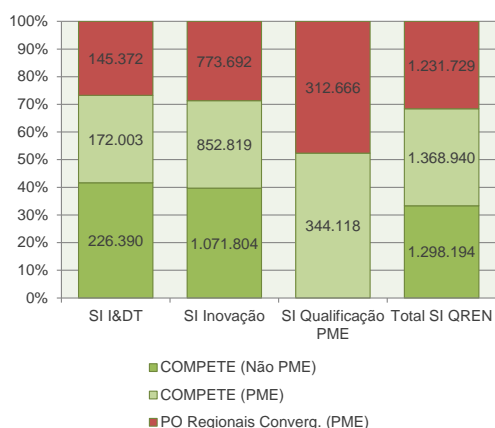
### LIMITE MÁXIMO DE APOIO A NÃO-PME

Como referido no Capítulo 2.6.1, no âmbito da Agenda da Competitividade, o COMPETE apoia sobretudo as médias e grandes empresas (das Regiões de Convergência), cabendo aos respetivos PO Regionais o apoio às micro e pequenas empresas.

Deste modo, nos Sistemas de Incentivos, a análise da dimensão das empresas promotoras dos projetos aprovados deverá ser lida em conjugação com os dados dos PO Regionais (Norte, Centro e Alentejo).

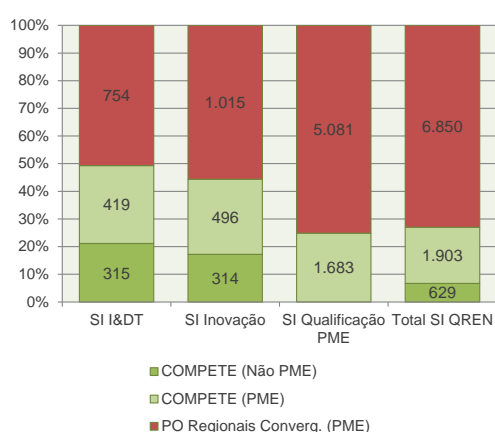
Considerando a referida distribuição, constata-se que os PO Regionais da Convergência aprovaram um maior número de projetos (68% do total de aprovações no COMPETE e PO Regionais), essencialmente no âmbito do SI Qualificação PME sendo que, por outro lado, dada a maior dimensão média dos projetos, o COMPETE concentrou 68% do incentivo aprovado.

**Gráfico 2.25: Incentivo Aprovado (m€) no COMPETE e PO Regionais de Convergência por Sistema de Incentivos e Dimensão da Empresa, 2007-2013**



Nota: Estão contabilizados os apoios destinados às PME, embora os projetos sejam promovidos por associações empresariais. Fonte: SI QREN.

**Gráfico 2.26: Projetos Aprovados no COMPETE e PO Regionais da Convergência por Sistema de Incentivos e Dimensão da Empresa, 2007-2013**



Nota: Estão contabilizados os apoios destinados às PME, embora os projetos sejam promovidos por associações empresariais. Fonte: SI QREN.

Analisando a **tipologia de promotores** no âmbito do COMPETE, verifica-se que cerca de  $\frac{3}{4}$  do investimento elegível se enquadra em projetos empresariais, 16% em projetos de entidades públicas (sendo a principal parcela referente ao SAFPRI e SAMA) e os restantes 10% em projetos de entidades privadas sem fins lucrativos (destacando-se a componente referente aos Projetos Conjuntos do SI Qualificação PME).

**Tabela 2.30: Projetos Aprovados por Tipologia de Promotor, 2007-2013**

Unid: Mil Euros

Tipo de Promotor	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Microempresa	76	176.461	105.772
Pequena empresa	84	208.684	130.721
Média empresa	2.229	1.724.471	920.093
Não PME	630	3.863.949	1.298.470
<b>TOTAL Empresas</b>	<b>3.019</b>	<b>5.973.566</b>	<b>2.455.057</b>
Entidades públicas	1.448	1.337.677	904.902
Entidades privadas sem fins lucrativos	2.071	833.445	580.587
<b>TOTAL Outros Promotores</b>	<b>3.519</b>	<b>2.171.122</b>	<b>1.485.488</b>
<b>TOTAL COMPETE</b>	<b>6.538</b>	<b>8.144.688</b>	<b>3.940.545</b>

Fonte: SI POFC.

Constitui compromisso comum da Autoridade de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente assegurar que pelo menos **60% dos apoios diretos totais a empresas são**

concedidos a PME (excluindo os apoios diretos à I&DT e incluindo os instrumentos de financiamento e partilha de risco da inovação). A aferição desta meta e o respetivo controlo são efetuados ao nível do COMPETE e dos PO Regionais do Continente, sendo objeto de monitorização permanente em sede da Rede dos Sistemas de Incentivos do QREN.

Tabela 2.31: Nível de Apoio a PME no COMPETE e PO Regionais, 2007-2013

Programa Operacional	Projetos Aprovados a PME			Total de Projetos Aprovados	
	N.º Proj.	Incentivo	(% PME / Total)	N.º Proj.	Incentivo
COMPETE	2.206	1.564.049	59%	2.520	2.635.852
PO Norte	3.040	504.500	100%	3.040	504.500
PO Centro	2.199	366.626	100%	2.199	366.626
PO Lisboa	266	58.006	82%	284	71.091
PO Alentejo	857	215.232	100%	857	215.232
PO Algarve	363	73.336	92%	368	79.405
<b>TOTAL</b>	<b>8.931</b>	<b>2.781.748</b>	<b>72%</b>	<b>9.268</b>	<b>3.872.707</b>

Fonte: SI QREN

Conforme se pode constatar, o referido **limite mínimo estabelecido está a ser cumprido**, uma vez que, no final do ano, se verifica um nível de 72% de apoios a PME no total dos apoios concedidos no SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME e SAFPRI.

### APOIO À I&D EMPRESARIAL

No texto do Programa foi igualmente assumido o compromisso de incidir o apoio à Investigação e Desenvolvimento na sua vertente empresarial. Neste sentido, este objetivo é monitorizado através de um indicador específico previsto no Eixo I (“Relevância das atividades de I&D em consórcio”, conforme ponto 3.1.1) cuja meta inicial estava fixada em 40% e que, em sede de ajustamento da meta, passou para 50%.

Conforme se pode verificar pela análise do referido indicador, o I&D empresarial assume um peso de 67%, indiciando uma correta orientação do Programa.

## 2.2 INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO

Neste capítulo são identificadas as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão para garantir o respeito pelas políticas comunitárias, nomeadamente as que se referem às regras da concorrência, aos mercados públicos, ao ambiente e à promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação. Durante 2013 não se verificou qualquer dificuldade no cumprimento da legislação comunitária.

## 2.2.1. Regras da Concorrência

As regras da Comissão Europeia determinam que, antes da concessão de qualquer Auxílio de Estado, os regimes de auxílios devem ser enquadrados em termos das regras da concorrência, quer através de um processo de notificação visando a aprovação explícita por parte da Comissão Europeia, como foi o caso do SI I&DT, quer através do envio de informação sobre o regime a ser implementado, como foi o caso dos restantes instrumentos e da nova versão do SI I&DT<sup>10</sup>.

Neste sentido, é assegurado o cumprimento das regras da concorrência para a totalidade dos Auxílios de Estado concedidos no âmbito do COMPETE com a estrita aplicação dos regimes nacionais, nomeadamente tendo em conta que:

- Os sistemas de incentivos do QREN foram objeto, de acordo com o Enquadramento Nacional dos Sistemas de Incentivos, de um parecer emitido por uma Comissão Técnica sobre a sua compatibilidade com os regulamentos comunitários da concorrência;
- Em sede de análise, foi efetuado para todos os projetos um parecer dos Organismos Intermédios, assente numa ferramenta de análise comum a todos os PO e OI, com uma *checklist* das condições a verificar, de modo a garantir a compatibilidade com as regras comunitárias.

**Tabela 2.32: Regimes de Auxílio Utilizados no COMPETE por Enquadramento Comunitário**

N.º Auxílio	Enquadramento Comunitário	Regulamento Nacional	Situação Atual	Datas
XR 60/2008	Regulamento (CE) 1628/2006 de 24 de outubro relativo aos Auxílios Regionais	SI Inovação		Envio para CE: Mar-2008
XS 73/2008	Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de janeiro relativo aos auxílios às PME	SI Inovação; SI I&DT; SI Qualificação PME	Regimes substituídos pelo X 404/2009 (SA.32240)	Envio para CE: Mar-2008
XT 70/2008	Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de janeiro relativo aos auxílios à Formação Profissional	SI Inovação; SI Qualificação PME		Envio para CE: Jun-2008
AE N 780/07	Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de dezembro de 2006)	SI I&DT; SI Qualificação PME		Envio para CE: Dez-2007 Aprov. pela CE: Jun-2008 (Carta CE (2008) 2902)
X 404/2009 (SA.32240)	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	SI Inovação; SI I&DT; SI Qualificação PME		Envio para CE: Mar-2009
X 316/09	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	SAFPRI		Envio para CE: Fev-2009
AE N 13/2009 e SA.32122 (2010/N)	Regime Notificado e Aprovado pela CE (Alargamento do Plafond <i>de minimis</i> para 500 mil euros) ao abrigo do Quadro Temporário da União relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a atual crise financeira e económica	SI Inovação; SI I&DT; SI Qualificação PME		Envio para CE: Jan-2009 Aprov. pela CE: Jan-2009 (Carta CE D(2009) 252) e Jan-2011 (Carta CE C(2011) 63 final)

Fonte: COMPETE.

<sup>10</sup> Apesar do SI I&DT ter sido aprovado pela CE, as Autoridades Portuguesas optaram por enquadrar este regime ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 800/2008.

Não se registaram, em 2013, alterações ao nível dos enquadramentos comunitários dos Auxílios de Estado concedidos pelo COMPETE, sendo que a totalidade das despesas apoiadas através dos Sistemas de Incentivos (SI I&DT, SI Inovação e SI Qualificação PME) e do SAFPRI é compatível com o Regulamento de Isenção por Categoria (Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de agosto) ou, em alternativa, com a Regra de Minimis (Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de dezembro).

Nos restantes instrumentos, apesar de não estar previsto qualquer apoio direto a empresas, os eventuais apoios que possam existir serão enquadrados ao abrigo da Regra *De Minimis*.

**Tabela 2.33: Apoios Concedidos em Termos de Auxílios de Estado no COMPETE por Enquadramento Comunitário, 2007-2013**

Regulamento Nacional	Enquadramento Comunitário (Regulamento de Isenção por Categoria/ <i>Minimis</i> )	Apoios Concedidos	
		Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN	<i>De Minimis(c)</i>	214	159
SI Inovação	Auxílios Regionais (Art.º 13º)	4.728.865	1.846.610
	Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)	91.190	44.737
	Auxílios à Formação Prof. (Art.º 39º)	20.339	12.001
	<i>De Minimis(c)</i>	50.891	21.276
SI Qualificação e Internacionalização das PME (a)	Auxílios Regionais (Art.º 13º)	91.892	38.182
	Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)	118.412	51.578
	Auxílios ao Ambiente (Art.º 19º)	149	66
	Auxílios à Formação Prof. (Art.º 39º)	3.915	2.795
	Auxílios à I&D&I - Consultoria (Art.º 36º)	12.974	9.700
	<i>De Minimis (c)</i>	122.637	57.794
SI I&DT (a)	Auxílios Regionais (Art.º 13º)	8.401	3.435
	Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)	0	0
	Auxílios à I&D&I (Art.º 31º)	774.692	388.989
	Auxílios à I&D&I - Consultoria (Art.º 36º)	1.767	1.322
	<i>De Minimis (c)</i>	7.383	4.166
SAFPRI (b)	<i>De Minimis (c)</i>	1.314.994	166.049
<b>TOTAL</b>		<b>7.348.715</b>	<b>2.648.857</b>

Notas: (a) – Há apoios a entidades não empresariais que não são considerados como auxílios de estado; (b) – Os valores apresentados referem-se às operações financiadas nas Linhas de Crédito; (c) – Inclui os auxílios atribuídos ao abrigo do AE N 13/2009, durante o seu período de vigência. No caso dos apoios atribuídos no âmbito do SI Qualificação PME – Projetos Conjuntos, foram contabilizados apenas os projetos encerrados. Fonte: SI POFC.

Os apoios concedidos ao abrigo da Regra *de Minimis* não carecem de qualquer autorização prévia por parte da Comissão Europeia, cabendo ao Estado-Membro o controlo do cumprimento das respetivas regras, nomeadamente no que se refere ao limite de apoio por empresa durante três exercícios financeiros. Neste sentido, foi criada uma base de dados nacional, cuja gestão é da responsabilidade do IFDR, na qual se registam e congregam todos os apoios, independentemente do organismo público financiador e da forma de apoio, desde que concedidos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de dezembro.

Conforme se refere no ponto 3.3, encontram-se ainda criados, ao abrigo do artigo 29.º do Regulamento (CE) 800/2008 (X316/09), de 6 de agosto, 17 Fundos de Capital de Risco, tendo sido efetuadas aplicações em 44 PME com um valor de 40,6 milhões de euros.

A DG Concorrência define ainda a necessidade de comunicação *ex-post* ou mesmo notificação (com a necessidade de aprovação explícita por parte da Comissão Europeia) para projetos que ultrapassem determinados níveis de apoio.

Em 2013, não se registaram alterações ao nível dos apoios notificados e decididos pela DG Concorrência.

**Tabela 2.34: Projetos Objeto de Notificação à DG Concorrência, 2007-2013**

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Razão da Notificação	Auxílio de Estado	Observações
001943	II	Artenius Sines Pta, SA	Aux. Regionais	N 899/2006	Auxílio aprovado pela CE em 10-Jul-07
001944	II	Celulose Beira Industrial (Celbi), SA	Aux. Regionais	N 900/2006	Auxílio aprovado pela CE em 27-Jun-07

Fonte: SI POFC.

No ano em análise não foi enviado qualquer projeto para controlo *Ex-post*. Desde o início do Programa, foram aprovados, no COMPETE, 19 projetos com valores superiores ao limiar de envio de informação *Ex-post* à DG Concorrência.

**Tabela 2.35: Projetos Objeto de Envio *Ex-post* à DG Concorrência, 2007-2013**

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Razão da Envio <i>Ex-Post</i>	Observações
001411	I	IBERFER – Equipamentos e Construções Técnicas, S.A	I&D&I	Enviado em Ago-08
003484	I	MARTIFER Energia - Equipamentos para Energia, S.A.	I&D&I	Enviado em Dez-08
000027	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-09
000037	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-09
004584	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Set-10
004859	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Set-10
004920	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Set-10
017282	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-12
017284	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-12
001945	II	CUF - Químicos Industriais, SA	Aux. Regionais	Enviado em Jan-07
001948	II	Swedwood Portugal - Indústria de Madeiras e Mobiliário, Lda ("IKEA")	Aux. Regionais	Enviado em Jan-07
001942	II	Soc. Portuguesa do Arlúquido `Arlúquido`, Lda	Aux. Regionais	Enviado em Jul-08
003519	II	EMBRAER E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS SA	Aux. Regionais	Enviado em Out-08
003518 e 017178	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS COMPOSITOS, SA (*)	Aux. Regionais	Enviado em Jan-11
005771	II	ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA	Aux. Regionais	Enviado em Dez-09
000017	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	Aux. Regionais	Enviado em Jan-10
004506	II	SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA	Aux. Regionais	Enviado em Jun-11
023305	II	PORTUGAL TELECOM DATA CENTER, SA	Aux. Regionais	Enviado em Set-12
022791	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	Aux. Regionais	Enviado em Dez-12

(\*) Nota: Para efeitos da DG Concorrência e DG REGIO, os dois projetos aprovados no âmbito do COMPETE (003518 e 017178) são tratados como um Projeto Único de Investimento. Fonte: SI POFC.

No âmbito dos restantes instrumentos do Programa (SAESCTN, SAMA, SIAC e Assistência Técnica), os apoios atribuídos não contêm qualquer elemento de Auxílio de Estado.

### 2.2.2. Regras de Contratação Pública

Considerando a necessidade de assegurar um adequado cumprimento do regime legal de contratação pública, o qual se encontra vertido no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, a Autoridade de Gestão do COMPETE adotou a **Orientação de Gestão n.º 04.REV1/POFC/2010**.

É mediante este procedimento que Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios com funções delegadas operacionalizam a aferição da aplicação do regime legal em causa pelas entidades beneficiárias do COMPETE, uma vez que a referida se traduz numa sistematização da metodologia de verificação do cumprimento do regime legal da contratação pública.

Tendo a legislação nacional aplicável sido objeto de alterações, tornou-se necessário adequar o instrumento aplicável em conformidade com essas alterações. Assim, durante o último trimestre de 2013, foi efetuada uma revisão global desta matéria a qual culminou na elaboração da **Orientação de Gestão n.º 04.REV2/POFC/2014**, cuja aprovação pela Comissão Diretiva do COMPETE se veio a verificar em 21 de janeiro de 2014.

### 2.2.3. Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

#### **A INTEGRAÇÃO DO AMBIENTE NAS ATIVIDADES DE GESTÃO E DE AFERIÇÃO DOS EFEITOS NO AMBIENTE, DECORRENTE DA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPETE**

As ações cofinanciadas pelos Fundos Estruturais devem respeitar os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável e da proteção e melhoria do ambiente referidos no Tratado, bem como a legislação comunitária em matéria de ambiente (incluindo a obrigatoriedade, num conjunto relevante de situações, da realização de estudos de impacte ambiental).

Neste sentido, face ao défice de atuação das empresas portuguesas neste domínio, os Fundos Estruturais constituem uma importante alavanca para a concretização dos objetivos nacionais e



comunitários em matéria de desenvolvimento sustentável e de proteção e melhoria do ambiente.

A atuação do COMPETE situa-se numa lógica preventiva, intervindo ao nível da admissibilidade dos projetos e dos promotores, e numa lógica pró-ativa, com apoio a medidas orientadas para o desenvolvimento sustentável, designadamente nas dimensões Ambiente, Qualidade, Eficiência Energética e Responsabilidade Social.

| 54

Deste modo, os apoios às empresas ficam subordinados à comprovação do cumprimento de todas as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente no que se refere à legislação em matéria de ambiente.

Quanto aos **Grandes Projetos** apoiados (analisados no ponto 4.1), é ainda efetuada uma análise aprofundada em termos de impacte ambiental que incide sobre a sua sustentabilidade ambiental, a eventual necessidade de ações preventivas e a respetiva correção e o respeito pelo princípio do poluidor-pagador. Esta análise é determinante para a pertinência do apoio.

Neste âmbito, a Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto entidade nacional responsável, é consultada sobre o cumprimento de todas as regras nacionais e comunitárias, cabendo ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a emissão da Declaração de Impacte Ambiental relativa à Avaliação de Impacte Ambiental dos Grandes Projetos.

Saliente-se ainda que os Grandes Projetos são igualmente avaliados em termos de efeitos nos sítios da Rede Natura 2000.

Visando o fomento do desenvolvimento sustentável, destacam-se os seguintes **instrumentos** do COMPETE, nos quais estão previstos diferentes tipos de apoio:

- **Apoios à I&D:** apoio a projetos nos referidos domínios, quer numa lógica de investimento empresarial (SI I&DT), quer numa lógica de reforço das competências de investigação científica e tecnológica (SAESCTN);
- **Apoios do SI Inovação:** apoio a projetos empresariais, com introdução de tecnologia inovadora com impacte ao nível da eficiência energética e ambiental. Podem ainda ser financiadas despesas imateriais ligadas à certificação nas áreas ambientais, energéticas e qualidade;
- **Apoios à Qualificação das PME:** apoio a projetos de:
  - Ambiente - investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS), aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas em matéria de ambiente;



- Qualidade - certificação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ), de sistemas de gestão da qualidade, certificação de produtos e serviços com obtenção de marcas bem como a implementação de sistemas de gestão pela qualidade total;
  - Diversificação e eficiência energética - aumento da eficiência energética e diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis;
  - Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho - investimentos de melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, bem como na certificação de sistemas de gestão da responsabilidade social, de sistemas de gestão da segurança alimentar, de sistemas de gestão de recursos humanos e de sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho, no âmbito do SPQ;
- **Apoios a ações coletivas:** apoio a projetos de natureza coletiva (SIAC), que se materializem na disponibilização de bens públicos, visando a obtenção de ganhos sociais e na geração de externalidades indutoras de efeitos de arrastamento na economia, nas áreas da eficiência e diversificação energética, ambiente e desenvolvimento sustentável e promoção da responsabilidade social das empresas.

#### O AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO COMO TIPOLOGIAS DE APOIO NO ÂMBITO DO SI QUALIFICAÇÃO PME

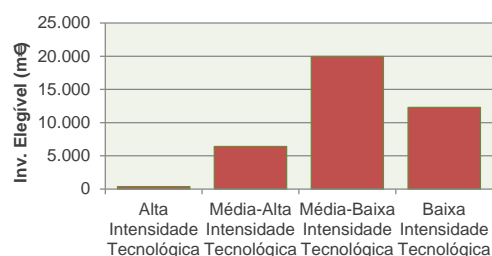
No SI Qualificação PME, até final de 2013, encontravam-se aprovados 630 projetos com um investimento na componente Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (incluindo as tipologias qualidade, diversificação e eficiência energética e responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho) na ordem dos 52,3 milhões de euros e um incentivo de 24,2 milhões de euros.

Conclui-se assim que cerca de 37% dos projetos aprovados neste instrumento (incluindo a tipologia Vale Inovação) apresentam investimento na componente Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Setorialmente, assinala-se a **aposta das PME** da Indústria, que representam perto de ¾ do investimento elegível desta componente.

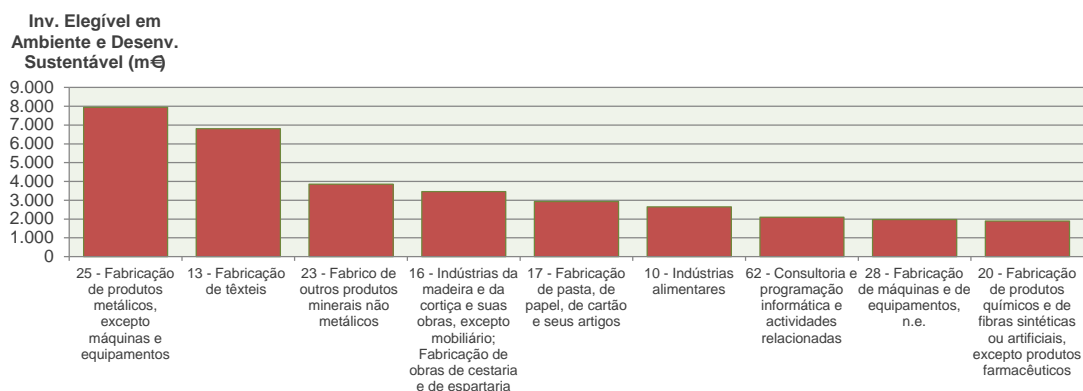
No que concerne ao **grau de intensidade tecnológica**, assumem especial destaque os projetos em setores considerados de média-baixa intensidade tecnológica, sem prejuízo das características inovadoras dos investimentos apoiados.

**Gráfico 2.27: Projetos Aprovados no SI Qualificação PME com Componente de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por Principais Setores de Atividade, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

**Gráfico 2.28: Projetos Aprovados no SI Qualificação PME com Componente de Ambiente, por Principais CAE, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Em termos de análise por CAE (Gráfico 2.27), verifica-se que as atividades com mais investimentos nesta área, no âmbito do SI Qualificação PME, pertencem às CAE 25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos, CAE 13 - Fabricação de têxteis e CAE 23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos.

#### O AMBIENTE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COMO DESPESAS PREVISTAS NO ÂMBITO DO SI INOVAÇÃO

No âmbito do SI Inovação, foram apoiados até final do ano, 366 projetos com investimentos nas áreas de ambiente, eficiência energética ou qualidade, envolvendo um investimento elegível de 61,5 milhões de euros e um incentivo de 26,2 milhões de euros.

Sendo este instrumento direcionado para investimentos produtivos, apesar da relativa pouca expressão no total do investimento atribuído no SI Inovação (menos de 2% do investimento elegível total), destaque-se o facto de cerca de metade dos projetos aprovados apresentarem esta componente de investimento, comprovando a relevância desta área para a inovação produtiva.

#### O AMBIENTE COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO DOS PROJETOS DE AÇÕES COLETIVAS

No SIAC, foram apoiados 65 projetos com intervenção na área da Energia, ambiente e desenvolvimento sustentável com um investimento elegível de 27 milhões de euros.

A título de exemplo, apresenta-se um dos projetos aprovados no SIAC, na área de intervenção Energia, Ambiente e Responsabilidade Social, no âmbito da fileira florestal:

**Caixa 2: Ações Coletivas - Carbon Footprint Label para produtos de Base Florestal – Associação para a Competitividade da Indústria Da Fileira Florestal (AIFF)**

**MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SIAC)**

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Energia, Ambiente e Responsabilidade Social

**N.º DE PROJECTO:** 18.634

**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** Carbon Footprint Label para produtos de Base Florestal

**PROMOTOR:** AIFF – Associação para a Competitividade da Indústria Da Fileira Florestal

**LOCALIZAÇÃO:** Norte

**INVESTIMENTO APROVADO:** 158.000,74 euros **INCENTIVO APROVADO:** 110.600,52 euros

| 57

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

O projeto teve como objetivo global fornecer informação sobre a pegada carbónica dos produtos de base florestal, construindo paralelamente a EPD (Declaração Ambiental do Produto), em consonância com as normas aplicáveis, de forma a responder às expectativas dos mercados e restantes *stakeholders*.

A AIFF pretendeu neste projeto-piloto desenvolver a análise de ciclo de vida de cinco produtos de base florestal, a elaboração das respetivas EPD, a formação de um grupo de técnicos e a criação de uma ferramenta que autonomize as empresas associadas na elaboração do cálculo dos impactos em ciclo de vida dos seus produtos.

O projeto inclui o desenvolvimento de duas atividades principais, concretamente:

Atividade 1 – Análise do Ciclo de vida

- Análise de 5 produtos de base florestal, nomeadamente: revestimentos de solos de cortiça colados; revestimentos de solos de cortiça flutuantes; barreira marítima absorvente; aglomerado de partículas de madeira revestido a papel melamínico e aglomerado de fibras de madeira revestido com papel melamínico com elevada resistência ao desgaste



A análise do ciclo de vida destes produtos, considerados produtos piloto, teve como objetivo a criação das EPD e a construção de um *software* específico para cálculo das EPD dos produtos da fileira florestal.

O paradigma do desenvolvimento sustentável tem exigido a construção de instrumentos que envolvam os diferentes atores: estado, empresas, consumidores, associações, ONG entre outros.

O consumo responsável só é viável se houver informação credível e comparável acerca dos produtos disponíveis, e essa informação deve refletir o impacto dos produtos ao longo do seu ciclo de vida

A etiquetagem ambiental é um instrumento voluntário de diferenciação das empresas e potencia a melhoria ambiental do mercado, apoiando os consumidores a efetuar comparações entre produtos que desempenham a mesma função. Pode ser utilizada na comunicação B2B (*business-to-business*) ou B2C (*business-to-consumer*), recorrendo a informação verificável e exata tecnicamente. Envolve também entidades estatais, no papel de consumidor, que têm demonstrado envolvimento crescente em políticas de *green procurement*.

É neste contexto que as declarações ambientais do produto ganham uma importância fundamental, como metodologia base no desenvolvimento e *marketing* de produtos e como peça de comunicação.

Desta forma, pretende-se incentivar a opção por produtos florestais destacando as vantagens associadas ao seu uso, em particular, uma menor pegada de carbono face a outros materiais alternativos, e por constituírem, pela sua formação e composição, uma forma de reservatório de carbono.

Será assim disponibilizada informação relevante, credível e quantificada sobre o desempenho ambiental dos produtos, nomeadamente sobre a sua pegada do carbono, de forma a responder às expectativas dos mercados e restantes *stakeholders*.

#### Atividade 2 – Campanha de comunicação

A campanha de comunicação tem como objetivo comunicar a vantagem da utilização dos produtos da fileira florestal, pela sua capacidade de sequestro de carbono e sensibilizar os mercados e a opinião pública para as vantagens da avaliação e certificação da pegada de carbono dos produtos, publicitando o “*carbon footprint label*”.

O Programa de Comunicação e Relações Públicas compreende a definição de porta-vozes, líderes de opinião e *endorsers* a envolver. Inclui a definição das Linhas Orientadoras da Comunicação, mensagens-chave e suportes de comunicação a utilizar. O programa integra 2 eixos, um com o objetivo de gerar notoriedade para a temática (trazendo o tema para a ordem do dia e atuando de forma didática e educativa sobre o mesmo) e outro com o objetivo de comunicar os resultados do Estudo e o novo Rótulo.

Na campanha de comunicação destaque para a Etiqueta Escala de Carbono e para o ARVATAR.

A Etiqueta Escala de Carbono é uma nova etiqueta diferenciadora dos produtos colocados no mercado, pretendendo dar a conhecer, aos consumidores, o valor de dióxido de carbono equivalente capturado ou emitido por determinado produto de origem florestal. Os produtos com esta etiqueta deverão apresentar uma percentagem de pelo menos 30% de matérias-primas de origem vegetal.

Para ajudar a comunicar o conceito de captura de carbono e clarificar o papel dos produtos de origem florestal enquanto armazenadores de carbono foi criado o ARVATAR, que será o protagonista da nova etiqueta ambiental.

O ARVATAR é uma personagem criada para “ensinar” ou “recordar” o conceito de captura e armazenamento de carbono. É um ser de origem florestal e nasceu para explicar como capturar e armazenar o carbono presente na atmosfera, contribuindo assim para a conservação do ambiente. Enquanto ser da floresta, tem como missão sensibilizar os seres humanos para os benefícios do uso de produtos de base florestal, enquanto produtos que armazenam carbono e que consequentemente ajudam no combate às alterações climáticas e preservação do ambiente.

#### **RESULTADOS OBTIDOS:**

O projeto decorreu entre 2011 e 2014, tendo como principais resultados esperados fornecer à Indústria de base florestal e aos principais mercados consumidores informação relevante e quantificada sobre a pegada de carbono dos produtos de base florestal, bem como transmitir, através de uma ficha de produto normalizada, a informação de declaração ambiental.

Pretendeu igualmente melhorar o acesso a mercados e reforçar a penetração de produtos portugueses e intensificar os argumentos na competição global, com realce para os que advêm da conformidade com os princípios da sustentabilidade ambiental.

As vantagens ambientais inerentes aos produtos de base florestal serão, assim, objeto de uma comunicação que permitirá reforçar os fatores de diferenciação junto do mercado, cada vez mais atento e exigente em matéria de desempenho ambiental dos produtos.



**ETIQUETA ESCALA DE CARBONO**



## 2.2.4. Igualdade de Oportunidades

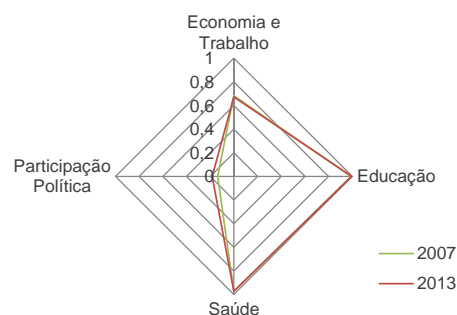
A igualdade dos cidadãos é um princípio constitucional, no qual assenta a construção de uma sociedade mais equitativa, mais justa, mais desenvolvida e mais democrática.

É também uma forma de potenciar os recursos, as capacidades, talentos e competências existentes e de os transformar em crescimento e competitividade, tirando partido da diversidade que está por trás dessas diferenças. Um dos domínios em que esta temática assume maior pertinência reside na diferença entre homens e mulheres, onde, quer em Portugal, quer na Europa, apesar dos progressos verificados nos últimos 50 anos, há ainda um longo caminho a percorrer.

O *Gender Gap Index*, o *ranking* elaborado pelo Fórum Económico Mundial evidencia essa diferença.

Portugal, em termos de posicionamento no *ranking*, passou da 37.<sup>a</sup> posição (em 128 países) em 2007, para a 51.<sup>a</sup> posição (em 136 países) em 2013, tendo descido 4 lugares face a 2012 (47.<sup>a</sup> posição em 135 países), uma queda atribuída à diminuição dos rendimentos do trabalho. De 2007 a 2013, é de realçar uma ligeira melhoria ao nível da participação política das mulheres.

**Gráfico 2.29: Gender Gap Index Portugal – Diferenças de Género por Domínio, 2007 e 2013**



Nota: 1=Igualdade 0=desigualdade, Fonte: Fórum Económico Mundial, The Global Gender Gap Report, 2007; Fórum Económico Mundial, The Global Gender Gap Report, 2013.

De facto, os dados para Portugal<sup>11</sup> apontam para uma menor taxa de emprego por parte das mulheres face aos homens (63% e 69% respetivamente)<sup>12</sup>, diferenças salariais que rondam os 16%<sup>13</sup> e uma muito menor participação política (31% dos deputados da assembleia da república são mulheres, um valor ainda assim superior aos 27% da média europeia)<sup>14</sup>, principalmente no que concerne aos conselhos de direção de empresas (apenas 9% são mulheres).

Ao nível europeu, a igualdade de género, inscrita no artigo 8.º do Tratado da União Europeia assume uma dimensão de “*mainstream*”, estando presente nos vários domínios de atuação, das mais variadas iniciativas, aos regulamentos e às comunicações oriundas das diferentes instâncias comunitárias. No decorrer deste ciclo de programação, o compromisso da União

<sup>11</sup> Comissão Europeia, Boosting equality between women and men in the EU, Key actions and figures, Março de 2014.

<sup>12</sup> Dados do 3.º trimestre de 2013

<sup>13</sup> Dados de 2012

<sup>14</sup> Dados de outubro de 2013

Europeia de fortalecer a igualdade de género foi reforçado, em 2010, através da “Carta das Mulheres e do Pacto Europeu para a Igualdade entre os Sexos”<sup>15</sup>. Seguiu-se o programa de trabalho para os anos 2010-2015, consubstanciado na “Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres”<sup>16</sup> e que assenta em cinco áreas prioritárias: igual independência económica para homens e mulheres, pagamento igual para trabalho igual, igualdade na tomada de decisão, dignidade, integridade e o fim da violência de género, promoção da igualdade de género para além da UE.

| 60

Em 2013, a Avaliação intercalar<sup>17</sup> efetuada a esta Estratégia concluiu que foram efetuados progressos na quase totalidade das 24 ações-chave que a constituem, havendo ainda espaço para progredir, nomeadamente tendo em conta a persistência de desigualdades, o atual quadro de desemprego e os impactes sociais da crise.

Esta visão surge reforçada na Estratégia Europa 2020, na medida em que a igualdade de género é essencial para que sejam concretizados os objetivos apontados para a Europa, designadamente o de empregar, até 2020, 75% da população entre os 20 e os 64 anos, estando presente, com importância reforçada, no próximo ciclo de programação.

A nível nacional, terminou em 2013 o período de implementação do **IV Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2011-2013**<sup>18</sup>, considerado, de acordo com o Relatório Final de Avaliação<sup>19</sup>, um instrumento relevante para a prossecução dos objetivos de igualdade consagrados na Constituição Portuguesa, nomeadamente numa ótica de transversalidade aos diferentes órgãos da administração pública e sociedade civil. Apesar de registadas algumas dificuldades na sua implementação, designadamente inerentes à mudança de legislatura e à articulação entre os vários Organismos, são de destacar as múltiplas ações desenvolvidas nomeadamente no âmbito local pelas autarquias municipais e pelas entidades da sociedade civil. Deste modo, o plano foi implementado com uma taxa global de sucesso de 85%, calculada com base nas medidas que apresentaram algum grau de execução.

A Agenda da Competitividade era referida na Área estratégica n.º 2 - Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal, na medida 22 “Promover o empreendedorismo feminino qualificado”.

<sup>15</sup> Aprovado no Conselho Europeu de Março de 2006.

<sup>16</sup> COMISSÃO EUROPEIA, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Estratégia para a igualdade entre homens e mulheres 2010-2015, COM (2010) 491 final, Bruxelas 21-09-2010.

<sup>17</sup> COMISSÃO EUROPEIA, Commission staff working document: Mid-term review of the strategy for equality between women and men (2010-2015), SWD (2013) 339 final, Bruxelas, setembro de 2013

<sup>18</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de janeiro, DR n.º 12, I Série

<sup>19</sup> Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Estudo de Avaliação do IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e não Discriminação 2011/2013 – Relatório Final, 31 de Outubro de 2013,



Numa lógica de continuidade face ao Plano anterior e tendo em conta as conclusões e recomendações da avaliação, no final de 2013, foi adotado o **V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017**<sup>20</sup> (ver **Caixa 3**). Quanto à promoção da independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal, destacam-se, como medidas o reforço da implementação de planos de igualdade nas empresas, o estímulo ao empreendedorismo feminino, incluindo o qualificado, nomeadamente através dos incentivos à criação de empresas, de outros instrumentos financeiros e de ações coletivas e a valorização da participação feminina nos conselhos de administração das empresas, considerado critério de desempate de projetos que concorram a fundos da política de coesão. No domínio da ciência, na Área Estratégica 2 - Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas, é de referir a introdução da categoria “Estudos de Género” nas linhas de financiamento de apoio à investigação.

**Caixa 3: V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não – discriminação (V PNI) 2014-2017**

“O V PNI é o instrumento de execução das políticas públicas que visam a promoção da igualdade de género e o combate às discriminações em função do sexo e da orientação sexual.

Visando o reforço da promoção da igualdade de género em todas as áreas de governação, o V PNI inclui uma forte componente de transversalização da dimensão da igualdade de género na atividade de todos os ministérios, constituindo um importante meio para a coordenação intersectorial da política de igualdade de género e de não -discriminação em função do sexo e da orientação sexual.

O V PNI pretende reforçar a intervenção no domínio da educação, designadamente com a integração da temática da igualdade de género como um dos eixos estruturantes das orientações para a educação pré -escolar, ensino básico e secundário, e no domínio do mercado de trabalho, designadamente através da monitorização da aplicação do regime jurídico do setor empresarial do Estado na implementação de planos para a igualdade.

PNI prevê a adoção de 70 medidas estruturadas em torno de sete áreas estratégicas:

- 1) Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local;
- 2) Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas;
- 3) Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal;
- 4) Orientação Sexual e Identidade de Género;
- 5) Organizações não -governamentais;
- 6) Comunicação Social
- 7) Cooperação.”

*V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação, Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, DR n.º 12, I Série.*

A igualdade de oportunidades e em particular a igualdade de género está assim presente, de forma transversal, no atual quadro de programação financeira. Neste âmbito, tal como consta do texto do Programa, são **princípios da atuação do COMPETE**:

- Minimizar as barreiras de informação, técnicas ou económicas de acesso das mulheres e demais indivíduos aos vários instrumentos disponíveis no Programa;
- Assegurar a não discriminação da participação feminina em domínios relevantes para a competitividade nacional (ciência e tecnologia, TIC, empreendedorismo qualificado);

<sup>20</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, DR n.º 12, I Série

- Divulgar informação e ações de sensibilização sobre os apoios financeiros disponíveis, direcionados para públicos-alvo discriminados, para a criação de empresas qualificadas e demais iniciativas associadas à melhoria da competitividade e internacionalização das empresas existentes;
- Recolher e analisar informação de realização do Programa pertinente para a definição de estratégias de atuação visando a igualdade de oportunidades;
- Assegurar a participação de representante do domínio da Igualdade de Oportunidades na Comissão de Acompanhamento do Programa;
- Promover a articulação temática com o PO Potencial Humano visando uma melhor integração e prossecução dos objetivos de Igualdade de Oportunidades no QREN.

Em 2013, para reforçar esta dimensão e dar cumprimento a uma recomendação emitida pela IGF em sede de relatório de auditoria ao sistema de gestão e controlo do FEDER, no domínio da Igualdade de Oportunidades, o COMPETE adotou o Referencial “Normas e boas práticas aplicáveis no âmbito da Igualdade de Oportunidades”, visando divulgar, junto dos Beneficiários e dos Organismos Intermédios, as normas aplicáveis nesta matéria.

Este referencial inclui um conjunto de normas e boas práticas sistematizadas pelo IFDR, em articulação com a CIG, que deverão ser cumpridas pelos beneficiários durante a vigência dos respetivos contratos de concessão de incentivos/financiamentos. Inclui também uma **Ficha de Verificação da Integração da Perspetiva de Género**, a preencher pelos beneficiários em sede de pedido de pagamento final, com vista a avaliar, sempre que aplicável em função da natureza da operação, o cumprimento dos princípios da igualdade de oportunidades.

Para além da atuação no domínio da sensibilização dos beneficiários, de que é exemplo a medida anterior, o COMPETE contribui também para fomentar a participação das mulheres, nomeadamente, apoiando-as como empresárias. Assim sendo, até ao final de 2013, é de destacar:

- Abertura de concursos com dotação preferencial ou exclusiva para o empreendedorismo feminino: no âmbito do **SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado**;
- **Majoração de projetos empreendidos por mulheres**: o SI Inovação prevê a majoração do incentivo em 10 p.p. para projetos de empreendedorismo feminino;
- Apoio, no SI Inovação, a **despesas associadas a investimentos de conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal**, bem como os custos associados à implementação de planos de igualdade nas empresas;
- Definição da “Igualdade de Oportunidades” (mais abrangente que a igualdade de género) como tipologia de investimento para o **SI Qualificação de PME**, sendo apoiáveis projetos de definição e implementação de planos de igualdade com efeitos sobre a conciliação entre a vida familiar e profissional e de facilitação do mercado de trabalho inclusivo;



- Apoio, no SIAC, de projetos na área do empreendedorismo feminino e da sensibilização para a igualdade de oportunidades e responsabilidade social das empresas.

No final de 2013, contabilizam-se:

- No SI Inovação: 3 projetos aprovados de Empreendedorismo Qualificado, com majoração de Empreendedorismo Feminino, com um investimento elegível de 2,8 milhões de euros e um incentivo de 1,9 milhões de euros<sup>21</sup>;
- No SI Qualificação PME: 2 projetos aprovados com investimento elegível na tipologia de igualdade de oportunidades.

Como anteriormente reportado, foi publicado em Março de 2013 o *Relatório Final do Estudo de Avaliação da Integração da Perspetiva do Género nos Fundos Estruturais, no Período de Programação 2007-2013*, contratualizado pelo Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P., com o intuito de “verificar como é que na programação dos fundos estruturais em Portugal, no período de programação 2007-2013, foi feita a articulação entre a igualdade de género enquanto prioridade horizontal e enquanto objetivo específico vocacionado para alguns problemas críticos”. A caixa seguinte apresenta um excerto deste estudo, no que concerne ao COMPETE.

#### **Caixa 4: Relatório Final do Estudo de Avaliação da Integração da Perspetiva do Género nos Fundos Estruturais Estruturais, no Período de Programação 2007-2013**

“A programação do COMPETE integra a igualdade de oportunidades como um princípio transversal, sendo o apoio a iniciativas com relevância económica para a concretização da igualdade entre homens e mulheres um dos objetivos específicos. Neste quadro, o empreendedorismo feminino é apresentado como elemento estruturante para o aumento da participação das mulheres na vida económica ativa. Todo o sistema de incentivos, no qual se sustenta o programa COMPETE, parte deste princípio, encarando a “atividade económica da mulher” e a “valorização da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal” como “fatores críticos de competitividade”. Dois eixos prioritários consideram a perspetiva de género na intervenção, mas, apesar do apoio ao desenvolvimento de planos de igualdade nas organizações também se encontrar previsto, o foco principal incide sobre o empreendedorismo feminino. No eixo relativo ao incentivo à “inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização”, as iniciativas empresariais promovidas pelas mulheres são definidas como um instrumento regenerador do tecido económico a nível setorial, regional ou urbano. Já no eixo do financiamento e partilha de risco da inovação, nas ações de sustentação da promoção da igualdade de género, estão previstas ajudas ao acesso a instrumentos de apoio financeiro e partilha de risco.”

Centro de Estudos Sociais, *Relatório Final do Estudo de Avaliação da Integração da Perspetiva do Género nos Fundos Estruturais, no Período de Programação 2007-2013*, IGFSE, Março de 2013: 52.

### **2.2.5. Limite Máximo de Apoio a Despesas de Formação Profissional**

O n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 determina que se podem financiar com o FEDER, de forma complementar e até um limite de 10% do financiamento comunitário

<sup>21</sup> Tal como consta do ponto 2.6.1, sendo esta tipologia direcionada sobretudo para micro e pequenas empresas, o seu financiamento é essencialmente assegurado pelos PO Regionais.

de cada Eixo Prioritário de um Programa Operacional, operações que sejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE.

No final de 2013 registavam-se 342 projetos aprovados com componente de formação profissional nos Eixos II e IV, envolvendo um incentivo FEDER (no COMPETE, o incentivo é financiado na sua totalidade por este Fundo) de 22,4 milhões de euros, pelo que, ao nível de compromissos, se encontra cumprido o referido limite de 10% por Eixo.

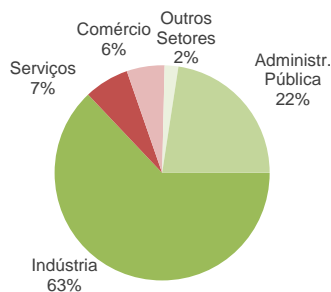
**Tabela 2.36: Projetos Aprovados com Componente de Formação Profissional por Eixo Prioritário, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Eixo Prioritário	Projetos Aprovados com Componente de Formação Profissional			Total de Projetos Aprovados no Eixo Prioritário	
	N.º Proj.	Inv. Eleg. em Formação	Incentivo em Formação	Incentivo Total	% da Formação no Total
Eixo Prioritário I	0	0	0	726.056	0,0%
Eixo Prioritário II	317	27.413	17.312	2.268.741	1,2%
Eixo Prioritário III	0	0	0	367.111	0,0%
Eixo Prioritário IV	25	8.513	5.046	291.322	2,9%
Eixo Prioritário V	0	0	0	230.952	0,0%
Eixo Prioritário VI	0	0	0	56.362	0,0%
<b>Total COMPETE</b>	<b>342</b>	<b>35.926</b>	<b>22.358</b>	<b>3.940.545</b>	<b>0,9%</b>

Fonte: SI POFC.

**Gráfico 2.30: Apoios à Formação Profissional por Setor, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Analisando o incentivo concedido por setor de atividade, verifica-se que este se destina sobretudo a projetos empresariais, sendo que 63% do total apoia a formação na Indústria.

A formação profissional relativa à Administração Pública (Eixo IV) representa cerca de 22% do total do incentivo concedido.

## 2.3 PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER

### 2.3.1. Constrangimentos Internos

No âmbito dos últimos concursos dos Sistemas de Incentivos, verificou-se uma elevada procura, suplantando largamente a dotação prevista.

Assim, tendo em vista possibilitar apoios adicionais a empresas, em especial às PME, foi desenvolvido um trabalho técnico de reorçamentação prospetiva.

Neste sentido, foi assinado um despacho conjunto do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, em janeiro de 2014, possibilitando a alocação adicional de 304,3 milhões de euros, o que permitiu o financiamento da totalidade dos projetos elegíveis.

Dada a complexidade desta questão, não foi possível aprovar formalmente a totalidade dos projetos analisados, em 2013, tendo tal ocorrido já no início de 2014.

### 2.3.2. Constrangimentos Externos

Tal como vem sendo reportado nos relatórios anteriores, o principal constrangimento externo à boa execução do Programa prende-se com a **difícil conjuntura macroeconómica** dos últimos anos (ponto 2.4.1), com um potencial reflexo negativo na execução das entidades públicas (com grande impacte, sobretudo na Modernização da Administração Pública), das entidades privadas sem fins lucrativos (relevante para a execução das Ações Coletivas) e das Empresas, designadamente no acesso ao financiamento (com reflexo na execução dos Sistemas de Incentivos).

Assim, para além das medidas reportadas nos últimos relatórios, visando introduzir soluções adequadas ao aumento da capacidade de execução por parte dos promotores, reforçando a eficácia do contributo dos projetos para a mudança estrutural, destacam-se as seguintes medidas implementadas em 2013:

- Aprovação da **Linha INVESTE QREN** para financiamento de empresas com projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, tendo sido aprovadas 96 operações até ao final do ano (conforme ponto 3.3.2);
- Operacionalização dos **Fundos de Capital de Risco Revitalizar**, tendo sido aprovadas 14 operações até ao final do ano (conforme ponto 3.3.2);
- Financiamento da totalidade dos projetos com pontuação elegível nos **Avisos de Abertura de Concursos (AAC) no âmbito dos Sistemas de Incentivos, numa lógica em contínuo**, tendo para tal sido necessário uma gestão apertada do *overbooking* assumido no Programa (conforme ponto 2.4.5);
- **Revisão da Norma de Pagamentos**, no sentido de flexibilização das regras de pagamento do incentivo aos promotores;

## CRIAÇÃO DE EMPREGO

A quebra no emprego e os elevados níveis de desemprego registados, em especial nalgumas das Regiões da Convergência (ver ponto 2.4.1), exigem uma resposta ao nível dos diferentes instrumentos de política pública, incluindo do COMPETE.

Na caixa seguinte apresenta-se uma súmula das diferentes medidas do Programa (e também dos Sistemas de Incentivos) que, direta ou indiretamente, contribuem para a **criação de emprego**.

### Caixa 5: Contributo do COMPETE e Sistemas de Incentivos do QREN para a Criação de Emprego e Emprego Jovem

Os Sistemas de Incentivos do QREN (COMPETE e PO Regionais) e demais instrumentos de intervenção do COMPETE contribuem para a criação de emprego, direta ou indiretamente, através das suas medidas de apoio:

#### SAESCTN

- São elegíveis encargos com bolsheiros e pessoal técnico contratados especificamente para o projeto de IC&DT;

#### SI I&DT

- São elegíveis despesas com pessoal técnico do promotor dedicado a atividades de I&D, incluindo encargos com bolsheiros contratados pelo promotor, com bolsa integralmente suportada por este;
- Núcleos de I&DT: são elegíveis despesas com a contratação de um máximo de 3 novos quadros técnicos, dedicados exclusivamente a atividades de I&DT, com nível de qualificação igual ou superior a VI. É valorizado o emprego criado, sendo atribuída maior pontuação aos projetos com criação máxima de 3 postos de trabalho;

#### SI Qualificação PME

- São elegíveis despesas, por um período máximo até 24 meses, com a contratação de um máximo de 2 novos quadros técnicos a integrar por PME, com nível de qualificação igual ou superior a VI, necessários à implementação do projeto;
- Projetos individuais: existe um critério de seleção relativo ao contributo do projeto para a qualificação e valorização dos recursos humanos, sendo o projeto valorizado de acordo com o emprego criado e em especial se se tratar de emprego jovem (Programa Impulso Jovem - até 30 anos);
- Projetos conjuntos: São elegíveis os custos com o pessoal da entidade promotora afetos ao projeto até ao limite de 5% dos outros custos elegíveis; Passaportes Emprego 3i – desenvolvimento de projetos integrados constituídos por um estágio profissional, acompanhado de formação, e seguido pelo apoio à contratação sem termo por conta de outrem (PO Regionais de Convergência);

#### SI INOVAÇÃO

- Inovação Produtiva: São suscetíveis de apoio projetos de criação de empresas ou de novas unidades de serviços intensivos em tecnologia e conhecimento e que se proponham a criar postos de trabalho (PT) qualificados;
- Empreendedorismo Qualificado: apoio à criação do próprio emprego; existência de majoração de 10 p.p. à taxa base de incentivo no caso de “empreendedorismo jovem”; imposição de um limite mínimo para a taxa de qualificação dos Postos de Trabalho da empresa no pós projeto – PT de nível VI - 10% para empresas de micro e pequena dimensão e 15% para PME; valorização da criação de emprego altamente qualificado, com maior pontuação para projetos com taxa de EAQ (Emprego Altamente Qualificado) mais elevada e valorização da criação de emprego jovem, com pontuação máxima para a criação de mais de 2 PT (Idade até 34 anos);

#### SAFPRI:

- Prestação de garantias, *business angels*, fundos de capital de risco específicos e outros instrumentos financeiros a empresas novas e nascentes; criação de postos de trabalho jovem na Linha Investe QREN e nos Fundos de Capital de Risco Revitalizar, no âmbito do Programa Impulso Jovem;

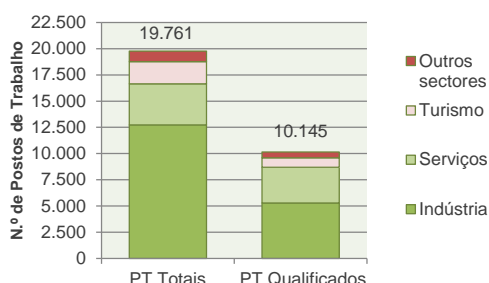
#### AÇÕES COLETIVAS:

- Apoio a projetos coletivos de dinamização do espírito empresarial e do empreendedorismo;
- São apoiadas despesas com o pessoal do beneficiário: imputação de pessoal técnico com competências específicas para o desenvolvimento de atividades centrais do projeto e de pessoal que intervenha na gestão e acompanhamento do projeto;

- Para atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito das EEC: são elegíveis custos com a contratação de um máximo de 3 quadros técnicos, a tempo completo ou parcial, com nível de qualificação igual ou superior a IV e bolsas destinadas a jovens que desenvolvam projetos empresariais;
- Impulso jovem: são apoiadas bolsas destinadas a jovens que desenvolvam projetos empresariais; a taxa de financiamento pode ir até 100% no caso de projetos de empreendedorismo jovem (PO Regionais).

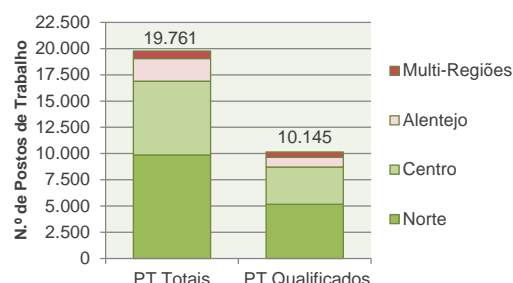
Considerando as empresas com projetos aprovados e os seus dados económico-financeiros nos anos pré e pós projeto, verifica-se que, nestas empresas, que representam perto de 150 mil postos de trabalho, está prevista uma criação líquida de emprego que ronda os 20 mil postos de trabalho, mais de metade dos quais qualificados.

**Gráfico 2.31: Estimativa de Criação de Emprego nas Empresas Apoiadas, por Setor, 2007-2013**



Nota: Para empresas com mais de 1 projeto, foram considerados apenas os dados económicos relativos ao último. Inclui todos os PT criados entre o pré e o pós-projeto, independentemente de estarem ou não diretamente relacionados com o apoio concedido. Fonte: SI POFC.

**Gráfico 2.32: Estimativa de Criação de Emprego nas Empresas Apoiadas, por Região, 2007-2013**



Nota: Para empresas com mais de 1 projeto, foram considerados apenas os dados económicos relativos ao último. Inclui todos os PT criados entre o pré e o pós-projeto, independentemente de estarem ou não diretamente relacionados com o apoio concedido. Fonte: SI POFC.

Este valor difere do indicador apresentado no ponto 2.1.1 (“criação de postos de trabalho”), uma vez que aqui são consideradas todas as empresas, enquanto, para o cálculo do referido indicador, se utilizaram apenas, por uma questão de rigor, os projetos com impacte mais direto e imediato ao nível da criação de postos de trabalho nas empresas.

De acordo com os gráficos anteriores, prevê-se que perto de 2/3 dos postos de trabalho a criar se insiram na Indústria, sendo o Norte a região onde se espera que a criação de postos de trabalho possa ser superior (50% do total).

Destaque-se ainda, no âmbito dos SI QREN, que está prevista a contabilização do contributo das seguintes tipologias de apoio para o **Programa Impulso Jovem**:

- SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado;
- SI Qualificação PME – Projetos Individuais;
- SI Qualificação PME – Projetos Conjuntos – Passaportes 3i (instrumento totalmente financiado pelos PO Regionais);
- SI ALM (instrumento totalmente financiado pelos PO Regionais).

No âmbito do COMPETE, nos 161 projetos do SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado e do SI Qualificação PME – Projetos Individuais aprovados, está prevista a criação de 923 postos de trabalho, dos quais 313 referentes a jovens.

### **EMPRÉSTIMO QUADRO (EQ-BEI)**

No final de 2010 foi celebrado, entre o Ministério das Finanças e o Banco Europeu de Investimento (BEI), um contrato relativo a um **Empréstimo Quadro (EQ-BEI)** no valor total de 1,5 mil milhões de euros para financiamento da contrapartida nacional em projetos cofinanciados pelo FEDER e Fundo de Coesão. Até à data, foram decididas duas tranches:

- A primeira tranche, no valor de 450 milhões de euros, foi direcionada para o sector público, financiando áreas tão diversas como a investigação, ciência e tecnologia, tecnologias de informação e comunicação, eficiência energética e renováveis, regeneração urbana, saúde, educação ou cultura;
- A segunda tranche foi orientada para o apoio às empresas e à envolvente empresarial (organizações empresariais e entidades do sistema científico e tecnológico nacional).

Relativamente à **primeira tranche**, cujas entidades beneficiárias foram entidades da Administração Pública (central, regional e local), instituições de ensino superior e centros de investigação e desenvolvimento, entidades dos sectores empresariais do Estado, a nível regional e municipal, empresas concessionárias de serviço público, e ainda instituições particulares de solidariedade social, fundações e associações com utilidade pública, a utilização deste EQ-BEI compreendeu dois tipos de mecanismos:

- Empréstimo para financiamento da contrapartida nacional das operações inscritas no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), da responsabilidade de entidades beneficiárias da Administração Central;
- Empréstimo para financiamento da contrapartida nacional das operações a realizar pelas restantes entidades beneficiárias do empréstimo.

No âmbito do COMPETE, foram enquadrados no Empréstimo Quadro BEI 1.192 projetos (1.157 projetos SAESCTN e 35 projetos SAMA) para o financiamento do PIDDAC de 99,6 milhões de euros.

Em relação ao empréstimo, da iniciativa dos promotores, foram enquadrados no EQ-BEI 6 projetos do COMPETE (4 projetos SIAC e 2 projetos Conjuntos do SI Qualificação PME, sendo que estes últimos não chegaram a obter financiamento<sup>22</sup>) para um empréstimo de 1,2 milhões de euros.

---

<sup>22</sup> Um dos projetos foi não elegível e o outro alvo de desistência.

A **segunda tranche**, decidida em 2012, visou apoiar a contrapartida nacional relativa aos projetos FEDER aprovados no QREN, de empresas beneficiárias dos Sistemas de Incentivos e das entidades beneficiárias do SIAC. Neste sentido foram criadas duas linhas de financiamento:

- Linha de financiamento ao Investimento Empresarial, designada por INVESTE QREN, até 500 milhões de euros;
- Linha de financiamento ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional, até 20 milhões de euros.

O acesso à linha de financiamento INVESTE QREN é realizado através dos bancos que manifestaram vontade de aderir à sua utilização, tendo para o efeito celebrado um protocolo de colaboração institucional com o IFDR.

O valor máximo do empréstimo para cada projeto é de 4 milhões de euros, sendo o prazo de financiamento de 8 anos, com 2 anos de carência de capital

Até final do ano, foram aprovadas 96 operações da linha INVESTE-QREN de promotores com projetos aprovados no âmbito do COMPETE, com um valor de 44,4 milhões de euros de investimento induzido.

Tendo em conta a existência de montantes disponíveis por força de desistências e de revisões em baixa de decisões de aprovação ou de contratos de financiamento celebrados da 1.<sup>a</sup> tranche, bem como os valores da segunda tranche ainda não alocados a utilizações e os valores da prevista linha de financiamento ao sistema científico e tecnológico nacional, ainda não operacionalizada, foi **decidido em 2013 permitir**:

- Até 27 M€, prioritariamente destinados ao financiamento da contrapartida nacional de operações promovidas por empresas não financeiras públicas participadas maioritariamente pelo setor público;
- Até 80 M€, prioritariamente destinados ao financiamento da contrapartida nacional de operações promovidas por municípios, associações de municípios, áreas metropolitanas e entidades do setor empresarial local nos termos da Lei n.º 53 -F/2006, de 29 de dezembro;
- Até 20 M€, prioritariamente destinados financiamento da contrapartida nacional de operações promovidas por entidades que integram o sistema científico e tecnológico nacional (SCTN), universidades e instituições universitárias.

Até final de 2013, no que se refere a promotores com projetos aprovados no COMPETE, foram aprovados 653 pedidos de financiamento da linha específica para o Sistema Científico e Tecnológico Nacional com um valor de 5,7 milhões de euros.

## BOLSA DE DESCATIVÇÃO DE INCENTIVO (BDI).

A **Bolsa de Descativação de Incentivo (BDI)** é um instrumento de acompanhamento dos projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, que, ao assinalar os projetos com atrasos significativos, seja na fase de contratação, seja na fase de execução, induz os promotores a ultrapassarem o seu incumprimento ou, caso o mesmo não seja superado, permite descativar o incentivo para aprovação de projetos futuros.

| 70

Os projetos entram **automaticamente na BDI**, sempre que se registre uma das seguintes situações:

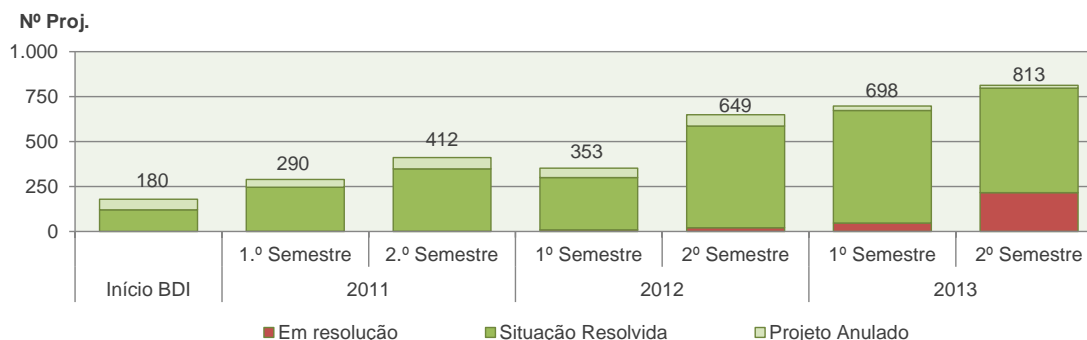
- **Projetos por Contratar:** projetos por contratar com comunicação de decisão de financiamento há mais de 40 dias úteis;
- **Projetos sem níveis mínimos de execução:** projetos contratados que tenham ultrapassado o prazo de execução previsto e não tenham apresentado o respetivo pedido de pagamento a título de reembolso final (PTRF) nos prazos determinados na Norma de Pagamentos aplicável; projetos que tenham beneficiado de Pagamentos a Título de Adiantamento (PTA e PTC) não tendo comprovado os níveis de despesa exigidos nos prazos definidos na Norma de Pagamentos aplicável e projetos que tenham estabelecido contratualmente metas de execução semestral e não tenham apresentado qualquer execução durante dois semestres consecutivos.

Desde fevereiro de 2011 (data da implementação deste instrumento) até final de 2013, passaram pela BDI, no âmbito do COMPETE, 2.527 projetos (alguns deles mais do que uma vez), num total de 3.395 entradas. Destas, 91% das situações estão resolvidas:

- 321 projetos foram objeto de anulação, permitindo uma descativação de 193 milhões de euros;
- 2.774 projetos, correspondendo a um volume de incentivo de 2.644 milhões de euros, recuperaram o atraso, tendo sido excluídos da BDI.

O gráfico seguinte comprova a eficácia deste instrumento, contribuindo para a identificação de atrasos e para a respetiva resolução da quase totalidade das situações incluídas até ao final de 2011. De facto, cerca de  $\frac{3}{4}$  das entradas na BDI tiveram lugar no segundo semestre de 2013.

**Gráfico 2.33: Ritmo de Entrada de Projetos na BDI, 2007-2013**

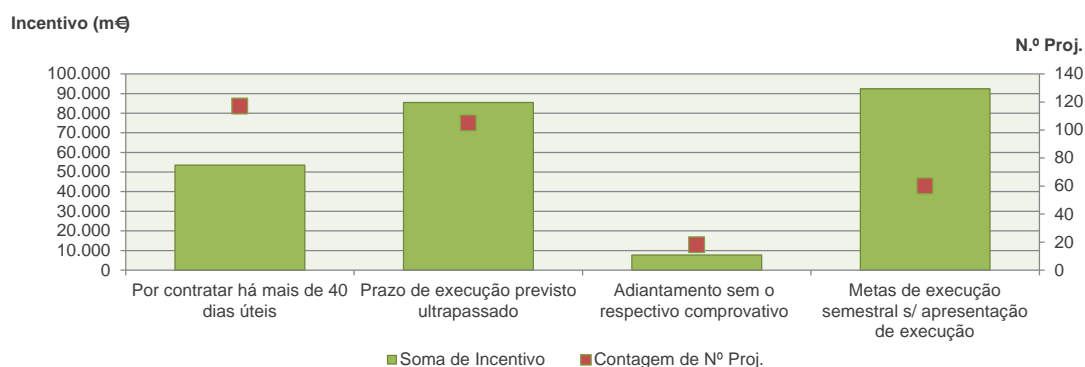


Fonte: SI POFC.



Assim sendo, no final do ano, encontravam-se **em resolução** 300 projetos, com um incentivo associado de 239,1 milhões de euros.

**Gráfico 2.34: Projetos Aprovados dos Sistemas de Incentivos, Incluídos na BDI no Final de 2013, por Motivo, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

## 2.4 MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

### 2.4.1. Contexto Socioeconómico

Neste subcapítulo procede-se a uma análise socioeconómica do ano de 2013, caracterizando o contexto de implementação do Programa e dando ênfase aos aspetos que, direta ou indiretamente, contribuíram ou condicionaram a sua execução ao longo do ano.

#### **ECONOMIA INTERNACIONAL**<sup>23</sup>

*Recuperação lenta e frágil, mais acentuada na segunda metade do ano, graças à performance das economias desenvolvidas. Na Área do Euro, o PIB decresceu, sendo de assinalar a evolução favorável dos indicadores, perspetivando uma retoma da atividade económica.*

Em 2013, o crescimento do **PIB mundial** fixou-se nos 2,9% (acelerando para os 3,5% em 2014), numa quebra ligeira face a 2012, para a qual contribuiu o abrandamento verificado nas economias emergentes e em desenvolvimento (-0.4 p.p.), onde a taxa ainda assim rondou os 4,6% (China apresenta a taxa mais elevada com 7,7%), mas também a redução do crescimento nas economias avançadas (cerca de 0,1 p.p.).

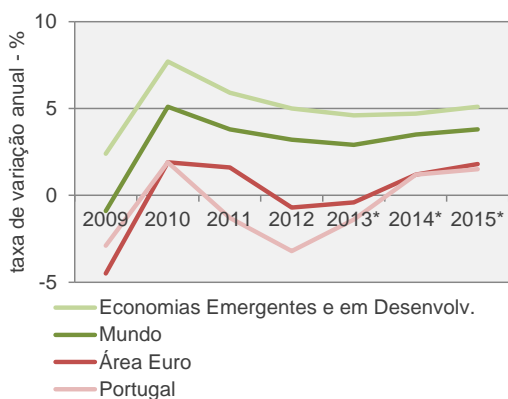
<sup>23</sup> Dados previsionais para 2013, para a Economia internacional e da Área do Euro.

Na base desta evolução esteve a manutenção do clima de incerteza, não só na Europa, onde permanecem os impactes da crise das dívidas soberanas, dos esforços de consolidação orçamental, da redução dos níveis de endividamento de famílias e empresas, e das restrições ao crédito, mas também nos EUA, onde as necessidades de consolidação orçamental são também evidentes.

Ainda assim, os indicadores dos últimos trimestres do ano e as previsões para os próximos anos parecem fazer antever uma recuperação, embora lenta e frágil, da atividade económica e dos fluxos de comércio. Esta evolução resultou sobretudo da melhoria da performance dos países desenvolvidos, em especial dos EUA, mas também da União Europeia e do Japão, designadamente na sequência de algumas medidas lançadas durante o ano com vista à redução da incerteza, como o anúncio do programa de transações monetárias definitivas pelo BCE, o início da criação da União Bancária na Área do Euro e o adiamento do cenário de consolidação orçamental abrupta nos EUA.

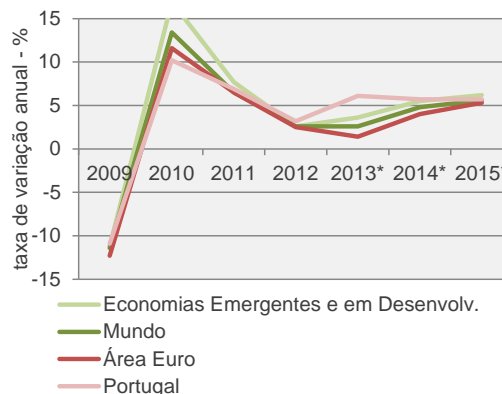
O índice de **produção industrial** mundial evoluiu favoravelmente ao longo do ano, em especial nas economias desenvolvidas (variação homóloga de -0,8 no 1.º trimestre de 2013 para 2,7 no último).

Gráfico 2.35: PIB, 2009-2015



Nota: \* Previsões. Fonte: CE, European Economic Forecast – Spring 2014 (2014)

Gráfico 2.36: Exportações, 2009-2015



Nota: \* Previsões. Fonte: CE, European Economic Forecast – Spring 2014 (2014)

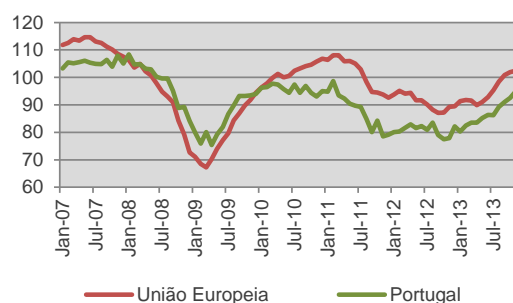
No **comércio internacional**, as exportações apresentaram uma taxa de crescimento de 2,6% em 2013, perspetivando-se, igualmente, uma evolução favorável para os próximos dois anos, embora com taxas ainda aquém das registadas antes da crise.

Em 2013, num quadro de reduzidas pressões inflacionistas (abrandamento nas economias emergentes e em desenvolvimento e procura deprimida nas economias avançadas), à exceção dos alimentos, os **preços**, incluindo do petróleo, registaram uma redução.

Neste contexto, as autoridades monetárias das economias avançadas mantiveram as **taxas de referência** próximas de zero, numa perspetiva acomodatória e optando por medidas de política não convencionais, reforçando as expectativas de manutenção de taxas de juro baixas para os próximos anos e contribuindo para a melhoria das condições de financiamento a nível global.

Na **União Europeia**, depois de atingir valores mínimos em março de 2009, no auge da crise económico-financeira internacional, da recuperação em 2010 e da nova quebra em 2011, associada à crise das dívidas soberanas, o **Índice de Sentimento Económico** (Gráfico 2.36) voltou novamente a crescer em 2013 (a partir de abril), o que aponta para a melhoria das expectativas dos agentes económicos.

**Gráfico 2.37: Evolução do Indicador de Sentimento Económico – União Europeia e Portugal, 2007-2013**



Fonte: CE, Economic and Financial Affairs, Economic Databases and Indicators.

Em 2013, o **PIB** real da **Área do Euro** diminuiu 0,4% face ao ano anterior, sendo que, a partir do segundo trimestre do ano, se verificaram, pela primeira vez, crescimentos positivos, depois de seis trimestres consecutivos em contração. Esta evolução favorável do Produto, para a qual foi determinante a performance da Alemanha e do Reino Unido, resulta sobretudo do fortalecimento da procura interna (Gráfico 2.37).

**Gráfico 2.38: Contributo para o Crescimento do PIB, 2008-2015**



Nota: \* Previsões. Fonte: CE, European Economic Forecast – Spring 2014 (2014)

Está, no entanto, ainda sujeita a muitos riscos, quer internos (elevados níveis de endividamento público e privado, incerteza e dificuldades de ajustamento, fragmentação financeira, dificuldades na implementação de reformas estruturais, institucionais e fiscais a nível União e dos Estados-membros,...) quer externos, com destaque para alguma turbulência financeira verificada em economias emergentes e para a crise na Ucrânia.

O **consumo privado** decresceu, no quadro da redução do rendimento real disponível associada à estagnação dos salários e à situação desfavorável do mercado de trabalho, bem como às restrições ao crédito, apesar de também neste campo serem visíveis alguns sinais de

recuperação: o indicador de confiança dos consumidores tem vindo a crescer, devendo acentuar esta tendência à medida que estes constrangimentos se forem dissipando.

O **consumo público**, que tem contraído na sequência dos esforços de consolidação fiscal, apresentou uma taxa positiva de 0,3 % em 2013, prevendo-se que se acentue este ritmo modesto de crescimento em 2014 e 2015, à medida que as necessidades de consolidação fiscal vão diminuindo.

| 74

Relativamente ao **investimento**, e em particular à FBCF, a melhoria verificada no final de 2013 não foi suficiente para reverter a taxa de crescimento negativa de -3% na Área do Euro. Perspetiva-se uma reversão da tendência em 2014 (crescimento de 2,3%), em especial na componente de equipamento, a par da expansão da atividade, da necessidade de renovação de *stocks* após anos de desinvestimento e da melhoria progressiva das condições de financiamento.

As **exportações** abrandaram na segunda metade do ano, a par da diminuição da procura externa e da apreciação nominal do euro. Já as **importações** cresceram a um ritmo superior, o que originou uma contribuição negativa das exportações líquidas para o crescimento do PIB a partir do terceiro trimestre. As perspetivas para os próximos anos apontam para o crescimento das exportações, bem como das importações associado também ao aumento do investimento. O contributo das exportações líquidas deverá manter-se positivo, embora em menor dimensão, face à recuperação da procura interna.

No **mercado de trabalho**, a taxa de emprego registou os -0,5% em 2013, e a taxa de desemprego, depois da contínua escalada desde 2008, estabilizou nos 12%. Prevê-se que a evolução no mercado de trabalho continue a ser lenta, pouco impulsionada pelas baixas taxas de crescimento e pelas ainda diminutas capacidades de investimento e criação de emprego pelas empresas.

De assinalar, em especial, o crescimento de desemprego estrutural, pelo impacte do desemprego de longo prazo a nível das competências e da empregabilidade dos recursos.

Também aqui as performances são muito heterogéneas entre os Estados-membros (e.g. a taxa de desemprego em 2013 variou dos 4,9% da Áustria aos 27,3% da Grécia). Os salários mantêm-se moderados principalmente nos países mais vulneráveis, podendo crescer a taxas superiores às pré-crise em países onde o desemprego é menor.

Em termos de **produtividade aparente do trabalho**, registou-se um ligeiro aumento (0,5%), numa tendência de crescimento que se deverá manter nos próximos anos. No atual contexto de moderação salarial, os **custos unitários de trabalho** aumentaram apenas 1,1%, o que não foi suficiente para compensar a subida, mesmo que moderada, da inflação.

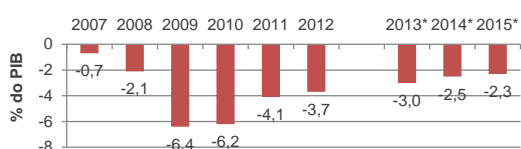
A taxa de câmbio real efetiva (calculada pelos custos unitários de trabalho) sofreu uma apreciação de 6,1%, causada, nomeadamente pela apreciação do euro, o que se traduz em perdas de competitividade para as economias europeias face aos seus parceiros internacionais em 2013.

A inflação em 2013 manteve-se baixa, devendo permanecer assim ou mesmo decrescer em 2014, a par com a retoma lenta e com a descida expetável dos preços da energia. A apreciação do euro contribuiu para a redução da pressão dos produtos importados, estando igualmente mais dissipados os efeitos sobre os preços resultantes das políticas de consolidação fiscal em alguns Estados-membros (e.g. aumento do IVA ou de impostos especiais sobre produtos). Também a desaceleração dos custos unitários do trabalho contribuiu para as fracas pressões inflacionistas.

Neste contexto e na continuidade do verificado em 2012, o BCE manteve uma política monetária acomodatória, com taxas de juro baixas, anunciando a provável manutenção das taxas de referência nestes níveis ou em níveis inferiores nos próximos anos e a possibilidade de utilização de mecanismos não-convencionais, nomeadamente para prevenir um período demasiado prolongado de baixa infração.

No domínio das contas públicas, em 2013 prosseguiram os esforços de consolidação orçamental, cujos resultados se traduzem na redução evidente do défice médio da Área do Euro (Gráfico 2.38). Perspetiva-se que este exercício se mantenha nos próximos anos, embora com menor intensidade.

Gráfico 2.39: Saldo Orçamental da Área do Euro, 2007-2015



Nota: \* Previsões. \* Fonte: Eurostat, CE, European Economic Forecast – Spring 2014 (2014)

Até ao momento, a consolidação fiscal fez-se maioritariamente pelo acréscimo do esforço fiscal (pelo lado da receita), esperando-se, que em 2014 (défice previsto de -2,5%), seja a despesa a principal componente deste processo.

A dívida pública atingiu um pico de 96%, em 2014, depois da escalada dos últimos anos, muito devida ao peso dos juros.

Em 2013, apesar da melhoria do clima económico, do aumento da liquidez do sistema bancário e da progressiva normalização das condições de financiamento da Área do Euro, o crédito para o setor privado registou uma contração, sendo que o volume de empréstimos para as empresas não financeiras continuou a decrescer (quer por motivos relacionados com a oferta, quer com a procura). Refira-se, no entanto a existência de condições diferenciadas entre os Estados-membros, que se reflete num crescimento do crédito próximo de zero nos países com

elevada notação financeira face a uma descida acentuada nos países sobre pressão (cerca de 7%), a que acrescem as diferenças entre as próprias empresas no acesso ao crédito, mais fácil para as empresas de maior dimensão (que optam cada vez mais pelo financiamento no mercado e menos pelo financiamento bancário) e para as empresas exportadoras.

Tabela 2.37: Principais Indicadores Económicos – Área do Euro, 2010-2015

Indicador Económico		2010	2011	2012	Previsões		
					2013	2014	2015
PIB	VHR	1,9	1,6	-0,7	-0,4	1,2	1,7
Consumo Privado	VHR	1,0	0,3	-1,3	-0,7	0,8	1,3
Consumo Público	VHR	0,6	-0,1	-0,6	0,2	0,7	0,5
FBCF	VHR	-0,4	1,6	-4,0	-2,9	2,3	4,2
Exportação de bens e serviços	VHR	11,6	6,5	2,5	1,4	4	5,3
Importações de Bens e Serviços	VHR	10,0	4,5	-0,9	0,2	3,8	5,5
Procura Final	VHR	3,9	2,4	-0,8	-0,2	2	2,8
Emprego	VH	-0,6	0,2	-0,8	-0,9	0,4	0,7
Taxa de Desemprego	VH	10,1	10,1	11,3	12,0	11,8	11,4
Produtividade (PIB/Emprego)	VH	2,6	1,4	0,2	0,5	0,9	1,0
Custo Unitário Real do Trabalho	VH	-1,4	-0,5	0,5	-0,2	-0,4	-0,4
Deflator do PIB	VH	0,8	1,2	1,3	1,4	1,2	1,3
HIPC	VH	1,6	2,7	2,5	1,3	0,8	1,2
Taxa de Câmbio Efetiva Real	VH	-7,4	0,4	-4,2	6,1	3	-0,6
Dívida Bruta SPA (%PIB)	% PIB	85,7	88,1	92,7	95,0	96	95,4
Saldo Global SPA (%PIB)	% PIB	-6,2	-4,1	-3,7	-3,0	-2,5	-2,3

Legenda: VH – Variação Homóloga; VHR – Variação Homóloga Real; PIB – Produto Interno Bruto; FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo; SPA – Setor Público Administrativo. Fonte: CE, *European Economic Forecast – Spring 2014* (2014).

## ECONOMIA PORTUGUESA

*Prossegue o ajustamento estrutural, visível na melhoria do défice orçamental e do saldo da balança de transações correntes. PIB cresce pela primeira vez no último trimestre do ano, impulsionado por alguma recuperação da procura interna. Desemprego mantém-se elevado.*

Após uma queda profunda da atividade económica (cerca de 7% desde 2008), no último trimestre de 2013 o PIB apresentou uma taxa de crescimento positiva de 1,7%, acompanhada por um ligeiro aumento do emprego. Estes primeiros sinais positivos, após 11 trimestres consecutivos em recessão, resultaram não só do crescimento das exportações, mas também de uma evolução mais favorável da procura interna, sendo, no entanto, ainda muito vulneráveis a riscos externos, ao elevado nível de endividamento do setor privado, às necessidades acrescidas de consolidação orçamental e à elevada taxa de desemprego registada. Apesar da evolução trimestral favorável, o país divergiu em 2013 face à Área do Euro, registando uma taxa anual de crescimento do PIB, embora mais moderada que em 2012, negativa de 1,4%.

No ano em análise, registou-se uma contração da **procura interna** de 1,4%, uma taxa ainda elevada, mas muito inferior aos -3,2% registados em 2012. O processo de consolidação orçamental, as reduções salariais verificadas, o elevado desemprego, a manutenção de condições pouco favoráveis ao crédito e do clima de incerteza, adiando decisões de consumo e investimento, foram fatores que contribuíram para esta evolução.

O **consumo privado** apresentou uma taxa de crescimento negativa (-1,7%), quer nas componentes de consumo duradouro quer não duradouro, graças à diminuição do rendimento disponível real das famílias. Também neste campo, a performance foi melhor que a verificada em 2012, tendo-se verificado um crescimento de 0,6% no último trimestre do ano, devido, principalmente à componente de bens duradouros (em particular veículos automóveis). Para 2014, espera-se uma ligeira recuperação, a par do aumento dos níveis de confiança das famílias e da progressiva normalização das condições de financiamento.

A redução do crédito ao consumo, resultante das restrições impostas pelo sistema financeiro e a alteração do comportamento dos consumidores (aumento da poupança), implicaram uma diminuição do endividamento das famílias e um aumento da taxa de **poupança**, que deverá registar um nível médio superior ao verificado antes da crise (12,6% em 2013, mais 0,6 p.p. que no ano anterior).

O **consumo público** diminuiu 1,7% face a 2012, num ritmo inferior ao dos anos anteriores (-5% em 2011 e -4,7% em 2012).

Relativamente ao investimento, a **Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)** diminuiu 6,6% (-14,4% em 2012), numa tendência transversal às suas componentes: a FBCF residencial diminuiu, após a forte quebra verificada em 2012, devendo registar algum crescimento nos próximos anos (ainda que condicionado pela estabilização do parque habitacional e pelas perspectivas de evolução do rendimento disponível e do mercado de trabalho); a FBCF pública, que tem vindo a sofrer uma forte contração no quadro do processo de consolidação em curso, manteve a tendência decrescente e a FBCF empresarial contraiu, embora de forma menos pronunciada que em 2012. De assinalar, sobretudo a variação negativa (-14%) da FBCF da Construção e, em sentido inverso, o aumento do investimento em Material de Transporte (10%) e da componente de Produtos Metálicos e Equipamentos (1%).

Ainda relativamente à FBCF empresarial, o Inquérito de Conjuntura ao Investimento de outubro de 2013, aponta para uma quebra do investimento superior nas empresas de menor dimensão, mais sujeitas à diminuição das vendas e às incertezas sobre a rentabilidade dos investimentos, por oposição às empresas com mais de 500 trabalhadores, onde o investimento aumentou.

Em termos setoriais, pelo peso que detém no total do investimento (26,4%) e pela importância na competitividade da economia, é de realçar, de acordo com o referido Inquérito, a quebra da



FCBF na Indústria Transformadora (-13,9%), ligeiramente inferior se considerarmos apenas as empresas exportadoras<sup>24</sup> (-11%), mas comum aos diferentes escalões de dimensão empresarial. Em termos de taxa de variação, a Construção e as Atividades Imobiliárias foram os setores que mais reduziram a sua FCBF (-38,9 e -26,5%, respetivamente).

A Tabela 2.37 apresenta a estrutura e variação prevista pelas empresas da Indústria Transformadora. Com um contributo superior para a redução do investimento está a “Indústria Alimentar”, que deverá ser responsável por 18,1% do investimento em 2013. Com maiores variações estão as subsecções “Outras indústrias transformadoras”, “Fabricação de outros produtos minerais não metálicos” e “Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis”. Por outro lado, a “Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos; Impressão e reprodução de suportes gravados” é a subsecção que apresenta um acréscimo de investimento mais expressivo.

**Tabela 2.38: Estrutura e variação do Investimento na Indústria Transformadora, 2012-2014**

	Estrutura do Investimento			Variação do Investimento	
	2012	2013*	2014*	2013	2014
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	19,6	18,1	17,4	-20,3	2,6
Fabricação de têxteis, do vestuário, do couro e dos produtos de couro	14,4	14	10,7	-16,4	-17,6
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria de espartaria	2,1	2,5	2,2	3,1	-5
Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos; Impressão e reprodução de suportes gravados	4	6,1	5,3	32,9	-6,7
Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	6,5	5,6	14,1	-25,6	168,6
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais; Fabricação de produtos farmacêuticos	7,5	7,4	6,3	-15,8	-8,2
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	7,1	7,8	7,4	-4,4	0,6
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	7,5	6,3	4	-27,3	-31,6
Indústrias metalúrgicas de base; Fabricação de produtos metálicos	8,9	9,7	8,8	-6,3	-2,2
Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	1,9	1,9	1,8	-10,6	-2,8
Fabricação de equipamento elétrico	2,9	3,5	2,8	4,9	-13,7
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	2,9	3,7	4,1	7,1	19,3
Fabricação de veículos automóveis e de outro equipamento de transporte	9,8	9,2	12,1	-19,6	41,1
Outras indústrias transformadoras	5	4,1	3	-28,6	-23,4
<b>Total – Indústria Transformadora</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>-13,9</b>	<b>7,2</b>

Nota: \* Com base nas perspetivas formuladas pelas empresas no âmbito do inquérito (3638 empresas inquiridas entre 1/10/2013 a 23/01/2014). Fonte: INE, Destaque “Inquérito de conjuntura ao investimento – Outubro de 2013”, 31 de janeiro de 2014.

De acordo com o mesmo inquérito, a deterioração das perspetivas de vendas permanece como principal fator limitativo ao investimento (64,2% em 2013), seguindo-se a incerteza sobre a rentabilidade dos investimentos (10%) e a dificuldade na obtenção de crédito bancário (9,4%).

<sup>24</sup> Neste caso, tratam-se sobretudo de empresas com mais de 50% do volume de negócios proveniente de exportações ou empresas com mais de 10% do volume de negócios proveniente de exportações e montante das mesmas superior a 150 mil euros.



Relativamente à Indústria transformadora, as dificuldades na obtenção de crédito bancário assumem uma dimensão mais impeditiva que a média (15,7%), em especial nas empresas exportadoras (27,2%).

À semelhança de outras componentes da procura, a FBCF evoluiu favoravelmente ao longo do ano, tendo-se alcançado uma variação positiva de 2,7% no último trimestre de 2013 (depois de um primeiro trimestre, muito negativo, a decrescer 16,2%). Perspetiva-se que esta tendência se mantenha em 2014 e 2015 (com o contributo positivo da Indústria Transformadora) não só pela necessidade de renovação do *stock* de capital depois de vários anos de investimentos adiados, mas também pela melhoria das condições de financiamento, não obstante o nível ainda elevado de endividamento das empresas comparativamente a outros países da Área do Euro.

Nas **contas externas**, apesar do abrandamento do ritmo de crescimento do comércio internacional e da evolução desfavorável da procura externa mundial, a procura externa dirigida à economia portuguesa aumentou (+1,3%), mantendo-se a importância das exportações como motor de crescimento do PIB. Este comportamento é especialmente relevante tendo em conta a elevada concentração dos mercados de destino das exportações portuguesas na Europa, onde, dos nossos principais parceiros, Espanha e Itália deverão continuar em recessão em 2013 (-1,2% e -1,9% respetivamente) e a Alemanha e a França deverão apresentar um crescimento fraco (0,4% e 0,2% respetivamente).

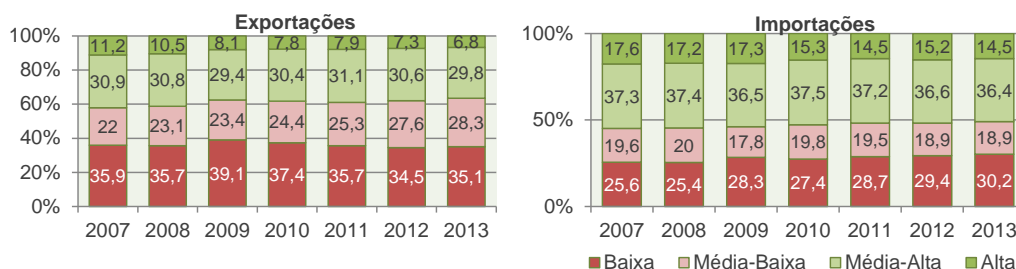
Registou-se, assim, um crescimento das **exportações** de bens e serviços de 6,1%, superior ao verificado na Área do Euro, para o qual contribuiu a entrada em funcionamento de uma nova refinaria (estima-se que o aumento das exportações de bens energéticos associado ao aumento da capacidade de refinação tenha tido, segundo o Boletim de Inverno do Banco de Portugal, um impacto de 1,4 p.p. no crescimento das exportações, aumento este com efeitos diminutos na Balança Corrente, face ao elevado conteúdo importado associado). O contributo para o crescimento do total das exportações foi superior na componente de bens, muito embora a taxa de crescimento das exportações de serviços tenha sido superior.

Na estrutura das exportações, os Serviços representam 30,1% (mais 0,5 p.p. que em 2012), com destaque para as Viagens e Turismo que constituem 13,3% do total. Nas importações, o peso dos Serviços é bem menor (15,3% - menos 0,8 p.p. face a 2012).

Com maiores contributos para as exportações estão os bens energéticos (1,9 p.p.), seguidos pelos bens agroalimentares (0,6 p.p.). Nos Serviços, Viagens e Turismo são os principais responsáveis pelo crescimento (1 p.p.).

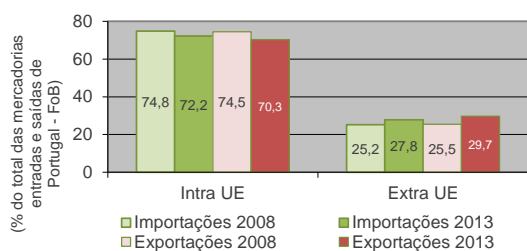
Considerando o tipo de bens transacionados, em 2013 verificou-se um aumento das exportações e das importações de produtos de baixa e média baixa intensidades tecnológicas.

**Gráfico 2.40: Intensidade Tecnológica das Exportações e das Importações (Indústria Transformadora), 2007-2013**



Fonte: GEE|GPEARI, BMEP n.º 3/2014 – Conjuntura, Março de 2014

**Gráfico 2.41: Principais Mercados Internacionais de Portugal (Mercadorias), 2008 e 2013**

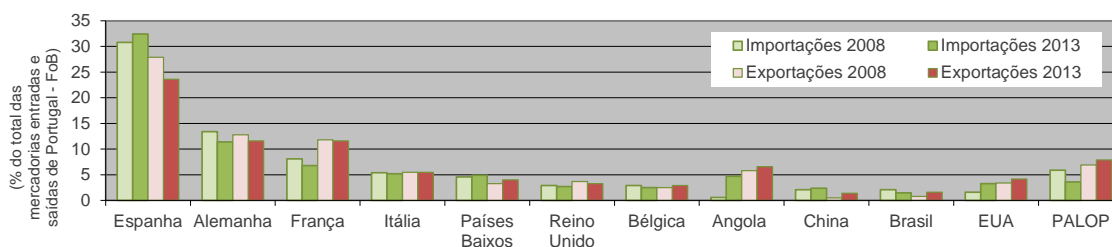


Fonte: GEE|GPEARI, BMEP n.º 3/2014 – Conjuntura, Março de 2014

De 2008 a 2013, apesar da União Europeia se constituir como o principal mercado (72,2% das importações e 70,3% das exportações de mercadorias), verificou-se um crescimento da importância, em ambas as componentes, dos mercados extracomunitários, resultado da necessidade e do esforço efetuado pelas empresas de entrada em novos mercados.

Esta tendência de diversificação é visível também numa análise por países, sendo de assinalar a diminuição significativa do peso de Espanha nas nossas exportações e o aumento de destinos como Angola, China, Brasil ou EUA.

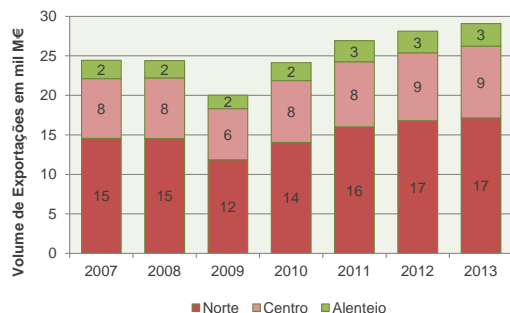
**Gráfico 2.42: Principais Mercados Internacionais de Portugal (Mercadorias), 2008 e 2013**



Fonte: GEE|GPEARI, BMEP n.º 3/2014 – Conjuntura, Março de 2014

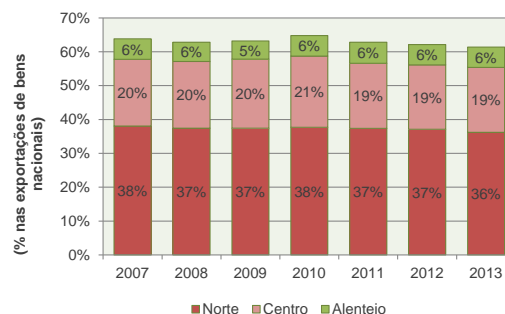
Os gráficos seguintes apresentam o comportamento das exportações de bens nas regiões de convergência (valores nominais), sendo de assinalar a recuperação após 2009 e o aumento face a 2007. Ainda assim, e considerando as limitações da contabilização da componente extra-regio (que aumentou), tem-se verificado um decréscimo do peso das exportações das regiões de convergência face ao total nacional.

**Gráfico 2.43: Exportações de Bens nas Regiões de Convergência, 2007-2013**



Nota: Valores correntes. A localização geográfica corresponde à localização da sede do operador, sendo que não inclui a componente Extra-Regio. Dados definitivos de 2004 a 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013. Fonte: INE, Indicadores de Contexto do QREN, Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens.

**Gráfico 2.44: Peso das Exportações de Bens nas Regiões de Convergência no total das Exportações de Bens do País, 2007-2013**



Nota: Valores correntes. A localização geográfica corresponde à localização da sede do operador, sendo que não inclui a componente Extra-Regio. Dados definitivos de 2004 a 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013. Fonte: INE, Indicadores de Contexto do QREN, Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens.

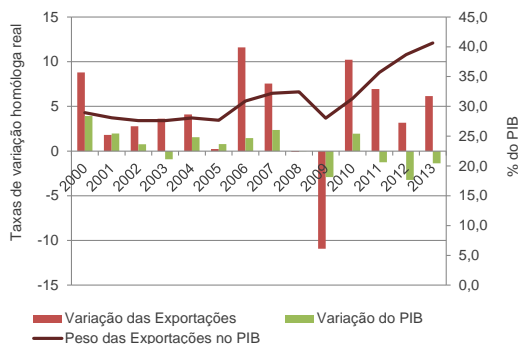
As **importações**, depois da quebra verificada desde 2011 (-11,6%), cresceram 2,8% em 2013, sobretudo devido à importação de bens energéticos e transportes, perspetivando-se um aumento das mesmas para os próximos anos, com a recuperação da procura interna.

O aumento das exportações e a progressiva orientação das empresas portuguesas (muito forçada pela contração da procura interna) para os mercados externos constitui uma das principais alterações estruturais dos últimos anos.

No **Gráfico 2.44** é possível observar a variação do peso das exportações no PIB ao longo da última década (de 40,7% em 2013), evidenciando o comportamento positivo das exportações apesar da quebra do PIB. Ainda assim, há que considerar o grau de intensidade tecnológica e de conhecimento dos bens e serviços exportados (**Gráfico 2.39**), bem como o conteúdo importado dos mesmos. De acordo com o Boletim de Abril do Banco de Portugal, “as exportações nominais de bens têm registado na maioria dos meses uma taxa inferior quando se leva em consideração os conteúdos importados”.

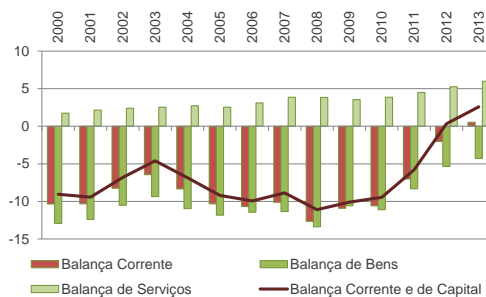
A contribuir para esta redução está o aumento das exportações de combustíveis (com elevado conteúdo importado), compensado apenas em parte pelas restantes componentes das exportações, em particular pelo aumento dos produtos alimentares, produtos metálicos e mobiliário com menor conteúdo importado e pela diminuição de alguns bens com elevado conteúdo importado como o material de transporte.

**Gráfico 2.45: Peso das Exportações no PIB, 2000-2012**



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional (2010 – dados definitivos; 2011 – dados provisórios e 2012 – dados preliminares); BANCO DE PORTUGAL, BP Stat; Estatísticas de balança de pagamentos.

**Gráfico 2.46: Evolução da Balança Corrente e de Capital, 2000-2012**



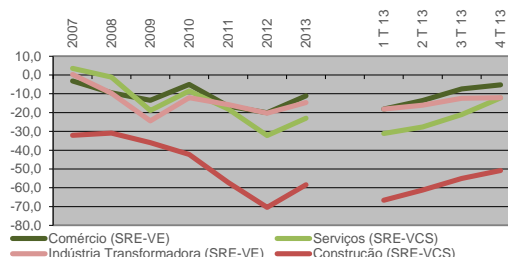
Legenda: p – previsões. Fonte: GEE, Indicadores de Atividade Económica (2013); Previsões Banco de Portugal, Boletim Económico da Primavera 2013 (2013).

Da variação de exportações e importações, resultou a correção do défice externo da **Balança de Bens e Serviços**, que registou, no final de 2013, um superávit de 1,7% do PIB, graças à redução do défice da componente de bens e ao aumento do excedente da componente de serviços (Gráfico 2.45). Adicionalmente, com uma variação menos negativa do saldo da balança de rendimentos (-3,6%), e positiva das Transferências Correntes (2,4%, designadamente via aumento das remessas de emigrantes) e da Balança de Capital (2,1%), a **Balança de Corrente e de Capital** obteve um saldo positivo, em 2013, de 2,6% do PIB, com previsões otimistas para 2014.

A **Balança Financeira** apresentou-se deficitária (-2,7% do PIB), tendo registado em 2013 uma saída líquida de fundos para o exterior. Relativamente ao **Investimento Direto Estrangeiro**, o saldo foi positivo (0,8% do PIB), refletindo um aumento do investimento externo no País superior ao aumento do investimento do País no exterior (embora menor que o verificado em 2012).

O Gráfico 2.46 apresenta a evolução dos indicadores de confiança nos diferentes setores de atividade e reflete, apesar dos índices se manterem em terreno negativo, a tendência claramente positiva verificada ao longo do ano em todos eles. A Construção é ainda o setor com maiores níveis de desconfiança relativamente ao futuro da atividade económica (-58,4%). O indicador de clima económico, apesar de ainda negativo (-2,2% em 2013 face a -4,1% em 2012), apresenta uma tendência semelhante.

**Gráfico 2.47: Indicadores de Confiança, 2007-2013**



Fonte: GEE, Indicadores de Atividade Económica (2014); INE. Nota: O INE iniciou em 28.05.2010 a publicação dos resultados dos Inquéritos Qualitativos de Conjuntura às Empresas com base em novas amostras.

Legenda: SRE - Saldo de respostas extremas; VCS - Valor corrigido de sazonalidade; VE - Valor Efetivo.

Apesar da melhoria da atividade económica ao longo do ano, consentânea com a evolução das expectativas (ver **Gráfico 2.46** e **Gráfico 2.36**), em 2013, o VAB contraiu 1,2%, quebra esta com maior incidência em setores não transacionáveis e orientados para o mercado interno. É o caso da Construção, que continua a registar quebras acentuadas resultantes de fatores como a estabilização do *stock* de habitação, o fraco investimento em obras públicas, as reformas no mercado de arrendamento, a diminuição da população residente e as restrições ao crédito.

Quanto aos setores transacionáveis, a Indústria registou uma quebra de -0,5%, inferior à verificada em 2012, em linha com a melhoria do desempenho das exportações de bens. Os Serviços apresentaram também uma evolução mais favorável que no ano anterior, com o contributo das exportações do Turismo.

**Tabela 2.39: Evolução do VAB por Setores – Portugal, 2007-2013**

Setores	Peso 2013	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	(variação homóloga real - %)			
									2013			
									1T	2T	3T	4T
VAB pb (a preços de 2006)	100	2,7	0,4	-2,2	1,9	-0,6	-2,3	-1,2	-3,2	-1,2	-0,9	0,7
Agricultura, Silvicultura e Pescas	2,4	-4,6	3,1	-3,8	1,6	0,4	-1,1	3,0	2,1	3,3	3,6	3,0
Energia, Água e Saneamento	4,5	1,1	4,0	-5,6	9,2	-3,3	-2,3	1,1	-0,6	0,6	1,5	3,0
Indústria	14,3	3,0	-1,5	-9,8	7,0	2,4	-2,0	-0,5	-5,0	-0,1	-0,9	4,3
Construção	4,3	2,0	-4,9	-10,7	-5,4	-8,0	-14,8	-13,9	-24,4	-13,4	-9,1	-6,5
Comércio, Restaurantes e Hotéis	19,8	1,3	-1,3	0,6	2,5	0,4	-1,3	0,8	-0,5	0,2	1,0	2,5
Transportes e Comunicações	9,1	6,8	2,7	-2,3	0,4	1,1	-1,4	-0,5	-2,5	-0,3	0,5	0,6
Atividades Financeiras e Imobiliárias	15,9	4,8	2,8	1,2	1,1	-0,2	-0,6	-1,6	-2,3	-1,4	-1,5	-1,3
Outros Serviços	29,6	2,3	1,2	0,3	0,8	-1,6	-2,1	-1,4	-1,8	-1,7	-1,6	-0,5

Fonte: GEE, *Indicadores de Atividade Económica* (Março 2014).

Os indicadores setoriais corroboram a tendência de desagravamento do clima de recessão em 2013. O **Índice de Produção Industrial** registou um aumento de 0,7%, com particular incidência nas CAE “Couro e Calçado” (+7,4%), “Veículos automóveis e seus componentes” (+5,3%) e Têxteis” (+3,5%). Em sentido inverso, destacam-se as indústrias extrativas (-11,1%), “Outros produtos minerais não metálicos” (-5,6%) e “Madeira e Cortiça” (-3,2%).

O **Índice de Volume de Negócios da Indústria Transformadora** manteve-se inalterado. Já o **Índice do Emprego na Indústria**, em coerência com a evolução geral do emprego, manteve a tendência negativa dos últimos anos (-2,6%).

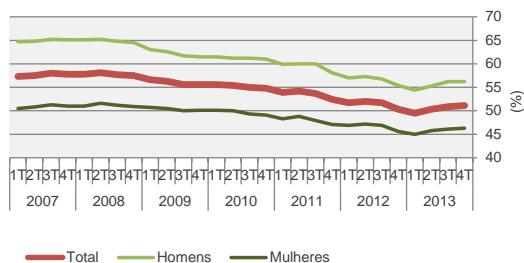
**Tabela 2.40: Indicadores Setoriais – Portugal, 2011-2013**

Indicadores		2011	2012	2013	2013			
					1T	2T	3T	4T
Índice de Produção Industrial - Total	VH/VCS	-0,9	-6,1	0,7	-1,5	2,0	-1,5	4,2
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	VH/VCS	-0,8	-2,4	1,1	-1,3	1,2	0,2	4,6
Índice de Volume de Negócios - Indústria Transformadora	VH	6,7	-1,7	0,0	-5,0	1,4	1,2	2,4
Índice de Emprego na Indústria	VH	-1,0	-3,5	-2,6	-3,5	-3,0	-2,5	-1,6
Volume de Vendas no Comércio a Retalho (3 meses)	SRE-VE	-33,3	-43,7	-25,3	-40,2	-30,9	-16,9	-13,1
Índice de Volume de Negócios - Serviços	VH, M3M	-6,2	-8,6	-4,2	-8,5	-4,0	-2,5	-2,2
Receitas Viagens e Turismo	VHA	7,2	5,6	7,5	7,3	8,9	6,4	8,0

Legenda: VH – Variação homóloga; VCS – Valor corrigido de sazonalidade; SER – Saldo de respostas extremas; VE – Valor efetivo; M3M – Média móvel de 3 meses; VHA – variação homóloga acumulada. Fonte: GEE, *Indicadores de Atividade Económica* (2013).

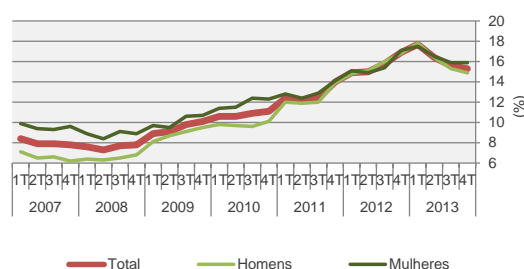
No **mercado de trabalho**, apesar de uma ligeira melhoria nos indicadores em linha com a melhoria da atividade económica, registou-se uma quebra de 2,6% no **emprego** (menos 1,6 p.p. que em 2012), mais intensa no emprego por conta própria.

**Gráfico 2.48: Evolução Trimestral da Taxa de Emprego em Portugal, 2007-2013**



Nota: Quebra de série em 2011. Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

**Gráfico 2.49: Evolução Trimestral da Taxa de Desemprego em Portugal, 2007-2013**

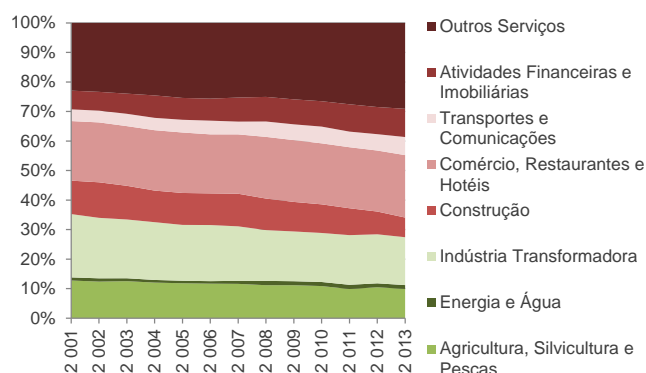


Nota: Quebra de série em 2011. Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Para as empresas verificou-se uma redução da rotação dos trabalhadores (e do número de novas contratações), sendo que quando tal acontece a tendência é para que os novos trabalhadores entrem com salários mais baixos (ajustamento dos custos com o emprego com recurso à rotação de trabalhadores) e com menores vínculos (o emprego criado em 2013, fez-se maioritariamente pela figura dos contratos a termo (+1,8%)).

Em termos setoriais, à exceção dos Transportes e Comunicações e da Atividades Financeiras e Imobiliárias, verificou-se uma redução do emprego em todos os setores, em particular na Construção (-15,9%).

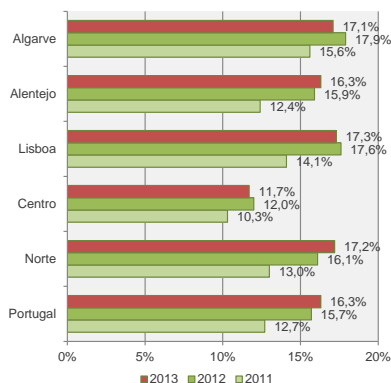
**Gráfico 2.50: Evolução da Estrutura Setorial do Emprego**



Fonte: GEE, Indicadores de Atividade Económica (2014).

Apesar da inversão da dinâmica registada ao longo do ano, em particular no último trimestre, a taxa de desemprego atingiu os 17,7% no primeiro trimestre do ano, numa média de 16,3% em 2013 (15,7% em 2012), perspetivando-se que continue a subir em 2014.

**Gráfico 2.51: Taxa de Desemprego em Portugal por Região, 2011-2013**



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A nível regional, a região Norte é a que apresenta uma maior taxa de desemprego (17,2% em 2013), sendo, com o Alentejo, das regiões onde o desemprego aumentou face a 2012.

Das regiões de convergência, destaca-se a evolução positiva verificada no Centro, onde a taxa de desemprego diminuiu e se mantém em níveis bem inferiores à média nacional.

Especialmente preocupante é o aumento do **desemprego de longa duração**<sup>25</sup> que se tem vindo a acentuar e que representa 62,1% do desemprego total (54,2% em 2012), um dos valores mais elevados dos últimos 20 anos, e o aumento do número de inativos desencorajados<sup>26</sup> (de 4,2 para 5,2% da população ativa) que gera importantes efeitos sobre as competências, empregabilidade e motivação da população desempregada (estigma social associado ao longo período de desemprego, dificuldades de empregabilidade, maior probabilidade de desequilíbrio entre oferta e procura de competências, maiores penalizações salariais no retorno ao emprego, depreciação de competências,...).

<sup>25</sup> Indivíduos desempregados à procura de emprego há 12 ou mais meses.

<sup>26</sup> Ativos disponíveis para trabalhar mas que não tinham procurado emprego ao longo do período



De registar também um ligeiro aumento da **produtividade** aparente do trabalho<sup>27</sup> (+1,5% face a 2012), associada sobretudo à diminuição do emprego.

Estas alterações no mercado do trabalho podem indiciar uma mudança estrutural em curso na economia portuguesa, com a destruição de emprego em setores mais intensivos em mão-de-obra, a favor de setores emergentes e em crescimento, e com o encerramento de empresas menos competitivas ou com a saída de trabalhadores com menores níveis de produtividade.

Em 2013, registou-se um aumento ligeiro do **custo unitário real do trabalho**, após as quedas verificadas nos anos anteriores, também graças à reposição de remunerações na Administração Pública. No setor privado, os custos unitários diminuíram, contribuindo para o ajustamento externo pela via dos ganhos de competitividade associados à depreciação do fator trabalho.

Ainda assim, a **Taxa de Câmbio Efetiva Real** aponta para uma perda de competitividade em 2013, também originada pela apreciação do Euro.

Quanto aos **preços**, registou-se um decréscimo de 2,4 p.p. no HIPC em 2013, consentâneo com a dissipação de medidas de consolidação orçamental implementadas em 2012 (subida do IVA e de preços de bens regulados), com a descida dos preços dos bens energéticos, com uma procura global deprimida e com as dificuldades no mercado de trabalho.

A consolidação das **contas públicas** continuou no cerne do contexto político e económico em 2013, mantendo-se em vigor o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), acordado em 2011. No âmbito da 7.ª avaliação deste Programa, foi fixado um limite para o défice de 2013 em 5,5% (que implicaria uma redução de 0,9 p.p. face ao valor registado em 2012), sendo de referir também o alargamento, pela Comissão Europeia, do prazo para correção do défice orçamental excessivo em mais um ano (até 2015). No final do ano, o défice das administrações públicas foi de 4,9% do PIB ou 5,3% se forem excluídas algumas medidas temporárias<sup>28</sup> e fatores especiais<sup>29</sup>.

As principais políticas de consolidação provieram do Orçamento de Estado para 2013 (revisado em Maio de 2013), sendo de destacar, do lado da receita, o aumento da tributação em sede de IRS, por redução dos escalões de imposto, a introdução de uma sobretaxa de 3,5% sobre o rendimento coletável acima do salário mínimo nacional, o agravamento das taxas liberatórias e a redução das deduções à coleta associadas a benefícios fiscais. Do lado da despesa, destaca-se a redução das despesas com o pessoal e das prestações sociais.

<sup>27</sup> PIB real/Emprego.

<sup>28</sup> Agravamento em 0,4% do PIB resultante do registo para efeitos de défice do aumento de capital do BANIF e melhoria em 0,8% do PIB devido ao aumento de receita resultante do RERD (Regime de regularização excepcional de dívidas fiscais e à Segurança Social).

<sup>29</sup> Com efeitos pontuais sobre o défice.



Sobre as empresas, o aumento da receita estrutural dos impostos sobre o seu rendimento cresceu 11,5%, sendo de destacar medidas como a introdução de limites às deduções de prejuízos e dos encargos líquidos com juros.

Em 2013, o saldo primário estrutural passou a ser positivo, como resultado sobretudo do aumento das receitas (contributo de 2,5 p.p. do PIB tendencial), via aumento da carga fiscal (9,2%) e em particular sobre a componente rendimento e património. As despesas aumentaram (1,0 p.p. do PIB potencial), em boa parte pela reintrodução dos subsídios de férias e de Natal<sup>30</sup>, não compensada pela redução do número de funcionários públicos (-4,1%), e também devido ao aumento da despesa com subsídios de desemprego. A composição do ajustamento contrastou com 2012, ano em que este se fez sobretudo do lado da despesa (pela suspensão dos referidos subsídios). Ainda assim, o nível de consolidação foi inferior ao dos dois anos anteriores.

Em sentido inverso, a **dívida pública** manteve a escalada em 2013, tendo-se fixado nos 129% do PIB no final do ano (+4,9 p.p. que em 2012), aumento resultante na quase totalidade da despesa com juros (4,3% do PIB).

De salientar também, embora ainda sob o quadro do PAEF, o início do **regresso aos mercados de dívida soberana**, com a emissão, em janeiro, de Obrigações do Tesouro (OT) a 5 anos, procedida da emissão de OT a 10 anos em maio, da oferta de troca de obrigações em dezembro e a par de várias emissões de Bilhetes do Tesouro no decurso do ano.

Apesar de uma melhoria, as condições do **mercado monetário e financeiro** mantiveram-se restritivas em 2013. O acesso dos bancos nacionais a financiamento de mercado permaneceu dificultado, apesar da diminuição dos prémios de risco (não só dos bancos, mas também da dívida soberana), do aumento da liquidez e da diminuição dos custos de financiamento, mantendo-se o processo de ajustamento de dimensão e composição dos respetivos balanços.

Apesar da melhoria das condições de financiamento e das expectativas, traduzida designadamente pela diminuição dos *spreads* e pela estabilização das condições de restritividade aplicadas pelos bancos, o **crédito bancário às sociedades não financeiras** manteve a trajetória descendente, apresentando uma quebra de 3,1% face a 2012. As taxas de juro, embora mais baixas são superiores à média da Área do Euro nesta vertente, sendo que o nível de endividamento destas empresas continua a gerar um risco elevado de crédito.

De acordo com o Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito de janeiro, a procura de crédito por parte das empresas apresentou alguma oscilação em 2013, prevendo-se um aumento ligeiro no final do ano e no início de 2014, a par da melhoria das expectativas económicas.

---

<sup>30</sup> Na sequência da decisão do Tribunal Constitucional.

As condições no acesso ao crédito mantêm-se heterogéneas, tanto em dimensão, como por setor de atividade, traduzindo diferentes níveis de risco associado, sendo que as empresas de menor dimensão e orientadas para mercado interno, mais fragilizadas, têm maiores dificuldades e as empresas de maior dimensão voltadas para o mercado externo e produção de bens transacionáveis, as que enfrentam maiores facilidades de financiamento (com maiores facilidades de recurso a outras formas de crédito, nomeadamente em mercados internacionais).

### O COMPETE NO CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

De acordo com a Avaliação Intercalar, a situação económica e financeira do país e das regiões está a ter implicações sobre os resultados do Programa:

#### Caixa 6: Conclusões das Avaliação Intercalar sobre o efeito do contexto socioeconómico sobre o COMPETE

“Com efeito, o potencial de transformação estrutural e de desempenho económico, que resulta não só da concretização dos objetivos do programa, como do facto de o COMPETE intervir sobre um segmento mais qualificado da estrutura produtiva portuguesa, está a ser claramente condicionado, na plena materialização dos seus efeitos, pela situação adversa da conjuntura económica, pelo que, provavelmente, só depois da recuperação económica e durante o próximo ciclo de expansão é que essa materialização ocorrerá.”

Fonte: Relatório Final da Avaliação Intercalar do COMPETE, Augusto Mateus & Associados e PWC, nov.2013.

Apesar dos sinais positivos que começam a surgir, o atual contexto, bem diferente das projeções que estiveram na base da programação deste quadro financeiro, comporta um conjunto de **efeitos sobre a execução do COMPETE**, sendo de destacar:

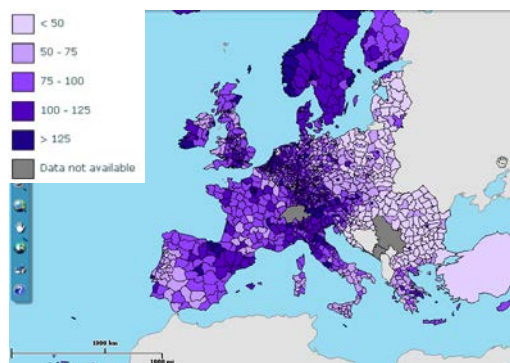
- O potencial impacte ao nível da execução dos projetos empresariais, pela dificuldade de obtenção da componente de financiamento privado;
- A alteração das expectativas dos promotores, afetadas pela mudança do contexto económico, cujo impacte irá sendo mensurado à medida que os projetos forem encerrados;
- Aumento da procura por parte das empresas, numa ótica de substituição do crédito bancário pelo financiamento público;
- Menor procura e mais lenta execução dos projetos públicos, cujas entidades enfrentam os condicionalismos subjacentes ao processo de consolidação orçamental (menos recursos financeiros e controlo mais apertado da despesa).

Pelo lado positivo, importa salientar que as linhas orientadoras do COMPETE continuam alinhadas (e mesmo reforçadas) com algumas das principais necessidades e dinâmicas verificadas na economia, com destaque para:

- O apoio à produção de bens e serviços transacionáveis, impulsionando as exportações e contribuindo para a substituição de importações, com reflexos positivos sobre a balança de bens e serviços;

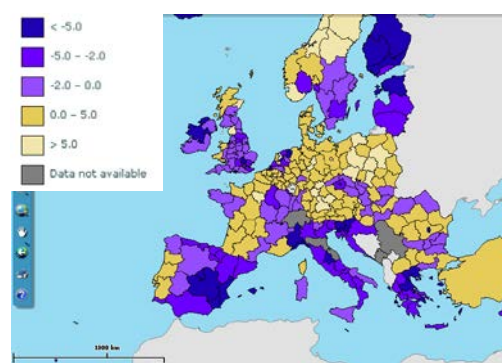
- A valorização de projetos envolvendo bens e serviços com maior intensidade tecnológica e de conhecimento, contribuindo para a mudança do perfil de especialização do país, cuja estrutura produtiva ainda se caracteriza pelo peso significativo de bens e serviços pouco intensivos nestes domínios (veja-se, por exemplo, a estrutura das exportações no **Gráfico 2.39**);
- A forte orientação para o aumento da intensidade exportadora das empresas e o apoio ao seu processo de internacionalização, sobretudo para mercados extracomunitários, contribuindo para um reforço da presença dos produtos portugueses no exterior e estimulando a sua vocação exportadora. De referir que ao longo do período de implementação, esta linha de ação foi reforçada, por exemplo, pela implementação de condições de acesso mínimas para a intensidade exportadora das empresas que se candidatam aos apoios;
- O apoio às empresas de menor dimensão, uma vez que são as PME que enfrentam maiores dificuldades na atual conjuntura económica, designadamente por uma maior dependência face ao financiamento bancário, incentivando o investimento em fatores dinâmicos que permitam a subida na cadeia de valor e o aumento da sua capacidade competitiva;
- A disponibilização de instrumentos financeiros para o apoio às empresas, em especial do capital de risco, ainda pouco difundidas em Portugal, mas que podem ser boas alternativas ao financiamento bancário;
- A existência de medidas que promovem o emprego, designadamente apoiando encargos com bolseiros e pessoal técnico nos projetos de I&D, a contratação de técnicos em PME (ver **Caixa 5**) e a criação do próprio emprego, via empreendedorismo qualificado (sendo, principalmente a este nível, de assinalar a complementaridade com os PO Regionais);
- O fortalecimento da aposta nas regiões de convergência, estimulando a sua estrutura produtiva e a utilização sustentável dos seus recursos, com vista a promover o seu desenvolvimento e, por consequente, a coesão com as restantes regiões do País e da Europa.

**Gráfico 2.52: PIB *per capita* em PPP por NUTS III, 2010**



Nota: média UE27=100%. Fonte: Eurostat, Statistical Atlas, Eurostat RegionalYearbook 2013.

**Gráfico 2.53: Variação do PIB *per capita* em PPP por NUTS III, 2008-2010**



Nota: Diferença em pontos percentuais face à média (UE27=100%). Fonte: Eurostat, Statistical Atlas, Eurostat RegionalYearbook 2013

**Tabela 2.32: Principais Indicadores Económicos – Portugal, 2006-2013**

	Peso em 2013	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013				Previsões		
									1T11	2T11	3T11	4T11	2014	2015	
<b>PIB pb 2006 (milhões de euros)</b>		164.660	164.646	159.858	162.953	160.916	155.717	153.610	37.984	38.388	38.500	38.738			
<b>PIB</b>	100	2,4	0,0	-2,9	1,9	-1,3	-3,2	-1,4	-4,0	-2,0	-0,9	1,7	1,2	1,4	VHR
<b>Consumo Privado</b>	64,5	2,5	1,3	-2,3	2,5	-3,3	-5,3	-1,7	-4,0	-2,3	-0,9	0,6	1,3	1,1	VHR
<b>Consumo Público</b>	19,1	0,5	0,3	4,7	0,1	-5,0	-4,7	-1,7	-3,2	-2,3	-1,3	0,1	-0,9	-0,5	VHR
<b>FBCF</b>	14,8	2,6	-0,3	-8,6	-3,1	-10,5	-14,4	-6,6	-16,2	-6,2	-5,1	2,7	1,8	4,4	VHR
<b>Exportação de bens e serviços</b>	40,6	7,5	-0,1	-10,9	10,2	6,9	3,2	6,1	0,7	7,4	7,2	9,4	5,3	5,1	VHR
<b>Importações de Bens e Serviços</b>	39,6	5,5	2,3	-10,0	8,0	-5,3	-6,6	2,8	-4,4	5,2	5,5	5,2	5,4	4,7	VHR
<b>Procura Interna</b>	98,9	2,0	0,8	-3,3	1,8	-5,1	-6,6	-2,6	-5,9	-2,9	-1,5	0,1	1,2	1,2	VHR
<b>IHPC</b>		2,4	2,7	-0,9	1,4	3,6	2,8	0,4	2,0	1,6	0,9	0,4	0,5	1	VH
<b>Taxa de Juro de curto prazo (Euribor a 3 meses)</b>							0,19	0,29	0,21	0,23	0,23	0,29	0,3	0,4	% no fim do período
<b>Investimento Direto do Exterior em Portugal</b>		1,3	1,9	1,2	1,2	4,7	4,2	1,4	1,3	-2,4	4,2	2,5			% PIB
<b>Investimento Direto de Portugal no Exterior</b>		2,4	1,1	0,3	-3,3	6,3	0,3	0,6	1,7	0,4	0,6	-0,1			% PIB
<b>Balança de Bens e Serviços</b>		-7,5	-9,5	-7,0	-7,2	-3,8	-0,1	1,7	0,3	2,0	3,6	0,9	2,6	3,1	% PIB
<b>Balança Corrente e de Capital</b>		-8,9	-11,1	-10,1	-9,5	-5,8	0,3	2,6	1,4	2,8	4,5	1,7	3,3	3,7	% PIB
<b>Emprego</b>	**	0,2	0,5	-2,8	-1,5	-2,8	-4,2	-2,6	-4,9	-3,9	-2,2	0,7	0,8	0,9	VH
<b>Taxa de Desemprego</b>	**	8	7,6	9,5	10,8	12,7	15,7	16,3	17,7	16,4	15,6	15,3	15,4	14,8	VH
<b>Produtividade Aparente do Trabalho (PIB/Emprego)</b>		2,5	-0,1	0,5	3,4	2,3	2,0	1,5	1,8	2,8	1,3	0,0			VH
<b>Custo Unitário Real do Trabalho</b>	*				-2,1	-1,1	-2,7	0,3 p					-1,8	-0,6	VH
<b>Taxa de câmbio efetiva real (custos unitários do trabalho)</b>	*				-2,7	-1,2	-5,6	2,7 p					-0,9	-0,5	VH
<b>Dívida Bruta SPA (%PIB)</b>	*	68,4	71,7	83,2	94	108,2	124,1	129 p					126,7	124,8	% PIB
<b>Saldo Global SPA (%PIB)</b>	*	-3,1	-3,6	-10,2	-9,8	-4,3	6,4	-4,9 p					-4	-2,5	% PIB

Legenda: PIBpb – Produto Interno Bruto a preços base (ano 2000); FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo; IHPC – Índice Harmonizado de Preços no Consumo; SPA – Sector Público Administrativo; VHR – Variação Homóloga Real, VH – Variação Homóloga; T – Trimestre.

Fonte: INE; GEE, *Indicadores de Atividade Económica* (2014); Previsões Banco de Portugal, *Boletim Económico - Abril 2014* (2014); \*Dados e Previsões CE, *European Economic Forecast - Spring 2014* (2014); \*\*previsões CE, *European Economic Forecast - Spring 2014* (2014)

## 2.4.2. Regulamentos Publicados em 2013

No decurso do ano de 2013, foram publicados os seguintes regulamentos no âmbito do COMPETE e dos Sistemas de Incentivos:

- **SAESCTN:**
  - Alteração aprovada pela CMC do COMPETE a 9 de abril de 2013: altera o artigo 12.º do regulamento específico, permitindo a adoção da modalidade de convite para apresentação de candidaturas;
- **SAFPRI:**
  - Alteração aprovada pela CMC do COMPETE em 22 de janeiro de 2013: aumenta as taxas de cofinanciamento aplicáveis;
- **SAMA:**
  - Alteração aprovada pela CMC do COMPETE a 23 de setembro de 2013: alarga o leque de beneficiários do SAMA às empresas municipais.

E relativamente a alterações ao **modelo de governação**:

- Despacho n.º 4528/2013, de 28 de março: delega competências da Comissão Diretiva do Programa no gestor do COMPETE;
- Despacho n.º 4529/2013, de 28 de março: delega competências do gestor do COMPETE, nas vogais da Comissão Diretiva do Programa.

No âmbito do processo de **gestão do overbooking** tiveram lugar os seguintes despachos:

- Despacho conjunto do Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional e do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, de 8 de março: aprova a utilização de reembolsos, no montante de 395.504 mil euros, a que corresponde uma afetação de dotação adicional de 436.931 mil euros;
- Despacho conjunto do Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional e do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, de 18 de março: aprova a proposta de reforço dos avisos de abertura de concurso e situações específicas e a respetiva publicitação;
- Despacho conjunto do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, de 14 de janeiro:

aprova a utilização adicional de reembolsos, incluindo do PRIME, alargando o prazo da utilização dos mesmos no QREN, com vista a reforçar as dotações dos Sistemas de Incentivos;

No quadro das **atribuições da AG COMPETE**, há ainda a referir:

- Despacho conjunto do Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e da Secretária de Estado da Ciência, de 3 de julho: estabelece que o Secretariado Técnico do COMPETE fará parte do grupo de trabalho visando a elaboração da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ver **Caixa 8**), coadjuvando o IAPMEI e a FCT.

### 2.4.3. Manuais de Procedimentos

O **Manual de Procedimentos do COMPETE**, como um documento pragmático de carácter instrumental, procura integrar e consubstanciar, na medida do possível, o essencial de outros documentos de natureza e alcance variados (normativos, orientações técnicas e de gestão, guias e referenciais), muitas vezes elaborados de forma autónoma para responder com oportunidade a necessidades de informação específicas e contextualizadas, mas que acabam por concorrer para a prossecução do mesmo objetivo: assegurar uma gestão eficaz dos fundos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira e com as disposições regulamentares.

Este Manual é um documento de referência para todos os intervenientes na gestão do Programa, sendo de aplicação geral a todos os domínios de intervenção.

Dado que os Sistemas de Incentivos assumem uma relevância significativa no domínio da prioridade “Factores de Competitividade”, sendo executados não só através do Programa Operacional Temático, mas também pelos Programas Operacionais Regionais, foi igualmente criado um **Manual de Procedimentos específico para os Sistemas de Incentivos (SIQREN)**.

No ano de 2013, dado a fase final do ciclo de programação do QREN em que as práticas de gestão e respetivos processos já se encontram devidamente consolidados, ambos os Manuais (COMPETE e SIQREN) não foram objeto de qualquer atualização e/ou sujeitos a revisões específicas, tendo-se mantido em vigor as seguintes versões:

- Quinta versão do **Manual de Procedimentos do COMPETE**, datada de 14 setembro de 2012, aprovada em reunião da Comissão Directiva de 14 de novembro de 2012;

- Quarta versão do **Manual de Procedimentos específico para os Sistemas de Incentivos (SIQREN)** datada de 14 de setembro de 2012, aprovada em reunião da Comissão Directiva de 5 de novembro de 2012.

#### 2.4.4. Orientações Técnicas e de Gestão

Em 2013, foram publicadas as seguintes **Orientações de Gestão (OG)** e **Orientações Técnicas (OT)**, com vista a clarificar alguns aspetos de natureza técnica e de gestão, contribuindo para uma melhor perceção dos instrumentos de apoio:

- **Orientação de Gestão n.º 02.REV2/POFC/2013:** segunda revisão da Orientação de Gestão n.º 2/POFC/2008, relativa aos procedimentos de verificação de gestão, que no essencial adota um procedimento simplificado de verificação administrativa no âmbito das tipologias Vale I&DT e Vale Inovação, dos Sistemas de Incentivo QREN;
- **Orientação de Gestão n.º 08.REV3/2013:** terceira revisão da Orientação de Gestão n.º 8/2011, relativa à avaliação das metas contratuais de execução e penalidade financeira, que altera as condições para aplicação da penalidade financeira (acréscimo de execução a comprovar superior a 50 mil euros);
- **Orientação de Gestão n.º 05.REV2/2013:** segunda revisão da Orientação de Gestão n.º 5/2008, relativa à norma de pagamentos para os projetos simplificados (vales), que altera o limite máximo do incentivo que pode ser pago até ao encerramento (de 85% para 95%);
- **Orientação de Gestão n.º 01.REV2/2013:** segunda revisão da Orientação de Gestão n.º 1/POFC/2008, relativa aos sistemas de apoio do POFC, que clarifica o texto geral, simplifica e harmoniza acrónimos e conceitos, e altera, designadamente, o limite mínimo para a apresentação de despesas a pagar, no âmbito de pedidos de pagamento o título de reembolso intercalar;
- **Orientação Técnica n.º 10/REV2/2013:** aplicável ao SI Inovação, relativa ao critério adicional para repartição de atribuição de responsabilidade entre o POFC e os PO Regionais de Convergência no cofinanciamento de projetos, que determina que, para efeitos de afetação do projeto, a aferição da dimensão da empresa poderá fazer-se tendo como referência os valores previstos para o “ano pós-projeto”, para projetos de criação de empresas (ou empresas até 3 anos) com um investimento total superior a 1,5 milhões de euros e para projetos de pequenas empresas com um investimento total superior a 5 milhões de euros;
- **Orientação Técnica n.º 20/2013:** aplicável ao SI Qualificação PME – Projetos Conjuntos, esclarece o procedimento a adotar no caso de PME que tenham participado num projeto conjunto que se encontrem em processo de insolvência ou insolventes;



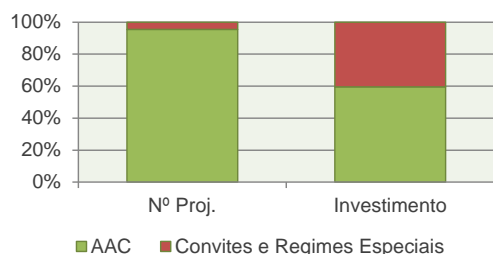
- **Orientação Técnica n.º 13/REV2/2013:** aplicável ao SI I&DT, relativa aos limites de elegibilidade das despesas dos projetos de I&DT e à metodologia de cálculo das despesas com pessoal técnico do promotor, procede a um ajustamento do método de cálculo do custo das horas despendidas pelos técnicos nas atividades do projeto, deixa de aplicar a metodologia de cálculo do custo/hora no caso particular dos bolseiros, clarifica o entendimento quanto à natureza das despesas elegíveis, no que respeita aos custos indiretos, e altera o entendimento relativo às aquisições efetuadas a empresas terceiras.

Como habitualmente, as Orientações de Gestão e Técnicas referentes aos Sistemas de Incentivos foram elaboradas em articulação com os PO Regionais, no âmbito da Rede Sistemas de Incentivos.

#### 2.4.5. Avisos/Editais para Apresentação de Candidaturas

A apresentação de candidaturas ao COMPETE efetua-se, em regra, mediante a publicação de **Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC)**. Constituem exceções os projetos especiais (projetos do Regime Especial e de Interesse Estratégico Nacional no âmbito do SI I&DT e do SI Inovação) e os convites realizados no âmbito do SAESCTN, SAMA e SIAC. No caso do SAFPRI, a seleção dos intermediários financeiros dos Instrumentos de Engenharia Financeira realiza-se através de procedimento concursal (e.g.: FCR e BA) ou através de divulgação ampla do Instrumento e abertura a qualquer intermediário financeiro interessado (e.g.: linhas de crédito), sendo posteriormente endereçado convite à entidade Gestora do instrumento em causa para a apresentação de candidatura, ao COMPETE.

**Gráfico 2.54: Candidaturas Rececionadas por AAC e por Convite ou Regimes Especiais, 2007-2013**



Nota: As Fases são determinadas em função do semestre em que os AAC são lançados. O valor de incentivo não exclui os projetos anulados. Fonte: SI QREN.

Verifica-se que 95% das candidaturas foram rececionadas no âmbito de Concursos.

No entanto, dado a sua maior dimensão média, as candidaturas rececionadas através de regimes especiais (projetos especiais do SI Inovação e SI I&DT) e convites representam cerca de 40% do investimento rececionado.

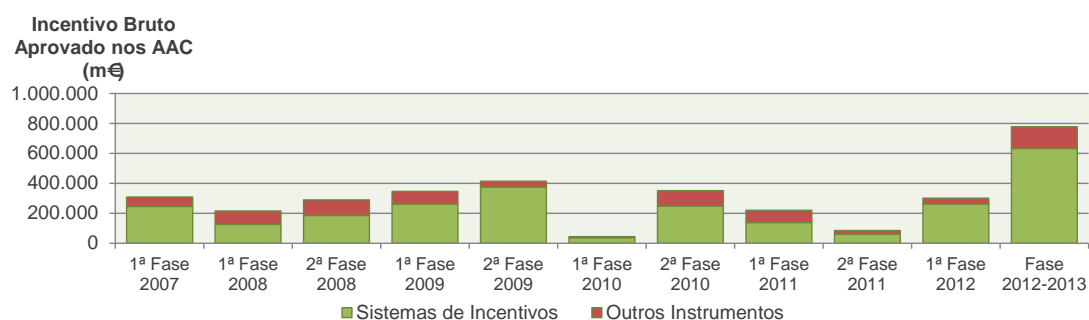


Os avisos identificam, entre outros, os objetivos, prioridades e tipologias dos projetos a apoiar, a metodologia de apuramento do mérito, o âmbito territorial, o orçamento disponível e a data-limite de comunicação da decisão aos promotores. A visibilidade das regras dos concursos contribui para aumentar o grau de transparência do Programa permitindo uma maior eficiência no processo de análise e decisão e conferindo aos agentes económicos alguma previsibilidade e controlo dos resultados da sua candidatura.

Tendo em conta o estágio atual do Programa, conforme reportado no ano último Relatório de Execução, foi decidido encerrar a receção de candidaturas no final do ano de 2013, tendo os concursos de 2012 e 2013 assumido a forma de fases sucessivas com regras e dotação orçamental únicas e segundo um calendário previamente definido.

Dada a elevada procura registada nos referidos concursos, verifica-se que a última fase de concursos (2012/2013) concentrou o maior volume de incentivo aprovado, quer nos Sistemas de Incentivos, quer nos restantes instrumentos.

**Gráfico 2.55: Incentivo bruto aprovado nos AAC, por fase de lançamento (semestre), 2007-2013**



Nota: As Fases são determinadas em função do semestre em que os AAC são lançados. O valor de incentivo não exclui os projetos anulados.

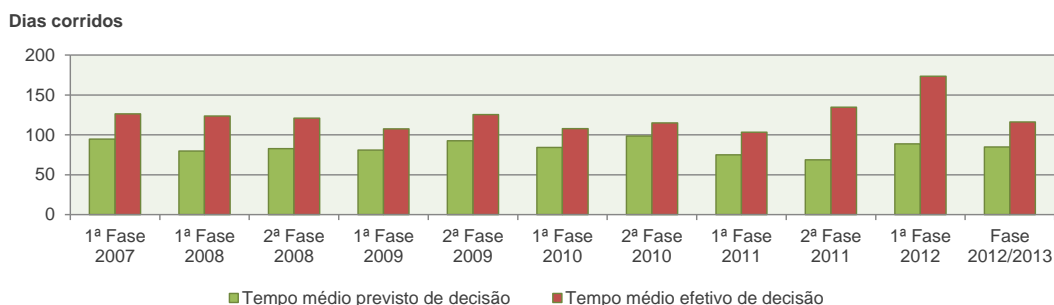
Fonte: SI QREN

Conforme referido no ponto 2.3.1, a procura registada nos últimos concursos dos Sistemas de Incentivos suplantou largamente a dotação inicialmente prevista. Assim, foi desenvolvido um trabalho técnico de identificação de folgas orçamentais no Programa, bem como de quantificação dos reembolsos disponíveis para financiamento dos projetos elegíveis, que possibilitou passar de 268 milhões de euros de dotação prevista inicialmente nos concursos, para 770 milhões de euros, garantindo o financiamento da totalidade dos projetos elegíveis.

Quanto aos **tempos de análise**, verifica-se que, desde a data de fecho dos concursos, a comunicação da decisão ao promotor demorou, em média, 87 dias úteis, o que, face à média dos prazos regularmente definidos, corresponde a um desvio médio de 27 dias úteis.

Relativamente aos concursos decididos em 2013 (concursos em contínuo 2012/2013), registou-se uma elevada redução dos tempos efetivos de decisão.

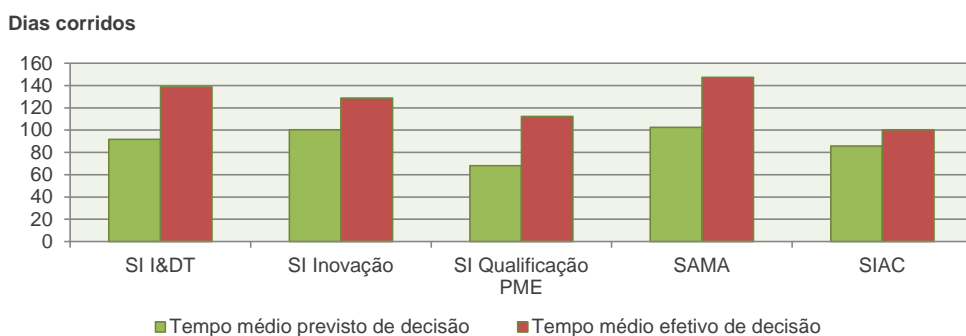
**Gráfico 2.56: Tempos Médios de Comunicação da Decisão ao Promotor por Fase de Concurso, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

A análise por instrumento de apoio revela que se regista um nível mais elevado de cumprimento dos prazos no âmbito do SIAC e do SI Inovação.

**Gráfico 2.57: Tempos Médios de Comunicação da Decisão ao Promotor dos Projetos por Instrumento, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Nos Anexos XI e XII ao presente relatório disponibiliza-se informação detalhada sobre os Concursos realizados no âmbito do COMPETE.

## 2.5 ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEÇÃO DO ARTIGO 57.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, não foram identificadas, até final de 2013, situações enquadráveis no n.º 1 do artigo referido, ou seja, não foram verificadas alterações substanciais das condições de atribuição da comparticipação às operações, no que respeita à sua durabilidade.

## 2.6 COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS

### 2.6.1. Complementaridade com outros Programas

Como foi explicitado no ponto 1, o modelo de governação do QREN e dos respetivos Programas Operacionais estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, monitorização, auditoria e controlo, certificação, acompanhamento e avaliação, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de julho.

De seguida, explicitam-se as principais atividades de articulação e complementaridade com as organizações externas.

#### **PO REGIONAIS DO CONTINENTE E REDE SISTEMAS DE INCENTIVOS**

Para os objetivos de natureza estratégica definidos na Agenda da Competitividade concorrem, não só o COMPETE, mas também os PO Regionais, sendo que, estes últimos se encontram estruturados tematicamente e por forma a assegurar a prossecução dos referidos objetivos à escala regional e de acordo com as especificidades e potencialidades de cada região.

De acordo com o modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos do QREN, estabelecido através do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março, os apoios previstos nos Sistemas de Incentivos às empresas são decididos a nível nacional ou a nível regional, salvo algumas exceções, de acordo com os seguintes critérios:

- Gestão nacional – projetos promovidos por médias e grandes empresas e projetos com investimento em mais do que uma Região de Convergência;
- Gestão regional – projetos promovidos por micro e pequenas empresas.

Assim, tendo em conta o âmbito territorial do COMPETE e dos PO Regionais, bem como o definido nos regulamentos específicos, o enquadramento de um projeto localizado nas regiões de Convergência Norte, Centro ou Alentejo no âmbito do QREN é efetuado conforme se apresenta na Tabela seguinte. Note-se que, por acordo expresso entre as Autoridades de Gestão, poderão verificar-se situações de exceção ao princípio de afetação de micro e pequenas empresas situadas nas regiões de Convergência, podendo os projetos ser afetados, nas situações acordadas, ao PO Temático

**Tabela 2.41: Articulação entre o COMPETE e os PO Regionais**

Tipologia de Projeto	COMPETE	PO Regional
SI I&DT – Proj. de I&DT em Co-Promoção	Liderados por Médias empresas e empresas não PME; Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência ou com instituições do sistema científico e tecnológico de Lisboa e/ou Algarve	Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT – Projetos Mobilizadores	Todos os projetos	-
SI I&DT – Projetos de I&DT Individuais		
SI I&DT – Núcleos e Centros de I&DT		
SI I&DT – Projetos Demonstradores		
SI I&DT – Vale I&DT	Promovido por Médias empresas e empresas não PME;	Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI Qualificação PME – Proj. Individual e em Cooperação	Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência	
SI Qualificação PME – Vale Inovação		
SI Inovação - Inovação Produtiva		
SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado;		
SI I&DT – I&DT Coletiva	Localizado em várias regiões de Convergência	Localizado em apenas uma região de Convergência
SI Qualificação PME - Projetos Conjuntos		

Fonte: SI POFc.

O modelo de governação do QREN integra a **Rede Sistemas de Incentivos QREN**, constituída pelas Autoridades de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente e pelos Organismos Intermédios, que tem como objetivo analisar e decidir sobre os vários aspetos relacionados com a gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas, assegurando-se deste modo a devida articulação e coordenação.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007 de 12 de outubro, é a Autoridade de Gestão do COMPETE que assegura a gestão coordenada desta Rede. No âmbito desta competência, cabe ao Secretariado Técnico do COMPETE a produção de informação relevante para reflexão conjunta (nomeadamente para definição de orientações de gestão e técnicas), assegurar a assessoria técnica à elaboração das Comissões de Seleção (preparando a informação de suporte relativa a todos os projetos a apreciar e outros pontos de situação relevantes), bem como o papel de *pivot* na circulação da informação, incluindo convocatórias e atas das referidas reuniões. A AG COMPETE centraliza, igualmente, a comunicação ao IFDR dos apoios de *minimis* concedidos no âmbito de todos os Programas Operacionais da Rede Sistemas de Incentivos.

A Autoridade de Gestão tem ainda um papel central na atualização do **Manual de Procedimentos da Rede Sistemas de Incentivos QREN**, tendo em vista a definição dos procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes da Rede, no completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais, no que concerne às diversas funções inerentes à prossecução da estratégia para a melhoria da competitividade da economia portuguesa (conforme ponto 2.4.3).

Em termos de **comunicação**, destaca-se a existência de uma entrada no portal do COMPETE dedicada exclusivamente aos Sistemas de Incentivos, que uniformiza toda a informação relativa a estes instrumentos e constitui uma porta única de contacto com o público e com os potenciais promotores, independentemente da sua tipologia de investimento e do seu enquadramento nos diferentes PO.

De salientar, ainda, o papel da AG COMPETE no desenvolvimento do **Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos QREN (SI QREN)**, que assegura a devida transmissão de informação entre os promotores, Organismos Intermédios e Autoridades de Gestão (COMPETE e PO Regionais do Continente). No atual modelo de gestão partilhada dos Sistemas de Incentivos, o Sistema de Informação constitui um elemento indispensável para a coordenação, gestão e avaliação global da Agenda da Competitividade.

Durante o ano de 2013, realizaram-se 15 **reuniões formais da Comissão de Seleção**, envolvendo a análise e debate sobre mais de 10 mil projetos do COMPETE e dos PO Regionais que foram objeto de apreciação e temáticas relacionadas com a Rede, tendo o Secretariado Técnico assegurado a documentação relevante, no sentido de permitir a necessária reflexão e tomada de decisão.

Na caixa seguinte apresentam-se algumas conclusões das Avaliações realizadas relativamente à Rede Sistemas de Incentivos:

#### **Caixa 7: Conclusões das Avaliações sobre a operacionalização dos Sistemas de Incentivos em Rede**

“Os resultados da avaliação do modelo de governação dos SI QREN, assente numa divisão de responsabilidades entre o PO Temático e os PO Regionais, na intervenção dos Organismos Intermédios e na integração e coerência globais do processo de decisão, permitem fundamentar um desempenho positivo ancorado numa valorização da experiência adquirida em anteriores ciclos de programação e no estabelecimento de uma rede técnica colaborativa entre os protagonistas com reflexos positivos enquanto suporte à decisão.

A equipa de avaliação valoriza especialmente a maior abrangência da intervenção regional e os mecanismos estabelecidos para assegurar a articulação entre as responsabilidades das Autoridades de Gestão dos PO e as Agências Públicas relevantes, configurando uma forma de governação mais exigente e, simultaneamente, inovadora e ambiciosa, onde a natureza, as responsabilidades e a eficácia da Comissão de Seleção desempenham um papel fundamental. Sem prejuízo da apreciação positiva dos avaliadores, subsistem todavia opiniões contrastadas entre os diferentes *stakeholders* relativamente ao funcionamento e à proficuidade das reuniões da Comissão de Seleção.

Em termos globais, o modelo de governação revelou-se robusto e flexível, tendo sido superados com sucesso os desafios associados às significativas alterações introduzidas face a anteriores períodos de programação e, bem assim, os decorrentes das medidas anticrise e, mais recentemente, das justificadas pela necessidade de acelerar a execução de projetos empresariais de investimento. A menor capacidade evidenciada para acomodar especificidades regionais e níveis de procura diferenciados apela, contudo, à introdução de ajustamentos que permitam conjugar objetivos de competitividade e coesão adequados ao posicionamento das diferentes regiões neste referencial.”

*Fonte: Relatório Final da Avaliação da operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda Fatores de Competitividade, Augusto Mateus & Associados, jun.2011*

“A maturidade do sistema não pode também ser dissociada da boa prática de constituição de uma rede de gestão dos sistemas de incentivos, envolvendo estruturas técnicas de PO e organismos intermédios com intervenção na aprovação de incentivos às empresas; a avaliação conclui que essa boa prática colaborativa, pouco comum na administração pública portuguesa, pode ser alargada a outros IPPII que não apenas os três sistemas de incentivos”

Fonte: Relatório Final da Avaliação estratégica do QREN – Lote 3, IESE e Quatenaire, out.2013

## PRODER - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Em 2008, foi assinado um **protocolo** entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do QREN, com vista a articular as intervenções do FEADER e do FEDER, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas.

Este protocolo definiu as fronteiras entre os tipos de investimentos financiados por cada um dos Fundos, designadamente, no que se refere a atividades das CAE do sector agrícola e intervenções relativas ao Turismo em Espaço Rural e ao Turismo de Natureza, onde poderiam existir dúvidas relativamente ao enquadramento.

Das várias formas de articulação previstas, nomeadamente a troca de informações entre Autoridades de Gestão sobre projetos ou empresas, salienta-se a colaboração ao nível dos projetos âncora das **Estratégias de Eficiência Coletiva** – tipologia *Clusters* (ver o ponto

**Estratégias de Eficiência Coletiva**), consubstanciada nos contributos para os pontos de situação semestrais elaborados pelas entidades gestoras dos Polos de Competitividade e Clusters.

Salienta-se ainda a participação dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER, na **Comissão de Acompanhamento** do COMPETE, a fim de assegurar a coerência e complementaridade de ações financiadas pelos dois Fundos.

## PO POTENCIAL HUMANO

A Agenda Temática Fatores de Competitividade (operacionalizada pelo COMPETE e POR do Continente), financiada através do FEDER, e a Agenda Temática Potencial Humano (POPH), financiada pelo FSE, integram, nos respetivos textos dos Programas, um conjunto de linhas de natureza geral e específica, que não só delimitam o âmbito e a natureza da intervenção de cada um, como também preveem a instituição de mecanismos de articulação regular entre as respetivas Autoridades de Gestão, designadamente ao nível da troca de informação relevante e à racionalização dos processos de análise, acompanhamento e decisão dos projetos com desígnios comuns entre as duas Agendas.

Embora os respetivos objetivos nucleares correspondam, no geral, a domínios de intervenção perfeitamente exclusivos, o COMPETE e o POPH acabam por integrar medidas que, de forma direta ou indireta, concorrem para a prossecução de objetivos comuns (os primeiros centrados no apoio à melhoria da competitividade empresarial e os segundos vocacionados para o apoio à qualificação da população).

Assim, com vista a delimitar as respetivas intervenções, foi assinado, a 27 de fevereiro de 2009, um **protocolo de articulação** específico entre o COMPETE e o POPH, que estabelece os domínios de articulação e complementaridade ao nível da intervenção de cada um dos PO.

**Tabela 2.42: Articulação entre o COMPETE e o POPH**

ARTICULAÇÃO		
Tipologia de Intervenção	PO PH	COMPETE
Formação Inovação e Gestão	Formação contínua dos ativos	Formação inserida em projetos empresariais (projetos de investimento FEDER)
Formação-Ação	Vertente maioritariamente formação	-
Inserção de Trabalhadores	Emprego científico	Emprego inserido em estratégias empresariais (projetos de investimento FEDER) Formação para a gestão e inovação associada a estratégias de investimento empresarial*
Empreendedorismo	Empreendedorismo de necessidade	Empreendedorismo qualificado de natureza competitiva
Formação Administração Pública	Dimensão Formação Profissional	Formação incluída em projetos integrados (projetos de Investimento FEDER)
COMPLEMENTARIDADE		
Tipologia de Intervenção	PO PH	
Estratégias de Eficiência Coletiva (COMPETE)	Desenvolvimento de cursos de especialização tecnológica e oferta de formação de dupla certificação	
	Reconhecimento, validação e certificação de competências	
	Formação-ação, formação para a inovação e gestão	
	Formação avançada, inserção de mestres e doutores nas empresas	

Nota: \* Alteração resultante da reprogramação do QREN. Fonte: Protocolo COMPETE/POPH (Anexo I)

Nos termos do Protocolo, as Autoridades de Gestão poderão:

- Trocar informações no que respeita a:
  - Avisos de Abertura de períodos de candidaturas ou concursos, designadamente no que respeita a tipologias de projetos e tipologias de beneficiários;
  - Candidaturas propostas para aprovação;
  - Decisões de aprovação, incluindo os montantes de investimento e de incentivos a conceder (após a comunicação da decisão aos respetivos beneficiários);
  - Resultados de ações de controlo interno, caso integrem conclusões que indiquem potenciais sobreposições de despesa e/ou projetos;

- Outras informações que vierem a ser consideradas como relevantes para os propósitos estabelecidos, designadamente em termos da coerência dos apoios concedidos em relação aos objetivos estratégicos comuns em cada uma das tipologias de apoio previstas.
- Quando estiverem em causa projetos de Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC):
  - Implementar um procedimento de consulta para aferição de enquadramento no POPH;
  - Trocar informações no que respeita a candidaturas entradas, decisões de aprovação e resultados do acompanhamento e avaliação da implementação das EEC.

No ano em análise, a articulação entre as Autoridades de Gestão do COMPETE e do POPH consubstanciou-se no envio regular de **informação sobre os projetos apoiados**.

Do cruzamento dessa informação, conclui-se que existem, no final do ano, 599 empresas com projetos aprovados nos Sistemas de Incentivos (excluindo participações em projetos conjuntos) e com projetos de formação financiados através do POPH, representando cerca de 34% das empresas apoiadas no COMPETE. O incentivo concedido pelo Programa a estas empresas foi de 769 milhões de euros, dos quais 5,7 milhões de euros destinados ao financiamento de atividades de formação. Para as mesmas empresas, o PO PH atribuiu um incentivo de 34,6 milhões de euros, a projetos com o envolvimento de mais de 175 mil formandos.

No que se refere ao investimento empresarial, por sector de atividade, salienta-se a relevância dos projetos de empresas do setor da Indústria.

**Tabela 2.37: Empresas com projetos aprovados no COMPETE e no POPH por Sector de Atividade, 2007-2013**

*Unid: Mil euros*

Sector de Atividade	N.º Empresas	COMPETE				POPH	
		Total		Componente Formação		Invest. Elegível	Incentivo
		Invest. Elegível	Incentivo	Invest. Elegível	Incentivo		
Indústria	462	1.755.775	647.658	8.655	5.020	52.341	27.911
Serviços	38	239.840	86.864	631	378	5.341	2.751
Turismo	6	47.674	15.172	0	0	367	183
Comércio	46	18.889	9.158	163	117	3.402	1.926
Transportes	13	9.686	4.907	4	2	964	530
Construção	33	10.866	5.411	298	213	2.162	1.215
Outros sectores	1	163	74	17	13	58	37
<b>Total Geral</b>	<b>599</b>	<b>2.082.893</b>	<b>769.244</b>	<b>9.767</b>	<b>5.743</b>	<b>64.635</b>	<b>34.553</b>

Fonte: POFC e POPH

Para garantir a boa articulação entre os Programas, o POPH tem assento na **Comissão de Acompanhamento** do COMPETE e vice-versa, nos termos dos respetivos Regulamentos Internos.



## 2.6.2. Instrumentos de Engenharia Financeira

Não se efetuaram, em 2013, no âmbito do COMPETE, quaisquer ações relativas às iniciativas JEREMIE e JESSICA.

Os Instrumentos de Engenharia Financeira são operacionalizados no âmbito do Eixo III – Financiamento e Partilha de Risco (ver ponto 3.3).

## 2.7 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

### 2.7.1. Acompanhamento

#### AUTORIDADE DE GESTÃO

O sistema de monitorização e acompanhamento do COMPETE pretende refletir as diferentes necessidades de informação e reflexão ao longo do ciclo de vida do Programa, permitindo introduzir as melhorias necessárias à sua implementação e demonstrar aos diferentes *stakeholders* a sua realização.

Em 2013, foram elaborados, por parte do Secretariado Técnico do COMPETE, diversos **pontos de situação periódicos** e outros apuramentos de interesse para a Autoridade de Gestão, bem como para a gestão da Agenda da Competitividade (AC), sendo de destacar:

- Ponto de Situação Quinzenal do Programa COMPETE;
- Ponto de Situação Quinzenal da Agenda da Competitividade;
- Ponto de Situação Mensal da Bolsa de Descativação de Incentivo (BDI);
- Ponto de Situação Mensal dos Pedidos de Pagamento Pendentes dos Beneficiários;
- Ponto de Situação Mensal dos Reembolsos;
- Ponto de Situação Mensal dos Projetos do Regime Especial;
- Contributo do Programa para o relatório mensal de monitorização operacional do QREN da responsabilidade do IFDR/ Observatório do QREN;
- Pontos de Situação Temáticos (Setor Agroalimentar, Indústria Têxtil e do Vestuário, Setor Automóvel, Empreendedorismo, Internacionalização, TIC, etc.);
- Ponto de Situação da Execução;

- Resumo das candidaturas rececionadas, após o encerramento dos concursos;
- Resumo de projetos aprovados, com previsão de resultados, após as Comissões de Seleção.

Já no âmbito dos trabalhos de preparação do novo período de programação de fundos estruturais 2014-2020, o COMPETE iniciou em julho de 2013 a sua participação no Grupo de Trabalho (que também integra representantes do IAPMEI, FCT e ADI), nomeado por despacho conjunto do Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e da Secretária de Estado da Ciência, visando a elaboração da **Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente** (ver Caixa 8).

#### Caixa 8: A Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente

A especialização inteligente constitui um elemento-chave da política europeia, no âmbito da Investigação e Inovação, para a concretização dos objetivos de crescimento mais inteligente, sustentável e inclusivo, definidos na Estratégia Europa 2020, determinando as opções programáticas e o foco dos financiamentos comunitários no período 2014-2020. Envolve a identificação das características e dos ativos exclusivos de cada país e suas regiões, o reforço das vantagens competitivas de cada região e a mobilização de todas as partes interessadas e recursos, em torno de uma visão futura orientada para o acréscimo da competitividade e inovação. Embora concorrendo para os objetivos nacionais de crescimento e desenvolvimento económico e social, tem particular impacto nas opções estratégicas e no foco a imprimir no domínio temático Competitividade e Internacionalização.

A Estratégia de I&I para uma Especialização Inteligente, que se encontra em desenvolvimento, identifica os domínios onde o Portugal e os seus territórios demonstram ter vantagens, permitindo canalizar recursos para esses domínios, visando a alteração qualitativa do tecido económico, potenciando as oportunidades e os contributos das regiões, em direção a uma economia mais competitiva, criativa e internacionalizada, que aposte em bens e serviços transacionáveis e de maior valor acrescentado e a uma economia mais verde e que dê resposta aos atuais e futuros desafios do país.

Seguindo os princípios e metodologia definida pela Comissão Europeia para a RIS3 (*Regional Innovation Strategies for Smart Specialisation*), a Estratégia de I&I para uma Especialização Inteligente está a ser construída sobre duas abordagens interativas – a regional, em que cada região desenvolve o seu plano de inovação, com a identificação de um número limitado de prioridades, tendo para tal efetuado diagnósticos prospetivos, onde se identificaram constrangimentos e desafios de cada território, e a abordagem de âmbito nacional, que integrando o perfil de cada região, e utilizando uma metodologia semelhante, ultrapassa os limites administrativos regionais para olhar o país, numa perspetiva dinâmica de território multirregional e assim selecionar, com a colaboração dos principais stakeholders, aquelas que serão as prioridades portuguesas da política de I&I até 2020.

As prioridades temáticas que resultam da abordagem articulada nacional/ regiões constituirão o principal foco no âmbito dos apoios às empresas e outras entidades do Sistema de Investigação e Inovação no domínio temático Competitividade e Internacionalização do Portugal 2020.

#### COMISSÃO DIRETIVA

Tal como explicitado no Capítulo 1, a Comissão Diretiva integra o órgão de Gestão do COMPETE, sendo constituída por três elementos: o gestor que preside e dois vogais. Durante o ano em análise, Franquelim Alves presidiu à Comissão Diretiva a partir do mês de agosto.<sup>31</sup>

<sup>31</sup> À data da elaboração deste Relatório, a Comissão Diretiva era formada pelas vogais Isabel Matalonga e Piedade Valente, uma vez que não foi nomeado novo gestor, após a saída de Franquelim Alves, a 8 de janeiro de 2014.

No quadro das suas competências, a Comissão Directiva reuniu formalmente 35 vezes em 2013, tendo na agenda a tomada a decisão de financiamento sobre os projetos apresentados ao Programa, bem como sobre diversos assuntos de gestão corrente e estratégica da Autoridade de Gestão.

No âmbito das competências atribuídas, no seguimento dos princípios e normativos regulamentares, a Comissão Directiva tem ainda a função de assegurar a boa gestão financeira do Programa e a coordenação da gestão estratégica e operacional.

### **DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO E CONTROLO**

Em 31 de julho de 2009, a Comissão Europeia transmitiu a aceitação do procedimento de avaliação de conformidade dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, relativo aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão, com exceção da parte da descrição dos sistemas de gestão e controlo relativa a dois Organismos Intermédios - a Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (FCT) e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT), dado a IGF ter emitido um parecer que incluiu uma reserva sobre os sistemas de gestão e controlo desses organismos intermédios, por considerar existirem insuficiências relevantes em elementos-chave, nomeadamente ao nível dos sistemas de informação e suportes metodológicos às verificações de gestão.

Com base na avaliação da IGF, a Comissão Europeia veio, finalmente a 20 de setembro de 2010, considerar que os documentos apresentados eram aceitáveis, bem como que a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, relativa aos dois Organismos Intermédios em causa, cumpria o disposto nos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Neste contexto e estando reunidas, no último trimestre de 2010, as condições relativas à conformidade integral dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, tal como reportado no ano de 2011, o ano de 2013, à semelhança do ano transato, foi essencialmente marcado pelo acompanhamento da eficácia do seu funcionamento.

Na sequência de solicitação expressa da IGF, no quadro da preparação do Relatório Anual de Controlo, nos termos do n.º 1, alínea d), subalínea (i), do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 e do n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 846/2009 de 1 de setembro, o IFDR, enquanto organismo responsável pela coordenação, gestão e monitorização financeira do FEDER e do Fundo de Coesão, solicitou à Autoridade de Gestão a atualização da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE.

No âmbito deste processo, em setembro de 2013, a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE foi objeto de atualização, visando assegurar que as alterações ocorridas aos procedimentos de gestão e controlo, após a data de reporte da última atualização da descrição (14 de setembro de 2012), são integradas numa versão atualizada da mesma, cujo conteúdo é adequadamente ponderado no Relatório Anual da IGF.

Neste sentido foi elaborada, pelo Secretariado Técnico do COMPETE, a versão da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE reportada a 30 setembro de 2013, tendo a mesma sido aprovada na reunião da Comissão Diretiva de 4 de novembro do mesmo ano.

Esta **versão atualizada da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE** visou:

- Identificar as alterações ocorridas no ponto 2.2 relativa à Organização da Autoridade de Gestão respeitante à organização e composição da estrutura de gestão, quer nominativa, quer quantitativa quer qualitativa;
- Atualizar o ponto 2.2.5. Tratamento dos pedidos de reembolso para contemplar as alterações introduzidas pelas revisões das Normas de Pagamentos dos Sistemas de Incentivos e Sistemas de Apoio, nomeadamente, no que se refere à exigência de garantias bancárias, ao aumento de 85% para 95% do incentivo máximo atribuído em pedidos de pagamento intercalares, à possibilidade do pedido de adiantamento contra fatura ser processado mesmo quando inferior a 10% do financiamento total aprovado ou a 50 mil Euros;
- Contemplar a aprovação do Referencial sobre Normas e Boas Práticas aplicáveis no âmbito da Igualdade de Oportunidades no ponto 2.4. Concursos públicos, auxílios estatais, igualdade oportunidades e regras ambientais;
- Atualizar o ponto 2.6. Irregularidades e Recuperações para incorporar as alterações ocorridas ao Regulamento n.º 1828/2006 e a existência de um novo formulário de comunicação de irregularidades;
- Especificar as modificações operadas nas estruturas dos Organismos Intermédios, constantes do ponto 3. Organismos Intermédios, nomeadamente ao nível da atribuição de funções, nas competências, mas valências e na afetação de técnicos às estruturas responsáveis pelo exercício das funções delegadas;
- Integrar a Plataforma de Acesso Simplificado (PAS) no ponto 6. Sistema de Informação, a qual permite aos beneficiários o acesso centralizado e integrado a toda a informação consolidada do programa;
- Atualizar a evolução registada ao nível do enquadramento normativo nacional e comunitário, da revisão dos regulamentos específicos e das orientações prestadas às Autoridades de Gestão e aos Organismos Intermédios.

De acordo com o **Relatório Anual da IGF**, respeitante ao Sistema Comum 1, que integra o COMPETE e os Programas Operacionais Regionais do Continente e Regiões Autónomas, emitido em dezembro de 2013, as atualizações dos Sistemas de Gestão e Controlo das autoridades de gestão, entre as quais a do COMPETE, mereceram o acordo da IGF por corresponderem a alterações regulamentarmente admissíveis sem impacto significativo nos sistemas de gestão e controlo do Sistema Comum 1.

A IGF salvaguarda, no entanto, que relativamente aos procedimentos de simplificação instituídos, nomeadamente ao nível das regras de flexibilização introduzidas pelas revisões das normas de pagamentos dos Sistemas de Incentivos, sendo os mesmos legalmente admissíveis, aumentam o risco de ocorrência de despesas irregulares com dificuldade de recuperação dos recursos financeiros aplicados.

### CONTROLO INTERNO

A conceção do modelo de controlo interno e a sua implementação pela Autoridade de Gestão, tal como decorre da alínea v) do n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de abril e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, visa garantir a estrita conformidade de todos os procedimentos definidos e a sua aplicação pelos Organismos Intermédios e Secretariado Técnico do COMPETE, bem como assegurar uma melhoria contínua dos processos e procedimentos de gestão.

Estas funções estão atribuídas a uma área horizontal e de suporte da Autoridade de Gestão - a **área Gestão e Controlo Interno** que, com base no critério de risco desencadeia/propõe as medidas de gestão necessárias quer numa lógica de prevenção quer de correção.

Neste sentido é conferida, à área Gestão e Controlo Interno, a missão de conceber, desenvolver e implementar um **sistema de controlo interno** que permita assegurar que o sistema de gestão e controlo do COMPETE funciona de forma eficaz, bem como prevenir e detetar as situações de irregularidades, tendo em vista a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas, no quadro da concretização dos objetivos que presidem ao exercício das funções de auditoria do QREN.

Assumem-se assim como principais objetivos estratégicos e operacionais para esta área:

#### Caixa 9: Objetivos da Área de Gestão e Controlo Interno

##### OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Apoiar a Comissão Diretiva do Programa no exercício das suas funções através da disponibilização de informação oportuna e fiável tendo em vista minimizar os riscos de deteção de irregularidades, assegurando a sua prevenção e deteção tempestivas.

#### OBJECTIVO OPERACIONAL

- Identificar e avaliar os fatores de risco para a boa execução do Programa, determinar a estratégia de resposta de risco e as respetivas atividades de controlo a implementar;
- Assegurar que, em sede de controlo interno, são realizadas auditorias de sistema, a fim de verificar o funcionamento do sistema de gestão e controlo do COMPETE;
- Assegurar que são efetuadas auditorias de controlo interno em projetos/operações, com base em amostragem adequada, que permitam verificar a fiabilidade das despesas declaradas e validadas pelos Organismos Intermédios (OI) ou, nas situações em que não há OI, pelas áreas competentes do Secretariado Técnico;
- Definir e implementar procedimentos para acompanhar a aplicação de recomendações e medidas corretivas resultantes dos controlos internos;
- Assegurar a ligação operacional com a Autoridade de Auditoria e, em articulação com esta, verificar se foi dado cumprimento às normas nacionais e comunitárias aplicáveis nos apoios a projetos/operações, nomeadamente, quanto à validade da despesa apresentada;
- Promover a articulação entre o COMPETE, os Organismos Intermédios e entidades externas ao Programa, no âmbito das atividades de controlo;
- Promover difusão de informação sobre matérias relacionadas com as atividades de controlo;
- Assegurar a necessária articulação com as demais áreas do Secretariado Técnico.

Este modelo baseia-se na existência de **auditorias internas**, em princípio com periodicidade anual, selecionadas através de um processo de amostragem representativa que garanta a cobertura de todas as tipologias de intervenção e estruturas técnicas envolvidas.

Os procedimentos de controlo interno implementados pela Autoridade de Gestão do COMPETE não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para:

- A avaliação do risco a efetuar pela autoridade de auditoria (IGF);
- A definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efetuar pelas estruturas de auditoria segregadas (IFDR);
- Promover a melhoria evolutiva da gestão do Programa.

O ano de 2013 consubstancia, neste âmbito, duas vertentes específicas: a definição de um novo plano de auditorias internas a efetuar pela Autoridade de Gestão e o acompanhamento das auditorias realizadas no âmbito dos Planos de Controlo Interno de 2010, 2011 e 2012/2013.

#### PLANO DE CONTROLO INTERNO DE 2014

Durante o segundo semestre de 2013 foi elaborado pela área Gestão e Controlo Interno o plano, para 2014, de auditorias de sistema e de operações a efetuar pela Autoridade de Gestão, o qual culminou em 3 de fevereiro de 2014 com a aprovação formal, pela Comissão Diretiva do COMPETE, do **Plano de Controlo Interno 2014**.

De acordo com este Plano, face ao atraso verificado na execução das ações de controlo interno dos anos anteriores, o qual se deveu no essencial aos processos morosos de contratação de serviços externos, foi considerado fundamental orientar o ano de 2014 para as seguintes dimensões de controlo, às quais se encontram associados objetivos operacionais específicos:

---

**Tabela 2.43: Plano de Controlo Interno 2014****Dimensão A do Plano de Controlo Interno 2012/2013**

Supervisão das funções delegadas nos Organismos Intermédios

**Objetivo Operacional:**

Verificar, no âmbito das funções delegadas nos Organismos Intermédios, o funcionamento do sistema de gestão e controlo do COMPETE em cada uma das fases do ciclo de vida dos projetos/operações, i.e. nas fases “avaliação e seleção de candidaturas” e “verificação da despesa”, tal como previsto na DSGC do COMPETE e no Manual de Procedimentos do COMPETE, identificando, nomeadamente:

- a existência de eventuais ineficiências e deficiências que afetem o funcionamento do sistema de gestão e controlo do COMPETE;
- a existência de eventuais fatores de risco que possam comprometer as metas e objetivos do Programa;
- a adoção de soluções corretivas ou recomendações que assegurem a eficácia e eficiência do sistema de gestão e controlo do Programa.

**Dimensão B do Plano de Controlo Interno 2014**

Controlo interno das funções desempenhadas diretamente pela Autoridade de Gestão

**Objetivo Operacional**

Verificar, no âmbito das funções desempenhadas diretamente pela Autoridade de Gestão, o funcionamento do sistema de gestão e controlo do PO em cada uma das fases do ciclo de vida dos projetos/operações, i.e. nas fases “avaliação e seleção de candidaturas” e “verificação da despesa”, tal como previsto na DSGC do COMPETE e no Manual de Procedimentos do COMPETE, identificando, nomeadamente:

- a existência de eventuais ineficiências e deficiências que afetem o funcionamento do sistema de gestão e controlo do COMPETE;
- a existência de eventuais fatores de risco que possam comprometer as metas e objetivos do Programa;
- a adoção de soluções corretivas ou recomendações que assegurem a eficácia e eficiência do sistema de gestão e controlo do Programa

**Dimensão C do Plano de Controlo Interno 2014**

Acompanhamento das recomendações formuladas nos Relatórios de Auditoria Finais de projetos/operações sujeitos a controlos internos no âmbito dos Planos Anuais de Controlo Interno dos anos transatos

**Objetivo Operacional**

Efetuar o Follow-up das recomendações formuladas no âmbito dos Relatórios de Auditoria Finais tendo em vista assegurar a eficácia do Sistema de Gestão e Controlo (SGC) do programa.

---

Considerando os objetivos a alcançar e os pressupostos subjacentes de representatividade de todas as tipologias de intervenção do PO e das estruturas técnicas envolvidas foi selecionada uma amostra de 16 operações com a seguinte distribuição por Tipologia de Intervenção, Dimensão do Plano e Estrutura Técnica Envolvida (Organismo Intermédio/AG COMPETE):

**Tabela 2.44: Amostra de Projetos do Plano de Controlo Interno 2014, por Dimensão do Plano**

Tipologias de Intervenção	Dimensão do Plano		TOTAL
	A	B	
SI I&DT	3		3
SI Inovação	3		3
SI Qualificação PME	3		3
SAESCTN	2		2
SAMA	1	1 (*)	2
SAFPRI		1	1
SIAC		1	1
ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1	1
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>16</b>

Nota: (\*) Apenas Operação Global. Fonte: SI POFC.

**Tabela 2.45: Amostra de Projetos do Plano de Controlo Interno 2014, por Estrutura de Gestão**

Tipologias de Intervenção	Estrutura de Gestão								TOTAL
	IAPMEI	TP	AICEP	ADI	AMA	FCT	Ciência Viva	AG POFC	
SI I&DT	1		1	1					3
SI Inovação	1	1	1						3
SI Qualificação PME	1	1	1						3
SAESCTN						1	1		2
SAMA					1			1 (*)	2
SAFPRI								1	1
SIAC								1	1
ASSISTÊNCIA TÉCNICA								1	1
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>16</b>

Nota: (\*) Apenas Operação Global. Fonte: SI POFC.

**Tabela 2.46: Amostra de Projetos do Plano de Controlo Interno, 2014**

Tipologias de Intervenção	Unid: Mil Euros					
	Aprovações			Execução		
	N.º Proj	Invest. Elegível	Incentivo	Despesa Cert.	Desp. FEDER Cert.	Pagamento
SI I&DT	3	42.131	14.058	38.304	11.779	11.963
SI Inovação	3	55.345	20.130	48.473	17.602	18.615
SI Qualificação PME	3	33.048	16.290	26.655	12.804	12.697
SAESCTN	2	2.794	2.375	2.715	2.308	2.228
SAMA	2	9.144	6.877	6.188	4.799	4.541
SAFPRI	1	10.125	5.062	6.500	3.250	3.280
SIAC	1	8.342	6.835	5.614	4.600	3.332
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1	5.526	4.697	3.716	3.159	3.159
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>166.455</b>	<b>76.324</b>	<b>138.166</b>	<b>60.300</b>	<b>59.814</b>

Fonte: SI POFC.



De acordo com o plano aprovado, as ações de controlo previstas serão realizadas, no decurso de 2014, exclusivamente ao nível dos Organismos Intermédios/Autoridade de Gestão (isto é não incluem verificações junto dos Beneficiários), com recursos internos do COMPETE (área do Controlo Interno).

A implementação destes controlos fica evidenciada num instrumento específico informatizado, designado de **Relatório de Auditoria** que, de forma precisa e objetiva, permite sistematizar todas as verificações efetuadas, bem como os resultados/conclusões decorrentes de todo o processo de auditoria.

Assim, de acordo com o período de realização aprovado, as ações previstas no Plano de Controlo Interno de 2014 deverão iniciar-se no 2.º Trimestre de 2014, sendo que se perspetiva a sua conclusão no 4.º trimestre de 2014.

#### **ACOMPANHAMENTO DAS AUDITORIAS REALIZADAS NO ÂMBITO DOS PLANOS DE CONTROLO INTERNO DE 2010, 2011 E 2012/2013**

##### **PLANO DE 2010**

De acordo com o plano aprovado em 2010 foram realizadas ações de controlo a 30 operações, todas elas com recurso a auditores externos, das quais 21 operações no âmbito da dimensão Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios.

O trabalho de campo junto da Autoridade de Gestão, dos Organismos Intermédios e dos Beneficiários ocorreu entre dezembro de 2010 e 1.º trimestre de 2011.

Com vista a garantir a qualidade dos trabalhos foi efetuado o acompanhamento destas auditorias pela área Gestão e Controlo Interno do COMPETE.

Até ao final do ano de 2013 foram aprovados pela Autoridade de Gestão todos os **relatórios finais de auditoria** das 21 operações selecionadas no âmbito da dimensão Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios, bem como da operação selecionada no âmbito da dimensão Controlo Especifico sobre determinados Projetos/Operações.

Os relatórios finais de auditoria incluem o processo de audiência prévia da estrutura de gestão envolvida (AG/OI) e/ou beneficiário.

Conclui-se assim que, no âmbito do Plano de Controlo Interno de 2010, das 22 operações com relatório final de auditoria aprovado foi detetada uma taxa de erro na ordem dos 2,05%, correspondendo 1,37% à taxa de erro apurada no âmbito da dimensão Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios.

**Tabela 2.47: Consequências Financeiras apuradas nas Operações com Relatório Final de Auditoria, Plano Controlo Interno 2010**

<i>Unid: Mil Euros</i>						
Ano	Âmbito	Dimensão	N.º Operações	Despesa Elegível Controlada	Despesa Elegível Irregular	Taxa Erro
2010	Plano Anual	Supervisão OI	21	12.156	167	1,37%
		Controlo Específico	1	215	87	40,47%
<b>Total</b>			<b>22</b>	<b>12.371</b>	<b>254</b>	<b>2,05%</b>

Fonte: SIPOFC

### PLANO DE 2011

Este plano, aprovado pela Comissão Diretiva no final do ano de 2011, que envolve a realização de ações de controlo a 37 operações, das quais 21 operações no âmbito da dimensão Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios, teve o seu início efetivo apenas no ano de 2013, atentos os constrangimentos decorrentes do procedimento de contratação pública para aquisição de serviços de auditoria externa e respetivos despachos da tutela que lhe estiveram associados.

A contratação de auditores externos veio a ser adjudicada no último trimestre de 2012, tendo a maioria do trabalho de campo, junto da Autoridade de Gestão, dos Organismos Intermédios e dos Beneficiários, sido efetuado durante o ano de 2013.

À data da elaboração do presente relatório todas as auditorias no terreno se encontram concluídas, tendo a Autoridade de Gestão aprovado 3 Relatórios Preliminares, os quais se encontram em fase de audiência de interessados. Os restantes relatórios encontram-se em fase de validação pela Autoridade de Gestão, tendo em vista promover a conclusão de todo o processo (aprovação dos Relatórios Finais) até do final do terceiro trimestre de 2014.

### PLANO DE 2012/2013

Este plano, aprovado pela Comissão Diretiva no início de 2013, que envolve a realização de ações de controlo a 37 operações, das quais 21 operações no âmbito da dimensão Supervisão das Funções Delegadas nos Organismos Intermédios.

Também este plano de controlo esteve sujeito aos constrangimentos decorrentes do procedimento de contratação pública e respetivos despachos da tutela, que determinaram só ter sido possível desencadear o procedimento de concurso público para aquisição de serviços de auditoria externa, através de publicação em Diário da República em 6 de novembro de 2013.

O contrato com a empresa de auditoria foi assinado em 28 de fevereiro de 2014 prevendo-se o início dos trabalhos de campo no 2.º semestre de 2014.

Assim, os resultados finais destes controlos serão globalmente apurados apenas em 2015.

Sintetizando, as atividades desenvolvidas pela área **Gestão e Controlo Interno** do COMPETE foram:

#### **Caixa 10: Principais Atividades da Área de Gestão e Controlo Interno**

- Atualização da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE;
- Participação na elaboração e revisão da legislação, orientações de gestão e orientações técnicas;
- Articulações com as demais áreas operacionais e horizontais do Secretariado Técnico, em todas as tarefas relacionadas com a gestão global do Programa;
- No âmbito da operacionalização das ações de controlo promovidas por entidades externas:
  - (i) Acompanhamento in loco destas ações;
  - (ii) Articulação com as demais áreas do Secretariado Técnico do COMPETE, bem como com os Organismos Intermédios e com as entidades externas envolvidas;
  - (iii) Elaboração dos respetivos contraditórios;
  - (iv) Monitorização da aplicação das recomendações e medidas corretivas resultantes das ações de controlo interno e das ações de auditoria ao COMPETE realizadas no âmbito do sistema de controlo do QREN;
- Elaboração do Plano Anual de Verificações no Local de 2013;
- Acompanhamento da implementação do Plano Anual de Verificações no Local de 2010, 2011 e 2012/2013;
- Elaboração do Plano de Controlo Interno de 2014;
- Implementação dos Planos de Controlo Interno de 2010 e 2011 e adjudicação das ações de controlo previstas no Plano de Controlo Interno de 2012/2013.

#### **PLANOS DE VERIFICAÇÃO NO LOCAL**

Ainda no decorrer do 2.º semestre de 2013, a área do Controlo Interno, para efeitos do cumprimento da alínea b) do artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, procedeu à elaboração do **Plano Anual de Verificações no Local para 2013**, aprovado pela Comissão Diretiva do COMPETE a 7 de janeiro de 2014.

De acordo com o mesmo regulamento, cada Autoridade de Gestão é responsável pela gestão e execução do respetivo Programa Operacional de acordo com o princípio da boa gestão financeira, e em especial, verifica que foram fornecidos os produtos e os serviços cofinanciados e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efetuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais em vigor.

Por seu turno, o n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 estabelece que as verificações a realizar pela Autoridade de Gestão incidem sobre os aspetos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações, e comportam:

- **Verificações administrativas** relativamente a cada pedido de reembolso;
- **Verificações no local** de operações singulares.

Através da Orientação de Gestão n.º 02.REV1/POFC/2009 de 29 de maio, e de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, foi estabelecido um conjunto de **procedimentos de verificações de gestão** a ser adotado pela Autoridade de Gestão e/ou pelos Organismos Intermédios.

No que diz respeito às **verificações no local**, a referida Orientação de Gestão prevê que as mesmas sejam efetuadas por amostragem, de acordo com as regras de execução aprovadas pela Comissão, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, e segundo um plano anual a definir pela Autoridade de Gestão.

A implementação destas verificações fica evidenciada num instrumento específico totalmente informatizado designado **Relatório Técnico da Visita (RTV)** que, de forma precisa e objetiva, permite sistematizar todas as verificações efetuadas, bem como os resultados/conclusões decorrentes de todo o processo de verificação.

As verificações no local, tal como previstas no Plano Anual de 2013, a realizar pelos Organismos Intermédios, foram calendarizadas para o primeiro semestre de 2014, envolvendo um conjunto de 54 projetos: 20 do Eixo I, 27 do Eixo II, 1 do Eixo III, 2 do Eixo IV, 3 do Eixo V e 1 do Eixo VI do COMPETE.

Acresce ainda referir que, durante o ano de 2013, foi ainda efetuado, pela área do Controlo Interno do COMPETE, o **acompanhamento das verificações no local** que decorreram do Plano de Verificações no Local de 2012, e que envolveram uma amostra de 42 projetos (9 da AICEP, 14 do IAPMEI, 1 do TP, 2 da ADI, 2 da AMA, 9 da FCT e 5 do COMPETE), bem como das não concluídas relativas ao Plano de Verificações no Local de 2011 e 2010.

Durante o ano de 2013, todo o processo associado à realização das verificações no local, que culmina com a aprovação dos respetivos Relatórios Técnicos das Visitas (RTV) Definitivos, foi encerrado para 62 projetos (1 do Plano Anual de 2010, 5 do Plano Anual de 2011 e 30 do Plano Anual de 2012), encontrando-se nesta data em falta o encerramento do processo de apenas 9 operações (2 do Plano Anual de 2011 e 6 do Plano Anual de 2012 cujo o Organismo Intermédio é a AICEP e 1 do Plano Anual de 2012 cujo Organismo Intermédio é a FCT).

De salientar ainda que os Organismos Intermédios/Autoridade de Gestão, no exercício das verificações de gestão, desencadearam igualmente ações de verificação no local,

determinadas (âmbito) pelo acompanhamento da execução de projetos, encontrando-se nesta data concluído todo o processo associado à realização destas verificações no local, que no total envolveu 30 projetos (exceto as operações n.º 460 e 1103, selecionadas em 2013 pela AICEP).

Sintetiza-se seguidamente, o **ponto de situação das verificações no local** efetuadas no âmbito do COMPETE:

**Tabela 2.48: Ponto de Situação Verificações no Local, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Ano	Âmbito	N.º Operações	N.º Operações c/RTV Definitivo		N.º de Operações s/RTV Definitivo
			Antes de 2013	Durante 2013	
2009	Plano Anual	5	5	0	0
	Plano Anual	19	18	1	0
2010	Acompanhamento da execução de projetos	19	0	19	0
	Plano Anual	34	27	5	2
2011	Acompanhamento da execução de projetos	1	1	0	0
	Plano Anual	42	0	30	12
2012	Acompanhamento da execução de projetos	3	0	3	0
	Plano Anual	54	A implementar em 2014		
2013	Acompanhamento da execução de projetos	7	0	4	3
<b>Total</b>		<b>184 (*)</b>	<b>51</b>	<b>62</b>	<b>17</b>

Nota: \* inclui as 54 operações relativas ao plano anual de 2013 cuja implementação irá ocorrer em 2014. Fonte: SIPOFC.

Conclui-se assim que, no âmbito das 113 (51+62) verificações no local realizadas e concluídas até final de 2013, foi detetada uma taxa de erro global na ordem dos 0,293%.

**Tabela 2.49: Consequências Financeiras das Verificações no Local com RTV Definitivo, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Ano	Âmbito	N.º Operações	Despesa Elegível Controlada	Despesa Elegível Irregular	Taxa Erro
2009	Plano Anual	5	139.261	31	0,022%
2010	Plano Anual	19	511.737	380	0,074%
	Acompanhamento	19	11	0	0,000%
2011	Plano Anual	32	24.539	831	3,386%
	Acompanhamento	1	3.192	2	0,063%
2012	Plano Anual	30	14.497	815	5,622%
	Acompanhamento	3	6.431	0	0,000%
2013	Acompanhamento	4	2.807	0	0,000%
<b>Total</b>		<b>113</b>	<b>702.475</b>	<b>2.059</b>	<b>0,293%</b>

Fonte: SIPOFC

No Anexo XVI apresenta-se o detalhe das verificações no local.

## CONTROLO EXTERNO

Desde o início do COMPETE e até ao final do ano de 2013 foram lançadas 31 auditorias externas, 25 auditorias de sistema e 6 auditorias de operações, realizadas pelas entidades competentes, das quais 3 tiveram o seu início no decurso do ano de 2012.

**Tabela 2.50: Auditorias Externas, 2007-2013**

Tipo	Entidade Responsável	Objetivo	Ano de lançamento
Sistema	Autoridade de Auditoria (IGF)	Acompanhamento da implementação das Recomendações formuladas pela IGF no âmbito dos testes ao sistema de gestão e controlo do COMPETE efetuado pela IGF em 2009 (Relatório n.º 2009/1774)	2009-2010
		Auditoria aos Mecanismos de Inovação Financeira no âmbito do PRIME e COMPETE	2009-2010
		Auditoria aos sistemas de informação do COMPETE, nas diversas vertentes relacionadas com as competências da Autoridade de Gestão para o período de programação 2007-2013	2009-2010
		Auditoria temática à Contratação Pública	2011
		Auditoria temática aos Auxílios de Estado	2011
		Teste ao funcionamento do sistema de gestão e de controlo do COMPETE relativamente ao Eixo III - SAFPRI	2011
		Testes de Conformidade ao funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE	2009-2010
		Testes de conformidade ao sistema de gestão e controlo do COMPETE - Organismos Intermédios FCT e Ciência Viva	2011
		Auditoria temática aos Custos Indiretos	2012
		Auditoria temática no domínio da Igualdade de Oportunidades	2012
		Auditoria temática no domínio da Engenharia Financeira	2012
		Auditoria temática ao cumprimento das regras ambientais no contexto do FEDER e Fundo de Coesão	2012
		Testes complementares de conformidade do sistema de gestão e controlo do COMPETE da Ciência Viva, enquanto Organismo Intermédio do POFC	2012
		Auditoria (pré-encerramento) ao Sistema de Gestão e Controlo (SGC) da Autoridade de Gestão do COMPETE	2013
		Sistema	Autoridade de Certificação (IFDR)
Ação de controlo prévia ao envio do 8º Pedido de Certificação de Despesa (PCD) do COMPETE, com vista a aferir se as despesas declaradas no pedido de certificação (SAESCTN - FCT) cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) art. 61.º Reg (CE) n.º 1083/2006	2011		
Ação de controlo transversal à intervenção dos Organismos Intermédios no processo de gestão dos Programas Operacionais	2013		
Sistema	Comissão Europeia	Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006	2009-2010
		Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006	
		Auditoria ao COMPETE na área dos Instrumentos de Engenharia Financeira	2012
		Controlo de medidas objeto de Isenção por Categoria - SI QREN (SI Inovação, SI Qualificação PME, SI I&DT)	2012

		Auditoria ao modelo de governação e controlo do QREN	2009-2010
Sistema	Tribunal de Contas	Auditoria tendo em vista apreciar globalmente a gestão do PO, os resultados alcançados, o sistema de gestão da informação, o controlo interno, a regularidade e legalidade das operações.	2011
		Auditoria ao Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP) prevista no Programa de Fiscalização do Tribunal	2012
	Tribunal de Contas Europeu	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 - Revisão dos trabalhos da Autoridade de Auditoria (Programas Operacionais Valorização do Território e Fatores de Competitividade)	2011
Operações	Estrutura de Auditoria Segregada (IFDR)	Auditoria no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2009-01-01 a 2009-12-31	2009-2010
		Auditoria no âmbito do COMPETE - Despesa Pública de 2010-01-01 a 2010-12-31	2011
		Auditoria no âmbito do COMPETE - Despesa Pública de 2011-01-01 a 2011-12-31	2012
		Auditoria no âmbito do COMPETE - Despesa Pública de 2012-01-01 a 2012-12-31	2013
	Tribunal de Contas Europeu	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2010 do COMPETE, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 105.903.365,50.	2011
		Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 do COMPETE, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 100.291.599,55.	2011

Fonte: SI POFC.

A IGF considera, para efeito de emissão da opinião anual, os resultados de todas as auditorias aos sistemas, independentemente do seu ano de lançamento, bem como das ações de acompanhamento das recomendações nesse âmbito formuladas, independentemente da respetiva data da conclusão.

De facto, atento o âmbito e objetivos destas auditorias, os correspondentes resultados constituem para a IGF um suporte relevante para efeitos de opinião, uma vez que, não estando diretamente relacionados com as despesas certificadas num determinado período de tempo, refletem o funcionamento dos sistemas de gestão e controlo que contribuem para a análise da legalidade e regularidade de toda a despesa certificada.

Em observância da estratégia de auditoria da IGF enviada à Comissão, foi perspetivada a consideração de três sistemas comuns no que respeita aos Programas Nacionais cofinanciados pelos Fundos Estruturais, estando o COMPETE incluído no **Sistema Comum 1**, juntamente com os PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

A decisão para a constituição deste sistema comum resultou da identificação de níveis de risco semelhantes relativamente a estes Programas, nomeadamente tendo em conta a consideração dos seguintes fatores:

- A Autoridade de Certificação é comum, o IFDR, circunstância que sujeita o processo de certificação de despesas à Comissão Europeia aos mesmos procedimentos, isto é, são executados pelo mesmo Organismo, com recurso às mesmas metodologias e equipa técnica;

- Todos os Programas Operacionais identificados encontram-se sujeitos ao Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão, o que envolve a adoção de regras e procedimentos similares;
- No COMPETE e nos PO Regionais existe um envelope financeiro muito significativo destinado aos Sistemas de Incentivos orientados para o investimento empresarial, cujas operações, sejam de índole regional ou nacional, estão sujeitas ao mesmo enquadramento normativo e administrativo.
- O Sistema de Gestão e Controlo associado aos Sistemas de Incentivos, bem como os sistemas de informação, foram definidos por um grupo de trabalho com representantes de todos os Programas Operacionais em causa, e estes serviram como referenciais para as restantes áreas de intervenção;
- O conjunto dos Organismos Intermédios do COMPETE e dos PO Regionais é, no essencial, o mesmo para os Sistemas de Incentivos.

Nestes termos, para efeitos da emissão do Relatório de Controlo anual para 2012 e do Parecer de Auditoria, a IGF teve em consideração todas as auditorias aos sistemas concluídas em 2013, bem como as auditorias das operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR sobre despesa certificada durante o ano civil de 2012.

Relativamente às auditorias externas iniciadas e/ou concluídas em 2013, apresenta-se no Anexo XVI o detalhe das principais conclusões, consequências financeiras e recomendações, por cada uma das ações externas.

Apresenta-se, seguidamente, o ponto de situação da implementação das recomendações formuladas na sequência das auditorias externas concluídas até final de 2013.

**Tabela 2.51: Follow-Up das Recomendações aplicáveis ao COMPETE**

Entidade Responsável	Ação de Controlo	N.º de Recomendações COMPETE	N.º de Recomendações COMPETE Satisfeitas ou em Curso
<b>Ações de Controlo Externo de 2009</b>			
Tribunal de Contas	Modelo de Governação e Controlo do QREN	3	3
IGF (AA)	Testes de conformidade ao funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE	20	20
IFDR (AC)	Ação de controlo prévia ao envio do 1.º Pedido de Certificação de Despesa	5	5

(continua)



(continuação)

<b>Ações de Controlo Externo de 2010</b>			
<b>Comissão Europeia</b>	Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006	50	50
<b>Estrutura de Auditoria Segregada (IFDR)</b>	Auditoria em operações no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2009-01-01 a 2009-12-31	27	26
<b>IGF (AA)</b>	Auditoria aos mecanismos de engenharia financeira no âmbito do PRIME e do COMPETE	1	1
<b>IGF (AA)</b>	Auditoria aos sistemas de informação do COMPETE, nas diversas vertentes relacionadas com as competências da Autoridade de Gestão para o período de programação 2007-2013	13	13
<b>IGF (AA)</b>	Auditoria à Certificação de Despesas do Sistema Comum FEDER – COMPETE e Regionais do Continente e Regiões Autónomas - Auditoria para efeitos de emissão do parecer anual de 2010 – acompanhamento das recomendações COMPETE	Ver Follow-Up Recomendações – Ações de Controlo Externo de 2009	
<b>Comissão Europeia</b>	Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006	N/A	N/A
<b>Ações de Controlo Externo de 2011</b>			
<b>Tribunal de Contas Europeu</b>	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2010 do COMPETE, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 105.903.365,50 euros.	7	7
<b>IGF (AA)</b>	Testes de conformidade ao sistema de gestão e controlo do COMPETE - Organismos Intermediários FCT e Ciência Viva	5	5
<b>Tribunal de Contas Europeu</b>	Auditoria tendo em vista apreciar globalmente a gestão do PO, os resultados alcançados, o sistema de gestão da informação, o controlo interno, a regularidade e legalidade das operações.	6	6
<b>Estrutura de Auditoria Segregada (IFDR)</b>	Auditoria em operações no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2010-01-01 a 2010-12-31	68	54
<b>Tribunal de Contas Europeu</b>	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 do COMPETE, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 100.291.599,55 euros.	5	5
<b>IGF (AA)</b>	Teste ao funcionamento do sistema de gestão e de controlo do COMPETE relativamente ao Eixo III - SAFPRI	14	14
<b>IGF (AA)</b>	Auditoria temática à Contratação Pública	11	11
<b>Tribunal de Contas Europeu</b>	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 - Revisão dos trabalhos da Autoridade de Auditoria (Programas Operacionais Valorização do Território e Fatores de Competitividade)	2	2
<b>Autoridade de Certificação (IFDR)</b>	Ação de controlo prévia ao envio do 8.º Pedido de Certificação de Despesa (PCD) do COMPETE, com vista a aferir se as despesas declaradas no pedido de certificação (SAESCTN - FCT) cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11/07/2006.	11	10

(continua)

(continuação)

**Ações de Controlo Externo de 2012**

<b>Estrutura de Auditoria Segregada (IFDR)</b>	Auditoria em operações no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2011-01-01 a 2011-12-31	85	56
<b>TC</b>	Auditoria ao Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP) prevista no Programa de Fiscalização do Tribunal	N/A	N/A
<b>IGF (AA)</b>	Auditoria temática aos custos indiretos	7	7
<b>IGF (AA)</b>	Auditoria temática no domínio da Igualdade de Oportunidades	4	4
<b>IGF (AA)</b>	Auditoria Temática no domínio da Engenharia Financeira	5	5
<b>IGF (AA)</b>	Auditoria temática ao cumprimento das regras ambientais no contexto do FEDER e Fundo de Coesão	11	11
<b>IGF (AA)</b>	Testes complementares de conformidade do sistema de gestão e controlo do COMPETE da Ciência Viva, enquanto Organismos Intermédio do Programa.	N/A	N/A

**Ações de Controlo Externo de 2013**

<b>Estrutura de Auditoria Segregada (IFDR)</b>	Auditoria em operações no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2012-01-01 a 2012-12-31	16	Relatório Final emitido em Dez 2013 as recomendações serão implementadas em 2014
<b>IGF (AA)</b>	Auditoria (pré-encerramento) ao Sistema de Gestão e Controlo (SGC) da Autoridade de Gestão do COMPETE	13	Conclusões finais transmitidas pela IGF em Dez 2013 as recomendações serão implementadas em 2014

Fonte: SI POFC.

Tal como referido no Relatório de Execução de 2012, a DG REGIO realizou, no final de 2012, uma auditoria ao COMPETE na área dos Instrumentos de Engenharia Financeira e a DG Concorrência lançou um exercício de controlo *ex-post* de uma amostra de medidas de auxílio executadas pelos Estados-Membros, tendo os Sistemas de Incentivos QREN (COMPETE e alguns PO Regionais) sido abrangidos pela presente ação de controlo. A DG Concorrência, relativamente ao SI I&DT, emitiu um parecer favorável quanto ao cumprimento das regras comunitárias já em 2014. Quanto à auditoria aos Instrumentos de Engenharia Financeira e o controlo do SI Inovação e SI Qualificação PME, não foram, durante o ano de 2013, conhecidas as conclusões do respetivo Relatório Final.

Especificamente em relação à auditoria das operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR sobre despesa certificada de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, importa referir que foi selecionada uma amostra no Sistema Comum 1 de 79 operações (ao qual acrescem autonomamente 48 operações com despesa declarada negativa), sendo 23 delas (ao qual acrescem autonomamente 13 operações com despesa declarada negativa) relativas a operações integradas no COMPETE.

**Tabela 2.52: Consequências Financeiras da Auditoria das Operações Executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada sobre Despesa Certificada pelo COMPETE, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Ano Auditoria	N.º Operações Auditadas Sistema Comum 1	N.º Operações Auditadas	COMPETE			Taxa de Erro (%)
			Despesa Certificada	Despesa Auditada	Correções Financeiras (Despesa)	
2010 (Desp Cert 2009)	81	22	149.922	149.922	0	0%
2011 (Desp Cert 2010)	154	58 (1)	639.279	639.279	8.903	1,39%
2012 (Desp Cert 2011)	131	52 (2)	846.545	846.545	2.128	0,25%
2013 (Desp Cert 2012)	79	23 (3)	140.296	140.296	12	0,01%
	<b>445</b>	<b>155</b>	<b>1.776.042</b>	<b>1.776.042</b>	<b>11.043</b>	

Notas:

(1) Foi ainda verificada no COMPETE a despesa negativa relativa a uma operação no montante total de (-) 129.715.810€

(2) Foi ainda verificada no COMPETE a despesa negativa relativa a 10 operações no montante total de (-) 9.438.322,71€

(3) Foi ainda verificada no COMPETE a despesa negativa relativa a 13 operações no montante total de (-)42.939.046,39€, bem como efetuadas as verificações complementares junto da AG, referentes a 3 operações.

Fonte: Relatórios das Auditorias a Operações da EAS do IFDR.

Conclui-se assim que, no âmbito da auditoria das operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada sobre despesa certificada pelo COMPETE no ano de 2012, foi detetada uma taxa de erro na ordem de 0,01%.

Esta taxa de erro difere da taxa de erro apurada pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR, na medida em que a mesma é avaliada no âmbito do Sistema Comum 1 e não no âmbito de cada PO, ao qual acresce o resultado dos procedimentos de supervisão desenvolvidos pela IGF à auditoria a operações bem como a extrapolação do erro aleatório para o universo da despesa total certificada em 2012.

Assim, o resultado das consequências financeiras verificadas pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR, conjugadas com o resultado dos procedimentos de supervisão desenvolvidos pela IGF, no âmbito do Sistema Comum 1 conduziu a um montante total de despesa não elegível de 1.121.394 euros. Decorrente da extrapolação efetuada a taxa de erro mais provável quantificada pela IGF como existente na população do Sistema Comum 1 representa cerca de 1,16%, a que corresponde uma taxa associada ao limite superior do erro de 1,84%.

Com efeito, os resultados obtidos, considerando todos os erros identificados no Sistema Comum 1, onde se integra o COMPETE, apresentam uma estimativa do erro total existente na população que não ultrapassa o limiar definido da materialidade de 2%.

Acresce referir que decorrente das verificações complementares quer desenvolvidas junto das autoridades de gestão quer associadas a valores negativos, não resultou a identificação de qualquer situação passível de proposta de correção financeira.

Em face do exposto a IGF no seu Relatório Anual de Controlo do Sistema Comum 1 conclui existir uma segurança razoável para a emissão de uma opinião qualitativa quanto ao

funcionamento dos sistemas de gestão e de controlo das Autoridades de Gestão. Neste sentido considera que “[...] *o sistema Comum FEDER constituído pelos Programas operacionais Fatores de Competitividade e Regionais do Continente e Regiões Autónomas, respeitaram os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, e funcionaram de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são corretas e, conseqüentemente, de que as transações subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade [...].*”

A IGF salvaguarda ainda algumas exceções aplicáveis ao Sistema Comum 1, que influenciam moderadamente os requisitos essenciais do funcionamento dos sistemas de gestão e controlo, que decorrem dos resultados das auditorias aos sistemas de gestão e controlo e de operações onde foram identificados procedimentos de controlo interno por parte das entidades envolvidas na gestão e na certificação das despesas que carecem de algumas melhorias. No âmbito dessas auditorias foram propostas recomendações a aplicar pelas entidades auditadas, as quais, de acordo com a IGF, ainda não foram implementadas, parcial ou totalmente.

Concretamente, no que diz respeito ao COMPETE, as recomendações que ainda se encontram pendentes de implementação integral, de acordo com a IGF, são as que resultaram da completa execução dos procedimentos definidos na descrição que concorrem para a supervisão dos organismos intermédios, em especial, dos que se relacionam com a execução das ações de controlo interno, bem como a recomendação relativa à autoridade de gestão para complementar, reapreciando as respetivas conclusões, as verificações de gestão sobre as Linhas de Crédito PME Investe I e II.

Sem prejuízo do referido, a IGF salienta que, em resultado da auditoria aos sistemas de gestão efetuada no decurso do ano 2013, a Autoridade de Gestão se focalizou na conclusão dos planos de controlo que concorrem, ainda que de forma complementar, para a supervisão da atividade dos Organismos Intermédios. Com efeito, à data da elaboração do relatório anual já havia sido concluído o plano respeitante a 2010/2011, bem como realizadas todas as verificações no terreno relativamente às operações do plano de 2011/2012, encontrando-se a AG a aguardar a emissão dos correspondentes relatórios preliminares. No que concerne ao plano de 2012/2013 encontra-se em curso o processo de contratação de serviços externos.

Assim, a IGF conclui que não obstante ser necessário dar continuidade ao processo de conclusão dos planos de controlo interno, em face da evolução recente, conjugada com o adequado funcionamento dos demais procedimentos de supervisão definidos na descrição, a exceção em apreço não é suscetível de condicionar a avaliação globalmente positiva do funcionamento dos sistemas de gestão e controlo do COMPETE.

No tocante às verificações de gestão sobre as Linhas de Crédito PME Investe I e II, a IGF refere que a Autoridade de Gestão apresentou recentemente as suas alegações face às conclusões vertidas no Relatório preliminar da Comissão em matéria de engenharia financeira. Neste contexto e porque essas alegações, de um modo geral, incorporam informação relevante para a apreciação da resolução da recomendação antes citada, o respetivo encerramento, na opinião da IGF, não sendo suscetível de influenciar a avaliação do sistema de gestão e de controlo, deverá ser consentâneo com o encerramento do relatório da Comissão.

Neste sentido, a IGF constata, em 2013, uma evolução positiva ao nível da implementação das recomendações formuladas, pelo que, no que respeita ao sistema comum, conclui que todos os programas, onde se integra o COMPETE, reúnem condições para serem classificados na categoria 2, conforme previsto na Nota de Orientações - documento COCOF 08/0019/00, dado que cumprem razoavelmente as exigências dos requisitos chave, embora careçam de algumas melhorias.

Além da necessidade de serem implementadas integralmente todas as recomendações formuladas, a classificação atribuída pela IGF aos sistemas de gestão e controlo, no caso específico do COMPETE, esteve intrinsecamente associada às seguintes exceções:

- A execução das verificações de gestão em matéria de engenharia financeira carecia de desenvolvimento;
- Os procedimentos de encerramento não apresentavam um detalhe suficiente quanto ao tratamento dos incentivos reembolsáveis;
- Os planos anuais, quer ao nível das ações de controlo e verificações junto dos organismos intermédios, quer no que respeita às verificações no local, revelavam atrasos;
- As verificações de gestão desenvolvidas pelos organismos intermédios careciam de melhorias no que respeita à verificação do cumprimento das regras de contratação pública.

Importa, ainda, destacar que, ao longo de 2013, a IGF desenvolveu as auditorias aos sistemas de gestão e controlo previstas na estratégia acordada com a CE. Dado que os correspondentes relatórios foram concluídos já no final de 2013, a implementação das correspondentes recomendações será objeto de acompanhamento no decurso de 2014.

## **SISTEMA DE INFORMAÇÃO**

O Sistema de Informação do COMPETE – SI POFC – compreende todas as atividades que permitem recolher, validar, tratar, utilizar e transmitir informação ao longo do ciclo de vida das operações, visando apoiar a gestão, no acompanhamento e na avaliação do PO, bem como promover a sua divulgação.

Apresenta dois níveis de acesso:

- Suporte às atividades de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo;
- Informação para divulgação, acessível a todos os potenciais interessados, com o objetivo de assegurar a maior universalização do público-alvo usando, designadamente, a *Internet*.

O Sistema de Informação do COMPETE encontra-se operacional em todas as dimensões e está plenamente capacitado para assegurar a disponibilização de todas as informações que a AG necessita para cumprimento das suas responsabilidades.

Neste contexto, toda a informação relevante, requerida e produzida, é integralmente registada no SI POFC. A **desmaterialização total dos processos**, que passaram a ser exclusivamente eletrónicos (formulários de candidatura, ferramentas de análise, ferramentas de pedidos de pagamento, contactos com os promotores, etc.), tem contribuído para a redução dos tempos de análise, com conseqüente aceleração dos mecanismos de decisão e contratação e pagamento.

Durante o ano de 2013 manteve-se o trabalho de **consolidação e aperfeiçoamento das suas funcionalidades**, no sentido de dar resposta às diversas solicitações no âmbito da gestão.

Adicionalmente foi atribuído especial enfoque ao desenvolvimento de **atividades de simplificação e otimização de processos** e procedimento em vigor, implementando novas soluções que privilegiam a maior interação entre os diferentes intervenientes, nomeadamente com os promotores, dos quais se destacam a Plataforma de Acesso Simplificado (PAS), os Formulários de Pedidos de Alteração (FPA), o Balcão do Promotor e os Relatórios Intercalares de Execução (RIE).

## **ESTRUTURA**

Todos os processos de recolha intensiva de dados, quer sejam da responsabilidade dos promotores quer sejam da responsabilidade dos Organismos Intermédios, são suportados em **ferramentas eletrónicas** que dialogam diretamente com o sistema:

- **Formulários Eletrónicos** - os promotores utilizam obrigatoriamente formulários eletrónicos quer para a apresentação de candidaturas quer para a submissão de pedidos de pagamento ou de pedidos de alteração ao projeto;
- **Ferramentas Informáticas** - os Organismos Intermédios, bem como a própria AG, utilizam ferramentas pré-definidas pelo COMPETE:
  - Fase de análise de candidaturas (FACI – Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo);
  - Fase de verificação e validação de despesa (APPI – Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento de Incentivo);

- Fase de encerramento dos projetos: os encerramentos também são suportados em instrumentos e ferramentas informáticas construídas especificamente para o efeito (FACIE – Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo em Encerramento).

Estas ferramentas normalizam todo o processo de análise, incluindo o cálculo das despesas elegíveis e do financiamento do FEDER, e, durante a fase da verificação da despesa, a sua elegibilidade e o cálculo do financiamento a pagar.

A FCT utiliza ferramentas próprias compatíveis com as especificações técnicas definidas pela AG, com integração por *web services* ao SIPOFC.

- **Interface com Entidades Externas** - No relacionamento do SI POFC com entidades terceiras, foi criado um conjunto de interfaces que são sustentadas em diversas tecnologias, sendo de realçar a *internet*, para os promotores, e *web services* para as ligações externas mais complexas. Neste nível salienta-se a troca de informação com o IFDR, para efeitos de pedidos de certificação de despesas, monitorização física e financeira, entre outros.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES

Além das tarefas regulares associadas à manutenção evolutiva e estabilização de processos em vigor, durante o ano de 2013 foram desenvolvidas **atividades** nas seguintes áreas:

- **Medidas de simplificação – (PAS – Plataforma de Acesso Simplificado)**

A PAS 1.0 desenvolveu um princípio de aproveitamento de dados históricos (designadamente dados apresentados em candidaturas anteriores) para consulta e como forma de facilitar o preenchimento do formulário de candidaturas futuras.

A PAS 2.0 veio a evoluir no sentido de apresentar uma perspetiva integrada do relacionamento do promotor (identificado por um NIF) com o COMPETE. Este serviço integrado incorpora quer o acesso histórico (candidaturas anteriores) quer a realização das operações correntes das candidaturas em curso quer a informação e os formulários para a submissão de novas candidaturas e, também, o acesso a outros elementos relacionados como os apoios de financiamento. Implementa, portanto, o conceito de “balcão único” integrando num ponto de acesso todas as operações relacionadas com o COMPETE.

A versão corrente da PAS 2.0 (implementada no final de 2013) inclui:

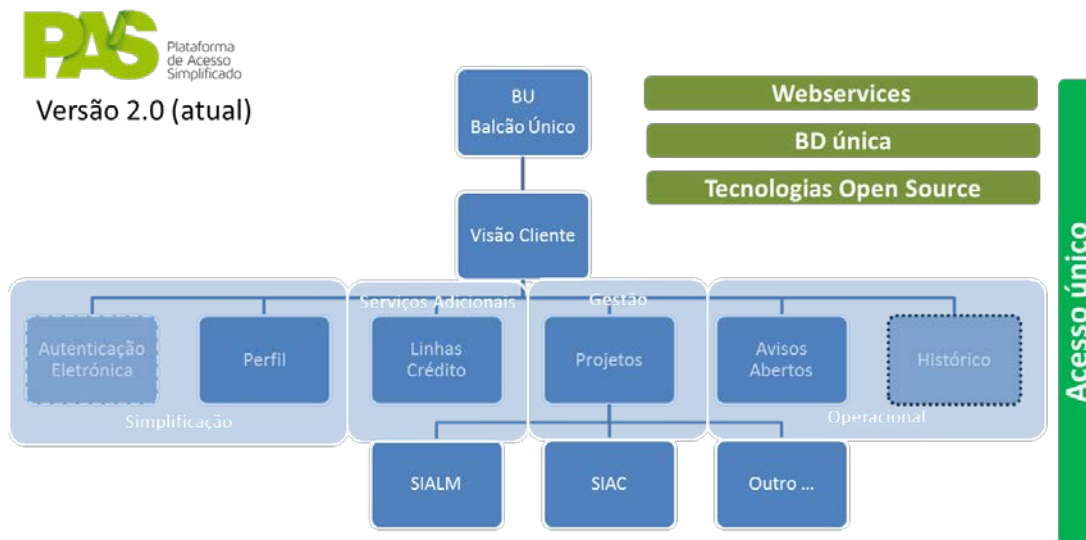
- Registo através de NIF, tendo sido recuperados os registos da PAS 1.0;
- Reutilização da funcionalidade da PAS 1.0 como componente desta nova formulação PAS 2.0;
- Acesso aos históricos de projetos anteriores (designadamente do POE/PRIME – QCA III, em forma sumária);
- Acesso aos balcões entretanto implementados (SIALM, SIAC, SAMA);
- Um ponto central de publicação de alertas relativos a todos os projetos;



- Acesso ao serviço relacionado com o financiamento Investe QREN;
- Acesso aos avisos de candidatura abertos, com publicitação das datas de fecho e ligação ao site COMPETE;
- Acesso aos formulários de candidatura implementados (SIALM, VALES) para submissão de novas candidaturas.

Figura 2.1: Plataforma de Acesso Simplificado (PAS)

| 126



Fonte: COMPETE.

▪ **Outras atividades desenvolvidas**

Durante o ano de 2013 foram desenvolvidas diversas atividades, destacando-se:

- Atualização de formulários, ferramentas, SGO e SI, em resposta a Avisos de Concurso, Orientações Técnicas e Orientações de Gestão, etc.;
- Desenvolvimento da primeira versão da base de dados centralizada de comprovantes de custos indiretos;
- Desenvolvimento do balcão “Financiamento e Partilha de Risco”: funcionalidades de extração de dados das folhas de cálculo pelo FINOVA e acesso aos dados em *back-office*;
- Integração dos Sistemas de Incentivos do SIALM nos Sistemas de Informação do COMPETE;
- Balcão do promotor SAMA: possibilidade de consulta resumo a projetos e de notificações, apresentação de pedidos de pagamento e pedidos alteração;
- Entrada em produção do envio de e-mails para o promotor com informação sobre inclusão e exclusão dos respetivos projetos na Bolsa de Descativação (BDI);



- Implementação das Fichas de Irregularidade, de acordo com último modelo aprovado pela IGF;
- Atualização do Sistema Contabilístico de Dívidas (SI), de acordo com orientações do IFDR;
- Desenvolvimento do módulo de Gestão Reembolsos;
- Criação de um *Tableaux de Bord*, onde podem ser consultados Indicadores do Programa (para aferir os níveis gerais de compromisso, contratação, pagamentos e execução), Indicadores de Gestão (para identificação dos projetos em atraso) e Indicadores de Performance (para aferição dos tempos médios de análise, cumprimento dos prazos, nível de alegações contrárias e análise dos pedidos de pagamento).

Na sequência de auditoria da IGF, e no cumprimento das recomendações apresentadas, foi definida e publicada a **Política de Segurança da Informação**, criado o **Conselho de Segurança do Sistema de Informação** e um **Sistema de Gestão do Risco**.

Durante o ano de 2013, no âmbito da exploração do **Sistema de Informação** e respetivos formulários e ferramentas, foram apresentadas 1.511 solicitações à equipa Sistema de Informação e Comunicação do COMPETE, pela restante equipa técnica do COMPETE e pelos membros da Rede Sistemas de Incentivos QREN (Organismos Intermédios e Autoridades de Gestão dos PO Regionais), das quais 1.245 foram resolvidas no próprio dia (mais de 80%), o que demonstra um forte empenho da equipa na resolução de problemas informáticos.

Na caixa seguinte apresentam-se algumas conclusões resultantes das avaliações realizadas relativamente ao Sistema de Informação:

#### Caixa 11: Conclusões das Avaliações sobre o Sistema de Informação

“A avaliação da forma como o sistema de informação assegura o acesso a dados relevantes e produz informação adequada e atempada para a gestão evidencia uma resposta muito positiva do Sistema aos importantes desafios colocados por este ciclo de programação e um papel crucial no funcionamento da Rede de Incentivos QREN.”

Fonte: Relatório Final da Avaliação da operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda Factores de Competitividade, Augusto Mateus & Associados, jun.2011

## ORGANISMOS INTERMÉDIOS E SUBVENÇÕES GLOBAIS

De acordo com o modelo de governação do COMPETE, verificam-se duas situações em termos de competências na tramitação dos projetos rececionados no Programa:

- SAESCTN, SI I&DT, SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME e SAMA - as competências de análise, contratação e acompanhamento da execução dos projetos, são delegadas nos Organismos Intermédios, assegurando a Autoridade de Gestão a competência exclusiva de aprovação de projetos;
- SAFPRI, SAMA – Operações Globais, SIAC e Assistência Técnica - todas as competências são exercidas diretamente pela Autoridade de Gestão.

**Tabela 2.53: Organismos Intermédios Envolvidos na Gestão do COMPETE**

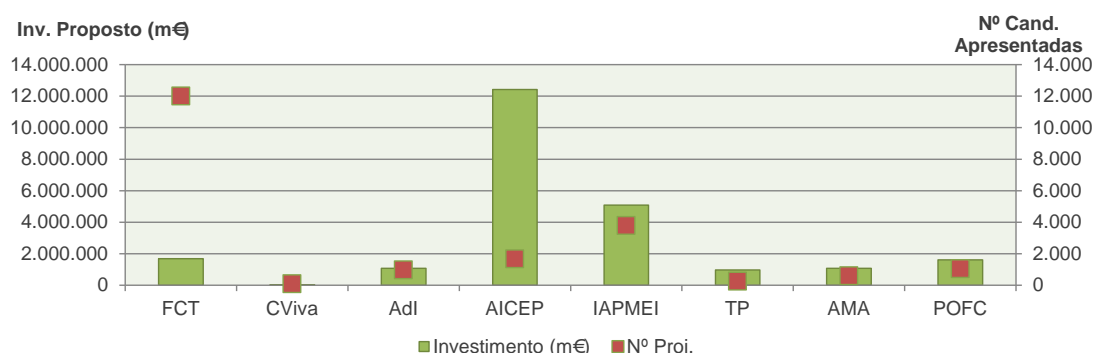
Eixo Prioritário	Instrumento	Organismo Intermédio	Observações
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	SAESCTN	FCT Ciência Viva	
	SI I&DT	IAPMEI AdI AICEP	
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	SI Inovação SI Qualificação PME	IAPMEI AICEP Turismo de Portugal	
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	SAFPRI	-	Competência exclusiva COMPETE
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	SAMA	AMA	
		-	Competência exclusiva COMPETE (referente às Operações Globais)
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	SIAC	-	Competência exclusiva COMPETE
EIXO VI - Assistência Técnica	Assistência Técnica	-	Competência exclusiva COMPETE

Fonte: SI POFC.

Relativamente às 20.328 candidaturas rececionadas no COMPETE desde o início do Programa conclui-se que cerca de 60% se enquadram no SAESCTN, tipologia cuja análise é efetuada pela FCT. Em termos de volume financeiro, destacam-se as candidaturas enquadradas no âmbito de análise da AICEP, que totalizam cerca de 52% do investimento total proposto ao COMPETE (referentes aos projetos de maior dimensão do SI Inovação e SI I&DT e aos projetos de internacionalização do SI Qualificação PME).

Releve-se ainda a importância do IAPMEI, concentrando 19% do número de candidaturas e 21% do volume de investimento apresentado.

**Gráfico 2.58: Candidaturas Rececionadas por Organismo Intermédio, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Sublinhe-se que foram assinados **protocolos e contratos de delegação de competências** com os Organismos Intermédios durante o ano de 2008 tendo, em relação à FCT, sido assinadas três adendas; uma primeira para adequação da tramitação inerente ao processo de auditoria, nos termos recomendados pela Comissão Europeia; uma segunda, em 2010, para especificar

os termos da atribuição à FCT da função de transferência direta para os beneficiários, assumindo-se como Organismo Pagador; e uma terceira, já no início de 2012, relativa à alteração da taxa máxima de financiamento do FEDER e a uma clarificação do montante de subvenção global disponível para o período 2007-2013.

A participação dos Organismos Intermédios IAPMEI e TP na gestão do Programa desenvolve-se também a nível financeiro, assumindo estes Organismos igualmente competências de **Organismos Pagadores** no âmbito do COMPETE. Para o efeito, foram celebrados, em 2008, protocolos entre a Autoridade de Gestão, o IFDR e cada um destes Organismos Pagadores, que estabelecem o regime de fluxos financeiros relativos aos Sistemas de Incentivos, através da delegação, pelo IFDR, da competência de transferência direta para os beneficiários.

### **SUBVENÇÕES GLOBAIS**

Na sequência do Despacho n.º 3711/2010 de 12 de fevereiro, do Secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento, foi atribuída à FCT, enquanto Organismo Intermédio responsável por subvenção global, a função de transferência direta (pagamentos) para os beneficiários no âmbito das tipologias de projetos do SAESCTN, geridos pela mesma.

Em 2012, registou-se uma clarificação do montante de subvenção global disponível para o período 2007-2013.

### **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Constituindo o principal fórum de reflexão estratégica do Programa, a Comissão de Acompanhamento assume-se como o principal órgão para, num espírito de parceria, promover o acompanhamento do Programa pelos principais *stakeholders*. É composta por entidades públicas, nomeadamente Comissão Europeia, Ministérios, Organismos Intermédios, Autoridade de Certificação FEDER, Observatório do QREN, Autoridade de Auditoria, Associação Nacional de Municípios e outras Entidades Públicas e pelos representantes dos parceiros económicos nomeados pelo Conselho Económico e Social (UGT, CPADA, CONFAGRI e CIP).

A fim de assegurar a coerência e complementaridade de ações financiadas pelos Fundos Estruturais e pela política de desenvolvimento rural, está prevista também a participação dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER, do FEP e FSE, bem como as Autoridades de Gestão dos outros PO Temáticos (POVT e POPH) e dos PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

Por decisão da Autoridade de Gestão, foram ainda convidadas entidades públicas com competências específicas em políticas públicas relacionadas com o Programa Operacional, designadamente a CGTP, CAP, CCP e CTP.

Visando assegurar a eficácia e a qualidade da execução do Programa, a Comissão de Acompanhamento tem como **principais responsabilidades**:

- Examinar e aprovar as alterações do conteúdo da decisão da Comissão Europeia relativa à participação dos fundos comunitários no Programa Operacional (Texto do Programa);
- Analisar e aprovar os critérios de seleção das operações a financiar;
- Avaliar periodicamente os progressos realizados na prossecução dos objetivos do Programa;
- Examinar e aprovar os relatórios anuais de execução;
- Apreciar os relatórios de Avaliação do Programa.

Em 2013, teve lugar, a 14 de junho, a 7.<sup>a</sup> reunião da Comissão de Acompanhamento do COMPETE. Da agenda de trabalho, destacam-se os seguintes pontos:

- Ratificação da aprovação da **ata da reunião n.º 6**, já efetuada por consulta escrita;
- Apreciação e aprovação do **Relatório de Execução de 2012**;
- Apresentação de um **ponto de situação do COMPETE**, destacando aprovações e contratações, pagamentos e execução;
- Apresentação dos **processos de simplificação introduzidos**, designadamente ao nível da nova Plataforma de Acesso Simplificado (PAS);
- Apresentação do **ponto de situação da avaliação intercalar do COMPETE**.

### ENCONTRO ANUAL

No âmbito do **Encontro Anual** realizado, para a análise anual dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão, no dia 12 de dezembro de 2013, foram abordados os seguintes pontos, conforme agenda da Comissão Europeia:

- Ponto de situação geral dos Programas;
- Ponto de situação dos instrumentos financeiros: situação por tipo de instrumento e conclusões das avaliações intercalares;
- Ponto de situação dos Grandes Projetos aprovados.

Na sequência da reunião, o IFDR, em articulação com o COMPETE, prestou toda a informação solicitada sobre o Programa.

## OUTRAS PARCERIAS

### **COMISSÃO MINISTERIAL DE COORDENAÇÃO (CMC)**

A Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE é o órgão de direção política do Programa, tendo como função a coordenação global do mesmo.

No âmbito das suas competências, durante o ano em análise, a CMC:

- Aprovou, em janeiro de 2013, a alteração ao regulamento do SAFPRI;
- Aprovou, em abril de 2013, a alteração ao regulamento do SAESCTN;
- Aprovou, em junho de 2013, o Relatório de Execução do COMPETE de 2012;
- Aprovou, em setembro de 2013, a alteração ao regulamento do SAMA.

### **INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (IFDR)**

O IFDR é responsável pela coordenação e centralização das interações operacionais e financeiras da Autoridade de Gestão com a Comissão Europeia, bem como pela gestão dos fluxos financeiros entre a Comissão Europeia, a Autoridade de Gestão, os Organismos Intermédios e os beneficiários. Assegura e coordena a divulgação de informações de gestão sobre a execução do QREN, assim como a elaboração de normas e orientações técnicas para os Órgãos de Gestão.

No âmbito das suas competências de articulação com a Comissão Europeia, coube ao IFDR remeter toda a informação, enviada pelo COMPETE durante o ano, designadamente sobre certificação de despesas e pedidos de pagamento, previsão de pedidos de pagamento, Grandes Projetos e Relatório Anual de Execução.

Enquanto Entidade Pagadora do QREN, é competência do IFDR a gestão dos fluxos financeiros, designadamente entre as contas bancárias do Fundo e as contas dos PO.

Relativamente à divulgação de informação sobre a gestão da execução do QREN, foi remetido mensalmente um conjunto de informação parametrizada pelo IFDR sobre a monitorização do Programa, bem como, quando solicitada, outra informação, nomeadamente relativa aos indicadores físicos de acompanhamento do COMPETE.

Cabe ainda ao IFDR a competência de gestão da base de dados dos apoios atribuídos ao abrigo da regra *de minimis*.

### **OBSERVATÓRIO DO QREN**

O Observatório do QREN é responsável pelo desenvolvimento das atividades técnicas de coordenação e monitorização estratégica do QREN.

A coordenação da Rede de Avaliação do QREN é assegurada pelo Observatório do QREN, tendo o COMPETE prestado toda a colaboração solicitada durante o ano de 2013 (conforme ponto 2.7.2 – Avaliação), nomeadamente participando em reuniões e discussões de trabalho e facultando informação diversa sobre o Programa e sobre os Sistemas de Incentivos.

É igualmente da sua competência a definição de um conjunto de orientações transversais, a ser adotadas nos diversos Planos de Comunicação, tendo o COMPETE participado durante o ano nas reuniões da Rede Informal de Comunicação no âmbito do QREN (conforme ponto 6.5).

### **PARCEIROS ECONÓMICOS E SOCIAIS**

Para além do envolvimento dos parceiros económicos e sociais, através da sua participação na Comissão de Acompanhamento do COMPETE, destaque-se ainda o papel desenvolvido pelas Associações Empresariais dinamizadoras dos Polos de Competitividade e outros *Clusters*, articuladamente com as Autoridades de Gestão (COMPETE e PO Regionais) no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, nomeadamente no processo de identificação das prioridades temáticas definidas para os concursos lançados no âmbito dos instrumentos COMPETE, designadamente Redes de Nova Geração, Energias Renováveis e Eficiência Energética, Aeronáutica e Indústria da Mobilidade.

#### **2.7.2. Avaliação**

A AG COMPETE possui um **núcleo de reflexão específico qualificado**, potenciando a utilização das melhores abordagens metodológicas nos exercícios de avaliação do Programa, um acompanhamento interventivo dos exercícios externos de avaliação da responsabilidade do Observatório do QREN, do IFDR, do IGFSE e de outras entidades, assim como uma participação ativa na Rede de Avaliação do QREN.

Possui igualmente um **sistema de monitorização** com dados micro que abrangem todo o ciclo de vida dos projetos, desde a fase de candidatura, análise, contratação, à fase de encerramento, que lhe permite, a um nível aprofundado, efetuar continuamente pontos de situação globais (PO, Eixos programáticos e instrumento de financiamento) e temáticos (inovação, internacionalização, empreendedorismo qualificado, I&DT, ambiente e eficiência energética, estratégias de eficiência coletiva, etc.) que animam reuniões de acompanhamento

e reflexão com a tutela e demais parceiros, como sejam, os Organismos Intermédios e as Autoridades de Gestão dos cinco PO Regionais. A monitorização inclui ainda a recolha e análise de informação do sistema estatístico nacional e europeu, permitindo uma melhor contextualização temática/setorial dos efeitos da implementação do Programa na economia.

A riqueza da informação do SiPOFC e do acompanhamento efetuado permite considerar nos exercícios de avaliação um maior aprofundamento e complexidade na formulação das questões de avaliação.

Em 2013, o **Plano de Avaliação do COMPETE**, aprovado pela CMC em 18 de dezembro de 2008, não foi objeto de ajustamento, tendo presente que o último exercício de avaliação previsto no período de programação 2007-2013 foi adjudicado em 2012 (Avaliação Intercalar do COMPETE).

Em abril de 2013 concluiu-se a “**Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das EEC - tipologia Clusters**”, tendo ocorrido a 19 de abril uma sessão pública de apresentação das principais conclusões e recomendações do estudo, envolvendo todos os *stakeholders* do processo de avaliação. Os resultados deste exercício são especialmente relevantes para a correção de alguns aspetos menos conseguidos no primeiro ciclo de reconhecimento e para a preparação do próximo ciclo, melhorando a sua operacionalização e notoriedade, de forma a reforçar e fortalecer a política de clusterização no País.

O Relatório Final e os seus três anexos encontram-se desde essa data disponíveis para consulta no *website* do Observatório do QREN e no sítio específico dos Polos de Competitividade no *website* do COMPETE.

#### **Caixa 12: Principais Conclusões e Recomendações da Avaliação Estratégica e do Processo de Implementação das EEC-Clusters”**

Uma Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) é um conjunto coerente e estrategicamente justificado de iniciativas integradas num Programa de Ação, visando a inovação, a qualificação ou a modernização de um agregado económico, com uma implantação espacial de expressão nacional ou regional. Estas iniciativas estimulam a cooperação e o funcionamento em rede entre as empresas e entre estas e outros atores relevantes para a estratégia - entidades de ensino e de I&D, de formação, de assistência tecnológica, associações empresariais, entre outras. Em 2009, deram-se os primeiros passos na implementação destas estratégias e da política de clusterização em Portugal, tendo sido reconhecidas formalmente 19 EEC.

Em meados de 2012 foi efetuado um exercício de avaliação estratégica da política de clusterização, incluindo uma dimensão de estratégia e de operacionalização. O estudo de avaliação reconhece como positivos os esforços empreendidos na implementação de uma política nacional de clusterização e defende a sua continuidade. Esta, contudo, deverá beneficiar da experiência acumulada, necessitando de ser introduzidas alterações que possam evitar a cristalização de aspetos menos conseguidos da política e da sua operacionalização. As principais conclusões foram:

- Constituindo uma evolução positiva no contexto dos processos de clusterização, a política adotada carece de maior reconhecimento, compromisso e coordenação por parte dos decisores políticos;
- A ancoragem tardia da política de clusterização aos instrumentos de programação, a par da ausência de um modelo claro de gestão liderado por um centro de racionalidade com os recursos necessários, repercutiu-se na dificuldade em operacionalizar grande parte dos acessos preferenciais inicialmente previstos;



- Constituiu uma prática bem-sucedida o processo de seleção e apoio específico a projetos complementares (com base em prioridades tecnológicas e de inovação identificadas pelos Clusters), mas com necessidade de afinação e aprofundamento;
- O processo de reconhecimento dos Polos e Clusters foi adequado: envolveu uma Comissão de Avaliação (que integrou decisores políticos e peritos internacionais), foi participado e flexível. No entanto, foi também conservador, o que teve reflexos nas EEC reconhecidas, na sua maioria centradas em setores tradicionais requerendo maior inovação, identificando Clusters com níveis de maturidade distintos e diferenciando desde cedo as expectativas dos agentes envolvidos;
- As Entidades Gestoras apresentam, em termos gerais, uma postura reativa, fechada e pouco diferenciada, limitando (desde logo pela reduzida experiência) as suas atividades aos projetos apoiados no quadro de medidas criado para alavancagem dos processos de clusterização. As atividades desenvolvidas no âmbito dos Polos e Clusters devem potenciar a geração de maior valor acrescentado e superar as dificuldades de um contexto pautado por uma cultura pouco aprofundada de clusterização;
- O contributo da política de EEC foi positivo mas limitado, quer ao nível das suas interfaces com o Sistema Nacional de Inovação, o Sistema Científico e Tecnológico e o Território, quer no domínio da internacionalização.

As áreas nas quais o estudo considera haver maior margem para melhoria relacionam-se com:

- o maior reconhecimento, compromisso e coordenação da política por parte dos decisores políticos;
- a necessidade de mais inovação e rigor no processo de reconhecimento formal dos clusters;
- a seleção de projetos com maior impacto no ecossistema de cada cluster;
- a necessidade de assegurar que o quadro de medidas de apoio aos clusters é capaz de alavancar os melhores projetos e as atividades mais relevantes;
- a necessidade de definição e implementação de mecanismos adequados de avaliação;
- a promoção de um maior alinhamento entre o grau de maturidade de cada cluster, o quadro de medidas e os resultados esperados.

Fonte: Sociedade Portuguesa de Inovação e inno TSD, Relatório Final, abril de 2013.

Em novembro de 2013 concluiu-se a “**Avaliação Intercalar do COMPETE**” que tinha por objetivo central aprofundar o conhecimento sobre a eficácia e eficiência do Programa, visando contribuir não só para um processo de conclusão e encerramento bem-sucedido, mas também para a preparação do próximo ciclo de programação comunitário (2014-2020). Tendo presente a conclusão do estudo já no final de 2013, as conclusões e recomendações e toda a reflexão desenvolvida no processo de acompanhamento das várias etapas da avaliação, centraram-se na identificação de domínios de melhoria a ter presente no período de programação 2014-2020. O Relatório Final e seus anexos foram disponibilizados publicamente nos *websites* do Programa, do QREN e do Observatório do QREN.

A Caixa seguinte sumariza as principais conclusões e recomendações do exercício de Avaliação Intercalar do COMPETE (disponíveis em maior detalhe no Anexo XVII a este Relatório).

### Caixa 13: Principais Conclusões e Recomendações da Avaliação Intercalar do COMPETE

Do exercício de Avaliação Intercalar do COMPETE, sumarizam-se como principais conclusões da Equipa de Avaliação (EA):

- **Um desempenho genericamente positivo do COMPETE com uma maturação longa dos seus efeitos**, sendo de salientar a “existência de resultados significativos das intervenções ao nível da capacidade do tecido empresarial, com evidência ao nível do



**upgrading do perfil de especialização produtiva** da economia portuguesa e da qualificação das estratégias prosseguidas e dos recursos que as suportam, bem como da própria renovação dos modelos de negócios empresariais” e também ao nível da internacionalização e do reforço das exportações. Sobre a promoção de uma economia baseada no **conhecimento e na inovação** os resultados parecem ser, também, “relevantes com efeitos significativos no incentivo à I&D empresarial e à articulação entre empresas e centros de saber”. Já no que respeita à qualificação da **Administração Pública** estes parecem ter sido mais moderados;

- **“As empresas apoiadas pelo COMPETE são melhores que o universo empresarial português comparável e prosseguem motivações e estratégias focalizadas nos principais desafios competitivos”**, sendo que “o Programa está a intervir sobre as unidades mais dinâmicas e de melhor qualidade da economia portuguesa e que estas se articularam com o programa com base em motivações e estratégias claramente convergentes com processos e fatores focalizados com os principais desafios competitivos”. De relevar também “o peso assumido pela **promoção da I&D e/ou da inovação, pela valorização do conhecimento e da propriedade industrial**, bem como pelo desenvolvimento dos **fatores competitivos** associados à diferenciação do produto (qualidade, design, marca, nomeadamente), no foco estratégico prosseguido pelas empresas”;

- **“Os resultados potenciais globais dos projetos apoiados sendo bastante expressivos e positivos comportam desequilíbrios qualitativos que importa aprofundar e corrigir”**. De acordo com a EA, o alcance do Programa é particularmente expressivo na **I&D e nas exportações**, sendo menos evidente em matéria de valor acrescentado e, sobretudo, de emprego; o que “permite, assim, evidenciar a existência de alguns desequilíbrios na prossecução dos caminhos da competitividade e da internacionalização, onde ainda não terá a força necessária a articulação virtuosa entre produtividade e exportação, e na prossecução dos caminhos da investigação e da inovação, onde parece estar a ser mais fácil obter uma consolidação centrada nos resultados já alcançados do que um alargamento e aprofundamento desses mesmos resultados.”

- **“Os projetos apoiados comportam uma dimensão de forte impacto nas empresas apoiadas”**, sendo relevante o peso dos projetos com impacto estruturante nas empresas promotoras (projetos de raiz ou projetos com impacto forte ou radical na dimensão da empresa promotora);

- **“O contributo do programa para o reforço da orientação exportadora da economia portuguesa é inequívoco tendo-se afirmado sob o primado do aprofundamento da atual base exportadora”**, o que é consentâneo com a orientação de boa parte dos recursos do COMPETE para a produção transacionável e para as empresas exportadoras, sendo que a comparação de indicadores entre os anos pré e pós-projeto revela **uma evolução significativa e favorável do indicador de orientação exportadora** das empresas promotoras. A EA realçou igualmente efeitos sobre a internacionalização dos negócios, nomeadamente nas áreas do **marketing** e da comercialização, bem como sobre a diversificação de mercados.

**As intervenções ao nível dos custos de contexto terão dado um contributo mais funcional e localizado centrado em melhorias de eficiência**, tendo incidido sobretudo no aumento da eficiência e racionalização de custos no âmbito da Administração Pública, e menos na diminuição dos custos de contexto e melhoria da qualidade dos serviços públicos. O contributo dos projetos foi mais eficaz na promoção do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, e na promoção de uma administração em rede, tendo a EA concluído pelo apoio de um conjunto de projetos com externalidades positivas sobre os cidadãos e empresas, que pela sua natureza estruturante e pela evolução disruptiva que promovem são sustentáveis em termos de resultados no futuro;

- **O contributo do programa para a promoção da economia baseada no conhecimento, sendo indiscutível e muito relevante em certas áreas, nomeadamente numa maior aproximação entre as empresas e os centros de saber, não terá alcançado a dinâmica e amplitude necessárias para catalisar mudanças estruturais irreversíveis**. De acordo com a EA, “o objetivo estratégico de promoção da economia baseada no conhecimento e na inovação em Portugal concentrou importantes apoios do COMPETE, nomeadamente ao nível da I&D, em particular de base empresarial, que terão contribuído para o aumento acentuado do investimento das empresas neste importante fator dinâmico de competitividade, mas também da promoção da articulação entre as empresas e os centros de saber e da inovação de produto/processo.” Ainda assim, considera que estes impactes “não serão suficientes para induzir a mudança substantiva ambicionada na estrutura da economia, necessária à consolidação de uma verdadeira economia baseada no conhecimento e na inovação em Portugal”.

- **Ao nível da articulação entre eficiência e eficácia no desempenho do programa**, a avaliação sinaliza a existência de **níveis de incentivo significativos** por parte do COMPETE, o que significa que boa parte das intervenções não teriam tido lugar sem o apoio do Programa, bem como “a existência de elevados efeitos catalisadores, amplificadores, aceleradores e facilitadores de investimento.”

Ao nível da **complementaridade interna**, a EA realça a experiência e conhecimento acumulados no PO, que contribuíram para melhorias substanciais, ao nível da programação e da execução, na comparação com anteriores ciclos de programação, apesar de considerar que existem algumas zonas onde esta complementaridade não foi plenamente conseguida, (e.g. entre apoios às empresas, estratégias de

eficiência coletiva e financiamento de capital de risco), seja pelo novo desafio de uma conjuntura especialmente adversa, seja pelas alterações comportamentais e concorrenciais induzidas pela aceleração da globalização e pelo alargamento da EU”.

Relativamente ao **modelo de financiamento**, a EA conclui que de forma geral, o mesmo está adequado aos diferentes tipos de incentivos, havendo espaço para reflexão e melhoria, designadamente ao nível dos prémios de execução e das modalidades de incentivo aplicáveis às diferentes tipologias de despesa elegível.

Sobre o **financiamento e partilha de risco**, a EA acentuou que esta constituiu uma das preocupações do COMPETE, com especial relevância no quadro da crise financeira, sendo que a análise efetuada conclui que “o Programa desempenhou um papel importante ao nível do acesso e custo do financiamento para as PME”. Não obstante, o contributo do capital de risco e dos *business angels* para cobrir falhas de mercado no contexto financeiro e empresarial português e para a criação e desenvolvimento de empresas em áreas de elevada intensidade tecnológica e de conhecimento não terá sido muito significativo, em parte devido ao pequeno número de operações apoiadas até ao final de 2012, sendo de destacar, por outro lado, “a elevada adesão registada a estes instrumentos por parte dos promotores de fundos de capital de risco e das sociedades de *business angels* e o sucesso relativo destes últimos”.

Quanto ao **alcance das novas tipologias e instrumentos no COMPETE**, foram considerados relevantes “os resultados obtidos com instrumentos simplificados como os vales pelo que os mesmos se devem manter enquanto instrumentos simplificados de acesso a competências (I&D, inovação, internacionalização, formação, empreendedorismo, qualificação empresarial, etc.) para apoio a pequenas iniciativas empresariais.”

Ao nível das recomendações, destacam-se, como **recomendações transversais**:

- Cuidar da plena concretização do potencial dos projetos apoiados pelo COMPETE;
- Estimular as sinergias entre as ações desenvolvidas “dentro” e “fora” das regiões de convergência para ampliar os efeitos indiretos e induzidos e aproveitar as competências disponíveis;
- Induzir procuras mais qualificadas;
- Melhorar a complementaridade dos instrumentos para aumentar os efeitos estruturais.

Relativamente às **recomendações programáticas**, a EA sugere:

- Favorecer uma maior articulação entre as lógicas de “empresa” e de “projeto”;
- Reforçar a orientação para os fatores competitivos mais avançados aumentando a seletividade;
- Alargar significativamente a inserção do tecido empresarial na economia baseada no conhecimento;
- Continuar a apoiar os esforços no domínio da Ciência e da Tecnologia melhorando o seu contributo para a competitividade empresarial estrutural;
- Estimular os projetos e ações de colaboração entre empresas e entidades e serviços de suporte;
- Aumentar a eficácia da utilização dos fundos estruturais na captação de IDE estruturante;
- Equilibrar as dinâmicas de aprofundamento e alargamento na internacionalização, melhorando o perfil de especialização e fomentando a diversificação de mercados;
- Conceber instrumentos pertinentes, adequados e eficazes, dando particular atenção às necessidades dos agentes e às condições do mercado;
- Promover uma revisão sensível dos modelos de financiamento dos projetos;
- Prosseguir os esforços de redução dos custos de contexto.

E, por fim, ao nível **operacional**:

- Reforçar o acompanhamento da montagem e execução dos projetos;
- Simplificar o quadro regulamentar e garantir a transparência;
- Melhorar a aderência aos ciclos de investimento pela flexibilidade e especificação de critérios;
- Ganhar eficiência nas ações coletivas pelo reequilíbrio dos meios públicos e privados envolvidos;
- Orientar a modernização administrativa para os resultados que configuram um quadro facilitado para a iniciativa empresarial;
- Centrar a política de comunicação na convergência de iniciativas e ações focalizadas pelos resultados pretendidos.

Fonte: Relatório Final da Avaliação Intercalar do COMPETE, Augusto Mateus & Associados e PWC, nov.2013.

O COMPETE participou ainda em 2013 em vários **grupos de acompanhamento de avaliações** relativas a domínios transversais do QREN:

- Avaliação Estratégica do QREN 2017 – 2013 - lote 3 (Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas, em particular das PME), concluído em outubro;
- Avaliação Estratégica do QREN 2017 – 2013 - lote 4 (Contributo das intervenções do QREN em contexto urbano para o aumento da eficiência energética), concluído em junho.

A **Rede de Avaliação do QREN**, fórum de articulação, de disseminação de conhecimento e de partilha de experiências em matéria de avaliação, reuniu duas vezes em 2013:

- 15.<sup>a</sup> reunião (17 de maio): i) apresentação das conclusões e recomendações da Metavaliação; ii) reflexões e aprendizagens para o próximo período de programação resultantes da experiência adquirida; iii) preparação de contributo da Rede de Avaliação para a preparação do período de programação 2014-2020;
- 16.<sup>a</sup> reunião (5 de novembro): i) balanço da implementação dos Planos de Avaliação; ii) balanço síntese da avaliação no QREN; iii) sistematização e melhoria de documento sobre propostas e recomendações para a avaliação no período de programação 2014-2020.

Para além dos **pontos de situação** em relação à concretização dos Planos de Avaliação de cada um dos PO assim como do IFDR, IGFSE e Observatório do QREN, as reuniões da Rede de Avaliação constituíram um importante espaço de reflexão sobre o balanço efetuado neste domínio no QREN. Foi igualmente um espaço de aprendizagem e debate em relação às orientações conhecidas da CE para 2014-2020, tendo os membros da Rede elaborado um documento de balanço e de recomendações para o novo ciclo de programação de fundos estruturais.

Ao longo de 2013, o Observatório do QREN realizou vários *workshops* que traduzem os vários estudos e avaliações realizadas e que constituíram também importantes contributos de reflexão para 2014-2020:

- “Estudo de Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das EEC - Tipologia Clusters” (19 de abril);
- “O Relatório Estratégico do QREN 2012: balanço dos resultados e de alguns instrumentos”, (30 de abril);
- “Avaliações Contrafactuais de impacto: experiências em Portugal e na UE” (17 de maio);
- “Contributo do QREN para o aumento da eficiência energética” (20 de junho);
- “Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas em particular das PME” (3 de julho).

Refira-se, ainda, a conclusão do “**Estudo de Opinião sobre a Comunicação do QREN**”, em junho de 2013, que permitiu, através de método de sondagem, perceber junto da população em geral e dos *stakeholders* do QREN a percepção acerca dos fundos estruturais e dos seus PO. Assim como do “**Estudo de avaliação da integração da perspectiva de género nos fundos estruturais, no período de programação 2007-2013**”, em julho de 2013 (ver **Caixa 4**).

### 2.7.3. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

## **AVALIAÇÃO E CONTROLO DOS EFEITOS SIGNIFICATIVOS NO AMBIENTE DECORRENTES DA APLICAÇÃO DOS APOIOS DO COMPETE**

### **A MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

No âmbito do Relatório de Execução de 2010 foi apresentado um primeiro balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO – e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO financiados pelo FEDER e/ou FdC, o IFDR e o Observatório do QREN – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do COMPETE, e, simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao Programa (inscritas no Relatório Ambiental da AAE<sup>32</sup>).

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2010, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, traduziu um primeiro reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE<sup>33</sup>.

A metodologia adotada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado

---

<sup>32</sup> A AAE das intervenções estruturais co-financiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

<sup>33</sup> De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do Programa deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios electrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

em Beja a 8 de outubro de 2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no *website* do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do setor ambiental nos resultados do exercício efetuado pelas Autoridades de Governação e de Gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado no *website* daquela instituição.

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, o balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO, encontram-se incorporados no Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN.

#### **CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO AAE**

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura 2.3.

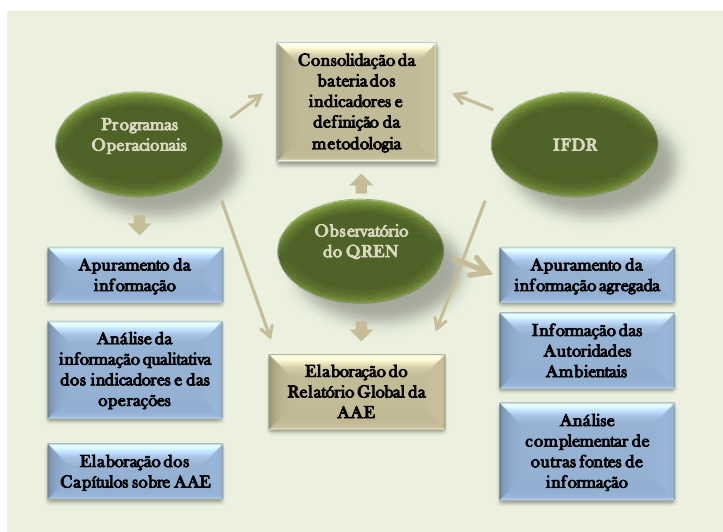
No reporte referente a 2010 a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados pelo acrónimo MEA) não foi viável: por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos<sup>34</sup>.

Na mesma situação encontram-se alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

---

<sup>34</sup> Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energéticos.

Figura 2.2: Quadro de Responsabilidade na Monitorização Ambiental Estratégica



Fonte: Observatório do QREN.

Atendendo, assim, às necessidades de recolha e de análise de informação que emergiram do exercício de 2011, foram definidos os seguintes mecanismos suplementares de aferição:

- Realização de estudo relativo a Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projetos Apoiados e a Afetação de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza (este estudo apresentará informação em 3 momentos – no início de 2012 relativo aos anos anteriores, após o que será atualizado em 2013 e 2014); o estudo contribuirá para i) identificar as alterações de uso do solo diretamente induzidas pelos projetos apoiados e para ii) identificar a contribuição do PO para os seguintes objetivos estratégicos<sup>35</sup> estabelecidos na Avaliação Ambiental Estratégica:
  - Reduzir a taxa de perda de biodiversidade;
  - Reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade;
  - Manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas;
- Realização de avaliação no início de 2013 sobre consumo de materiais associados à execução de projetos apoiados pelo PO incorporando as seguintes dimensões: padrão de consumo de materiais associado aos projetos apoiados; intensidade de materiais dos projetos apoiados; padrão de consumo de energia dos projetos apoiados; intensidade energética dos projetos apoiados; padrão de consumo de água dos projetos apoiados.

<sup>35</sup> A prossecução destes objetivos pressupõe a salvaguarda das Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente, os sítios da Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC) e as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP). Este indicador permite determinar a extensão de sobreposição das intervenções apoiadas com as AC.

## **EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPETE COM BASE NOS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL**

A análise que a seguir se apresenta pretende refletir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do PO e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o mesmo é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objetivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuía, bem como uma adequada seleção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo PO nos mencionados objetivos estratégicos.

Da leitura do ponto 2.2.3 e da análise dos indicadores ambientais do Programa, verifica-se a importância dada à temática Ambiente e Eficiência Energética no âmbito do COMPETE.

Apresentam-se de seguida os indicadores de monitorização ambiental.

### ▪ **MEA1. População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos**

Conforme analisado no ponto 3.4 – Realização do Eixo IV, o SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas, procurando facilitar o acesso, através de meios não presenciais, de todos os cidadãos e empresas aos serviços prestados pela Administração Central. Assim, considera-se que toda a população nacional é potencial utilizadora dos 1.667 centros multisserviços e balcões únicos previstos nos projetos SAMA contratados no final do ano de 2013.

### ▪ **MEA2. Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos**

Tendo em conta os projetos SAMA contratados, foi possível reduzir o número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a Administração Pública em 49%.

### ▪ **MEA 3. Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos**

Face aos tempos médios de espera dos serviços públicos, estima-se uma redução de 69% após a implementação dos projetos SAMA contratados.

### ▪ **MEA 4. Serviços *on-line* orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas**

Das entidades com projetos SAMA contratados, verifica-se que 106 disponibilizavam serviços *on-line*, estando previsto, no pós-projeto, que mais 90 os passassem a disponibilizar, representando assim 92% do total.

### ▪ **MEA 8. Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública**

O aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais, medido através da utilização via *internet* e telefone, registado nos projetos SAMA contratados foi de 118%.



No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

▪ **RE1. Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas (I 1)**

Conforme explicitado atrás, a totalidade dos apoios empresariais estão subordinados ao estrito cumprimento das regras ambientais, considerando-se, assim, que integram critérios ambientais na avaliação ao nível da admissibilidade das candidaturas.

Em relação aos restantes instrumentos (Apoio à Ciência, Administração Pública, Inovação Financeira, Ações Coletivas e Assistência Técnica), não é aplicável esta exigência.

Assim, verifica-se que os projetos contratados no âmbito dos Sistemas de Incentivos e que, portanto, integram critérios ambientais na sua admissibilidade, representam 49% do total de projetos contratados e 68% do apoio atribuído.

▪ **RE2. Rácio de intervenções de natureza imaterial (I 2) e Rácio de investimento em intervenções de natureza imaterial (I 3)**

Conforme foi explicitado no ponto 1.1 – Apresentação do Programa, a concretização dos objetivos estratégicos delineados para a Agenda da Competitividade passou pela criação de instrumentos que valorizassem o apoio a fatores imateriais e à inovação.

Assim, considera-se que a quase totalidade dos mecanismos de apoio visa ações imateriais, nomeadamente à I&D (SAESCTN, SI I&DT), fatores dinâmicos de competitividade (SI Qualificação PME), capital de risco e garantias (SAFPRI), modernização da Administração Pública (SAMA), ações coletivas (SIAC) e assistência técnica do Programa.

Deste modo, apenas o SI Inovação visa o apoio a projetos de natureza mais material. No entanto, saliente-se que estes apoios (de inovação produtiva e empreendedorismo qualificado) estão subordinados à implementação de ações que representem inovação a nível nacional ou regional.

Conclui-se assim que os projetos contratados de natureza imaterial representam 88% do total de projetos, 40% do investimento total e 51% do incentivo contratado.

▪ **RE3. Rácio de projetos de ID&T no domínio do ambiente (I 4) e Rácio de financiamento em ID&T no domínio do ambiente (I 5)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

▪ **RE4. Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente (I 6) e Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente (I 7)**

No âmbito dos Sistemas de Incentivo de fomento à inovação, conforme referido no ponto 2.2.3, está previsto o apoio a projetos do SI Qualificação PME que visam a qualificação das empresas nas áreas de ambiente e eficiência energética e, ao nível do SI Inovação, o apoio a projetos de inovação com despesas elegíveis também nestas áreas.

Assim, numa visão mais lata do conceito de ambiente, que inclui os projetos com investimentos elegíveis nas tipologias de investimento ambiente, qualidade, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho e diversificação e eficiência energética bem como os projetos inseridos no PCT da Energia, classificados com o



código *earmarking* 06, 39, 40, 41, 42 e 43 ou inseridos numa CAE de Energias Renováveis ou Eficiência Energética (35111 – 35113), constata-se que foram contratados nestes Sistemas de Incentivos 1.014 projetos (31% do número de projetos total contratado) com um investimento elegível nas respetivas áreas de 125,1 milhões de euros (2% do total).

- **RE5. Rácio de adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental em empresas (I 8) e Rácio de financiamento em empresas com adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental (I 9)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

- **RE6. Rácio de adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental na administração pública (I 10) e Rácio de financiamento a serviços públicos com instrumentos e práticas de gestão ambiental (I 11)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

- **RE8. N.º de operações de ações de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 13) e Pessoas beneficiadas por ações de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 14)**

No SIAC, foram apoiados 65 projetos com intervenção na área do ambiente, eficiência energética e responsabilidade social, com um investimento elegível de 27,0 milhões de euros. Os referidos projetos apresentam, como meio de difusão do conhecimento para a economia, a realização de Estudos, sítios da *internet*, manuais e ações de sensibilização.

- **RE9. Rácio de projetos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de proteção ambiental (I 15)**

No âmbito dos instrumentos de apoio direto a empresas, existem duas tipologias de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais:

\* no SI Inovação (Introdução de melhorias tecnológicas com impacte relevante ao nível da produtividade, do produto, das exportações, do emprego, da segurança industrial ou da eficiência energética e ambiental);

\* no SI Qualificação PME (Ambiente — investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS)).

Foram contratados 34 projetos com um investimento elegível de 1,9 milhões de euros no âmbito das referidas tipologias de apoio do SI Inovação.

Quanto ao SI Qualificação PME, foram contratados 249 projetos com um investimento na área do ambiente de 13,0 milhões de euros.

Está ainda prevista esta tipologia no âmbito do SI I&DT – Vale I&DT, tendo sido aprovados 4 projetos com um investimento elegível de 99 mil euros.

No âmbito do COMPETE, não está previsto qualquer tipo de apoio “fim-de-linha”.

No Anexo VII encontra-se a lista completa dos Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e Sustentabilidade.





## EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

Neste ponto efetua-se uma análise da realização do Programa, ao nível dos seus Eixos Prioritários, focando candidaturas, aprovações e indicadores de realização, sendo apresentados, igualmente, alguns exemplos de projetos considerados como boas-práticas.

| 145

### 3.1 EIXO PRIORITÁRIO I – CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Dedicado à Ciência e à promoção da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), com particular incidência sobre o contexto empresarial, o Eixo I do COMPETE tem como **objetivos**:

- Estimular a criação de novos conhecimentos nas instituições científicas e tecnológicas, num quadro de maior focalização das atividades de I&D, face às prioridades europeias e nacionais e atuando diretamente no reforço das suas capacidades científicas e tecnológicas e sobre a sua visibilidade internacional;
- Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas.

Para a concretização destes objetivos foram criados dois **instrumentos** (cf. Tabela 1.2):

- SAESCTN – Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, dirigido a instituições do Sistema Científico e Tecnológico;
- SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, dirigido às empresas.

Estes dois instrumentos convergem, atuando quer do lado da oferta, através da capacitação e disponibilização de uma base de conhecimento científico e tecnológico ao nível do estado da arte em termos internacionais, quer da dinamização de uma procura empresarial exigente e qualificada em matéria de fatores tecnológicos.

Por via desta complementaridade contribui-se para potenciar a competitividade da economia nacional através da inovação tecnológica por via do desenvolvimento, facilitação do acesso e incorporação na estrutura produtiva de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

### 3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

| 146

Analisando os **Indicadores de realização** previstos para o Eixo I, tal como vem sendo reportado em Relatórios de Execução anteriores, verifica-se um elevado nível de cumprimento das metas definidas para o final do Programa, revelando a coerência entre as aprovações realizadas e os objetivos fixados, nomeadamente face à relevância do I&D empresarial, em especial no que se refere aos projetos de fomento da cooperação entre as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico nacional, e à valorização dos projetos de I&D com uma elevada componente de demonstração tecnológica dos resultados obtidos.

Relativamente ao indicador referente ao incentivo à **participação de instituições portuguesas em projetos comunitários de I&DT**, somando os apoios diretos atribuídos no âmbito do SIAC à participação de entidades portuguesas no Programa Comunitário de I&D (ver ponto 3.5.2), verifica-se um nível de cumprimento de 119%.

Nos Anexos VIII e IX poderá ser analisada a bateria de indicadores com um maior detalhe.

**Tabela 3.1: Indicadores de Realização do Eixo I, 2007-2013**

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2013	Sim/Não
RELEVÂNCIA DA I&D EMPRESARIAL (Investimento de I&D empresarial) / (Investimento total em I&D)	35%	50%	67%	Sim
RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES DE I&D EM CONSÓRCIO (Investimento de I&D em cooperação) / (Investimento total em I&D)	12%	30%	48%	Sim
APOIO A PROJETOS E ATIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DE RESULTADOS DE I&DT (Investimento em atividades de demonstração tecnológica) / (Investimento total em I&D)	15%	25%	31%	Sim
INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS EM PROJETOS COMUNITÁRIOS DE I&DT (N.º de entidades participantes em projetos comunitários)(*)	150	100	119	Sim

Nota: (\*) Inclui os apoios atribuídos no âmbito dos projetos SIAC, tal como referido no ponto 3.5.2 (análise qualitativa do Eixo V). Fonte: SI POFC.

**Tabela 3.2: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo I, 2007-2013**

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro) (*)	Total do PO	74
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projetos de I&DT	Total do PO	3.160
	5. N.º de projetos de cooperação empresas - instituições de investigação	Eixo I	354
	6. Empregos na investigação criados (*)	Eixo I	74
	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	392
Ajudas diretas ao investimento nas PME (**)	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	55
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro) (*)	Eixos I e II	74
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	111
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	154
	23. N.º de projetos	Total do PO	12
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(***)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	0
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro) (*)	Total do PO	0
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	15

Notas: (\*) Apesar de se tratar de Indicadores de Resultado, são apresentados os dados provisórios contratualizados com o promotor; (\*\*) Considera-se como relevante o contributo do Eixo I para Ajudas Diretas ao Investimento nas PME, apesar do mesmo não estar previsto no texto do PO; (\*\*\*) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POFC.

### 3.1.2. Análise qualitativa

O Eixo I registava, no final de 2013, um total de 13.857 candidaturas, envolvendo perto de 3,8 mil milhões de euros de investimento. Destas, encontravam-se aprovadas 3.311, com um incentivo associado de 726 milhões de euros. Em termos de número de projetos, este Eixo representa 68% do total de candidaturas e mais de metade das aprovações do Programa.

Em média, o incentivo atribuído ronda os 127 mil euros no SAESCTN e os 543 mil no SI I&DT, onde os projetos, pela sua forte componente de desenvolvimento experimental e prototipagem, possuem, em média, maior dimensão.

**Tabela 3.3: Candidaturas e Projetos Aprovados do Eixo I por Instrumento, 2007-2013**

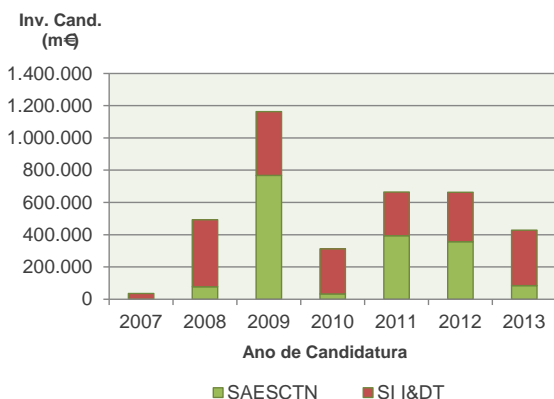
Instrumento	Candidaturas		Projectos Aprovados		
	(2007-2013)		(2007-2013)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN	12.076	1.711.872	2.577	386.139	327.662
SI I&DT	1781	2.049.327	734	792.931	398.393
<b>TOTAL EIXO I</b>	<b>13.857</b>	<b>3.761.200</b>	<b>3.311</b>	<b>1.179.070</b>	<b>726.056</b>

Fonte: SI POFC.

A evolução das **candidaturas** permite constatar que 2009 foi o principal ano no que concerne ao número de candidaturas entradas, consequência dos concursos SAESCTN lançados nesse ano (em especial dos AAC n.º 01/SAESCTN/2008 e n.º 14/SAESCTN/2009, dois concursos de âmbito alargado para a apresentação de projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento

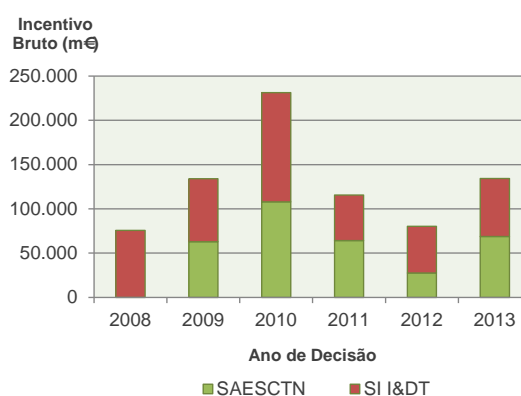
Tecnológico em todos os domínios científicos, que obtiveram, no total, mais de 5 mil candidaturas). Em 2013 deram entrada 1.375 projetos, com destaque para o SI I&DT, onde foram alcançados níveis de investimento superiores aos registados nos três anos anteriores.

**Gráfico 3.1: Evolução das Candidaturas, 2007-2013**



Nota: Inclui desistências e anulações. Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.2: Evolução das Aprovações, 2007-2013**

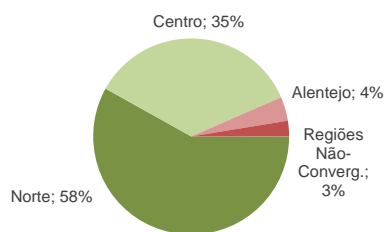


Nota: Inclui anulações. Fonte: SI POFC.

No que se refere a **aprovações**, verificou-se em 2013 um aumento do incentivo bruto aprovado (incentivo aprovado no ano sem reflexo de posteriores descativações decorrentes de anulações ou encerramentos) relativamente a 2012, com aumento de aprovações nas duas medidas.

Verifica-se uma forte concentração dos apoios na Região Norte (58% do incentivo aprovado), face às restantes Regiões de Convergência (Centro e Alentejo). Por oposição, realce-se que o incentivo orientado para as regiões de não-convergência Lisboa e Algarve, concedido ao abrigo da regra *spill-over effects* e no âmbito dos projetos de Co-promoção do SI I&DT (ponto 2.1.3), representa apenas cerca de 2,6%.

**Gráfico 3.3: Incentivo Aprovado por Região, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Não tendo contribuído diretamente para a promoção da **igualdade entre homens e mulheres**, o SAESCTN e o SI I&DT, tal como a totalidade dos apoios concedidos pelo Programa incorporam as preocupações no sentido de garantir a não-discriminação e a igualdade de oportunidades na execução dos projetos (ver ponto 2.2.4).

Tal como foi explicitado no ponto 2.2.5, não foi apoiado (nem está previsto) qualquer projeto com formação profissional no âmbito do Eixo I.

## SAESCTN - SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL

O SAESCTN assenta sobre duas tipologias de projetos principais:

- Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT), compreendendo atividades de investigação fundamental, investigação aplicada, e/ou desenvolvimento experimental e tecnológico;
- Projetos de promoção da cultura científica e tecnológica, de carácter transversal, nomeadamente, no âmbito da “Ciência Viva”.

| 149

No total, foram lançados 34 **concursos**, dos quais resultaram mais de 12 mil candidaturas, com um investimento associado de 1,7 mil milhões de euros. Os concursos de âmbito geral absorvem cerca de 91% das candidaturas rececionadas e mais de metade do incentivo atribuído no SAESCTN, sendo que, o último dos cinco concursos, realizado em 2013, ainda contava com projetos em decisão no final do ano.

**Tabela 3.3: Candidaturas e Projetos Aprovados no SAESCTN por Natureza dos Concursos, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Instrumento	Candidaturas		Projectos Aprovados		
	(2007-2013)		(2007-2013)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN – Disposições Transitórias	696	76.460	642	67.762	57.283
SAESCTN – Concursos Gerais	11.044	1.460.202	1.730	201.166	170.755
SAESCTN – Concursos Específicos	157	36.731	70	8.964	7.614
SAESCTN – Proj. Estratégicos	106	114.257	106	101.639	86.393
<b>TOTAL IC&amp;DT</b>	<b>12.003</b>	<b>1.687.650</b>	<b>2.548</b>	<b>379.530</b>	<b>322.045</b>
SAESCTN – Ciência Viva	73	24.222	29	6.609	5.617
<b>TOTAL SAESCTN</b>	<b>12.076</b>	<b>1.711.872</b>	<b>2.577</b>	<b>386.139</b>	<b>327.662</b>

Fonte: SI POFC.

Quanto à localização dos projetos aprovados SAESCTN, a região Norte concentrou 56% do incentivo (já contabilizando a respetiva parte nos projetos Multi-Regiões), seguindo-se o Centro, com 41% e, por fim, o Alentejo, com 3% dos apoios.

**Tabela 3.4: Projetos SAESCTN Aprovados por NUTS II, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

NUTS II	Projetos Aprovados		
	(2007-2013)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	1.277	193.272	163.974
Centro	880	138.295	117.452
Alentejo	85	9.824	8.335
Multi-Regiões Convergência	335	44.748	37.902
Norte		21.101	17.901
Centro		20.710	17.525
Alentejo		2.938	2.476
<b>TOTAL SAESCTN</b>	<b>2.577</b>	<b>386.139</b>	<b>327.662</b>

Fonte: SI POFC.

### PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (IC&DT)

No que se refere aos projetos de IC&DT do SAESCTN e de acordo a Tabela 3.3, podemos considerar, até ao momento, quatro categorias de concursos – os concursos lançados ao abrigo das disposições transitórias do Regulamento de Execução do SAESCTN, os concursos de carácter geral, que abrangem todos os domínios científicos, os concursos específicos, resultantes, na sua maioria, de acordos de cooperação com instituições internacionais e os projetos estratégicos, desenvolvidos em domínios de interesse público.

No que concerne aos primeiros (**disposições transitórias**), foram submetidas ao COMPETE, em 2010, candidaturas referentes a 9 concursos para projetos de IC&DT lançados pela FCT. Das 696 candidaturas apresentadas, foram aprovados 642 projetos com um investimento elegível de 67,8 milhões de euros e um incentivo de 57,3 milhões de euros (Tabela 3.5).

**Tabela 3.5: Concursos de IC&DT Enquadrados no COMPETE ao Abrigo das Disposições Transitórias, 2007-2013**

Concurso	Designação do Concurso	Unid: Mil Euros		
		Projetos Aprovados (2007-2013)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
FSE/2008	Projetos de Investigação sobre Fatores de Sucesso Escolar no Ensino Básico e Secundário – 2008 <sup>(1)</sup>	0	0	0
PortugalNano 2007	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Nanotecnologia	7	960	816
PIHM 2008	Projetos de IC&DT no domínio das relações sociais de género e das políticas para a igualdade entre mulheres e homens em Portugal - 2008	10	667	567
CMU-Portugal 2008	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa CMU-Portugal - 2008	1	306	260
UTAustin-Portugal 2008	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa UTAustin-Portugal - 2008	5	445	378
Concurso IC&DT 2006	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2006	579	60.039	50.724
CERN/FP/2008	Projetos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) - 2008	3	85	67
PIC/2007	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no domínio da Investigação Clínica - 2007	32	4.484	3.812
MIT-Portugal 2008	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa MIT-Portugal - 2008	5	776	660
<b>TOTAL SAESCTN – Disposições Transitórias</b>		<b>642</b>	<b>67.762</b>	<b>57.283</b>

Nota: <sup>(1)</sup> Este concurso contou com 7 projetos aprovados, que entretanto foram objeto de anulação. Fonte: SI POFC.

No que respeita aos **projetos de IC&DT em todos os domínios científicos**<sup>36</sup>, foi lançado, em 2013, um concurso de carácter geral destinado a promover ideias inovadoras através do apoio a projetos exploratórios de investigação científica e desenvolvimento tecnológico. Decorreu de 30 de maio a 2 de julho de 2013, tendo obtido 963 candidaturas, com um investimento superior a 43 milhões de euros, encontrando-se as mesmas parcialmente analisadas no final do ano.

<sup>36</sup> Não inclui o concurso para projetos de IC&DT em todos os domínios enquadrado no COMPETE ao abrigo das disposições transitórias do regulamento do SAESCTN constante do quadro anterior.



No total, estes projetos de carácter geral somam 1.730 aprovações, a que corresponde um investimento elegível e um incentivo de 201 e 171 milhões de euros, respetivamente.

**Tabela 3.6: Concursos para Projetos de IC&DT em Todos os Domínios, 2007-2013**

Concurso	Designação do Concurso	Unid: Mil Euros		
		Projetos Aprovados		
		(2007-2013)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Concurso IC&DT 2008	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os domínios científicos - 2008	665	82.772	70.284
Concurso IC&DT 2009	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2009	374	43.076	36.581
Concurso IC&DT 2010	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2010	290	30.131	25.492
Concurso IC&DT 2012	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2012	296	40.761	34.637
Concurso IC&DT 2013	Projetos exploratórios de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2013 <sup>(1)</sup>	105	4.425	3.761
<b>TOTAL SAESCTN – Projetos em todos os domínios</b>		<b>1.730</b>	<b>201.166</b>	<b>170.755</b>

<sup>(1)</sup> Em fase de decisão no final de 2013. Fonte: SI POFC.

Relativamente aos **concursos específicos**, encontram-se aprovados 70 projetos de IC&DT com um investimento elegível de próximo dos 9 milhões de euros e um incentivo de 7,6 milhões de euros (Tabela 3.7).

**Tabela 3.7: Concursos Específicos com Projetos de IC&DT Aprovados, 2007-2013**

Concurso	Designação do Concurso	Unid: Mil Euros		
		Projetos Aprovados		
		(2007-2013)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Sobreiro 2009	Projetos para Obtenção e Caracterização de EST do Sobreiro	2	94	80
CERN/FP	Projetos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) - 2009 e 2010	44	4.526	3.842
RIPD/2009	Projetos de investigação no âmbito da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - 2009	5	414	352
Harvard MS-Portugal	Projetos de Investigação Clínica e de Translação no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009 e 2010	3	817	694
HMS-Portugal IC (Júnior)	Projetos de Investigação Clínica (Modalidade Júnior) no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	2	214	182
HMS-Portugal I&D SIM	Projetos de Investigação e Desenvolvimento de Sistemas de Informação Médica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	2	398	338
HMS-Portugal IISE	Projetos de Investigação de Avaliação do Impacto Socioeconómico de Sistemas de Informação Médica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	1	292	248
MIT-Portugal	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o MIT - 2009	5	921	783
CMU-Portugal	Projetos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>Carnegie Mellon University</i> - Portugal - 2009	5	1.128	959
UTAustin-Portugal Estratégico	Projetos Estratégicos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>University of Texas at Austin</i> - Portugal - 2009	1	160	136
<b>TOTAL SAESCTN – Concursos Específicos</b>		<b>70</b>	<b>8.964</b>	<b>7.614</b>

Fonte: SI POFC.

Em 2013, no que concerne aos **projetos de IC&DT estratégicos e de interesse público**, foi lançado um concurso, sob a forma de convite, para projetos promovidos por Laboratórios Associados e por Unidades de I&D de excelência, do qual resultaram 35 aprovações, num montante de incentivo próximo dos 30,4 milhões de euros (Tabela 3.8).

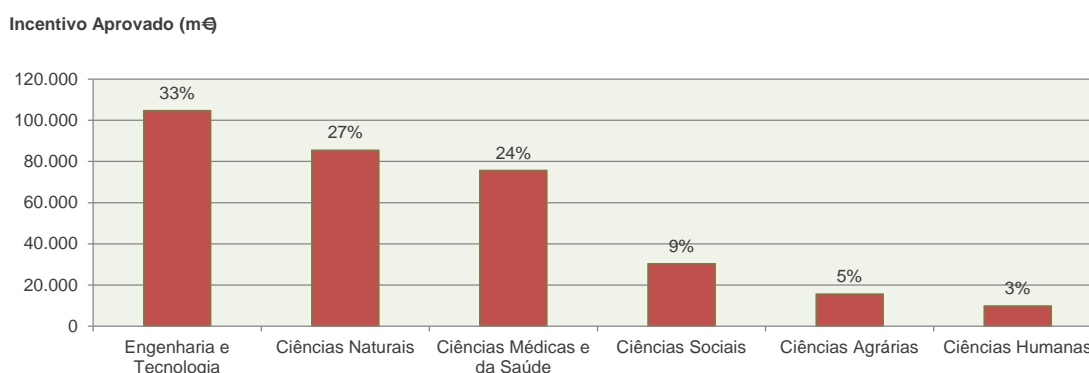
**Tabela 3.8: Concursos para Projetos de IC&DT Estratégicos e de Interesse Público, 2007-2013**

Concurso	Designação do Concurso	Unid: Mil Euros		
		Projetos Aprovados (2007-2013)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
<b>Concurso 2011</b>	Projetos de IC&DT estratégicos e de interesse público promovidos por laboratórios associados e unidades de I&D	71	65.922	56.034
<b>Concurso 2013</b>	Projetos de IC&DT Estratégicos e de Interesse Público Promovidos por Laboratórios Associados e Unidades de I&D.	35	35.717	30.359
<b>TOTAL SAESCTN – Projetos Estratégicos e de Interesse Público</b>		<b>106</b>	<b>101.639</b>	<b>86.393</b>

Fonte: SI POFC.

Considerando o **domínio científico principal** dos 2.548 projetos de IC&DT aprovados, verifica-se que 33% do incentivo se destina a projetos no domínio das Engenharia e Tecnologia (com especial destaque às áreas das Engenharia Eletrotécnica, Eletrónica e Informática, Engenharia dos Materiais e Engenharia do Ambiente). Seguem-se as Ciências Naturais com 27%, onde se destacam as Ciências da Terra e do Ambiente e as Ciências Biológicas (Gráfico 3.4 e Gráfico 3.5) Conclui-se, assim, que cerca de 83% do incentivo atribuído se insere em áreas com maior potencial de valorização económica (ciências naturais, da saúde e engenharia e tecnologia).

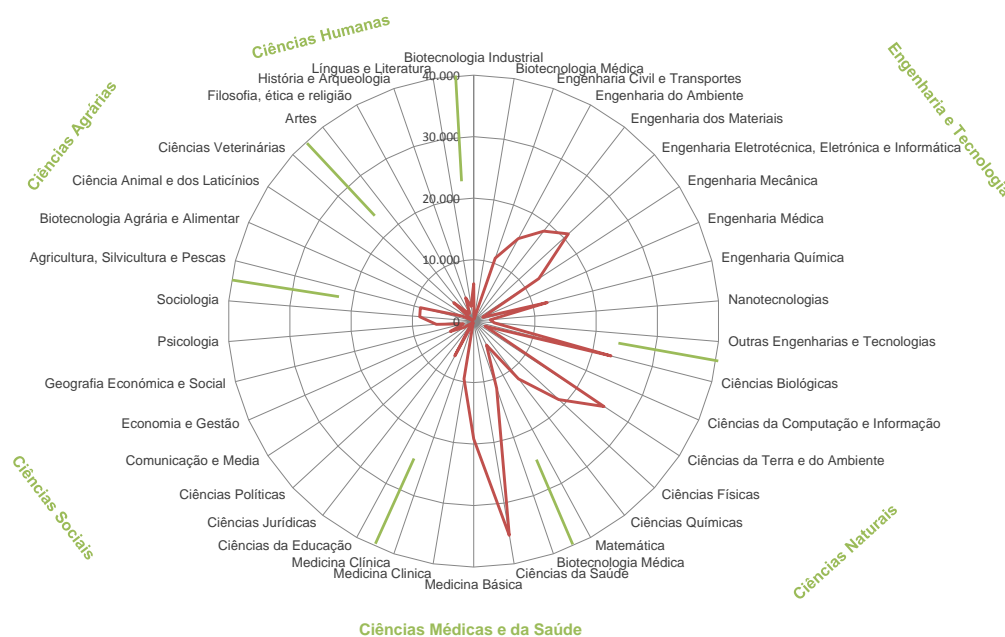
**Gráfico 3.4: Projetos de IC&DT Aprovados no SAESCTN por Domínio Científico Principal, 2007-2013**



Fonte: SI POFC, com base em: OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007

Comparando os diferentes domínios científicos (Gráfico 3.5), verifica-se que o maior volume de incentivo se direciona para as Ciências da Saúde, para projetos em áreas como a obesidade, diabetes, alergias, saúde pública, epidemiologia, atividade física, entre outras.

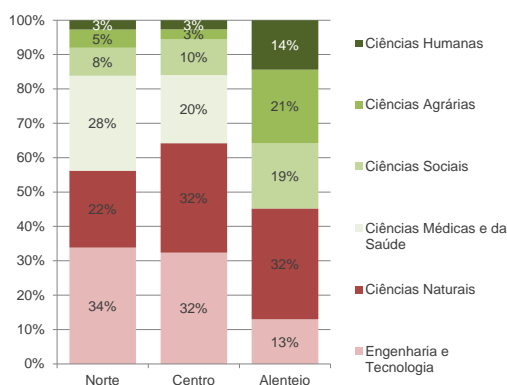
**Gráfico 3.5: Projetos de IC&DT Aprovados no SAESCTN por Domínio Científico, 2007-2013**



Fonte: SI POFC, com base em: OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007

A análise por região (Gráfico 3.6) permite constatar uma maior relevância dos domínios de Engenharia e Tecnologia e Ciências Médicas e da Saúde no Norte, da Engenharia e Tecnologia e das Ciências Naturais no Centro e das Ciências Naturais e das Ciências Agrárias no Alentejo. A Tabela 3.9 apresenta, para cada região, aqueles que são os domínios científicos mais representativos nos projetos de IC&DT no SAESCTN (mais de 50% do incentivo aprovado).

**Gráfico 3.6: Projetos de IC&DT Aprovados no SAESCTN por Domínio Científico Principal e Região, 2007-2013**



Fonte: SI POFC, com base em: OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007

**Projetos de IC&DT SAESCTN por Região (mais de 50% do incentivo aprovado), 2007-2013**

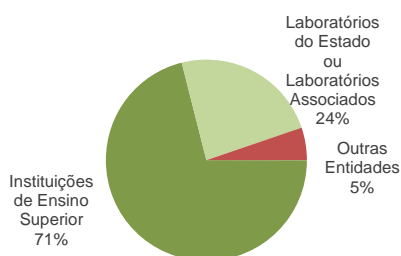
(mais de 50% do incentivo aprovado)

Norte	
Ciências da Saúde	14%
Ciências Biológicas	9%
Engenharia Eletrotécnica, Eletrónica e Informática	8%
Ciências da Terra e do Ambiente	6%
Medicina Básica	6%
Engenharia Química	6%
Engenharia do Ambiente	5%
Centro	
Ciências Físicas	10%
Engenharia dos Materiais	10%
Ciências da Terra e do Ambiente	9%
Ciências da Saúde	8%
Medicina Básica	6%
Engenharia Mecânica	5%
Ciências Biológicas	5%
Alentejo	
Ciências da Terra e do Ambiente	21%
Agricultura, Silvicultura e Pescas	17%
História e Arqueologia	12%
Economia e Gestão	8%

Tabela 3.9: Principais Domínios Científicos dos

O SAESCTN prevê a possibilidade de apresentação de candidaturas a título individual ou em associação. No final de 2012, 34% do incentivo para projetos de IC&DT aprovados inseriam-se nesta última modalidade.

**Gráfico 3.7: Incentivo Aprovado para Projetos de IC&DT - SAESCTN por Tipo de Promotor, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

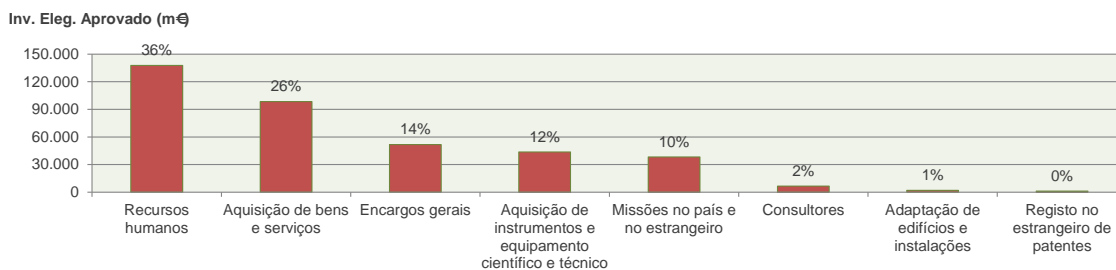
Os projetos aprovados de IC&DT do SAESCTN envolvem 217 entidades (incluindo as entidades parceiras), das quais se destacam as Instituições do Ensino Superior, que absorvem cerca de 71% do total do incentivo aprovado. Estas entidades são também as que lideram maior número de projetos – 78% do total.

Tal como referido no ponto 2.2.1, a participação de empresas nos projetos SAESCTN assume um carácter extraordinário, estando presentes em apenas 24 projetos (1% do total de projetos aprovados).

Analisando o investimento elegível aprovado, constata-se que a principal rubrica de investimento consiste nos recursos humanos dos promotores (com cerca de 36% do total das despesas elegíveis). Destaque-se ainda o facto de cerca de 37% do total do investimento se destinar à aquisição de bens e de serviços (incluindo as despesas com a aquisição de instrumentos e equipamento científico e técnico).

Realce-se, por outro lado, que o investimento em missões no país e no estrangeiro, visando fundamentalmente o acesso à investigação de ponta por parte das equipas de projetos e a divulgação científica dos resultados intermédios e finais dos projetos, representa 10% do investimento elegível apoiado, estando presente em 2.500 projetos, ou seja, em 98% do total de projetos aprovados.

**Gráfico 3.8: Investimento Elegível dos Projetos de IC&DT Aprovados no SAESCTN, por Tipologia de Despesa, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Relativamente aos **outputs gerados pelos projetos** e considerando os dados de candidatura, verifica-se que a quase totalidade dos projetos aprovados se propunha fazer publicações (sendo que aqui se incluem livros e artigos em revistas nacionais e internacionais) e comunicações em eventos científicos nacionais ou internacionais. Segue-se a formação avançada (teses de mestrado, doutoramentos ou outra) e a apresentação de relatórios. A organização de seminários e conferências está prevista em 66% dos projetos. Modelos, protótipos, patentes e instalações-piloto têm menor representatividade (Gráfico 3.9).

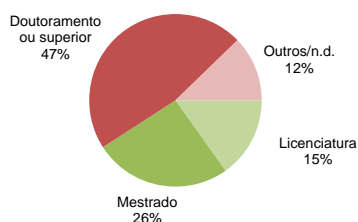
**Gráfico 3.9: Principais Outputs Esperados dos Projetos Aprovados do IC&DT - SAESCTN, 2007-2013**



Nota. Foram considerados apenas os projetos com indicadores disponíveis (2.151). Fonte: SI POFC.

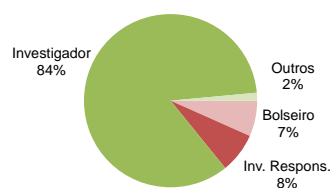
Outro dado interessante consiste na **composição e grau de qualificação das equipas de investigação**. Considerando, igualmente, os dados de candidatura, verifica-se que nos projetos aprovados deverão estar envolvidas perto de 19 mil pessoas, na sua maioria, investigadores. Observa-se também um elevado nível de qualificação das equipas, com cerca de metade das participações em projetos por parte de detentores de grau de doutor ou superior a este.

**Gráfico 3.10: Participantes em Projetos Aprovados IC&DT - SAESCTN por Grau de Qualificação, 2007-2013**



Nota. Foram considerados apenas os projetos com indicadores disponíveis (2.151). Para cada participante foi considerado o grau de qualificação mais elevado obtido, de acordo com o último projeto em que participou.

**Gráfico 3.11: Participantes em Projetos Aprovados IC&DT - SAESCTN por Tipo de Intervenção, 2007-2013**



Nota. Foram considerados apenas os projetos com indicadores disponíveis (2.151). O mesmo participante pode constar em mais do que uma categoria, caso tenha intervindo em mais do que um projeto, com competências diferentes. Fonte: SI POFC.

Durante o ano de 2013 foram contratados 331 projetos, com um incentivo associado superior a 64 milhões de euros, registando-se no final do ano uma taxa de contratação face aos projetos aprovados próxima dos 100%.

Apresentam-se, em seguida, dois **projetos aprovados de IC&DT** no SAESCTN, um na tipologia de projeto individual e outro na tipologia de projeto em co-promoção:

**Caixa 14: Ciência e Conhecimento (Projeto Individual) - Desenvolvimento da nova geração de materiais de aprendizagem híbridos – Universidade do Minho**

**MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (SAESCTN)**

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** SAESCTN – Entidades do SCTN - Projetos Individuais

**N.º DE PROJECTO:** 14366

**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** DESENVOLVIMENTO DA NOVA GERAÇÃO DE MATERIAIS DE APRENDIZAGEM HÍBRIDOS

**PROMOTOR:** UNIVERSIDADE DO MINHO (UM)

**LOCALIZAÇÃO:** Norte

**INVESTIMENTO APROVADO:** 138.896,00 euros **INCENTIVO APROVADO:** 118.061,60 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

O projeto de investigação visa a criação de materiais pedagógicos inovadores que promovam um envolvimento experimental, participativo e ativo desde muito cedo das crianças (4-5 anos), reunindo os jogos e as atividades lúdicas tradicionalmente usadas no jardim-de-infância com as novas soluções tecnológicas interativas.

Este projeto visa desenvolver e avaliar uma próxima geração de materiais de aprendizagem híbridos - uma caixa interativa de manipulativos digitais, também designados interfaces tangíveis, constituída por materiais de baixo custo, habitualmente utilizados no ensino pré-escolar, como sejam papel e cartão. Os materiais terão sensores integrados, possibilitando às crianças (4-6 anos) a construção das suas próprias interfaces tangíveis. Um processo que lhes permitirá explorar, simular e criar conhecimento de uma maneira ativa, colocando-as no centro do próprio processo da aprendizagem.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

Os protótipos a desenvolver permitirão que as crianças se envolvam em diferentes atividades como a construção de rimas, exploração da sonoridade de palavras e frases, enquanto desenham na superfície dos blocos criando pequenas narrativas visuais e sonoras.

Dada a ênfase na exploração sonora, espera-se que as soluções a desenvolver possam incentivar de forma lúdica o desenvolvimento e sensibilidade fonológica, ajudando na aquisição de aptidões da literacia.

Nota: De salientar que este projeto se tornou no primeiro projeto português a ser distinguido na categoria de entretenimento dos *World Technology Awards* 2013 (Nova Iorque), que anualmente, distingue as tecnologias mais inovadoras do século XXI. De momento o grupo de investigadores encontra-se a estudar a viabilidade de produção industrial do protótipo.

**Caixa 15: Ciência e Conhecimento (Projeto em Co-Promoção) - Uma nova estratégia para têxteis inteligentes sensíveis à luz – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (promotor líder)****MEDIDA DE APOIO:** SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (SAESCTN)**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Entidades do SCTN - Proj. em Co promoção**N.º DE PROJETO:** 28647**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** UMA NOVA ESTRATÉGIA PARA TÊXTEIS INTELIGENTES SENSÍVEIS À LUZ**CONSÓRCIO PROMOTOR****PROMOTOR LIDER:**

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO (UTAD)

**CO-PROMOTORES:**

ICETA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AGRÁRIAS E AGRO-ALIMENTARES

FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO (FE/UP)

CENTITVC - CENTRO DE NANOTECNOLOGIA E MATERIAIS TÉCNICOS, FUNCIONAIS E INTELIGENTES

**LOCALIZAÇÃO:** Norte**INVESTIMENTO APROVADO:** 170.636,00 euros **INCENTIVO APROVADO:** 145.040,60 euros**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

Obter novos têxteis com múltiplas funcionalidades é um dos grandes objetivos da moderna indústria têxtil. De entre estes, os têxteis fotocromáticos têm sido alvo de uma intensa pesquisa com vista ao desenvolvimento de produtos inteligentes de valor acrescentado. Enquanto a maioria dos corantes fornece uma cor permanente, os corantes fotocromáticos podem ser usados para criar efeitos visuais envolvendo a rápida formação/desaparecimento de cor por ação da luz solar.

Neste contexto, este projeto propõe o fabrico de uma nova geração de têxteis fotocromáticos por imobilização química de nanocompósitos fotocromáticos em algodão e poliéster através de processos de tingimento correntes. Os nanocompósitos fotocromáticos serão preparados por ligação química de espirooxazinas e naftopiranos fotocromáticos a nano partículas de sílica mesoporosas (SNP) adequadamente funcionalizadas. Estas partículas têm uma superfície reativa e uma estrutura porosa que permite que as moléculas fotocromáticas, uma vez ligadas à sílica, sejam convertidas reversivelmente nas espécies coradas, proporcionando ao mesmo tempo um ambiente protegido que aumenta a sua fotoestabilidade. Estes novos nanocompósitos fotocromáticos permitem a sua ligação química aos grupos presentes na superfície dos têxteis e assim aumentar a estabilidade à luz e calor, e melhorar a resistência dos têxteis ao uso prolongado. O pequeno diâmetro das nanopartículas (< 100 nm) permite a sua dispersão por toda a fibra e não apenas à sua superfície, conferindo ao têxtil um toque especialmente suave.

Este projeto conjuga 4 equipas de Investigação, UTAD, REQUIMTE, FEUP e CENTITVC (entidade de interface), com conhecimentos complementares e multidisciplinares e com instrumentação adequada à exequibilidade do projeto.

A equipa da UTAD tem uma longa experiência na preparação e caracterização de moléculas fotocromáticas; as equipas REQUIMTE e FEUP têm um vasto conhecimento na preparação e funcionalização de nanomateriais e vão estar



envolvidos na síntese e caracterização de SNP funcionalizadas e na sua incorporação em têxteis numa escala laboratorial, enquanto a equipa de investigação do CENTI-TVC (com forte presença enquanto instituição tecnológica de interface e transferência de conhecimento para a indústria) será responsável pelo fabrico dos têxteis inteligentes à escala piloto, pela avaliação do seu comportamento fotocromico e pelos testes de durabilidade.

#### RESULTADOS ESPERADOS:

Neste projeto pretendem-se atingir os seguintes avanços científicos e tecnológicos, passíveis de posterior valorização industrial:

- Preparar moléculas fotocromicas (naftopiranos e espirooxazinas) derivatizadas por grupos reativos que permitam a sua ligação química a nanopartículas de sílica;
- Desenvolver novas metodologias para o fabrico de nanocompósitos fotocromicos preparados por ligação química entre SNP funcionalizadas e moléculas fotocromicas derivatizadas;
- Incorporar os nanocompósitos fotocromicos nos têxteis - algodão e poliéster - através de ligações químicas ou por aprisionamento físico, utilizando métodos já usados na indústria têxtil mas adaptados para condições mais sustentáveis;
- Avaliar o desempenho fotocromico dos têxteis e a sua durabilidade à lavagem, luz e uso abrasivo.

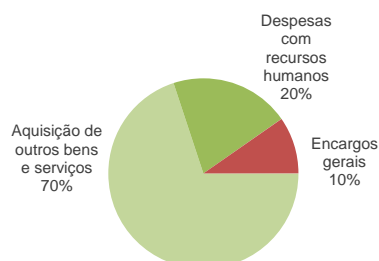
#### PROJETOS DE PROMOÇÃO DA CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

No âmbito da tipologia **Promoção da Cultura Científica e Tecnológica** do SAESCTN, foi lançado apenas um concurso, que teve lugar em 2010 e que teve como tema a produção de conteúdos de ciência e tecnologia, dirigidos ao público em geral, para difusão através da comunicação social, incluindo meios *on-line*.

Como objetivos deste Concurso, foram apontados a promoção de uma sociedade mais qualificada e o reconhecimento social da Ciência e da Tecnologia como motores de inovação e competitividade, bem como capitalizar o potencial gerador da produção de conteúdos de Ciência e Tecnologia nas instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

De 73 candidaturas recebidas, encontram-se aprovados 29 projetos com um investimento elegível de 6,6 milhões de euros e um incentivo de 5,6 milhões de euros.

**Gráfico 3.12: Projetos de Ciência Viva Aprovados no SAESCTN, por Tipologia de Despesa Aprovada, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Analisando o investimento elegível aprovado nos referidos 29 projetos, constata-se que a principal rúbrica de investimento consiste na aquisição de bens e de serviços, concentrando 70% do investimento elegível total.



Dos *outputs* esperados dos projetos, salienta-se a produção de programas televisivos e de rádio em diferentes domínios científicos, a criação de páginas *web*, de material informativo diverso, a publicação de artigos em jornais e revistas, entre outros.

Os 29 projetos aprovados foram objeto de **contratação** durante os anos de 2011 e 2012.

Apresenta-se, em seguida, **um dos projetos aprovados** na tipologia Promoção da Cultura Científica e Tecnológica no SAESCTN:

**Caixa 16: Ciência e Conhecimento (Promoção da cultura científica e tecnológica) - O Novo Mundo Dos Materiais À Base Fibras – Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento (TECMINHO)**

**MEDIDA DE APOIO:** SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (SAESCTN)

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Promoção da cultura científica e tecnológica - Projetos Individuais

**N.º DE PROJECTO:** 16862

**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** O NOVO MUNDO DOS MATERIAIS À BASE FIBRAS

**PROMOTOR:** TECMINHO - Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento

**LOCALIZAÇÃO:** Norte

**INVESTIMENTO APROVADO:** 234.000,00 euros **INCENTIVO APROVADO:** 198.800,00 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

O objetivo do projeto Fibrenamics é o desenvolvimento de conteúdos para divulgação nos *media*, acerca dos últimos desenvolvimentos na área dos materiais à base de fibras, com especial enfoque nas suas aplicações avançadas nas áreas da medicina, construção civil, arquitetura, proteção pessoal, transportes e desporto. Os conteúdos serão baseados nos conhecimentos técnico-científicos gerados pelo *Fibrous Materials Research Group*, enquadrado no Centro de Ciência e Tecnologia Têxtil da Universidade do Minho.

A série Televisiva “O Extraordinário Mundo das Fibras” é constituída por 7 programas de 30 minutos, onde são abordadas as seguintes temáticas: Introdução aos materiais à base de fibras; Aplicações de materiais fibrosos na medicina; Aplicações de materiais fibrosos na construção civil; Aplicações de materiais fibrosos nos transportes; Aplicações de materiais fibrosos na proteção; Aplicação de materiais fibrosos na arquitetura e Aplicação de materiais fibrosos no desporto.

Adicionalmente, está prevista a divulgação de conteúdos através de outras plataformas de divulgação, tais como a *internet*, rádio e imprensa escrita, permitindo atingir um público muito vasto.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

Com este projeto pretende-se ilustrar e divulgar para novos públicos a potencialidade dos materiais à base de fibras. Não obstante o enfoque num público generalista, o presente projeto, para além de uma divulgação massiva junto da sociedade em geral, despoletando a sua qualificação e o reconhecimento social da Ciência e da Tecnologia, pretende igualmente promover a inovação e a competitividade dos empresários e empresas dos mais diversos setores, através da difusão de conhecimentos que podem ser aproveitados com elevada vantagem para o desenvolvimento económico/comercial do meio empresarial

A Caixa seguinte apresenta algumas das conclusões das avaliações realizadas relativamente ao SAESCTN.

#### Caixa 17: Conclusões das Avaliações sobre o SAESCTN

“Confirma-se que o contributo do SAESCTN para a produção científica nacional em termos de publicações foi relevante, inserindo-se e potenciando uma dinâmica não apenas de convergência com os países mais avançados, em termos de produção científica, mas também de consolidação de um sistema científico bem inserido em plataformas e redes de conhecimento internacionais. Neste último aspeto é de assinalar a existência de concursos temáticos dirigidos a projetos enquadrados em acordos de cooperação entre Portugal e centros de conhecimento de referência mundial. Este esforço revela margem para ser aprofundado. [...]

Verifica-se um muito elevado número de projetos, sendo que os promotores com mais acesso ao SAESCTN tendem a ter vários projetos inseridos numa mesma linha de investigação. Um quadro mais favorável à apresentação de candidaturas por linha de investigação, de maior dimensão financeira e horizonte temporal mais alargado, pode reduzir custos de transação, incentivar esforços de investigação menos fragmentados e permitir um melhor planeamento das atividades das unidades de I&D. [...]”

A execução do SAESCTN demonstrou uma elevada eficácia em termos de consolidação do sistema de C&T nas três regiões Convergência do Continente, em particular no Norte e no Centro, abrangendo a generalidade das grandes áreas científicas, com destaque para as ciências tecnológicas.

Fonte: Relatório Final da Avaliação Intercalar do COMPETE, Augusto Mateus & Associados e PWC, nov.2013.

### SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT

Enquanto o SAESCTN apoia a I&DT emanada das entidades do Sistema Científico e Tecnológico, no SI I&DT são as empresas as promotoras dos projetos.

Desde o início do Programa, foram rececionadas 1.781 candidaturas, com um volume de investimento superior a 2 mil milhões de euros, das quais 734 se encontravam aprovadas, envolvendo um investimento elegível de 793 milhões de euros e um incentivo de 398 milhões de euros.

Relativamente à **tipologia de apoios**, é de realçar o peso da I&DT em co-promoção (incluindo projetos mobilizadores), que absorve cerca de 60% do incentivo total aprovado.

Tabela 3.10: Candidaturas e Projetos Aprovados no SI I&DT por Instrumento, 2007-2013

*Unid: Mil Euros*

Instrumento	Candidaturas (2007-2013)		Projetos Aprovados (2007-2013)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI I&DT – Proj. I&DT Individuais	628	649.434	284	227.027	106.258
SI I&DT – Proj. I&DT Co-promoção	947	929.361	344	288.458	184.603
SI I&DT – Proj. Mobilizadores	16	139.448	14	78.145	54.204
SI I&DT - Vale I&DT	122	3.674	58	1.767	1.322
SI I&DT – Regime Especial	12	292.155	8	188.433	48.084
SI I&DT - I&DT Colectiva	7	5.839	2	688	481
SI I&DT - Núcleos e Centros de I&DT	49	29.418	24	8.413	3.440
<b>TOTAL SI I&amp;DT</b>	<b>1.781</b>	<b>2.049.327</b>	<b>734</b>	<b>792.931</b>	<b>398.393</b>

Fonte: SI POFC.

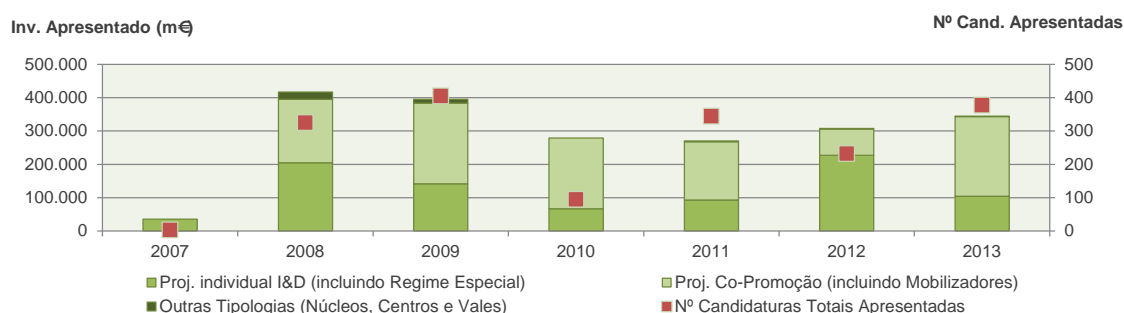
Em 2013, foram recebidas no âmbito do SI I&DT 377 **candidaturas**, com um investimento associado de 345 milhões de euros, representando um aumento de 12% face ao investimento apresentado no ano anterior. Estas candidaturas enquadram-se nos:

- AAC n.º 07/SI/2012 – Projetos Individuais de I&DT: 2ª fase de 16/11/2012 a 12/03/2013 e 3ª fase de 13/03/2013 a 20/08/2013;
- AAC n.º 08/SI/2012 – Projetos de I&DT em Co-Promoção: 2ª fase de 16/11/2012 a 12/03/2013 e 3ª fase de 13/03/2013 a 30/08/2013;
- AAC n.º 09/SI/2012 – Núcleos de I&DT: 2ª fase de 16/11/2012 a 12/03/2013 e 3ª fase de 13/03/2013 a 30/08/2013;
- Projetos do Regime Especial.

Em termos de número de projetos, verificou-se igualmente uma forte procura, constituindo o segundo melhor ano em termos de candidaturas rececionadas. Este aumento resulta da dinâmica verificada nos últimos concursos lançados no SI I&DT com candidaturas em 2012 e 2013 (conforme ponto 2.4.5).

No final do ano encontravam-se por aprovar 220 candidaturas, referentes à última fase dos AAC 07/SI/2012 (SI I&DT – Projetos Individuais) e 08/SI/2012 (SI I&DT – Projetos com Co-Promoção) e a duas candidaturas do regime especial, que foram objeto de decisão no início de 2014.

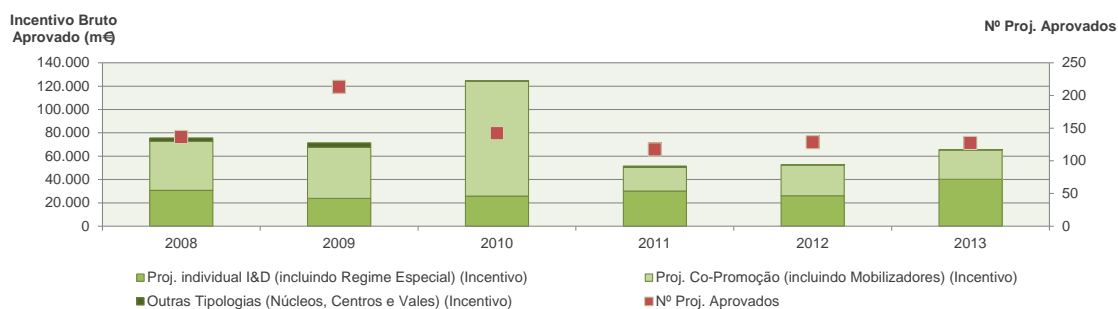
**Gráfico 3.13: Candidaturas ao SI I&DT por Ano e por Tipologia de Projeto, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

A análise das **aprovações brutas** aponta para um ligeiro aumento do incentivo bruto aprovado face aos últimos anos. Em 2013 foram aprovados 127 novos projetos do SI I&DT com um investimento elegível de 156 milhões de euros e um incentivo de 66 milhões de euros.

**Gráfico 3.14: Projetos Aprovados no SI I&DT por Ano e por Tipologia de Projeto, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Analisando a **distribuição das aprovações por região**, verifica-se uma preponderância da região Norte, que, com um montante de investimento elegível na ordem dos 516 milhões de euros, absorve 65% do total do incentivo aprovado.

De acordo com o reportado no ponto 2.1.2, relativamente aos projetos aprovados ao abrigo da regra “*spill-over effects*”, o investimento elegível apoiado localizado nas regiões de Lisboa e Algarve assume um carácter excecional e residual (limitando-se a 3,4% do investimento elegível total do SI I&DT e 4,7% do incentivo aprovado).

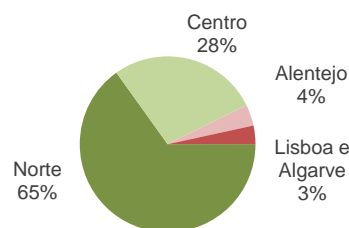
**Tabela 3.11: Projetos Aprovados no SI I&DT por Região, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

NUTS II	Projetos Aprovados (2007-2013)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	279	404.891	166.736
Centro	190	121.829	59.629
Alentejo	24	12.087	6.015
Multi-Regiões Convergência	138	119.394	76.372
Norte		64.454	42.063
Centro		47.226	29.207
Alentejo		7.714	5.103
Multi-Regiões Convergência e Spill-Over Effects	82	118.443	78.820
Norte		46.901	31.226
Centro		49.728	32.959
Alentejo		11.080	6.805
Lisboa		26.944	18.596
Algarve		76	55
<b>TOTAL SI I&amp;DT</b>	<b>734</b>	<b>792.931</b>	<b>398.393</b>

Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.15: Inv. Elegível Aprovado no SI I&DT por Região, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

No que concerne aos **beneficiários**, os apoios do SI I&DT (em projetos individuais e projetos em co-promoção) envolvem 683 entidades, entre promotores e co-promotores, 87% das quais empresas.

Em termos de incentivo, verifica-se que 73% destina-se a financiar despesas a realizar por empresas, dos quais 57% referentes a Não PME, e os restantes 27% dizem respeito a investimento a desenvolver pelas Entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

O peso das empresas de maior dimensão no COMPETE justifica-se, como se refere no ponto 2.6.1, pela repartição dos projetos entre PO Temático e PO Regionais de Convergência, sendo que estes últimos concentram os apoios a micro e pequenas empresas das suas regiões. Esta questão assume particular relevância nas tipologias de projetos Vale I&DT e Núcleos de I&DT, uma vez que se dirigem essencialmente a pequenas empresas e que por isso, acabam por ser financiados em grande medida pelos PO Regionais.

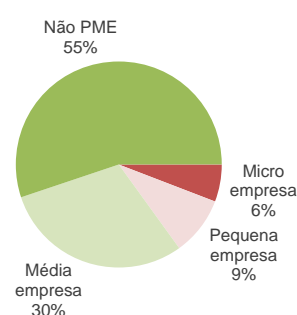
**Tabela 3.12: Projetos Aprovados no SI I&DT por Dimensão das Empresas, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Dimensão	Projetos Aprovados (2007-2013)	
	Investimento Elegível	Incentivo
Micro Empresas	31.313	19.933
Pequenas Empresas	39.384	27.770
Médias Empresas	200.730	123.818
Não PME	520.816	226.390
<b>TOTAL SI I&amp;DT (Inv. Empresarial)</b>	<b>792.243</b>	<b>397.912</b>
Entidades do SCT	148.717	109.227
<b>TOTAL SI I&amp;DT</b>	<b>792.931</b>	<b>398.393</b>

Fonte: SI POFC.

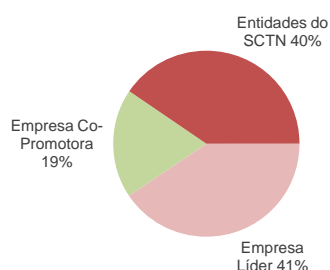
**Gráfico 3.16: Inc. Empresarial Aprov. SI I&DT por Dimensão, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

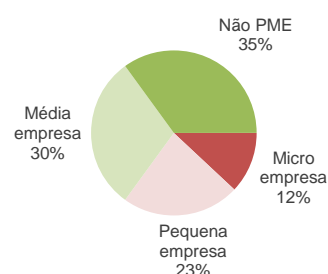
Nos 358 **projetos de I&DT em co-promoção** (incluindo Projetos Mobilizadores) aprovados intervêm 274 empresas-líder, 242 empresas na qualidade de co-promotoras e 85 entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Analisando o investimento elegível apoiado nos projetos de I&DT em co-promoção (**Gráfico 3.18**), constata-se que 60% do mesmo será realizado por empresas, sendo os restantes 40% assegurados pelas entidades do SCT.

**Gráfico 3.17: Investimento Elegível Aprovado no SI I&DT em Co-Promoção por Tipo de Co-Promotor, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

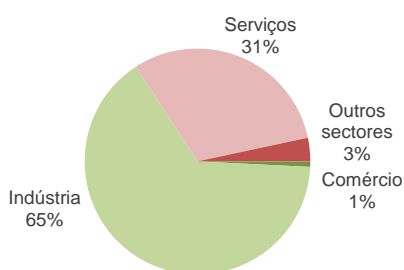
**Gráfico 3.18: Investimento Elegível Empresarial Aprovado no SI I&DT em Co-Promoção por dimensão de empresa, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Relativamente ao **tipo de I&D desenvolvida** nestes projetos, é de salientar que 44% do incentivo atribuído visa a investigação industrial, ou seja a destinada à aquisição de novos conhecimentos, em detrimento do desenvolvimento experimental, mais orientado para o desenvolvimento de conhecimentos e técnicas mais próximas do mercado.

**Gráfico 3.19: Incentivo Aprovado por Setor de Atividade, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Relativamente à **distribuição setorial**, verifica-se uma predominância para o setor da Indústria (concentrando 65% do incentivo concedido no SI I&DT), destacando-se os sectores de fabricação de produtos farmacêuticos (25% do total da Indústria), fabricação de produtos metálicos e de máquinas e equipamentos (com 10% e 8%, respetivamente, do incentivo total da Indústria).

Já nos Serviços, que recolhem cerca de 31% do incentivo, releva-se o setor da consultoria e programação informática, responsável por cerca de 43% do incentivo.

A **Tabela 3.13** apresenta a distribuição dos projetos por agrupamento setorial.

**Tabela 3.13: Projetos Aprovados no SI I&DT por Agrupamento Setorial, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

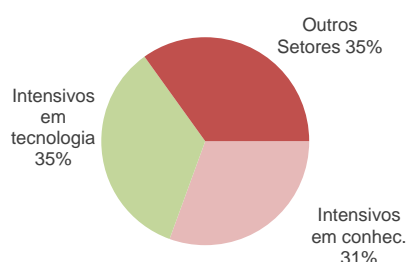
Agrupamento Setorial	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo	
Serviços Empresariais	205	192.989	113.406	28,5%
Química	80	261.807	87.136	21,9%
Mecânica e Electrónica	89	64.301	35.908	9,0%
Metálica	66	52.552	30.794	7,7%
Têxtil, Vestuário e Calçado	59	38.690	24.683	6,2%
Material de Transporte	39	45.327	23.536	5,9%
Material de Construção	44	33.339	18.024	4,5%
Alimentar	44	24.050	14.826	3,7%
Papel e Publicações	26	19.771	12.275	3,1%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	40	19.589	11.838	3,0%
Educação, Saúde e Cultura	5	17.001	11.518	2,9%
Outros	10	4.782	3.222	0,8%
Transportes, Logística e Distribuição	10	5.061	2.855	0,7%
Agricultura, Silvicultura e Pescas	4	4.221	2.708	0,7%
Indústria Extractiva	2	3.942	2.654	0,7%
Construção	6	3.582	1.658	0,4%
Energia e Ambiente	4	1.588	1.114	0,3%
Comércio	1	339	238	0,1%
<b>Total SI I&amp;DT</b>	<b>734</b>	<b>792.931</b>	<b>398.393</b>	<b>100%</b>

Fonte: Agrupamentos setoriais: AMA, Avaliação Intercalar dos Sistemas de Incentivos; SI POFC.

Analisando os setores de atividade em termos de **intensidade de conhecimento e de tecnologia**, verifica-se que cerca de 2/3 do incentivo atribuído se enquadra em setores intensivos em tecnologia ou conhecimento, num montante de 259 milhões de euros.

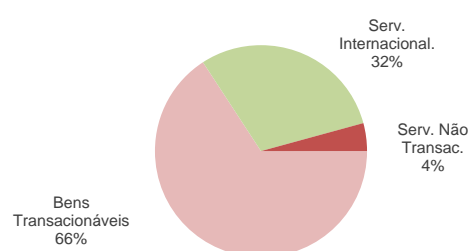
Tal como nos restantes Sistemas de Incentivos, no SI I&DT verifica-se uma concentração dos apoios concedidos em **setores internacionalizáveis** (referente a setores de bens transacionáveis e serviços internacionalizáveis), que absorvem 96% do incentivo atribuído.

**Gráfico 3.20: Incentivo Aprovado no SI I&DT por Grau de Intensidade, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

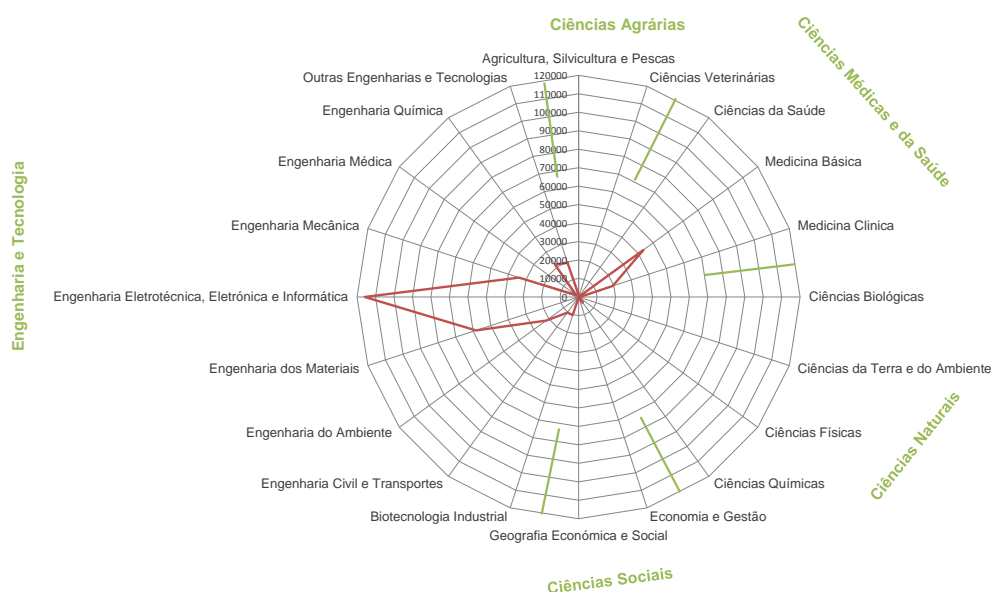
**Gráfico 3.21: Incentivo Aprovado no SI I&DT por Tipo de Setor, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Relativamente aos **domínios científicos e áreas tecnológicas** identificadas pelos promotores dos projetos, observa-se a preponderância das TIC, visível no peso dos projetos com intervenção na área da Engenharia Eletrotécnica, Eletrónica e Informática, sendo também relevantes os domínios da Engenharia dos Materiais, a Medicina Básica e a Engenharia Mecânica.

**Gráfico 3.22: Estimativa de Incentivo Aprovado no SI I&DT por Domínio Científico, 2007-2013**



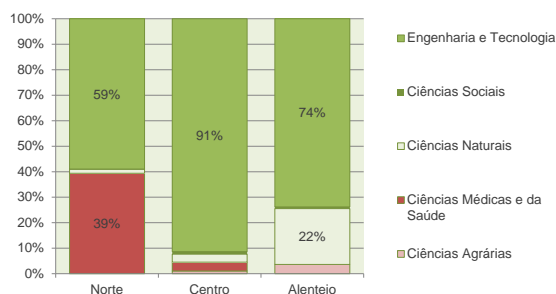
Nota. Incentivo estimado ponderado pelo número de áreas de cada projeto (no máximo 3). Inclui projetos do Regime Especial e projetos Mobilizadores. Fonte: SI POFC, com base em: OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007

Comparativamente ao SAESCTN (Gráfico 3.5) verifica-se uma maior concentração dos domínios científicos dos projetos aprovados no SI I&DT (no SAESCTN, há maior diversidade de domínios científicos), sendo preponderantes, sobretudo, os relacionados com a Engenharia e Tecnologia.

Por região, constata-se uma maior relevância dos domínios de Engenharia e Tecnologia em todas as regiões, em especial no Centro, sendo de salientar igualmente o peso das Ciências Médicas e da Saúde no Norte, e das Ciências Naturais e das Ciências Agrárias no Alentejo.

A Tabela 3.14 apresenta, para cada região, aqueles que são os domínios científicos mais representativos nos projetos do SI I&DT (mais de 50% do incentivo aprovado).

**Gráfico 3.23: Projetos Aprovados no SI I&DT por Domínio Científico Principal e Região, 2007-2013**



Nota. Incentivo estimado ponderado pelo número de áreas de cada projeto (no máximo 3). Inclui projetos do Regime Especial e projetos Mobilizadores. Não inclui incentivo multi-regional. Fonte: SI POFC com base em: OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007

**Tabela 3.14: Principais Domínios Científicos dos Projetos do SI I&DT por Região, 2007-2013**

(mais de 50% do incentivo aprovado)

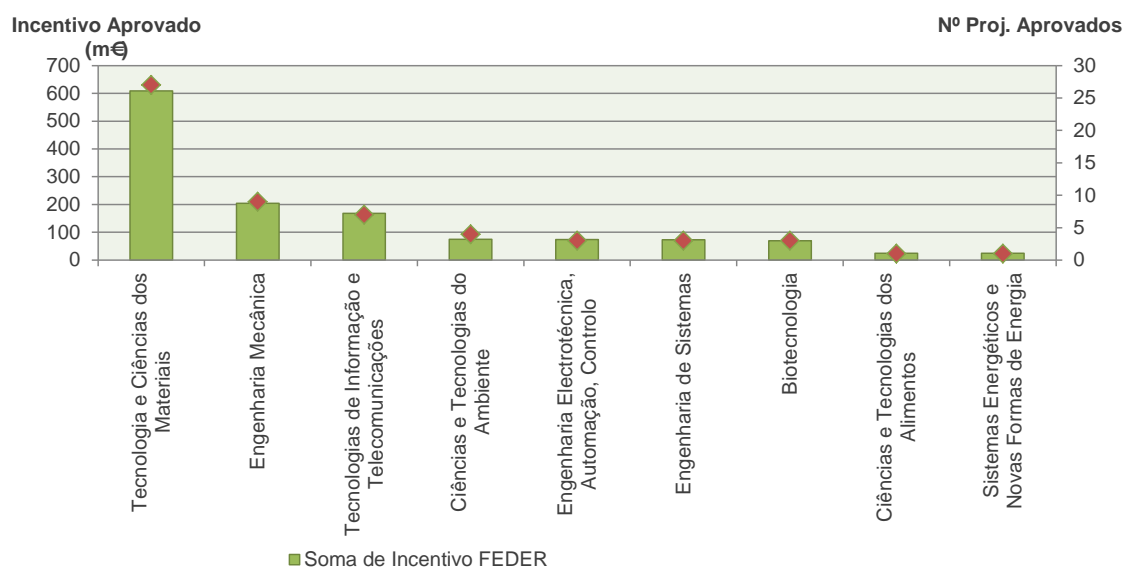
Norte	
Medicina Básica	27%
Engenharia Eletrotécnica, Eletrónica e Informática	23%
Centro	
Engenharia Eletrotécnica, Eletrónica e Informática	44%
Engenharia dos Materiais	14%
Alentejo	
Engenharia Eletrotécnica, Eletrónica e Informática	23%
Engenharia Mecânica	17%
Ciências Químicas	16%

Nota. Incentivo estimado ponderado pelo número de áreas de cada projeto (no máximo 3). Inclui projetos do Regime Especial e projetos Mobilizadores. Não inclui incentivo multirregional. Fonte: SI POFC com base em: OCDE, Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007

A tipologia de projetos “Vales I&DT” não teve qualquer concurso lançado desde 2011. No total, encontravam-se aprovados 58 projetos para aquisição de serviços de I&DT, sendo que as principais áreas a que as PME recorreram foram “Tecnologia e Ciências dos Materiais” (46% do incentivo), “Engenharia Mecânica” (15%) e “Tecnologias de Informação e Telecomunicações” (13%).



**Gráfico 3.24: Projetos Aprovados no SI I&DT (Vale I&DT) por Área de Intervenção, 2007-2013**



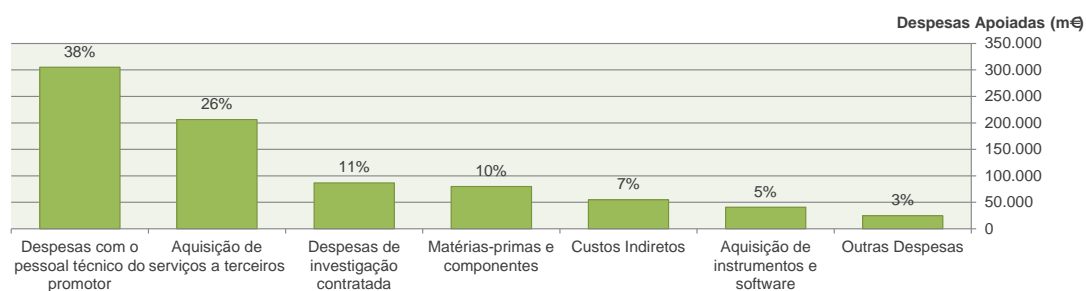
Fonte: SI POFC.

Analisando as **despesas apoiadas** no âmbito dos projetos de I&D, constata-se que as principais componentes correspondem a despesas com o pessoal técnico do promotor, com a aquisição de serviços a terceiros e com as despesas de investigação contratada, concentrando cerca de ¾ do investimento elegível aprovado.

Verifica-se que 508 projetos (78% dos projetos aprovados) apresentam despesas com a promoção e divulgação dos resultados dos projetos com inovação de produto ou de processo com aplicação comercial junto do setor utilizador final ou de empresas-alvo.

Realce-se ainda o facto de 20 projetos (3%) pretenderem adquirir patentes a entidades terceiras e de 319 projetos (49%) apresentarem despesas inerentes ao processo de registo de patentes, bem como o facto de 74 (11%) projetos apresentarem despesas associadas ao processo de certificação do Sistema de Gestão da I&D&I.

**Gráfico 3.25: Projetos Aprovados no SI I&DT por Tipologia de Despesa, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Da totalidade dos projetos aprovados, 170 inserem-se em **Estratégias de Eficiência Coletiva** (17 projetos-âncora e 153 projetos complementares), envolvendo um incentivo de 126 milhões de euros, sendo especialmente representativo o PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (21% do incentivo aprovado para EEC). Neste âmbito, é de referir que todos os projetos mobilizadores aprovados constituem projetos-âncora, assumindo-se como essenciais para a concretização e afirmação destas estratégias (ver no ponto 3.5.2 - **Estratégias de Eficiência Coletiva**).

No final do ano, encontravam-se **contratados** 693 projetos, com um incentivo de 382 milhões de euros, representando 96% do total de incentivo aprovado. Durante o ano de 2013, foram contratados 113 projetos com um incentivo de 60 milhões de euros.

Na Caixa seguinte apresentam-se algumas conclusões das Avaliações realizadas, relativamente ao SI I&DT.

#### **Caixa 18: Conclusões das Avaliações sobre o SI I&DT**

“A tipologia dos projetos de I&DT em Co-Promoção deu seguimento aos anteriores IDEIA do PRIME e rapidamente se tornou numa opção de grande procura no SI I&DT e no COMPETE como um todo, potenciando o reforço da articulação e cooperação entre o tecido empresarial e os centros de saber, bem como a aceleração da difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas. [...] Classifica-se, assim, como muito relevante para o objetivo global de promoção de uma economia mais baseada no conhecimento e na inovação o estatuto de importância que esta tipologia de projetos alcançou no seio do SI I&DT e do COMPETE, nomeadamente pela criação ou reforço de laços de colaboração que a mesma determina entre os centros de saber e as empresas, bem como pela transferência de conhecimento que usualmente induz.”

*Fonte: Relatório Final da Avaliação Intercalar do COMPETE, Augusto Mateus & Associados e PWC, nov.2013.*

“A programação 2007-2013 fica associada a um reforço significativo da dinâmica de evolução da I&D empresarial, traduzido numa forte procura aos apoios às atividades de I&DT, projetos individuais e em co promoção e no registo de uma dinâmica acrescida de articulação entre as entidades do SCTN e as PME.”

“alargamento da frente de atividades de I&D empresarial continua a ser tributária do processo de mudança estrutural da economia portuguesa na direção de atividades com maior propensão ao desenvolvimento desse tipo de atividades”

*Fonte: Relatório Final da Avaliação estratégica do QREN – Lote 3, IESE e Quatenaire, out.2013*

Seguem-se três **exemplos de projetos** aprovados no SI I&DT: um projeto individual, um projeto em co-promoção e um projeto mobilizador, que são representativos de projetos de investigação e desenvolvimento referência em cada uma das submedidas.

O primeiro projeto, apresentado na **Caixa 14** visa o desenvolvimento de um sistema inovador de planeamento e agenda integrado para unidades prestadores de cuidados de saúde.

**Caixa 19: Investigação e Desenvolvimento (Projeto Individual) - Alert Planning System - Desenvolvimento de um Sistema de Planeamento e Agenda Integrado para Unidades Prestadores de Cuidados de Saúde. – Alert Life Sciences Computing, S.A.**

**MEDIDA DE APOIO:** SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** I&DT Individuais

**N.º DE PROJETO:**12024

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** ALERT PLANNING SYSTEM - DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE PLANEAMENTO E AGENDA INTEGRADO PARA UNIDADES PRESTADORES DE CUIDADOS DE SAÚDE

**PROMOTOR:** ALERT LIFE SCIENCES COMPUTING, SA

**LOCALIZAÇÃO:** Norte

**INVESTIMENTO APROVADO:** 881.005,82 euros **INCENTIVO APROVADO:** 476.539,65 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

Este projeto visa o desenvolvimento de um inovador sistema de planeamento e agenda integrado para unidades prestadores de cuidados de saúde. O ALERT® Planning System (APS) tem como objetivo a obtenção de uma superior eficácia e eficiência da utilização de recursos hospitalares a partir do conhecimento de todos os recursos disponíveis e da previsão da procura (ex. visitas ao serviço de urgência, número de consultas, número de cirurgias, número de procedimentos de cirurgia, entre outros).

O APS suporta atividades de planeamento a três níveis:

1. Planeamento estratégico - compreende decisões de alto nível e diz respeito a serviços de “*long term*”, como por exemplo, quais os serviços a disponibilizar aos utentes e quais os objetivos da produção de cuidados de saúde (volume). Os principais envolvidos a este nível são os gestores hospitalares e o seu “focus” será ao nível do serviço a prestar, filosofia do serviço, serviços-alvo, níveis de eficiência, volume de pacientes anual, volumes contratados com entidades terceiras e regras de utilização dos recursos.
2. Planeamento tático - a este nível pretende-se definir como é que as decisões estratégicas se podem converter em ações concretas, cuja principal preocupação é a utilização dos diferentes recursos disponíveis e a capacidade instalada. Capacidade é a palavra-chave para este nível de planeamento, cuja principal atividade é transformar objetivos em alocação de recursos para os atingir.
3. Planeamento operacional - este nível dentro do ALERT® Planning System é definido como uma camada de agendamento. Este nível de planeamento envolve agendamento de questões quotidianas (consultas, admissões, exames) considerando a disponibilidade da capacidade dos recursos, disponibilidade do paciente e as regras de agendamento.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

Os principais resultados técnicos esperados são:

1. Desenvolvimento dos modelos de previsão (modelo matemático patenteável) e simulação para os 3 níveis de planeamento no sector da saúde;
2. Prova de conceito da arquitetura do produto baseada na existência de um motor de regras e conhecimento independente da programação;

3. Desenvolvimento de um “*capacity engine*” baseado em metodologias de programação por restrições;
4. Integração deste motor de regras com o repositório de dados resultantes da atividade clínica;
5. Interoperabilidade com outras soluções clínicas e não clínicas (ERP);
6. Demonstração de protótipo e prova de conceito.

Relativamente ao impacto económico, a ALERT prevê alargar o seu portfólio de produtos e a penetração em novos mercados, sendo os mercados do Norte da Europa, Ásia e EUA os mais recetivos à adoção deste produto, reforçando-se assim o esforço de internacionalização do promotor, através do qual já alcançou presença em mais de 31 países.

Na Caixa seguinte apresenta-se um projeto de I&D em Co-promoção, na área do agroalimentar, visando o desenvolvimento de novos produtos funcionais a partir do mirtilo e dos seus subprodutos.

**Caixa 20: Investigação e Desenvolvimento (Projeto em Co-Promoção) - MYRTILLUS - Mirtilo Com Inovação - Desenvolvimento de Novos Produtos Funcionais a partir do Mirtilo e seus Subprodutos – MIRTILUSA - Sociedade de Produtores Horto-Frutícolas, Lda. (promotor-líder)**

**MEDIDA DE APOIO:** SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** I&DT em Co-promoção

**N.º DE PROJETO:** 13736

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** MYRTILLUS - MIRTILO COM INOVAÇÃO - DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS FUNCIONAIS A PARTIR DO MIRTILO E SEUS SUBPRODUTOS

**CONSÓRCIO PROMOTOR**

**PROMOTOR LÍDER:**

MIRTILUSA - Sociedade de Produtores Horto-Frutícolas, Lda

**CO-PROMOTORES:**

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FRULACT - INGREDIENTES PARA A INDÚSTRIA DE LACTICÍNIOS, SA

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO (UTAD)

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PORTO (FM/UP)

**LOCALIZAÇÃO:** Múltiplas regiões

**INVESTIMENTO APROVADO:** 571.187,15 euros **INCENTIVO APROVADO:** 420.209,67 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

O Mirtilo (*Vaccinium corymbosum L., Ericaceae*) tem elevado teor de compostos polifenólicos, estando já demonstrado, para algumas cultivares, propriedades antioxidantes com benefícios para a saúde. O presente projeto em co-promoção, envolvendo as empresas Mirtilusa e Frulact e três entidades do SCTN, visa assim a valorização do fruto e de resíduos, numa perspetiva de criação de valor económico para a empresa a partir de recursos endógenos existentes na região de Sever do Vouga.

O projeto abrangerá a valorização da fruta fresca e processada com base na sua caracterização biológica (fundamentada e validada) e a conversão de resíduos em produtos de elevado valor acrescentado. As propriedades antioxidantes e nutricionais das diferentes cultivares de mirtilo serão validadas cientificamente e serão obtidos novos produtos processados a partir da fruta fresca de menor valor.

#### RESULTADOS ESPERADOS:

- Comercialização de fruto fresco ou processado com características de qualidade nutricional e funcional totalmente validadas, que possam dar a conhecer ao consumidor os benefícios deste fruto (e produtos derivados) para a saúde;
- Estender o período de vida-útil do mirtilo fresco através do processamento do fruto usando técnicas de preservação validadas e inovadoras, que permitam a sua valorização por períodos superiores à atual época de colheita (maio-agosto), permitindo a sua aplicação mais diversificada e ampliada em produtos gastronómicos ou no desenvolvimento de novas formulações funcionais;
- Obtenção de marcadores genéticos ligados ao teor em antocianinas para cada cultivar de mirtilo e expressão dos genes relacionados com a cadeia biossintética das antocianinas em folhas e em frutos, de modo a permitir seleção das cultivares com maior potencial para produção de níveis mais elevados de antocianinas, ainda num estado muito precoce de desenvolvimento das plantas, e que em trabalhos posteriores possam ser manipulados para aumento do teor em antocianinas;
- Criação de uma nova linha de produtos funcionais com atividade biológica validada e segurança assegurada *in vitro* e *in vivo* (de acordo com as diretrizes da EFSA);
- Valorização dos resíduos de mirtilos que se acumulam durante a colheita, nomeadamente: folhas e pedúnculos do fruto fresco, ou as bagas de menor calibre e qualidade que acabam por ter reduzido valor comercial;
- Diversificar e aumentar as linhas de produtos e tecnologias da promotor líder, através da colocação no mercado de uma linha completa de produtos funcionais derivados do mirtilo e seus subprodutos com marca comum;
- Permitir o desenvolvimento da região de Sever do Vouga através da valorização da produção agrícola de mirtilo (recurso endógeno);
- Permitir a consolidação das áreas de investigação das Universidades e Institutos participantes e sobretudo aumentar a interação entre instituições, não só da mesma área, mas conjugando de forma equilibrada, a interdisciplinaridade necessárias à validação atual de ingredientes funcionais e a sua correlação com a variabilidade genética das cultivares de mirtilo.

No domínio da aplicação das TICE à Saúde, surgiu o projeto seguinte que visa o desenvolvimento novos produtos e serviços para os mercados “Saúde e Qualidade de Vida”, promovido por 19 entidades do Polo de Competitividade e Tecnologia TICE.PT.

**Caixa 21: Investigação e Desenvolvimento (Projeto Mobilizador) - TICE.HEALTHY - TICE.HEALTHY: Sistemas de Saúde e Qualidade De Vida – HIS - E-Health Innovation Systems, Lda. (promotor-líder)**

**MEDIDA DE APOIO:** SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores

**N.º DE PROJETO:** 13842

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** TICE.HEALTHY - TICE.HEALTHY: SISTEMAS DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

**CONSÓRCIO PROMOTOR**

**PROMOTOR LÍDER:**

- HIS - E-HEALTH INNOVATION SYSTEMS, LDA

**CO-PROMOTORES:**

- INOVAMAIS - SERVIÇOS DE CONSULTADORIA EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, SA
- UNIVERSIDADE DE AVEIRO (UA)
- BLUEWORKS
- MEDIAPRIMER-TECNOLOGIAS E SISTEMAS MULTIMÉDIA, LDA
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA (UC)
- IT - INSTITUTO DE TELECOMUNICAÇÕES
- PLUX - WIRELESS BIOSIGNALS, SA
- INSTITUTO PEDRO NUNES - ASSOC. PARA A INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
- MAISIS - INFORMATION SYSTEMS, LDA
- INESC INOVAÇÃO - INSTITUTO DE NOVAS TECNOLOGIAS
- FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO (FE/UP)
- FIRST SOLUTIONS, SA
- TAKE THE WIND, LDA
- EDIGMACOM - GESTÃO DE PROJECTOS DIGITAIS, SA
- UNIVERSIDADE DO MINHO (UM)
- EXATRONIC - ENGENHARIA ELECTRÓNICA, LDA
- UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
- SINFIC - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTADORIA, SA

**LOCALIZAÇÃO:** Multirregiões

**INVESTIMENTO APROVADO:** 4.865.087,42 euros **INCENTIVO APROVADO:** 3.705.006,94 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

O projeto mobilizador TICE.Healthy, envolvendo globalmente 19 entidades integrantes do Polo de Competitividade e Tecnologia TICE.PT, tem por objetivo desenvolver novos produtos e serviços para os mercados “Saúde e Qualidade de Vida”, catalisando as organizações co-promotoras e para a criação de serviços inovadores que utilizem como suporte a infraestrutura *internet*.

O projeto concretiza-se através de 4 grandes linhas de ação:

- *We.Can*: plataforma de comercialização de serviços “Saúde e Qualidade de Vida”
- *We.Can Connect*: Interoperabilidade entre sistemas de saúde e qualidade de vida
- Produtos e serviços “Saúde e Qualidade de Vida”
- Apoio à identificação e definição de modelos de negócio

Estas linhas estão estruturadas em torno de uma plataforma TIC, a WE.CAN, projetada como um canal de informação, interação e venda das soluções desenvolvidas.

As ações encontram-se agregadas em subprojectos, cujos principais objetivos são os que seguidamente se enunciam:

- Criar condições de segurança, vigilância e autocontrolo em ambiente hospitalar;
- Aumentar a autonomia dos pacientes e reduzir o tempo de permanência em ambiente hospitalar;
- Desenvolver tecnologias-chave, como biossensores e comunicações seguras e sua integração em sistemas de “trazer no corpo” ou implantáveis que permitam aos cidadãos e aos profissionais de saúde uma gestão omnipresente do seu estado de saúde;
- Novas ferramentas de *software* fiáveis para apoio a profissionais da saúde na tomada imediata da melhor decisão possível para fins de prevenção, diagnóstico e tratamento;
- Interoperabilidade dos sistemas de eHealth (informação integrada tanto ao nível do diagnóstico como do processo);
- Desenvolver tecnologias e produtos para tratamentos personalizados e contínuos, com a participação ativa dos pacientes na prevenção e tratamento;
- Desenvolver soluções de diagnóstico e tratamento remoto para patologias específicas (doenças cardiovasculares, diabetes, doenças renais e hepáticas, entre outras);
- Desenvolver soluções baseadas em TI para apoio a pessoas com doença mental e *stress*.

#### RESULTADOS ESPERADOS:

O TICE.HEALTHY foi delineado tendo em conta a visão do PCT TICE.PT “Fazer de Portugal, até 2020, uma referência mundial no sector das TICE – Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica”. Para tal, pretende com este projeto reforçar significativamente as capacidades competitivas de todos os co promotores envolvidos, nas vertentes de inovação, I&DT, cooperação e penetração em mercados internacionais no macro segmento de “Saúde e Qualidade de Vida”, uma área de elevado relevo e potencial socioeconómico em todo o globo.

### 3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Conforme detalhado no ponto 2.4.1, face à **conjuntura macroeconómica desfavorável**, 2013 foi marcado pelas dificuldades sentidas, quer pelos promotores públicos (no âmbito do SAESCTN e SI I&DT Co-Promoção), quer pelas empresas (no âmbito do SI I&DT), na execução dos seus projetos nos termos e prazos contratados. A elevada representatividade de entidades do SCTN no conjunto das medidas do Eixo I e os crescentes estrangimentos orçamentais a que as mesmas se encontram sujeitas representam um risco para uma mais célere execução de uma parte significativa deste eixo prioritário.

Tal como vem sendo reportado desde 2010, têm sido implementadas diversas **medidas de simplificação**, nomeadamente na Norma de Pagamentos, de modo a conceder aos promotores o máximo de condições possíveis para a realização dos seus projetos.

Relativamente aos concursos lançados em 2013, em especial no caso do SI I&DT, foi desenvolvido um trabalho técnico de modo a identificar fontes de financiamento alternativas, tendo sido possível **assegurar o apoio à totalidade dos projetos elegíveis**.

Refira-se, igualmente, no âmbito do SAESCTN, a existência de financiamento da contrapartida nacional dos projetos através do Empréstimo Quadro do BEI (ver ponto 2.3.2) e, no âmbito dos Sistemas de Incentivos, a disponibilização da linha Investe QREN (ver ponto 3.3.2).

### 3.2 EIXO PRIORITÁRIO II – INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO

O Eixo II concentra a maior fatia de incentivos ao investimento empresarial, fomentando a inovação e a renovação do padrão de especialização do tecido produtivo em direção a atividades de forte crescimento e potencial competitivo internacional. Tem como **objetivos específicos**:

- Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transacionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor;
- Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados;
- Incentivar o empreendedorismo qualificado, nomeadamente o feminino;
- Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial crescimento;
- Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de fatores dinâmicos de competitividade.

Para tal, concentra dois **instrumentos** de apoio direto às empresas:

- SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação: dirigido a projetos de média e grande dimensão, visa estimular a inovação do tecido empresarial pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a progressão das empresas na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como o estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial de crescimento;



- SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME: visa promover a competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença ativa das PME no mercado global, sendo apoiáveis investimentos em fatores dinâmicos da competitividade nas seguintes áreas: propriedade industrial; criação, moda e *design*; desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos; organização e gestão e tecnologias de informação e comunicação (TIC); qualidade; ambiente; inovação; diversificação e eficiência energética; economia digital; comercialização e *marketing*; internacionalização; responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho e igualdade de oportunidades.

Tal como explicitado no ponto 2.6.1, de forma geral, no COMPETE são apoiadas as médias e grandes empresas, bem como os projetos de micro e pequenas empresas com investimentos em mais do que uma Região de Convergência ou com investimentos de dimensão elevada. Deste modo, cabe aos respetivos PO Regionais o apoio aos restantes projetos de micro e pequenas empresas.

### 3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo II prevê seis indicadores de resultados e seis indicadores de realização. Tendo em conta que os indicadores de resultados deverão ser apurados em sede de ano pós-projeto (o qual é maioritariamente definido como 3 anos após o encerramento financeiro dos projetos)<sup>37</sup>, os dados constantes deste relatório referem-se às estimativas apresentadas pelos promotores e relativamente às quais se encontram vinculados contratualmente.

Quanto aos **indicadores de realização**, verifica-se, no final do ano, um cumprimento generalizado das metas definidas. De facto, tal como se poderá constatar na análise qualitativa desenvolvida no ponto 3.2.2, os projetos aprovados estão alinhados com as prioridades do Programa: concentração dos apoios a projetos inovadores, inseridos em setores transacionáveis ou internacionalizáveis e a projetos com elevada intensidade tecnológica ou de conhecimento.

Salienta-se que os indicadores de realização referentes ao empreendedorismo estão aquém da meta estabelecida, sendo que o cumprimento destes indicadores está a ser prejudicado pelo facto do COMPETE, nos termos da regulamentação aplicável, poder apoiar essencialmente as médias e grandes empresas, cabendo aos PO Regionais o apoio às micro e pequenas empresas, as quais são as principais fontes de empreendedorismo.

---

<sup>37</sup> No SI Qualificação PME, o ano pós-projeto é o ano seguinte à conclusão do projeto.

Relativamente aos **indicadores de resultados**, ressaltando que se trata de dados previsionais e que poderão existir ainda desvios no encerramento dos projetos, em especial tendo em conta a difícil conjuntura macroeconómica nacional e europeia, verifica-se igualmente um elevado grau de cumprimento das metas fixadas, nomeadamente ao nível da qualificação dos postos de trabalho (dada a elevada criação de postos de trabalho qualificados face ao total de criação de postos de trabalho), do contributo para o crescimento do produto (com um aumento de VAB acima da meta estabelecida face ao investimento realizado) e do aumento do valor acrescentado direcionado para setores intensivos em tecnologia ou conhecimento.

**Tabela 3.15: Indicadores de Realização e Resultado do Eixo II, 2007-2013**

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2013	Sim/Não
<b>INCENTIVO À INOVAÇÃO PRODUTIVA</b> (Investimento total de projetos inovadores) / (Investimento total de empresas)	55%	67%	90%	Sim
<b>INCREMENTO NA CADEIA DE VALOR EM SECTORES MADUROS</b> (Investimento total de projetos inovadores em sectores de média-baixa e baixa tecnologia) / (Investimento total em sectores de média-baixa e baixa tecnologia)	50%	60%	87%	Sim
<b>ORIENTAÇÃO PARA A PRODUÇÃO TRANSAÇÃOVEL E INTERNACIONALIZÁVEL</b> (Investimento em sectores de produção transacionável e internacionalizável) / (Investimento total de empresas)	80%	80%	95%	Sim
<b>ÍNDICE DE SOBREVIVÊNCIA DE PROJETOS EMPRESAS CRIADAS</b> (Empresas criadas que sobreviveram ao fim de 2 anos) / (Total de empresas criadas (**))	60%	60%	50%	Não
<b>INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO</b> (N.º de empresas criadas) / (N.º de empresas apoiadas)	20%	20%	14%	Não
<b>EMPRESAS CRIADAS NOS SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO</b> (Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento Total em empresas criadas)	50%	50%	39%	Não
<b>APOIO A PROJETOS ESTRUTURANTES EM SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO</b> (Investimento estruturante de raiz em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total de projetos estruturantes apoiados)	15%	20%	48%	Sim
<b>QUALIDADE DO EMPREGO CRIADO</b> (Postos de trabalho criados altamente qualificados) / (Total de postos de trabalho criados) (*)	15%	15%	45%	Sim
<b>CONTRIBUTO PARA O CRESCIMENTO DO PRODUTO</b> (Aumento do VAB) / (Investimento total) (*)	0,5	0,6	0,8	Sim
<b>VAB GERADO NOS SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO</b> (VAB gerado nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (VAB total gerado) (*)	15%	20%	33%	Sim
<b>ORIENTAÇÃO PARA MERCADOS INTERNACIONAIS</b> (Variação % das Exportações) / (Variação % das Vendas) (*)	1,5	1,5	1,3	Não
<b>EMPREGO CRIADO EM SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO</b> (Postos de trabalho criados em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Total de postos de trabalho criados) (*)	30%	30%	37%	Sim

Nota:(\*) Tratando-se de Indicadores de Resultados, a sua aferição terá que ocorrer em sede de encerramento dos projetos. Dado o reduzido nível atual de encerramentos, os valores apresentados referem-se a estimativas apresentadas pelos promotores em sede de aprovação dos projetos (constituindo as respetivas metas de execução); (\*\*) Encontram-se contabilizados os projetos encerrados + projetos anulados. Fonte: SI POFC.

Saliente-se, no que se refere ao indicador “orientação para mercados internacionais”, apesar dos resultados esperados bastante positivos ao nível do aumento das exportações (estimando-se um aumento de 72% no pós-projeto face aos valores iniciais), que este aumento não é suficiente para o cumprimento da meta.

No que se refere aos **indicadores comuns comunitários**, releve-se o elevado número de postos de trabalho a criar (mais de 17.000), bem como os projetos de ajudas diretas a PME (mais de 1.700), bem como o respetivo investimento privado induzido (mil milhões de euros).

**Tabela 3.16: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo II, 2007-2013**

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro) (*)	Total do PO	17.264
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	1.745
	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	133
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro) (*)	Eixos I e II	8.919
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	1.057
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	169
Energias Renováveis	23. N.º de projetos	Total do PO	7
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(**)
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Eixo II	(**)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	90
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro) (*)	Total do PO	2.100
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	6

Legenda: (\*)Apesar de se tratar de um Indicadores de Resultado, são apresentados os dados provisórios contratualizados com o promotor. (\*\*) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POFC.

### 3.2.2. Análise qualitativa

O Eixo II concentra 58% do incentivo atribuído no COMPETE, o que comprova a importância do apoio direto empresarial no Programa, com especial destaque para investimentos de natureza inovadora que concorrem para o aumento da produção transacionável e internacionalizável.

A 31 de dezembro de 2013, somavam-se 4.862 **candidaturas**, com um investimento associado de 17,5 mil milhões de euros. Em termos de número de projetos, destaque-se a relevância do SI Qualificação e Internacionalização das PME, concentrando 58% das candidaturas totais apresentadas no Eixo. Com um investimento médio por projeto na ordem dos 7 milhões de euros, o SI Inovação (não incluindo projetos transitados) destaca-se no investimento, representando 81% do total.

No que concerne às **aprovações**, encontravam-se aprovados 2.493 projetos, com um investimento elegível superior a 5,5 mil milhões de euros e um incentivo de 2,3 mil milhões de euros.

**Tabela 3.17: Candidaturas e Projetos Aprovados do Eixo II por Instrumento, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Instrumento	Candidaturas (2007-2013)		Projetos Aprovados (2007-2013)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI Inovação	2.045	14.251.230	804	3.897.701	1.756.652
SI Qualificação e Internac. PME	2.809	1.348.732	1.683	659.360	344.118
Projetos Transitados do QCA III	8	1.892.172	6	993.584	167.971
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>4.862</b>	<b>17.492.134</b>	<b>2.493</b>	<b>5.550.645</b>	<b>2.268.741</b>

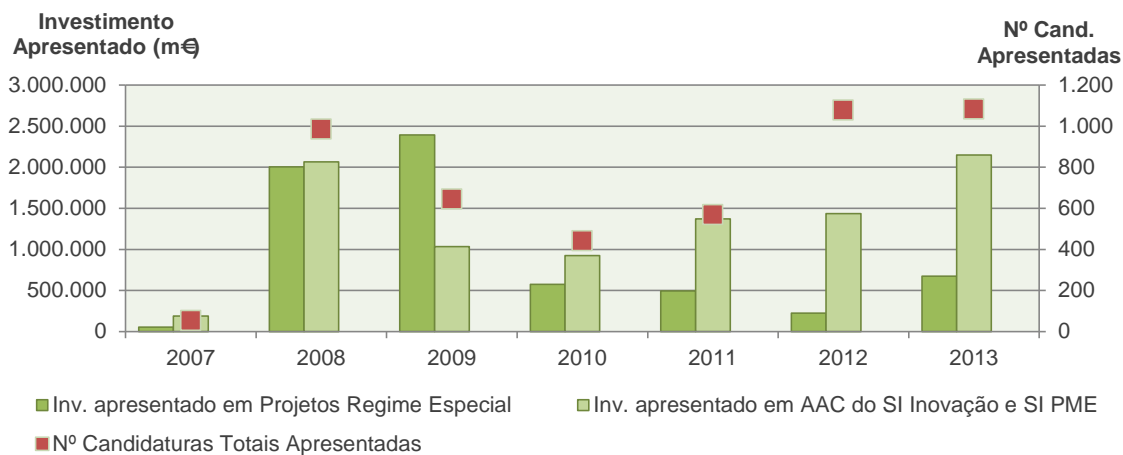
Fonte: SI POFC.

| 178

O gráfico seguinte apresenta a **evolução das candidaturas por ano**. Em 2013, foram rececionadas 1.083 candidaturas, o que representa o ano com maior procura, em termos de número de projetos. Esta procura registou-se essencialmente no âmbito dos AAC lançados (ver detalhe à frente), tendo sido igualmente o ano com maior volume de investimento apresentado.

Relativamente a projetos especiais (projetos do Regime Especial ou Interesse Estratégico), tem-se verificado uma diminuição da procura face à registada no início do Programa (o investimento apresentado em 2008-2009 representa mais de dois terços do investimento total apresentado nas candidaturas de projetos especiais).

**Gráfico 3.26: Investimento de Candidatura Rececionado no Eixo II (excluindo Projetos Transitados do QCA III) por Ano, 2007-2013**



Nota: Na categoria "Projetos Especiais" estão incluídos todos os projetos do Regime Especial ou de Interesse Estratégico.

Fonte: SI POFC.

Em termos de **distribuição regional**, considerando também os projetos com localização parcial, verifica-se que 59% dos projetos aprovados no Eixo II têm intervenção no Norte, 41% no Centro e 10% no Alentejo.

Analisando o incentivo aprovado, mantém-se a ordem anterior (o Norte, concentrando 42% do incentivo total, é a região com maior nível de incentivo), embora seja menor a diferença para as

regiões Centro (41%) e Alentejo (17%), essencialmente devido ao efeito dos projetos especiais (localizados essencialmente nas referidas regiões).

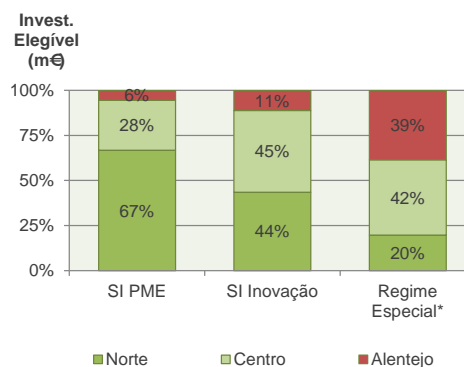
**Tabela 3.18: Projetos Aprovados do Eixo II por Região, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

NUTS II	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	1.317	1.875.792	865.205
Centro	850	2.211.351	876.665
Alentejo	155	1.121.018	356.516
Multi-Regiões Convergência	171	342.485	170.355
<i>Norte</i>		<i>184.097</i>	<i>89.039</i>
<i>Centro</i>		<i>108.626</i>	<i>54.798</i>
<i>Alentejo</i>		<i>49.763</i>	<i>26.519</i>
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>2.493</b>	<b>5.550.645</b>	<b>2.268.741</b>

Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.27: Incentivo Aprovado no Eixo II por Instrumento e por Região, 2007-2013**



Nota: Na categoria "Projetos Especiais" estão incluídos todos os projetos do Regime Especial ou de Interesse Estratégico. Fonte: SI POFC.

Neste Eixo, está prevista a aprovação de apoios no âmbito de intervenção do FSE, numa lógica de complementaridade e de melhoria da eficácia das ações financiadas. Neste âmbito foram apoiados 319 projetos com apoio à formação, com um volume de incentivo associado de 17,3 milhões de euros, o que corresponde a 3% do incentivo total alocado a projetos com formação.

Estes apoios correspondem a 1% do total do incentivo do Eixo II, o que está conforme o n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho.

**Tabela 3.19: Projetos Aprovados do Eixo II com Apoios à Formação, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Eixo/Medida	Projectos Aprovados (2007-2013)		Projectos Aprovados com Formação (2007-2013)			Peso do Incentivo de Formação	
	N.º Proj.	Incentivo	N.º Proj.	Incentivo Total	Incentivo Formação	No total dos projetos	No total dos projetos com formação
Inovação Produtiva	760	1.390.608	146	303.888	7.694	1%	3%
Projectos do Regime Especial	22	213.250	7	76.747	1.874	1%	2%
Projectos de Interesse Estratégico	9	145.445	5	109.579	2.373	2%	2%
Empreendedorismo Qualificado	13	7.349	2	765	36	0%	5%
Projectos transitados do QCA III	6	167.971	1	11.371	24	0%	0%
<b>Total SI Inovação</b>	<b>810</b>	<b>1.924.623</b>	<b>161</b>	<b>502.350</b>	<b>12.001</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>
Projectos Individuais e de Cooperação	872	122.822	147	25.103	2.795	2%	11%
Projectos Conjuntos	206	211.596	11	20.606	2.517	1%	12%
Vale Inovação	605	9.700					
<b>Total Si Qualificação PME</b>	<b>1.683</b>	<b>344.118</b>	<b>158</b>	<b>45.709</b>	<b>5.312</b>	<b>2%</b>	<b>12%</b>
<b>Total Eixo II</b>	<b>2.493</b>	<b>2.268.741</b>	<b>319</b>	<b>548.058</b>	<b>17.312</b>	<b>1%</b>	<b>3%</b>

Fonte: SI POFC.

Relativamente à dimensão das **Estratégias de Eficiência Coletiva**, 303 projetos aprovados inserem-se em Polos ou Clusters, envolvendo um volume de incentivo superior a 470 milhões de euros (21% do incentivo total atribuído). Destacam-se os Polos de Competitividade da Moda e do Turismo.

Dos 2.493 projetos aprovados, encontravam-se **contratados**, no final do ano, 2.220 projetos, dos quais 691 durante 2013, envolvendo um incentivo superior a 2,1 mil milhões de euros, o que se traduz numa taxa de contratação de 93%.

#### Caixa 22: Conclusões das Avaliações sobre os Apoios à Inovação e Internacionalização

“reconhecimento de um desempenho favorável no que respeita à operacionalização das dimensões-chave - Inovação, Internacionalização, Qualificação e Empreendedorismo – destacando-se a forma adequada como as referidas dimensões foram consideradas no enquadramento nacional, na “macro-estruturação” dos SI, nalgumas das tipologias de projetos centrais estabelecidas nos mesmos e, ainda, nalguns dos critérios de admissibilidade e de seleção definidos em sede de avisos de abertura de concurso”.

*Fonte: Relatório Final da Avaliação da operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda Fatores de Competitividade, Augusto Mateus & Associados, jun.2011*

“O sistema de políticas públicas de apoio à inovação e internacionalização das empresas cofinanciadas pelo QREN, consubstanciada no sistema de IPPII (instrumentos de política pública de apoio à inovação e internacionalização), atingiu um elevado estado de maturidade, em termos de afinamento, integração e diversidade de instrumentos”

“A avaliação identifica como contributo relevante da programação os apoios proporcionados a entidades do SCTN e a associações empresariais do ponto de vista dos resultados alcançados em matéria de intermediação da política pública de inovação e internacionalização; esses resultados traduziram-se na disseminação dos IPPII pelo tecido de PME e, face à maturidade dos projetos dessas entidades, há condições para os explorar na futura programação, segundo modelos de apoios indexados à produção de resultados; essa opção de continuidade seletiva pode assegurar que as referidas relações dessas entidades com as PME possam traduzir-se futuramente em relações de mercado de prestação de serviços”

“ os resultados que foi possível registar [...] combinados com a síntese de resultados para as aprovações concretizadas entre 2007 e 2012 permitem antecipar que os IPPII proporcionados pelo QREN produzirão impactos nos desígnios estratégicos previamente definidos: aumento da produção de transacionáveis, aumento da intensidade tecnológica e de conhecimento da economia portuguesa e mudança do perfil de especialização”

*Fonte: Relatório Final da Avaliação estratégica do QREN – Lote 3, IESE e Quatenaire, out.2013*

## SI INOVAÇÃO

No SI Inovação, foram recebidas, até ao final de 2013, 2.053 **candidaturas** com um investimento associado de 16,1 mil milhões de euros.

Durante 2013, para este Sistema de Incentivos, decorreram as 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> fases dos seguintes Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC), publicados em 2012:

- AAC n.º 12/SI/2012 – Inovação Produtiva: 2.<sup>a</sup> fase de 30/11/2012 a 18/02/2013, 3.<sup>a</sup> fase de 19/02/2013 a 22/04/2013 e 4.<sup>a</sup> fase de 23/04/2013 a 05/09/2013;
- AAC n.º 13/SI/2012 – Empreendedorismo Qualificado: 2.<sup>a</sup> fase de 30/11/2012 a 18/02/2013, 3.<sup>a</sup> fase de 19/02/2013 a 22/04/2013 e 4.<sup>a</sup> fase de 23/04/2013 a 05/09/2013.

No âmbito destes AAC, foram rececionadas, durante o ano em análise, 547 candidaturas, com um investimento associado de 1,9 mil milhões de euros, às quais se somam 11 projetos especiais (regime especial e interesse estratégico) com um investimento de 675 milhões de euros.

No final do ano encontravam-se em análise 287 candidaturas da 4.<sup>a</sup> fase do AAC n.º 12/SI/2012 (Inovação Produtiva) e 4 candidaturas de projetos especiais.

As **aprovações**, no final de 2013, somam 810 projetos, com um investimento elegível associado de quase 5 mil milhões de euros e um incentivo de perto de 2 mil milhões de euros.

**Tabela 3.20: Candidaturas e Projetos Aprovados no SI Inovação por Tipologia de Apoio, 2007-2013**

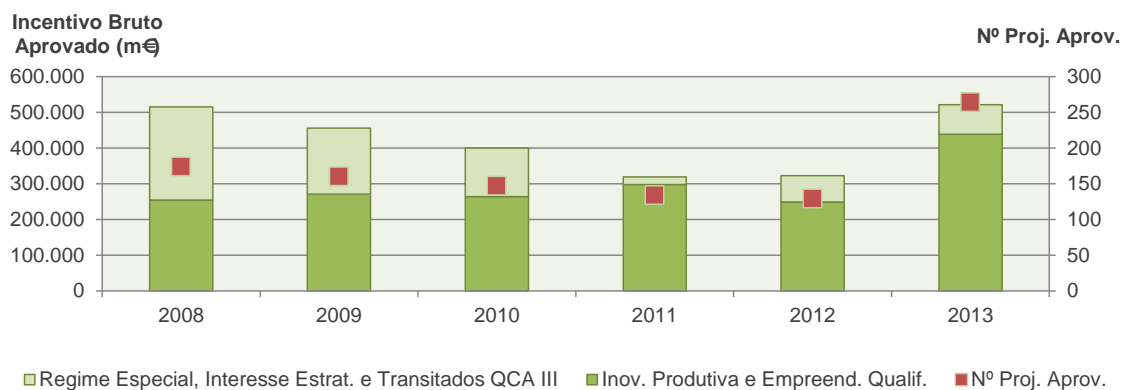
Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2013)		Projetos Aprovados (2007-2013)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Inovação Produtiva	1.926	7.765.019	760	2.740.975	1.390.608
Projetos do Regime Especial	62	5.715.833	22	822.802	213.250
Projetos de Interesse Estratégico	15	713.507	9	321.010	145.445
Empreendedorismo Qualificado	42	56.872	13	12.914	7.349
Projetos transitados do QCA III	8	1.892.172	6	993.584	167.971
<b>TOTAL SI INOVAÇÃO</b>	<b>2.053</b>	<b>16.143.402</b>	<b>810</b>	<b>4.891.285</b>	<b>1.924.623</b>

Fonte: SI POFC.

Em termos de **evolução anual das aprovações** (que inclui os projetos anulados à data), conclui-se que em 2013 se registou o maior nível de aprovações, quer em termos de quantidade de projetos, quer em termos de incentivo, resultado da forte procura registada nos últimos concursos.

**Gráfico 3.28: Incentivo Bruto Aprovado no SI Inovação por Ano, 2007-2013**



Nota: Inclui anulações. Fonte: SI POFC.

Analisando os 810 projetos aprovados de acordo com o seu **enquadramento setorial**, constata-se uma predominância no apoio à Indústria, que concentra 83% dos projetos e de 80% do incentivo aprovado, o que se revela consentâneo com os objetivos do Programa de apoio a atividades transacionáveis.

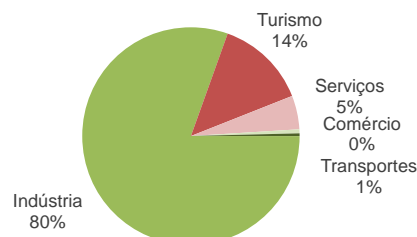
**Tabela 3.21: Projetos Aprovados no SI Inovação por Setor de Atividade, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Sector de Atividade	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Indústria	671	4.067.324	1.549.028
Turismo	73	562.411	260.077
Serviços	55	224.184	96.425
Comércio	6	23.026	11.493
Transportes	5	14.340	7.599
<b>TOTAL SI INOVAÇÃO</b>	<b>810</b>	<b>4.891.285</b>	<b>1.924.623</b>

Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.29: Incentivo Aprovado no SI Inovação por Setor, 2007-2013**

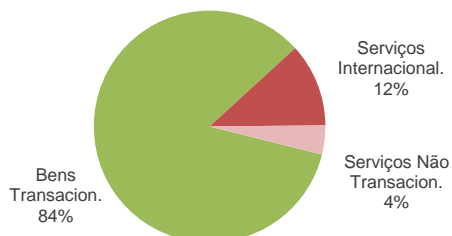


Fonte: SI POFC.

Tendo igualmente em conta os serviços internacionalizáveis, verifica-se que 96% do investimento elegível apoiado no âmbito do SI Inovação visa o apoio a **setores de bens ou serviços transacionáveis ou internacionalizáveis**, isto é, suscetíveis de serem trocados nos mercados internacionais.

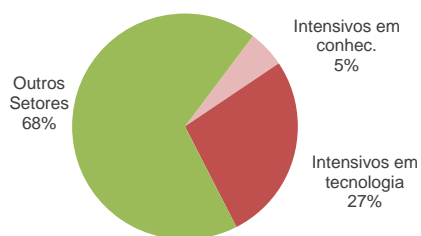
Relativamente à **intensidade tecnológica e de conhecimento**, conclui-se que 32% do investimento elegível apoiado se concentra em atividades intensivas em tecnologia e conhecimento, uma percentagem considerável face à importância destas atividades no tecido empresarial. Tal facto encontra-se em consonância com os objetivos do Programa e com a focalização na inovação dos instrumentos de apoio às empresas.

**Gráfico 3.30: Investimento Elegível Aprovado no SI Inovação por Sector de Atividade, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.31: Investimento Elegível Aprovado no SI Inovação por Sector de Atividade, 2007-2013**

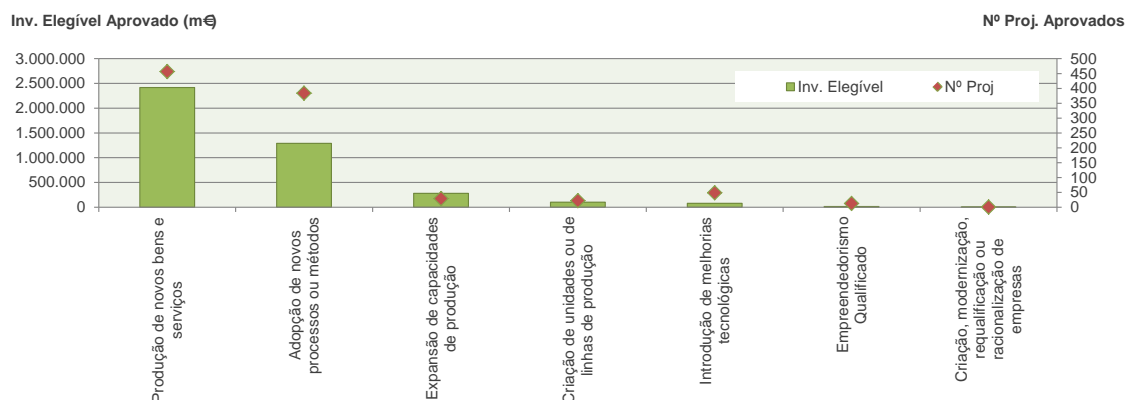


Fonte: SI POFC.



Distribuindo o investimento elegível por tipologia, observa-se um enfoque no apoio à produção de novos bens e serviços (cerca de 58% do investimento elegível apoiado), seguindo-se a adoção de novos processos e métodos (31%).

**Gráfico 3.32: Investimento Elegível e Projetos Aprovados no SI Inovação por Tipologia, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Relativamente às micro e pequenas empresas, tal como referido anteriormente, estas são apoiadas através dos PO Regionais, sendo enquadradas no COMPETE as que apresentem projetos localizados em mais do que uma região de convergência ou com investimentos de dimensão elevada, pelo que a análise à dimensão das empresas apoiadas deverá ter em conta esta divisão de competências com os PO Regionais.

Relativamente às aprovações apenas do COMPETE, constata-se que mais de metade dos projetos aprovados é promovida por médias empresas, muito embora as Não PME, dado o maior investimento médio por projeto (10,6 milhões de euros, face aos 2,9 milhões de euros médios no caso das Médias Empresas) sejam mais representativas em termos do incentivo atribuído (56% do total).

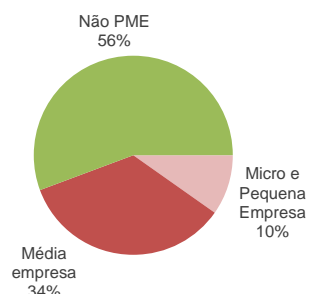
**Tabela 3.22: Projetos Aprovados no SI Inovação por Dimensão, 2007-2012**

Unid: Mil Euros

Dimensão	Projetos Aprovados (2007-2013)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Microempresa	34	144.062	85.352
Pequena empresa	34	168.891	102.761
Média empresa	428	1.235.844	664.705
Não PME	314	3.342.488	1.071.804
<b>TOTAL SI Inovação</b>	<b>810</b>	<b>4.891.285</b>	<b>1.924.623</b>

Fonte: SI POFC.

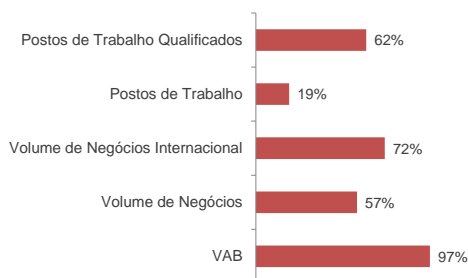
**Gráfico 3.33: Incentivo Aprovado no SI Inovação por Dimensão, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

No SI Inovação, a **qualidade dos projetos** está correlacionada com os efeitos dos mesmos sobre os indicadores da empresa, tendo o promotor que apresentar, não só os dados do ano pré-projecto, mas também um conjunto de estimativas para o ano pós-projecto.

**Gráfico 3.34: Variação Esperada dos Indicadores Económico-Financeiros das Empresas Apoiadas no SI Inovação, 2007-2013**



Nota: Variação entre o pré e o pós-projecto, calculada a partir dos valores totais. Fonte: SI POFC.

Da análise desses dados, perspetiva-se um crescimento considerável nos vários indicadores, com destaque para o VAB da empresa, para o volume de negócios internacional e para o trabalho qualificado. Refira-se que estes resultados são comprovados aquando do encerramento dos projetos (normalmente 3 anos após a conclusão do investimento), sendo que do seu cumprimento está dependente a atribuição do prémio de realização.

Analisando a **tipologia das despesas elegíveis**, conclui-se que os projetos de inovação de produto e de processo se destinam essencialmente ao financiamento de investimento produtivo, refletindo assim a sua vocação estrutural.

No final de 2013 encontravam-se **contratados 770 projetos**, correspondendo a 95% do total de projetos aprovados no SI Inovação, dos quais 243, com um incentivo de 502,5 milhões de euros, foram contratados durante o ano em análise.

Na Caixa seguinte, apresentam-se algumas conclusões das Avaliações entretanto realizadas relativamente ao SI Inovação.

#### **Caixa 23: Conclusões das Avaliações sobre o SI Inovação**

“O SI Inovação comporta uma dimensão de impacto relevante claramente maioritária no plano quantitativo, completada por indicações positivas em matéria de qualificação do emprego e moderadamente satisfatórias em matéria de esforço de exportação, que lhe confere um inquestionável valor transformador nas condições de competitividade e concorrência das empresas apoiadas.”

Fonte: Relatório Final da Avaliação da operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda Fatores de Competitividade, Augusto Mateus & Associados, jun.2011

A **Caixa 24** refere-se a um dos projetos aprovados no SI Inovação, que visa a reorientação da produção da empresa ADIRA - METAL FORMING SOLUTIONS, SA, alterando substancialmente a forma como opera e os mercados que pretende consolidar.

**Caixa 24: Projeto de Inovação Produtiva - Expansão de unidade produtiva e aumento da cadeia de valor - ADIRA - Metal Forming Solutions, SA**

**MEDIDA DE APOIO:** SI INOVAÇÃO – INOVAÇÃO PRODUTIVA

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Adoção de novos processos ou métodos

**N.º DE PROJETO:** 17367

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** Expansão de unidade produtiva e aumento da cadeia de valor

**PROMOTOR:** ADIRA - METAL FORMING SOLUTIONS, SA

**LOCALIZAÇÃO:** Canelas, Vila Nova de Gaia

**CALENÁRIO DE EXECUÇÃO:** 01 de junho de 2012 a 30 de Junho de 2014 (prorrogado)

**INVESTIMENTO APROVADO:** 983.193,32 euros **INCENTIVO APROVADO:** 639.075,66 euros

**TAXA DE EXECUÇÃO:** 37,9%

**DESCRIÇÃO DO PROJETO:**

A ADIRA - METAL FORMING SOLUTIONS, SA é a empresa dentro do Grupo ADIRA que concentra todas as atividades que se relacionam com as operações industriais.



Embora só em 2013, em resultado de uma reorientação estratégica do Grupo, tenha agregado essas funções, a origem desta empresa remonta a 1989 altura em que foi fundada com a vocação de produzir estruturas metálicas de grande porte destinadas à indústria de bens de equipamento.

A empresa posicionava-se, antes deste projeto, como um fornecedor de componentes, estruturas metálicas e serviços destinados à indústria da metalomecânica pesada, que trabalhava por encomenda sem uma linha de produtos próprios estabelecida.

Mas, com este investimento foi implementada uma unidade industrial focada no fabrico e montagem de máquinas-ferramentas, com o reforço da sua capacidade produtiva, a utilização de processos flexíveis e de elevada produtividade, um reforço da Qualidade, Higiene, Saúde e Segurança e melhoria do ambiente interno, com a diminuição do impacto da atividade na envolvente externa e redução dos custos operacionais.

A ADIRA passou a posicionar-se como um empresa de produção e comercialização de máquinas-ferramentas destinadas à indústria metalomecânica (quinadeiras, guilhotinas, máquinas de corte).

O projeto contempla a implementação de diversas medidas entre elas:

- Um sistema logístico *demand-driven*;
- A aquisição de meios de movimentação pesados - pórticos e pontes rolantes de 40 tons e de equipamentos de movimentação de peças entre postos de trabalho;
- Metodologias de manutenção centradas na fiabilidade;
- A melhoria da produtividade pela implementação de modelos de *Lean Management*;
- A racionalização energética e gestão integrada da Qualidade, Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho e a certificação da empresa de acordo com os requisitos das normas ISO (com a instalação de estações de tratamento de óleos e de diluentes e introduzindo sistemas e metodologias para a racionalização e de monitorização energética);
- Melhoria do controlo dos processos e dos produtos através da implementação do autocontrolo e do controlo em cascata e da aquisição de equipamentos de medição e monitorização de elevado rigor e fiabilidade;
- Aplicação de TIC a todos os processos de gestão, com reforço e expansão do Sistema de Informação e controlo;

- Reforço da flexibilidade produtiva, através da aquisição de equipamentos produtivos de utilização polivalente e a reformulação do *layout* fabril;
- Recurso ao *outsourcing* estratégico de atividades complementares não críticas para o negócio e para a competitividade (de subsistemas hidráulicos estandardizados, subconjuntos elétricos e eletrónicos e o fabrico de pequenas peças metálicas,) com vista a diminuir o risco associado ao negócio, melhorar a racionalidade económica e limitar a ocupação do espaço físico existente para garantir o crescimento futuro.

greenbender



#### RESULTADOS ESPERADOS:

A estratégia que define este projeto de inovação tem como propósito um objetivo de aumento do volume vendas de máquinas ferramenta no ano cruzeiro (2016) na ordem das duas vezes e meia o volume de vendas atual. Acresce que esse objetivo conjugado com o volume de negócios internacional, marca uma reorientação de mercados, com um crescimento antecipado de cerca de 1 M€ (2009) para 23 M€ em 2016.

O projeto ainda se encontra a decorrer, podendo no entanto referir-se um nível de execução moderado, mas que incide sobre equipamentos pesados e diagnósticos, demonstrando em parte o bom cumprimento da reorientação produtiva.

Também aprovado no SI Inovação, o projeto seguinte, visa a produção de materiais de impressão e comunicação digital (tintas para impressão, rolos autoadesivos e painéis LED), diversificando assim a atividade da empresa, que se dedicava até ao momento apenas ao comércio por grosso de materiais.

**Caixa 25: Projeto de Inovação Produtiva - Internacionalização pela produção de novos produtos (leds) e adoção de novos métodos (UV) - DIGIDELTA Internacional Import Export, SA.**

**MEDIDA DE APOIO:** SI INOVAÇÃO – INOVAÇÃO PRODUTIVA

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** ADOÇÃO DE NOVOS PROCESSOS OU MÉTODOS

**N.º DE PROJETO:** 17831

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** INTERNACIONALIZAÇÃO PELA PRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS (LED?S) E ADOÇÃO DE NOVOS MÉTODOS (UV)

**PROMOTOR:** DIGIDELTA INTERNACIONAL IMPORT EXPORT, SA.

**LOCALIZAÇÃO:** Torres Novas

**CALENDRÁRIO DE EXECUÇÃO:** 20 de Fevereiro de 2011 a 09 de dezembro de 2013

**INVESTIMENTO REALIZADO:** 3.195.931,80 **INCENTIVO REALIZADO:** 1.547.025,34euros

**TAXA DE EXECUÇÃO:** 100% (previsto)

## DESCRIÇÃO DO PROJETO:

A DIGIDELTA, S.A. é uma média empresa localizada em Torres Novas, que iniciou atividade a 11 de julho de 1994 e cujo objeto social é a importação, exportação e comércio de representações e produtos para as empresas da área do comércio e serviços, a prestação de serviços e assistência técnica, a transformação de todo o tipo de suportes, materiais de impressão e a comunicação digital. É uma empresa integradora de sistemas que fornece soluções de valor acrescentado para o mercado de impressão digital de grande formato, fundamentalmente às empresas produtores de publicidade e empresas industriais.

O presente projeto é uma continuação do plano de investimentos apresentado numa outra candidatura, apresentada em março de 2007. Esse projeto anterior permitiu o arranque da marca DECAL, abrindo um novo segmento de mercado para a DIGIDELTA e assentou nos seguintes investimentos:

- Linha de produção de auto adesivos: Esta linha permitiu dar os primeiros passos no âmbito da tecnologia UV. Atualmente esta linha está em funcionamento 24 horas por dia (3 turnos em laboração). As necessidades/procura do mercado português estão 100% satisfeitas. No entanto há um défice na capacidade de fornecimento a clientes fora do território nacional.
- Aquisição de equipamento de calibração, medição, afinação dos *Leds* que compõem os *outdoors* NETSCREEN. No presente um cliente compra um *outdoor* e tem a garantia - fruto dos investimentos incluídos no referido projeto - que não perde qualidade em termos de cor, fruto do sol, chuva a que o mesmo está sujeito. Quando um dos pequenos *Leds* que compõem o painel se avaria, caso o cliente o substituísse notar-se-ia a diferença. Através do gabinete de calibração, consegue-se provocar um desgaste no novo *Led* semelhante aos demais, criando uma homogeneização do desgaste para que não se note qualquer diferença, mantendo não só a vida útil do *outdoor* como a sua e qualidade.



Deste modo, a Digidelta desenvolveu em continuidade da sua estratégia, um novo projeto cujos investimentos principais são a aquisição de uma Linha de auto adesivos UV e de uma Linha de montagem *LEDS*.

A Digidelta aplica presentemente a tecnologia autoadesivo nos materiais: vinil; laminação; bi-adesivos e termo adesivos.

Neste sentido, os investimentos previstos neste projeto permitem:

- Com a nova linha de auto adesivos UV, aplicar a tecnologia UV aos adesivos têxteis (têxtil para decoração de interiores), desenvolver esta aplicação para outros produtos (medicinais e alimentares), diminuir a utilização dos tradicionais solventes, altamente poluentes, utilizados no papel de parede/decoração, e aumentar a sua capacidade produtiva;
- Adquirir a nova linha de montagem *LEDS* e tornar Portugal num dos países produtores de *leds*, a seguir ao Japão, China e EUA;
- Consolidar a estratégia de Internacionalização;
- E apostar na presença nas principais feiras do setor.

Este projeto contribui para a competitividade nacional tendo em conta a adoção de novos materiais e processos através da aplicação de tecnologia UV aos autoadesivos para o setor de decoração de interiores.

A transferência de *know how* feita pela empresa Japonesa fabricante de *leds*, para a Digidelta, em conjunto com os investimentos previstos no presente projeto, vão permitir aplicar esta tecnologia - 100% ambiental - a outros nichos de produtos, nomeadamente, medicinais, alimentares, etc.

A adoção de novos materiais está associada ao desenvolvimento de novos processos tecnológicos aliado ao *know-how* sobre a tecnologia UV, apreendido através do conhecimento e experiência da equipa DIGIDELTA.

#### RESULTADOS ESPERADOS:

O resultado direto destes investimentos é o aumento do Volume de negócios de 14 M€ em 2009 para 22,4 M€ em 2016, não só diretamente pelo aumento de capacidade de produção, mas também da capacidade absorver novos conhecimentos e produzir produtos inovadores para o mercado. O projeto contribuiu para a criação de 5 postos de trabalho, dois dos quais altamente qualificados.

Já no setor do Turismo, o projeto "Douro Prestige" que se apresenta em seguida, visou a construção de um barco-hotel, com capacidade para 108 passageiros, destinado à atividade de cruzeiros turísticos na região do Douro.

#### Caixa 26: Projeto de Inovação Produtiva - Douro Prestige - Douroazul - Soc. Marítimo-turística, SA.

**MEDIDA DE APOIO:** SI INOVAÇÃO

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** PRODUÇÃO DE NOVOS BENS E SERVIÇOS

**N.º DE PROJETO:** 22368

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** DOURO PRESTIGE

**PROMOTOR:** DOUROAZUL - SOC. MARÍTIMO TURÍSTICA, SA.

**LOCALIZAÇÃO:** PORTO/MESÃO FRIO

**CALENÁRIO DE EXECUÇÃO:** 1 de junho de 2011 a 08 de abril de 2013

**INVESTIMENTO EXECUTADO:** 13.048.808,68 euros **INCENTIVO EXECUTADO:** 8.481.435,91 euros

**TAXA DE EXECUÇÃO:** 100%

#### DESCRIÇÃO DO PROJETO:

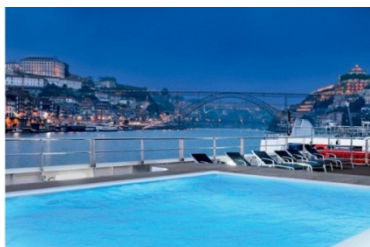
A DouroAzul tem como objeto social principal as atividades marítimo-turística e de animação turística, sendo a principal empresa do Grupo Douro Azul, cuja atividade se concentra nas seguintes áreas de negócio:

- Cruzeiros marítimo-fluviais;
- Atividades de animação turística;
- Atividade de heliturismo.



O conceito subjacente aos cruzeiros oferecidos pela DouroAzul consiste na conciliação da viagem pelo Rio Douro com excursões a locais histórico-culturais da região, possibilitando aos turistas uma apreciação mais profunda da Região do Douro através, nomeadamente, de visitas pré-definidas a quintas típicas, a locais de interesse histórico, paisagístico e cultural e às tradicionais caves de vinho do Porto.





A DouroAzul desenvolve a sua atividade operacional no setor dos cruzeiros fluviais, dispondo de percursos que compreendem viagens diárias entre as pontes que ligam Porto e Vila Nova de Gaia, viagens temáticas às quintas do Alto Douro Vinhateiro e programas semanais em barcos-hotel entre o Porto e Barca d'Alva (perto da fronteira espanhola). Assume-se, atualmente, como o principal operador turístico de cruzeiros a operar no Rio Douro e em Portugal, sendo detentora de uma quota de mercado superior a 50%. No segmento dos

cruzeiros turísticos em barcos-hotel, a Empresa partilha o mercado com apenas mais um *player*, uma empresa de origem francesa que, desde 2002, concorre com a DouroAzul neste segmento.

No ano de 2010, a Empresa transportou nos seus barcos 73.807 passageiros, dos quais 9.469 turistas estrangeiros que visitaram a região do Douro durante 8 dias e 7 noites, num dos barcos-hotel da empresa. Tal representa, aproximadamente, 64.338 dormidas por ano, com um impacte significativo no volume de negócios da Empresa, bem como na rentabilidade esperada.

O projeto «Douro Prestige» visou a construção e aprestamento de um novo barco-hotel, o MS Amavida, o qual integra a frota da DouroAzul, para a realização de cruzeiros turísticos, com a duração de 8 dias e 7 noites, no Rio Douro, bem como a preparação de um pacote de atividades complementares de animação, que formam um conjunto de novos serviços para a empresa, tentando atingir o segmento dos turistas seniores pertencentes às *upper-classes*.



Neste sentido, o investimento efetuado visou:

- Construção, equipagem e aprestamento do conjunto das componentes que integram a embarcação: (1) 54 modernos, espaçosos e requintados quartos, dois dos quais para turistas portadores de deficiências motoras (2) um salão restaurante com capacidade para 108 pessoas, (3) um salão superior amplo (totalmente envidraçado o que permite uma magnífica vista panorâmica), com serviço de bar, pista de dança e espetáculos e mini biblioteca, (4) uma pequena loja de *souvenirs*, (5) um ginásio e um SPA, (6) um *sun deck* no convés superior com piscina, (7) painéis solares para produção de energia elétrica e (8) um heliporto;
- Desenvolvimento de infraestruturas para garantir um serviço de apoio e acompanhamento do turista mais intimista e próximo, fator de valorização crítico no novo segmento de mercado que a Empresa procura atingir, e que se traduziu na (1) construção de um Centro de Acolhimento dos turistas, destinado ao acolhimento personalizado dos turistas da «Douro Prestige», (2) aquisição de equipamento de transporte (dois autocarros) para assegurar o transporte dos turistas durante a realização dos *tours* e visitas aos locais histórico-culturais e (3) aquisição de um helicóptero para realização de circuitos turísticos aéreos contemplando itinerários inacessíveis por barco e autocarro;
- Desenvolvimento de atividades complementares de animação, nomeadamente: (1) *tours* de helicóptero, (2) uma "viagem no tempo" pela história de Portugal, (3) atividades de *bird watching*, (4) *tours* a locais histórico-culturais e zonas de interesse paisagístico da região, (5) *workshops* sobre a gastronomia duriense e o artesanato regional e (6) mostras de cinema nacional.

O projeto tem subjacente o conceito turístico de *touring*, na medida em que pretende aliar a realização das viagens em barco-hotel, no Rio Douro, com *tours* a locais histórico-culturais a zonas de interesse paisagístico da região.

Neste sentido, esta embarcação é utilizada para a realização de viagens no Rio Douro, as quais podem incluir um conjunto de inovadoras atividades complementares de animação, tais como *tours* de helicóptero, uma "viagem no tempo" pela história de Portugal, atividades de *bird watching* e *tours* a locais histórico-culturais e zonas de interesse

paisagístico da região.

Adicionalmente, este barco-hotel da DouroAzul poderá ser utilizado para a realização de outras atividades de animação, nomeadamente *workshops* sobre a gastronomia duriense e o artesanato regional ou mostras de cinema nacional, destinando-se a ser utilizado por turistas, de origem maioritariamente internacional (alemã, russa e norte-americana).

#### RESULTADOS DO PROJETO:

Em resultado deste projeto a empresa espera atingir em ano cruzeiro (2016) uma faturação total de 20,5 milhões de euros, sendo que 75% desta faturação será realizada no mercado internacional.

Com o projeto a empresa cria mais 83 postos de trabalho, dos quais 40 altamente qualificados.



Na Caixa seguinte apresenta-se um projeto do regime especial, que visa a modernização das unidades industriais e das áreas de Inovação e *Marketing* Internacional da empresa Amorim Revestimentos, S.A, para que possa suportar a sua estratégia de crescimento sustentável.

#### Caixa 27: Projeto de Inovação Produtiva (Regime Especial) - Estratégia de crescimento sustentável (via aposta em mercados de elevado potencial e em produtos de maior valor acrescentado) e de aumento da produtividade - Amorim Revestimentos, S.A

##### MEDIDA DE APOIO: SI INOVAÇÃO – PROJETO DO REGIME ESPECIAL

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Adoção de novos processos ou métodos e Expansão de capacidades de produção

N.º DE PROJETO: 1530

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL (VIA APOSTA EM MERCADOS DE ELEVADO POTENCIAL E EM PRODUTOS DE MAIOR VALOR ACRESCENTADO) E DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

PROMOTOR: AMORIM REVESTIMENTOS, S.A. (Amorim Investimentos, S.A.)

LOCALIZAÇÃO: Aveiro

CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO: 12 de fevereiro de 2008 a 30 de dezembro de 2011

INVESTIMENTO EXECUTADO 25.221.087,09euros INCENTIVO EXECUTADO: 6.557.482,64 euros

TAXA DE EXECUÇÃO: 90%

##### DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O Grupo Amorim é uma das maiores, mais empreendedoras e dinâmicas multinacionais de origem portuguesa. Teve origem no negócio da cortiça, em 1870, sendo hoje líder destacado no setor a nível mundial.

A Amorim Revestimentos (AR) é a Unidade de Negócios Revestimentos da Corticeira Amorim SGPS (*holding* para a área da cortiça do Grupo " Corticeira Amorim SGPS") que tem vindo nos últimos anos a implementar uma estratégia de





crescimento suportada no desenvolvimento de novos produtos que respondam às tendências do mercado de revestimentos, pela penetração em mercados de elevado potencial de crescimento e no aumento da eficiência dos processos.

Presente em mais de 50 países, é internacionalmente reconhecida pela qualidade e inovação dos seus produtos, uma vez que ao combinar métodos tradicionais de produção de cortiça.com a mais recente tecnologia, a Amorim



#### Decorativo Rústico

Solução de aglomerado de cortiça expandida, vocacionada para o revestimento de paredes interiores.

Revestimentos desenvolve produtos distintos, elegantes, resistentes e confortáveis, utilizando um material cujas características não foram ainda reproduzidas e com benefícios ambientais comprovados.

A AR distribui os seus revestimentos através de marcas como: *Ipocork*, *Wicanders* e *Corklife*.

A sua rede de distribuição abrange quase todos os países do mundo, sendo as marcas comercializadas através de subsidiárias e agentes/distribuidores. Estas subsidiárias estão presentes nos mercados mais relevantes e são denominadas de *Sales Companies* e embora dotadas de autonomia jurídica, seguem as orientações fornecidas pelo produtor.

Com o projeto, a empresa pretendeu modernizar as suas unidades industriais e as áreas de Inovação e *marketing* internacional, de forma a suportar a estratégia de crescimento sustentável que tem vindo a ser encetada pela Amorim Revestimentos.

Para tal, a empresa assumiu os seguintes objetivos:

- Implementação de um novo processo de colagem (“*hot-melt*”) que permite agregar diferentes materiais à cortiça;
- Introdução de um novo processo de corte das placas de cortiça de alta precisão, que ajuda diminuir o desperdício;
- Instalação de uma unidade produtiva de *flooring* que possibilita a produção de produtos diferenciados com cortiça e que incorpora um novo sistema de pintura, um inovador processo de escolha automática para segregação de material e deteção de defeitos;
- Investimentos na implementação da *lean production* e redefinição de *layouts*, na instalação de controlos automatizados e metodologias de secagem mais eficazes.
- Investimentos em TIC.
- Participação em Feiras Internacionais especializadas em materiais de construção.

#### RESULTADOS DO PROJETO:

Este projeto concluiu-se com um elevado grau de execução física e financeira, executando na totalidade os investimentos nos processos produtivos e tendo ficado aquém apenas nos investimentos relativos à internacionalização (participação em algumas feiras e *marketing*).

Verificou-se a participação nas seguintes 14 Feiras: Heimtextil Frankfurt 2009, Domotex Hannover 2009, Domotex Shanghai 2009, Bau Munique 2009, Surfaces (EUA) 2008 e 2009, Euroshop Dusseld, Japan Home and Building Show 2008, Flooring Moscow 2009, Host Milano 2009, Chile, The Hotel Show, Orgatec, Domotex – Dubai.

Estes investimentos permitiram inovar e aumentar a eficiência produtiva da empresa, o que é uma vantagem estratégica no desenvolvimento futuro da mesma, além de manterem a sua visibilidade internacional.

O volume de negócios internacional representa perto de 90% do volume de negócios da AR, revelando a importante dimensão internacional da empresa.

Estando o processo de encerramento em curso, em fase de apresentação de dados finais, a AR prevê um aumento em cerca de 10% em 2014 (em relação a 2009) no seu volume de negócios internacional, ou seja de cerca de 70,4 M€ (2009) para 77,4M€ (2014).



#### Corkoco

Solução que recorre a dois produtos naturais com características ímpares, a cortiça e o coco, garantindo alto desempenho no isolamento acústico. É especialmente vocacionada para aplicação em tetos, paredes e pavimentos.

## SI QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME

No final de 2013, o SI Qualificação e Internacionalização de PME somava 2.809 **candidaturas** ao COMPETE, envolvendo mais de 1,3 mil milhões de euros de investimento.

Como referido anteriormente, as micro e pequenas empresas são apoiadas através dos PO Regionais, sendo enquadradas no COMPETE as empresas de média dimensão ou as que apresentem projetos localizados em mais do que uma região de convergência. Neste sentido, há que ter presente que este instrumento tem um forte financiamento através dos PO Regionais, com especial destaque nos projetos simplificados e projetos individuais.

No final do ano encontravam-se **aprovados 1.683 projetos**, com um investimento elegível de 659,4 milhões de euros e um incentivo de 344,1 milhões de euros. Por tipologia, destacam-se, com maior número de projetos, os projetos individuais e de cooperação. Os projetos conjuntos, com um investimento médio de 1,8 milhões de euros, assumem maior relevância a nível do incentivo atribuído.

**Tabela 3.23: Candidaturas e Projetos Aprovados no SI Qualificação PME, por Tipologia de Apoio, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Instrumento	Candidaturas (2007-2013)		Projetos Aprovados (2007-2013)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Projetos Individuais e de Cooperação	1.621	766.535	872	277.064	122.822
Projetos Conjuntos	277	562.492	206	369.323	211.596
Projetos Simplificados – Inovação, Energia ou Ambiente e Internacionalização	911	19.704	605	12.974	9.700
<b>TOTAL SI Qualificação PME</b>	<b>2.809</b>	<b>1.348.732</b>	<b>1.683</b>	<b>659.360</b>	<b>344.118</b>

Fonte: SI POFC.

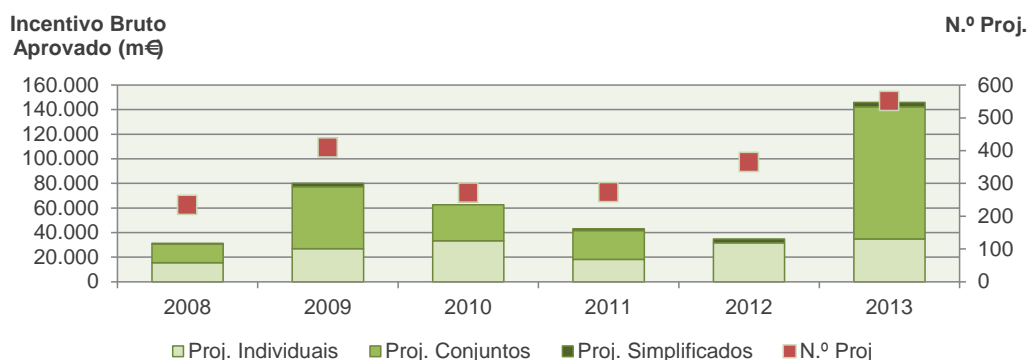
Em 2013 entraram 525 **candidaturas**, com um investimento associado de 225,5 milhões de euros, em resultado das fases dos seguintes AAC:

- AAC n.º 05/SI/2012 – Projetos Conjuntos (Internacionalização): 2.ª fase de 22/04/2013 a 15/07/2013;

- AAC n.º 06/SI/2012 – Projetos simplificados: 2.ª fase de 24/11/2012 a 14/03/2013, 3.ª fase de 15/03/2013 a 15/05/2013, 4.ª fase de 16/05/2013 a 15/07/2013, 5.ª fase de 16/07/2013 a 13/09/2013 e 6.ª fase de 14/09/2013 a 13/11/2013;
- AAC n.º 10/SI/2012 – Projetos Individuais: 2.ª fase de 02/01/2013 a 20/03/2013, 3.ª fase de 21/03/2013 a 28/06/2013 e 4.ª fase de 01/07/2013 a 16/09/2013;
- AAC n.º 11/SI/2012 – Projetos Conjuntos (Outras Tipologias): 2.ª fase de 22/04/2013 a 15/07/2013.

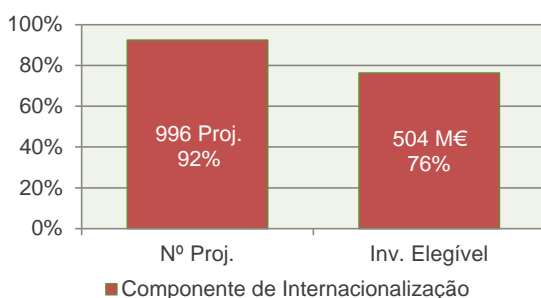
Em termos de **aprovações** anuais, verifica-se que 2013 representou o ano com o maior nível de incentivo aprovado, reflexo da grande procura associada aos últimos concursos do Programa, com especial destaque para os Projetos Conjuntos.

Gráfico 3.35: Incentivo Bruto Aprovado no SI Qualificação PME por Ano, 2007-2013



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.36: Projetos Aprovados da Tipologia Internacionalização no SI Qualificação PME (Proj. Individuais e Conjuntos), 2007-2013

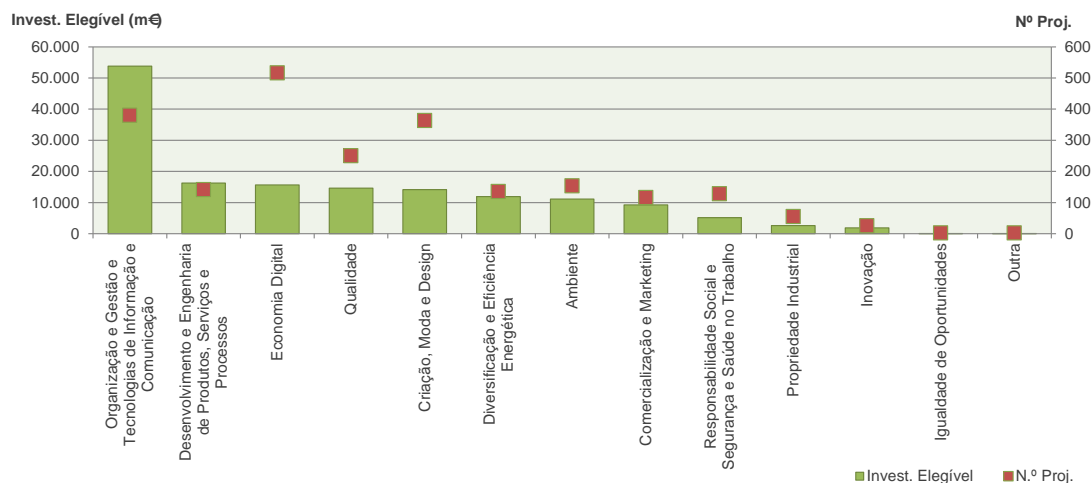


Fonte: SI POFC.

Nos projetos individuais e conjuntos, a Internacionalização é a principal **tipologia de investimento**, sendo que 92% dos projetos aprovados incluem investimentos neste domínio, num total de 76% do investimento elegível apoiado nestes instrumentos.

Quanto às restantes tipologias, destaca-se “Organização e Gestão e “Tecnologias de Informação e Comunicação” (8% do investimento elegível) e “Economia Digital” (presente em 48% dos projetos).

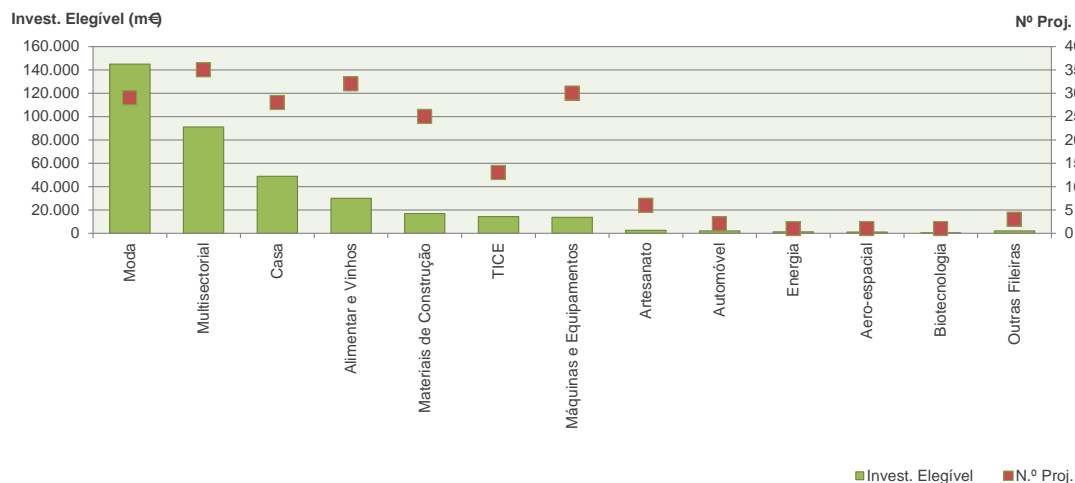
**Gráfico 3.37: Projetos Aprovados noutras Tipologias (exceto internacionalização) no SI Qualificação PME (Proj. Individuais e Conjuntos), 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

No âmbito dos projetos conjuntos e dos efeitos por eles gerados junto das empresas e das respetivas atividades em torno das diferentes cadeias de valor, salientam-se as **fileiras** da Moda (29 projetos aprovados e 39% do investimento elegível), Casa (13%) e Alimentar e Vinhos (8%), bem como os projetos multisectoriais (25%).

**Gráfico 3.38: Projetos Aprovados nos Projetos Conjuntos do SI Qualificação PME por Fileira, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

No final de 2013, encontravam-se **encerrados 62 projetos conjuntos**, todos de Internacionalização, com um incentivo associado de 36,8 milhões de euros. Estes projetos envolveram 1.534 empresas, 67% das quais inseridas no setor da Indústria.

### Caixa 28: Projetos Conjuntos

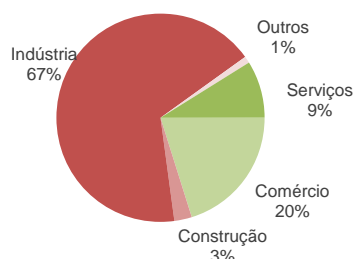
Os Projetos Conjuntos são programas estruturados de intervenção num conjunto maioritariamente composto por PME, promovidos por entidades públicas, associações empresariais ou entidades do Sistema Científico e Tecnológico. Envolvendo no mínimo 10 PME, podem abranger diferentes áreas de intervenção, sendo a internacionalização a que assumiu maior destaque no QREN.

Como principais vantagens destaca-se o desenvolvimento de projetos de maior dimensão e o consequente aproveitamento de sinergias, ganhos de eficiência e redução de custos para as empresas participantes, o aumento da articulação entre empresas e, no âmbito dos projetos de internacionalização, uma mais eficaz promoção da imagem do país, uma vez que a presença do conjunto das empresas em eventos internacionais confere maior visibilidade e maximiza os resultados da participação e o aumento da capacidade de resposta e participação ativa das empresas no mercado global, através do apoio das entidades promotoras que dispõem já de algum conhecimento dos mercados e das suas exigências.

Os resultados da implementação deste tipo de projetos foram positivos, em especial em empresas de menor dimensão, tal como salienta o Relatório Final da Avaliação Intercalar do COMPETE: “[...] pela positiva, relevam-se os efeitos e resultados potenciais em matéria de crescimento das exportações e da orientação exportadora associados aos projetos conjuntos, nomeadamente em micro e pequenas empresas sem experiência de internacionalização.”

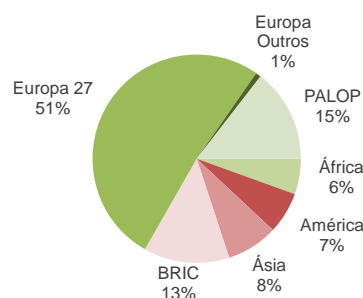
Relativamente aos mercados-alvo, destaque-se o fomento de diversificação dos mercados, designadamente em direção aos PALOP e BRIC, não obstante a relevância dos parceiros comunitários nos quais se realizaram 51% das participações.

**Gráfico 3.39: Empresas Participantes nos Projetos Conjuntos Encerrados, por Setor de Atividade, 2007-2013**



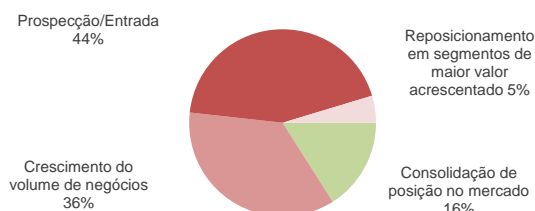
Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.40: Mercados Internacionais Alvo das Empresas Participantes nos Projetos Conjuntos Encerrados, 2007-2013**



Nota: África não inclui PALOP; Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) não incluídos em América, Ásia ou Europa: Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.41: Empresas Participantes em Projetos Conjuntos Encerrados, por Objetivo, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

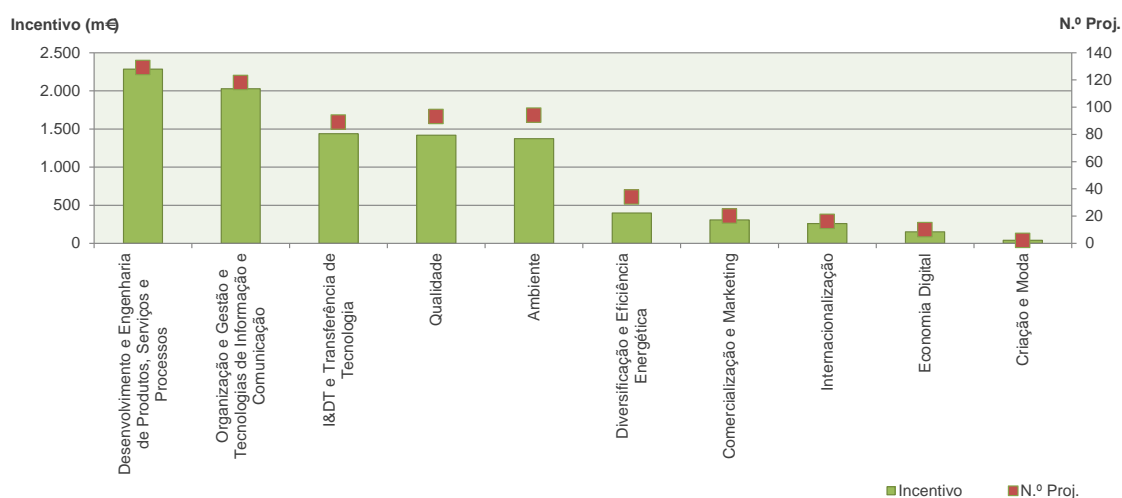
Relativamente ao **objetivo dos projetos**, verifica-se que 44% das participações visam a prospecção/entrada em novos mercados, 36% o aumento do volume de negócios, 16% a consolidação de posição no mercado e 5% o reposicionamento em segmentos de maior valor acrescentado.

Já no que concerne à **criação de emprego** (ver ponto 2.3.2), o SI Qualificação PME apoia as despesas, por um período até 24 meses, com a contratação de um máximo de 2 novos

quadros técnicos, com nível de qualificação igual ou superior a VI. Neste âmbito, foram contratados 951 novos técnicos pelas PME para a implementação dos respetivos projetos.

Nos **Projetos Simplificados**, as principais áreas em que as PME recorreram a serviços de consultadoria foram “Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos”, “Organização e Gestão e TIC”, “I&DT e Transferência da Tecnologia”, “Qualidade” e “Ambiente”, que concentram 88% do incentivo total atribuído a estes projetos (respetivamente, 24%, 21%, 15%, 15% e 14%).

**Gráfico 3.42: Projetos Aprovados no SI Qualificação PME (Projetos Simplificados) por Área de Intervenção, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Em 2013 foram **contratados** 448 projetos no SI Qualificação PME, com um incentivo associado de 88 milhões de euros. No final do ano encontravam-se contratados 1.450 projetos com um incentivo de 265,8 milhões de euros, correspondendo a 77% do total do incentivo atribuído neste Sistema de Incentivos, sendo que a quase totalidade dos projetos ainda não contratados correspondem a projetos aprovados em 2013.

O projeto apresentado em seguida obteve apoios no domínio da Internacionalização, tendo a contribuído para a expansão da base de exportações da empresa promotora (atualmente mais de 70 mercados) e para o reconhecimento internacional das suas marcas, obtendo, por isso, excelentes resultados ao nível do volume de negócios.

**Caixa 29: Projeto de qualificação e internacionalização de PME (Individual/Cooperação) - Aveleda - Estratégia de internacionalização 2011/2012 - Europa/Israel - Aveleda, Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta da Aveleda, S.A.**

**MEDIDA DE APOIO: SI QUALIFICAÇÃO PME «INDIVIDUAIS/ COOPERAÇÃO»**

**ÁREA DE INTERVENÇÃO: Qualificação e Internacionalização PME**

**N.º DE PROJETO: 18286**

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO: Aveleda - Estratégia de internacionalização 2011/2012 - Europa/Israel**

**PROMOTOR: Aveleda, Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta da Aveleda, S.A.**

**LOCALIZAÇÃO: Penafiel, Porto**

**CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO: 26 de janeiro de 2011 a 27 de junho de 2013 (ENCERRADO)**

**INVESTIMENTO REALIZADO: 666.269,12 euros INCENTIVO REALIZADO: 322.032,24 euros**

**Taxa de Execução: 90,2%**

| 197

#### DESCRIÇÃO DO PROJETO:

A Aveleda, Sociedade Agrícola Comercial da Quinta da Aveleda, S.A, detida pela Holding Fernando & Irmãos SGPS, S.A., constitui-se como uma empresa de cariz familiar, dirigida e orientada pela mesma família desde o século XIX e cuja atividade foi desde sempre dedicada à produção e comercialização de vinho verdes, DOC Douro e Bairrada, tendo tido em 2009, um volume de negócios na ordem dos 28,4 milhões euros.



A empresa tem visto serem-lhe atribuídas várias medalhas em exposições e concursos internacionais. Digno de nota é o facto de, entre 1993 e 2012, a Aveleda ter recebido por 11 vezes o **International Winery of the Year** pela prestigiada revista norte-americana «Wine&Spirits».

Situada em Penafiel, a Quinta da Aveleda foi responsável, em 2009, por uma produção superior a 10 milhões de litros de um conjunto de vinhos e aguardentes, provenientes das mais famosas regiões demarcadas do Norte de Portugal (Vinhos Verdes, Douro e Bairrada), tendo uma gama alargada de produtos, os quais se repartiam por duas áreas de negócio distintas: (1)

produção de vinhos e aguardentes, representando 96,8% do seu volume de vendas de produtos no ano pré-projeto (2009) e (2) produção de queijos que, no mesmo ano, representou cerca de 3,2%.

Os vinhos e aguardentes produzidos pela Empresa são comercializados com Denominação de Origem Controlada (D.O.C.) em cerca de 100 países e sob várias marcas distintas, a saber: o Casal Garcia, Casal Garcia Rosé, Aveleda Fonte, Quinta da Aveleda, Aveleda Follies, Grande Follies Tinto, Grande Follies Branco, Charamba, Praia e Grinalda. De igual modo, a Empresa produz a mais famosa aguardente em Portugal, a Adega Velha e o vinho de mesa: AVA.

Importa também referir a obtenção por parte da Aveleda da Certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental de acordo com o referencial ISO 14001:2004 em março de 2009, que constituiu uma ferramenta estratégica, possibilitando a identificação de oportunidades de melhoria que reduzam ou minimizem os impactos das suas atividades no ambiente.



No projeto submetido e já concluído no âmbito do SI Qualificação, a Aveleda procedeu a estudos estratégicos de colocação em mercados, bem como um estudo de notoriedade da marca Casal Garcia. Ainda com vista à internacionalização, o seu esforço de promoção incidiu não só na conceção e distribuição de brochuras, mas também na criação de um *spot* promocional em Alemão e um vídeo em francês. Apostaram também na presença em revistas estrangeiras de vinhos e em anúncios na rádio francesa e RTP Internacional.

Este esforço de internacionalização foi acompanhado pela proteção da marca através do registo internacional em Angola, Macau, Cabo Verde e na União Europeia.



**RESULTADOS OBTIDOS:**

Das atividades de internacionalização apoiadas que decorreram no período do projeto salienta-se a participação nos seguintes concursos internacionais: *Concours Mondial des Vins* (França), *Les Citadelles du Vin* (França), *Mundus Vini* (Alemanha), *Decanter World Wine Awards* (Reino Unido), *International Wine Challenge* (Reino Unido), *International Wine & Spirits Competition* (Reino Unido) e no Concurso Mundial de Bruxelas.

A participação nestes concursos reconhecidos internacionalmente foi recompensada com vários prémios, dos quais se salientam o concurso *International Wine Challenge* 2012 onde o vinho Quinta da Aveleda foi galardoado com uma Medalha de Prata, o *Mundus Vini* 2012 e 2013 com a obtenção de uma Medalha de Ouro para os vinhos Aveleda Alvarinho e Aveleda Reserva da Família ou ainda do Concurso Mundial de Bruxelas 2013, onde o *Follies* Touriga Nacional recebeu uma Medalha de Ouro.

A empresa no seu esforço de captação de mercados e consumidores fez 250 ações de Degustação (Provas de vinho) repartidas pela Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo e Reino Unido.

Procedeu também a ações de promoção e publicidade audiovisual na Alemanha, Bulgária, Dinamarca, Estónia, França, Luxemburgo e Suécia e a ações de prospeção de futuros clientes na Bélgica, Dinamarca, França, Israel e Suécia.

A presença internacional da empresa representa agora cerca de 70% do seu volume de negócios, quando no início do projeto representava cerca de **49%**, sendo este o resultado mais notório do investimento realizado. Os EUA e a Alemanha são os principais mercados de exportação, com cerca de 16% e 15% (respetivamente) do volume de vendas, seguidos de França (7%), Canadá (6%), Brasil (5%) e Angola (3%).



Apresenta-se, na Caixa seguinte, um dos projetos conjuntos aprovados no SI Qualificação PME, no âmbito da Internacionalização, neste caso do setor das Rochas e Pedras Ornamentais, no qual participaram cerca de 40 empresas. Este é um tipo de iniciativa conjunta que aposta na participação em Feiras e outros eventos, pretendendo fomentar a criação de uma presença constante no mercado, com o propósito último de incentivar as exportações e o crescimento das empresas através da captação de novos mercados.



**Caixa 30: Projeto de qualificação e internacionalização de PME (Conjunto) - INTERSTONE 2013 – ASSIMAGRA (Assoc. Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins)**

**MEDIDA DE APOIO:** SI QUALIFICAÇÃO PME – PROJETOS CONJUNTOS

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Promoção Internacional

**N.º DE PROJETO:** 30048

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** INTERSTONE 2013

**PROMOTOR:** ASSOC. PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS – ASSIMAGRA

**Nº DE EMPRESAS PREVISTAS:** 40

**LOCALIZAÇÃO:** Leiria

**CALENDRÁRIO DE EXECUÇÃO:** 11 de novembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013

**INVESTIMENTO APROVADO:** 1.335.518,29 euros **INCENTIVO APROVADO:** 958.518,50 euros

**Taxa de Execução:** cerca de 89% (previsto)

| 199

**DESCRIÇÃO DO PROJETO:**

A ASSIMAGRA é uma associação empresarial com uma larga experiência no apoio à internacionalização das empresas do setor da rocha ornamental e no geral, da fileira dos materiais de construção, fruto de parcerias com as associações representativas dos diferentes setores integrados na fileira de materiais de construção.

A Associação apresentou um projeto que abrangeu mercados onde se verifica um crescimento do setor da construção civil e obras públicas, como a Argélia, China e Brasil, numa estratégia de continuidade de aposta em mercados relevantes na promoção dos materiais de construção. O projeto inclui ainda uma aposta em novos mercados, tais como a Alemanha, Argélia, França e Reino Unido. Em 2013, a abordagem aos mercados foi feita sobretudo através da



presença em eventos especializados, dirigidos ao setor, que proporcionem grande visibilidade junto de compradores e prescritores.

A ASSIMAGRA participou em feiras de referência a nível internacional nomeadamente a Expo-Revestir (Brasil), Xiamen Stone Fair (China), Coverings (EUA), Natural Stone Show (RU), Stone+Tec (Alemanha), Marmomacc (Itália) e Batimat (França).

Este projeto assentou no pressuposto base de ser parte integrante de um plano de promoção abrangente de todos os produtos da fileira dos equipamentos e dos materiais para a construção. Neste âmbito, as empresas envolvidas no projeto não pertencem exclusivamente ao setor dos mármore, granitos e ramos semelhantes, considerando igualmente diferentes setores da fileira equipamentos e materiais para a

construção.

Manteve-se assim a aposta em eventos relevantes para o setor como as feiras internacionais de Itália, "MARMOMACC" e na República Popular da China, "Xiamen Stone Fair", eventos que pela sua dimensão são já considerados eventos à escala global.

O mercado do Brasil mereceu também uma aposta continuada, com a participação no evento com maior relevância para este mercado, a feira "ExpoRevestir", em São Paulo.

Com o esforço de abordar novos mercados, surge o mercado dos EUA, um dos maiores mercados globais, que

concentra as maiores importações de produto transformado do mundo e cuja dimensão geográfica representa um sério obstáculo à competitividade das empresas o que justifica a participação na feira "Coverings" em Atlanta.

O continente europeu, que representa mais de 50% das exportações nacionais, mereceu ainda um esforço acrescido na abordagem de alguns mercados de elevada importância, justificando-se por isso a abordagem aos mercados da França, com a participação na feira de materiais de construção "Batimat", em Paris, ao mercado da Alemanha, com a participação na feira "Stonetech", na Alemanha, e ao mercado do Reino Unido com a participação na feira "Natural Stone Show", em Londres.

Os mercados da Argélia e da Rússia foram alvo de atividade no âmbito do projeto numa lógica de estratégia de eficiência coletiva, tendo sido organizadas missões de prospeção a estes Mercados que são considerados emergentes e novos para as Empresas de Pedra Natural, uma vez que apenas existe registo de exportações ocasionais.



#### RESULTADOS ESPERADOS:

No âmbito do projeto foram realizadas feiras nos mercados de Itália, Reino Unido, Alemanha, China, Brasil e EUA e missões na Argélia e Rússia.

De acordo com os dados do INE, o setor apresentou taxas de crescimento de 33,79% para Itália, 37,09% para o Brasil, 19,07% para Alemanha, 6,09% EUA, 8,88% para o Reino Unido e 108,86% para a Argélia, apenas se registando decréscimos nos mercados da Rússia em 5,28% e China em 7,95%.

Apresenta-se de seguida uma descrição detalhada de cada uma das ações realizadas com os respetivos resultados:

#### - Feira Marmomacc

Realizada entre os dias 25 e 28 de setembro de 2013 em Verona/Itália, a Marmomacc é um encontro imperdível para todos os profissionais: produtores e operadores do setor que procuram sucesso, num contexto cada vez mais especializado e competitivo. Trata-se de uma grande montra para admirar o melhor da tradição e inovação produtiva, nacional e internacional, e uma ferramenta eficaz de internacionalização das empresas e de promoção das particularidades e riqueza da pedra natural portuguesa e do seu potencial, na utilização em *design* e arquitetura.

A participação portuguesa contou com a participação de 21 empresas.



Este mercado, considerado como prioritário, totalizou 1100 contactos, numa média de 90 contactos por empresa. Foram prospetivados diversos negócios e confirmados cerca de 22. Os principais mercados que a feira atingiu foram o mercado interno, Índia, Arábia Saudita, Turquia, Israel, França, EUA, Brasil, Austrália, China, entre outros.

Em termos de volume de negócios, durante esta feira, foi possível recolher informação junto de algumas empresas de negócios com um valor aproximado de 1.195.000,00€.

É fundamental realçar a vontade manifestada por todos os expositores em manter e reforçar a participação nesta feira durante a próxima edição, reforçando a convicção de que esta é a participação internacional mais relevante para a consolidação da imagem e da presença do setor das Rochas Ornamentais no mundo.

#### - Feira Natural Stone Show

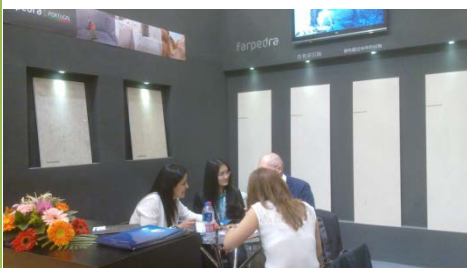
A Assimagra realizou pela 1.<sup>a</sup> vez a feira *Natural Stone Show* (Inglaterra/Londres) que decorreu de 30 de Abril a 2 de Maio 2013, onde estiveram presentes 7 empresas, numa área de 114 m2.

As empresas expositoras nesta feira fizeram um total de 320 contactos, nos 4 dias de feira, sendo a média para cada uma das empresas cerca de 46. Foram perspectivados cerca de 16 negócios e foram concretizados 2. Em termos de resultado da participação das empresas no evento, relativamente à faturação, nesta feira, obteve-se um valor total de 250.000 €.



Com esta feira atingiram-se mercados asiáticos, mas também o mercado europeu. (Bélgica, Rússia, Irlanda, França, entre outros).

#### - Feira Stone+Tec



Decorreu de 29 de Maio a 1 de Junho de 2013 a Stone+Tec (Alemanha/Nuremberga), Feira Internacional de Pedra e Tecnologia. Este é um evento essencial para especialistas nacionais e internacionais dos segmentos de processamento de pedra natural, sistemas de transporte, fabricação de ferramentas de diamante, pedra natural para cemitérios, etc. e contou com a presença de 699 expositores, dos quais 60% eram internacionais.

No que respeita à participação portuguesa de 2013, estiveram presentes em *stand* conjunto 9 empresas.

As empresas expositoras nesta feira fizeram um total de 540 contatos, sendo a média para cada uma das empresas cerca de 60. Foram perspectivados cerca de 62 negócios e foram concretizados 5.

Em termos de resultado da participação da empresa no evento, relativamente à faturação, nesta feira, obteve-se um valor total de 200.000€.

Com esta feira atingiu-se o mercado interno, tal como Bélgica, França, Rússia, Áustria, Suíça, entre outros.

#### - Feira Xiamen Stone Fair

Considerada uma das principais feiras do setor, decorreu entre 6 e 9 de Março de 2013, a feira Xiamen Stone Fair – Feira de pedra e máquinas do setor da Pedra Natural. Nesta edição, este evento de 4 dias, contou com a presença de 130.168 visitantes de 148 países, com uma área superior a 100.000 m2.

No que concerne à participação portuguesa de 2013, estiveram presentes em *stand* conjunto 16 empresas. As empresas expositoras nesta feira fizeram um total de 1520 contactos, nos 4 dias de feira, sendo a média para cada uma das empresas cerca de 95. Foram perspectivados cerca de 75 negócios e foram concretizados 15. Em termos de resultado da participação das empresas no evento, relativamente à faturação, nesta feira, obteve-se um valor total de 500.000€.

Com esta feira atingiu-se também outros mercados asiáticos, nomeadamente, Japão, Coreia, Singapura, Malásia, Taiwan entre outros.

#### - Feira Expo Revestir

Realizada de 5 a 8 de Março de 2013, a 11.<sup>a</sup> edição da EXPO REVESTIR foi encerrada com recorde de visitas e

volume de negócios gerados, além de apresentar as últimas tendências e lançamentos para o setor, consolidando-se como o principal evento de soluções em acabamentos para a construção civil da América Latina.

A EXPO- REVESTIR é um evento que reúne as últimas tendências e lançamentos para os setores de revestimentos, louças e metais sanitários.

Mais de 48 mil profissionais de 54 países marcaram presença no evento durante os seus quatro dias de realização. De entre os mais representativos públicos estão os arquitetos e *designers* de interiores, que corresponderam a 42% da visitação, e compradores, com 35%, com destaque para a presença das maiores e mais importantes revendas e construtoras do país.

Com aumento de 30% de área ocupada em relação a anos anteriores, a feira contou com a participação de 240 expositores, que apresentaram novidades em cerâmicas, louças sanitárias, metais para cozinhas, rochas ornamentais, laminados, madeiras, mosaicos.

A participação portuguesa contou com a presença de 6 empresas.

As empresas expositoras nesta feira fizeram um total de 550 contatos, nos 4 dias de feira, sendo a média para cada uma das empresas cerca de 90. Foram perspectivados cerca de 12 negócios e tendo sido concretizados 2. Em termos faturação das empresas participantes, estima-se que os negócios realizados durante a ação tiveram um valor global de cerca de 100.000€.



#### - Feira Coverings

O mercado dos Estados Unidos da América tem sido um importante mercado para os setores dos materiais de construção, sobretudo nos nichos de maior qualidade, e parece agora, com o atenuar da crise financeira e imobiliária, e com a queda da taxa de câmbio EUR/USD, recuperar interesse para as empresas portuguesas, que veem assim a sua competitividade reforçada.

A feira Coverings decorreu de 29 de Abril a 2 de Maio 2013 em Atlanta, promovendo sobretudo materiais como a cerâmica e a pedra natural, mas também a cortiça e a madeira. O público alvo desta feira são arquitetos, *designers*, engenheiros, construtores, instaladores, fabricantes, distribuidores, e retalhistas.



A participação promovida teve como objetivo reforçar a presença das empresas portuguesas neste mercado, concorrendo nos segmentos de maior valor acrescentado.

#### - Missão Argélia

Realizou-se de 10 a 13 de Novembro de 2013 a missão a Argélia em Argel, que contou com a presença de 10 empresas portuguesas. Foram conseguidos 81 contatos efetuados na preparação da missão, 9 contactos/reuniões durante a ação e 65 após a realização desta.

#### - Missão à Rússia

Realizou-se de 8 a 11 de Setembro de 2013, que contou com a participação de 6 empresas. Através desta missão obtiveram-se 112 contatos efetuados na preparação da missão, 5 contactos/reuniões durante a ação e 103 após a realização desta.

Segue-se outro dos projetos aprovados no SI Qualificação PME, no âmbito da Internacionalização, neste caso do Setor Metalúrgico e Metalomecânico, que contou com a participação de cerca de 40 empresas. Tratou-se de mais uma iniciativa conjunta que apostou na participação em Feiras e outros eventos, pretendendo fomentar a criação de uma presença constante no mercado, com o propósito último de incentivar as exportações e o crescimento das empresas através da captação de novos mercados.

**Caixa 31: Projeto de qualificação e internacionalização de PME (Conjunto) - Internacionalização do Metal - Plano de ação global, no contexto de uma visão integrada da indústria transformadora VII – AIMMAP (Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal)**

**MEDIDA DE APOIO:** SI QUALIFICAÇÃO – PROJETOS CONJUNTOS

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Promoção Internacional

**N.º DE PROJETO:** 30056

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** Internacionalização do Metal - Plano de ação global, no contexto de uma visão integrada da indústria transformadora VII

**PROMOTOR:** AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal

**N.º DE EMPRESAS PARTICIPANTES:** 41 (previstas)

**LOCALIZAÇÃO:** Porto

**CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO:** 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013

**INVESTIMENTO APROVADO:** 238.483,87 euros **INCENTIVO APROVADO:** 154.615,24 euros

**TAXA DE EXECUÇÃO:** Próximo dos 100%

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

A AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal é uma das mais representativas associações setoriais do país, cujo objetivo principal é servir os seus associados orientando-os na melhoria da competitividade e inovação constantes, fazendo-o de uma forma estruturada e duradoura.

A missão da AIMMAP é contribuir para a promoção e dinamização do setor, fornecendo o apoio técnico, tecnológico, formação profissional e apoio logístico, tendo como principal objetivo, o desenvolvimento sustentado do setor que representa.

O projeto foi concebido para um grupo homogéneo de empresas do setor metalúrgico e metalomecânico, produtoras de tecnologias de produção, com baixa ou elevada intensidade de exportações, que pretendesse iniciar ou consolidar a sua presença nos mercados internacionais.







Estes objetivos consubstanciaram-se nas seguintes ações:

- Participação na Feira ELMIA (Suécia), onde participaram 11 empresas;
- Participação na Feira MIDEST (França), onde participaram 31 empresas;
- Missão Empresarial à Argélia, onde participaram 9 empresas.

#### RESULTADOS ALCANÇADOS NO ÂMBITO DO PROJETO:

A promoção da internacionalização do setor e a intensificação e diversificação da presença nos mercados externos foram prioridades do projeto.

Apesar da difícil conjuntura vivida nos últimos anos, o projeto apresentou resultados positivos, revelando uma boa performance do setor. Assistiu-se, a partir de 2011, a um crescimento das exportações, representando 38% do volume de negócios total das empresas participantes, nesse ano. Em 2012, esse volume atingia os 48%, alcançando os 55%, em 2013.

Outro indicador de sucesso do projeto foi o crescente número de mercados, onde as empresas participantes concretizaram vendas (África do Sul, Argélia, Burkina Faso, Chile, Colômbia, Eslováquia, EUA, Guiné Bissau, Holanda, Indonésia, Panamá, Venezuela e Zâmbia).



Este projeto revelou ser uma excelente oportunidade para as empresas desenvolverem e expandirem os seus negócios, permitindo alargar a rede dos seus contactos, aumentando o grau de penetração nos mercados internacionais.

Será igualmente importante destacar, a evolução positiva do número de trabalhadores nas empresas participantes no projeto, entre os anos 2012 e 2013.

#### 3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Conforme referido no ponto 2.3.1, verificou-se uma elevada procura no âmbito dos concursos lançados em 2012-2013, tendo-se ultrapassado largamente a dotação inicialmente prevista em especial no caso do SI Inovação – Inovação Produtiva. Neste sentido, de modo a financiar a totalidade dos projetos elegíveis, foi decidida, através de despacho conjunto, a **alocação adicional de 304,3 milhões de euros**, possibilitando o financiamento da totalidade dos concursos do SI Inovação e SI Qualificação PME.

Por outro lado, a **difícil conjuntura macroeconómica** que a economia nacional atravessa, não apenas com reflexo ao nível do financiamento dos projetos (acesso a capitais alheios e obtenção de garantias necessárias à apresentação de pedidos de pagamento a título de adiantamento e para o encerramento dos projetos com incentivo reembolsável), mas também ao nível da diminuição da procura interna e externa (em especial na Europa) constitui a principal ameaça à boa realização dos projetos empresariais.

O COMPETE, em articulação com os PO Regionais, tem vindo a introduzir medidas de simplificação e desmaterialização, conforme detalhado no ponto 2.3.2., tendentes a facilitar e tornar mais céleres o processo de decisão e atribuição de incentivos às empresas.

Refira-se igualmente a disponibilização da linha Investe QREN (ver ponto 3.3.2) para financiamento às empresas com projetos aprovados.

### 3.3 EIXO PRIORITÁRIO III – FINANCIAMENTO E PARTILHA DE RISCO DA INOVAÇÃO

O Eixo III do COMPETE tem como principal missão contribuir para que a envolvente financeira se assuma como uma alavanca do desenvolvimento, permitindo às empresas implementar com sucesso as suas estratégias de criação, crescimento, consolidação e internacionalização.

As regras de execução estabelecidas no Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (“SAFPRI”) preveem os seguintes **instrumentos financeiros**:

- Instrumentos de reforço de capitais próprios de PME (fundos de capital de risco, fundos especiais de investimento e financiamento a investidores em capital de risco);
- Instrumentos de reforço de capitais alheios de PME (mecanismos de garantias de financiamento, conjugados com bonificações de taxas de juro e/ou de comissões de garantia).

Para operacionalização destes instrumentos, no âmbito de uma estratégia de centralização e coordenação de esforços e de recursos, foi constituído, através do Decreto-Lei n.º 175/2008, de 26 de agosto, um instrumento público único, o Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação (FINOVA), Fundo de Participação gerido pela PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A., que intervém nas diferentes vertentes de apoio ao financiamento de PME, com vista a reforçar a solidez, competitividade e o potencial inovador do tecido empresarial. Dos 27 instrumentos financeiros operacionalizados pelo COMPETE, 26 utilizaram o FINOVA como Fundo de Participação.

As intervenções apoiadas no âmbito do COMPETE circunscrevem-se exclusivamente a PME localizadas nas regiões Convergência (Norte, Centro e Alentejo).



Nos Anexos VI - 1 (operações implementadas através de um Fundo de Participação) e VI - 2 (operações implementadas fora de um Fundo de Participação), são apresentados os principais indicadores dos instrumentos financeiros apoiados pelo COMPETE, no âmbito do SAFPRI, sendo possível consultar a correspondente lista de aplicações em PME no Anexo XIV.

### 3.3.1. Cumprimento de Metas e Análise de Progressos

| 206

Analisando os Indicadores de realização previstos para o Eixo III, à semelhança dos Eixos anteriores, verifica-se um elevado nível de cumprimento das metas definidas para o final do Programa.

As candidaturas aprovadas para instrumentos de reforço de capitais próprios (FCR e *Business Angels*) registam em 2013 um valor acumulado de 57 milhões de euros de investimento em 135 PME. Destas, cerca de 95,74% encontram-se na sua fase de vida inicial (até três exercícios económicos completos), o que origina um rácio muito favorável no indicador “Qualidade do Capital de Risco”.

O indicador “Financiamento através de FCR, orientado para setores com potencial de crescimento” tem um resultado muito favorável (78,4%), podendo concluir-se, à semelhança de anos anteriores, que estes instrumentos têm uma forte focalização no investimento nos setores em apreço.

No que respeita ao indicador “Garantias prestadas às PME”, a implementação dos instrumentos de reforço de capitais alheios (Linhas de Crédito PME Investe I e II e Linha de Crédito Investe QREN – que se encontra em execução), permitiu atingir 77% da meta de garantias a prestar, através de instrumentos do COMPETE, para 2015.

Por último, o indicador “Custos de Gestão” apresenta um valor de 1,58%, em média anual, contabilizando os custos e comissões de gestão do FINOVA (Fundo de Participação) e dos FCR, em cumprimento da meta (máxima) fixada para 2015 (2,5%).

Tabela 3.24: Indicadores de Realização do Eixo III, 2007-2013

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2012	Sim/Não
QUALIDADE DO CAPITAL DE RISCO (Investimento realizado em capital semente) / (Investimento total realizado no âmbito do Capital de Risco)	33%	33%	96%	Sim
FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE FCR ORIENTADO PARA SETORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento de FCR em empresas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total realizado no âmbito de FCR)	30%	30%	78%	Sim
GARANTIAS PRESTADAS ÀS PME	1.500	5.000	3.857	Não
CUSTOS DE GESTÃO (Comissões de Gestão / Capital Realizado)	2,5%	2,5%	1,58%	Sim

Fonte: SI FINOVA

**Tabela 3.25: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo III, 2007-2013**

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	298
	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	4.008
Ajudas diretas ao investimento nas PME	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I, II e III	244
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I, II e III	298
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	1.372
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	204
Energias Renováveis	23. N.º de projetos	Total do PO	1
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	209
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	6
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	0

Nota: (\*)Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica;

Fonte: SI POFC.

### 3.3.2. Análise qualitativa

Durante o ano de 2013, no âmbito do Eixo III, destaca-se a aprovação dos 3 FCR Revitalizar e da extensão do Instrumento de Financiamento a Business Angels.

Os 3 FCR Revitalizar, após conclusão do processo de seleção das respetivas Sociedades Gestoras, no final de 2012, tiveram as suas candidaturas ao COMPETE aprovadas em 18 de janeiro de 2013, com um montante global de 181 milhões de euros, sendo 50% financiados pelo COMPETE e 50% por 7 Bancos. A constituição dos FCR ocorreu em 27 de agosto de 2013.

No final do ano de 2013 foi ainda aprovada uma nova candidatura para financiamento a *Business Angels*, para investimento em empresas PME nas fases iniciais do seu ciclo de vida, com um montante de 15 milhões de euros, dos quais 10 serão financiados pelo COMPETE.

Assim, em termos acumulados, encontravam-se **aprovados**, no Eixo III, 27 projetos, (com um investimento aprovado de 599 milhões de euros e um incentivo de 367 milhões de euros), a saber:

- Linhas de crédito PME Investe I e II;
- Linha Investe QREN;
- 23 Fundos de Capital de Risco;
- 2 Linhas de financiamento a *Business Angels*.

**Tabela 3.26: Candidaturas Aprovadas do SAFPRI, 2007-2013**

Designação da Candidatura		Promotor/Soc. Gestora	Investimento Aprovado	Incentivo Aprovado	Incentivo Pago
<i>Unid: Mil Euros</i>					
<b>Linhas de Crédito</b>					
004574	Linhas de Crédito PME Investe I e II	PME Investimentos	142.898	100.028	100.028
030023	Linha Investe QREN	SPGM	37.500	37.500	11.886
<b>FCR Audiovisual</b>					
005734	FICA (Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual)	BANIF Investimentos	33.000	23.100	4.620
<b>FCR Inovação e Internacionalização</b>					
016132	FCR PORTUGAL VENTURES INTERNACIONALIZAÇÃO	Portugal Ventures	14.579	7.289	3.032
016134	FCR ASK CELTA	ISQ	20.152	10.076	3.022
016135	FCR CAPITAL CRIATIVO I	CAPITAL CRIATIVO	20.803	10.147	10.077
016136	FCR ESPÍRITO SANTO VENTURES IV	ESPÍRITO SANTO VENTURES	10.125	5.062	3.280
016137	FCR PORTUGAL VENTURES INDUSTRIAS CRIATIVAS	Portugal Ventures	6.074	3.037	1.818
016141	FCR MINHO E INTERNACIONALIZAÇÃO	2B PARTNER	4.040	2.020	598
016142	FCR NOVABASE CAPITAL INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	NOVABASE CAPITAL	10.236	5.067	5.035
016143	FCR PATRIS CAPITAL PARTNERS	PATRIS	5.097	2.548	2.517
016144	FCR PORTUGAL VENTURES TURISMO	Portugal Ventures	6.114	3.056	3.022
016145	FCR PME/BES	ESPÍRITO SANTO CAPITAL	10.112	5.056	1.966
<b>FCR Corporate Venture Capital</b>					
016146	FCR CRITICAL VENTURES I	CRITICAL VENTURES	5.063	2.531	1.439
016147	FCR PORTUGAL VENTURES BIOCANT	Portugal Ventures	4.049	2.024	604
<b>FCR Early Stages</b>					
016140	FCR PORTUGAL VENTURES EARLY STAGE	Portugal Ventures	6.430	4.399	1.313
016149	FCR ASK CAPITAL	ISQ	6.521	4.497	1.511
016152	FCR PORTUGAL VENTURES UNIVERSITAS	Portugal Ventures	3.811	2.667	796
016159	FCR FAST CHANGE II	CHANGE PARTNERS	7.117	4.270	1.816
<b>FCR Pré-Seed</b>					
016133	FCR BETA LIFE SCIENCES	BETA	2.538	1.776	888
016154	FCR PORTUGAL VENTURES ACTEC II	Portugal Ventures	6.508	4.555	1.364
016155	FCR ISTART I	ESPÍRITO SANTO VENTURES	1.531	1.071	1.071
<b>Fundos Revitalizar</b>					
032823	FCR REVITALIZAR CENTRO	Oxy Capital	80.451	40.225	8.045
032824	FCR REVITALIZAR LISBOA, ALENTEJO E ALGARVE	CAPITAL CRIATIVO	20.114	10.057	2.011
032822	FCR REVITALIZAR NORTE	Explorer Investments	80.451	40.225	8.045
<b>LINHA DE FINANCIAMENTO A BUSINESS ANGELS</b>					
016156	LINHA DE FINANCIAMENTO A SOCIEDADES DE INVESTIDORES EM CAPITAL DE RISCO	51 Sociedades de <i>Business Angels</i> (5 desistências)	38.083	24.660	14.796
040764	LINHA DE FINANCIAMENTO A OPERAÇÕES DESENVOLVIDAS POR BUSINESS ANGELS	(*)	15.644	10.168	0
<b>TOTAL SAFPRI (27 projetos)</b>			<b>599.042</b>	<b>367.111</b>	<b>194.601</b>

Nota: (\*)Para seleção futura pelo FINOVA Fonte: SI POFC.

## LINHAS DE CRÉDITO PME INVESTE I E II

Lançadas em 2008, as Linhas de Crédito PME Investe I e II são linhas de crédito protocoladas com diversas instituições financeiras, para apoio às PME, através da bonificação de taxas de juro dos financiamentos e da redução do risco das operações bancárias via mecanismos de garantia.

A candidatura COMPETE para financiamento das Linhas de Crédito PME Investe I e II tem um montante aprovado 142,9 milhões de euros, financiados em 70% por FEDER e 30% por fundos nacionais públicos.

Do referido valor que se encontra aprovado, foram aplicados pelo FINOVA 106 milhões de euros, 61 milhões de euros destinados ao reforço do Fundo de Contra-Garantia Mútuo e 45 milhões de euros para financiamento das bonificações de taxas de juro e das comissões de garantia.

**Tabela 3.27: Execução Financeira das Linhas de Crédito, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

	Reforço do Fundo de Contra-garantia Mútuo pago	Bonificações de Taxa de Juro pagas	Bonificação de Comissão de Garantia pagas	Total de aplicações do FINOVA
PME Investe I	24.961	17.777	6.190	48.928
PME Investe II	36.000	14.281	6.590	56.871
<b>Total</b>	<b>60.961</b>	<b>32.058</b>	<b>12.780</b>	<b>105.799</b>

Fonte: SI FINOVA

Nas Linhas de Crédito PME Investe I e II encontram-se enquadradas 3.761 operações, envolvendo um financiamento bancário de 1,27 mil milhões de euros, dos quais 634,1 milhões de euros são objeto de garantia prestada pelas SGM. Realça-se que decorrente de auditoria da Comissão Europeia, vai ser efetuada uma redução nos montantes aprovados e executados da Linha de Crédito PME Investe I, em operações cuja aplicação do financiamento foi exclusivamente em fundo de maneiio.

**Tabela 3.28: Resultados das Linhas de Crédito PME Investe I e II, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

	N.º Operações Aprovadas	Financiamento concedido	Valor garantido
PME Investe I	977	608.352	303.224
PME Investe II	2.784	662.250	330.925
<b>TOTAL</b>	<b>3.761</b>	<b>1.270.602</b>	<b>634.149</b>

Fonte: SI FINOVA

## LINHA INVESTE QREN

A Linha de Crédito Investe QREN foi lançada no decorrer do 3.º trimestre de 2012. Através deste instrumento, as instituições de crédito aderentes disponibilizam, de acordo com as regras constantes do Protocolo aprovado e assinado pelas mesmas, financiamento às empresas até um montante global de 1.000 milhões de euros, dos quais 500 milhões de euros provêm da 2.<sup>a</sup>

tranche do empréstimo quadro do BEI, sendo o restante assegurado pelas instituições de crédito aderentes.

No âmbito desta linha, são financiados pelo COMPETE (no valor máximo aprovado de 37,5 milhões de euros): (i) 14,2 milhões de euros de custos das bonificações de comissão de garantia mútua, (ii) 22,1 milhões de euros de reforço do Fundo de Contra-garantia Mútua (FCGM) e (iii) 1,2 milhões de euros de despesas de gestão da Sociedade Portuguesa de Contra-Garantia Mútua - Sociedade de Investimento S.A (SPGM), Entidade Gestora do instrumento financeiro em apreço.

Em 3 de janeiro de 2013, o apoio do COMPETE foi formalizado através de contrato celebrado entre a Autoridade de Gestão do COMPETE, a entidade participante (IAPMEI) e a SPGM, tendo sido efetuado um primeiro adiantamento do apoio, de 11,9 milhões de euros, em 30 de agosto de 2013.

Atuando o COMPETE apenas nas três **regiões de convergência** do Continente, verifica-se que cerca de metade das operações são na região Norte e mais de 30% na região Centro.

**Tabela 3.29: Operações aprovadas na Linha de Crédito Investe QREN, por região das PME, 2007-2013**

NUTS II	N.º Operações	%	Financiamento	Unid: Mil Euros
				%
Norte	50	52%	23.313	53%
Centro	33	34%	14.400	32%
Alentejo	13	14%	6.679	15%
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>100%</b>	<b>44.392</b>	<b>100%</b>

Fonte: SI SPGM

Por **dimensão das empresas** destinatárias do financiamento, salientam-se 55% de operações de micro e pequenas empresas, com 46% do montante total do financiamento aprovado.

**Tabela 3.30: Operações aprovadas na Linha de Crédito Investe QREN, por dimensão das PME, 2007-2013**

Dimensão das Empresas	N.º Operações	%	Financiamento	Unid: Mil Euros
				%
Micro	14	15%	5.520	12%
Pequena	39	41%	14.963	34%
Média	43	45%	23.909	54%
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>100%</b>	<b>44.392</b>	<b>100%</b>

Fonte: SI SPGM

De acordo com a Tabela seguinte, verifica-se que a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Espírito Santo representam cerca de 95% do total do número de operações e do financiamento concedido ao abrigo da Linha.

**Tabela 3.31: Operações aprovadas na Linha de Crédito Investe QREN, por Instituição Financeira, 2007-2013**

Instituição Financeira	N.º Operações	%	Financiamento	
			Unid: Mil Euros	%
BCP	5	5%	1.398	3%
BES	44	46%	23.101	52%
CGD	47	49%	19.893	45%
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>100%</b>	<b>44.392</b>	<b>100%</b>

Fonte: SI SPGM

Em termos de **classe de risco** destacam-se as empresas certificadas pelo IAPMEI como PME Líder, com 54% do número das operações e 45% do total do financiamento. Saliente-se também o financiamento concedido a empresas certificadas pelo IAPMEI com a Classe C, com 32% do número das operações e 40% do total do financiamento.

| 211

**Tabela 3.32: Operações aprovadas na Linha de Crédito Investe QREN, por Classe de Risco, 2007-2013**

Classe de Risco	N.º Operações	%	Financiamento		Spread Médio
			Unid: Mil Euros	%	
PME Líder	52	54%	19.949	45%	4,68%
A	7	7%	2.129	5%	4,89%
B	6	6%	4.669	11%	5,13%
C	31	32%	17.645	40%	5,24%
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>100%</b>	<b>44.392</b>	<b>100%</b>	<b>4,90%</b>

Fonte: SI SPGM

Quanto ao **setor de atividade**, cerca de 71% do financiamento garantido através da Linha de Crédito Investe QREN destinou-se a projetos inseridos no setor da Indústria.

**Tabela 3.33: Operações aprovadas na Linha de Crédito Investe QREN, por Setor de Atividade, 2007-2013**

Setor de Atividade	N.º Operações	%	Financiamento	
			Unid: Mil Euros	%
Indústria	57	59%	31.733	71%
Serviços	27	28%	10.248	23%
Comércio	7	7%	1.306	3%
Turismo	4	4%	829	2%
Transportes e logística	1	1%	275	1%
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>100%</b>	<b>44.392</b>	<b>100%</b>

Fonte: SI SPGM

## FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO

Em 2013 foi efetuada uma **reprogramação da generalidade dos FCR**, tendo sido prorrogado o prazo final de execução dos mesmos para setembro de 2015, de forma a permitir a execução da dotação comprometida neste âmbito.

Em contrapartida da aprovação do prazo adicional de execução foram definidas metas de execução trimestrais dos FCR que, em caso de incumprimento, permitem efetuar descativações orçamentais e penalizações ao nível da comissão de gestão a auferir pelas respetivas sociedades gestoras.

No âmbito deste exercício de reprogramação foi reduzido o investimento elegível dos FCR em cerca de 27,6 milhões de euros, no âmbito dos seguintes fundos:

- 16132 - FCR PORTUGAL VENTURES INTERNACIONALIZAÇÃO (5,7 milhões de euros);
- 16143 - FCR PATRIS CAPITAL PARTNERS (5 milhões de euros);
- 16144 - FCR PORTUGAL VENTURES TURISMO (14 milhões de euros);
- 16159 - FCR FAST CHANGE II (3 milhões de euros).

| 212

Deste modo, encontram-se aprovados, no final de 2013, 20 FCR com um investimento elegível de 184 milhões de euros, tendo sido responsáveis por 48 investimentos, em 44 PME, no montante total de cerca de 40,6 milhões de euros.

### **FCR REVITALIZAR**

No que concerne aos instrumentos financeiros em apreço, foi lançado um concurso para seleção de três FCR de base regional e respetivas sociedades gestoras, destinados a investimentos em PME. Cada FCR possui uma área de intervenção delimitada pela circunscrição territorial das Regiões NUTS II (i) Norte, (ii) Centro e (iii) Lisboa, Alentejo e Algarve (encontrando-se estas últimas três NUTS II integradas num único FCR, sendo as partes referentes a Lisboa e Algarve afetas aos respetivos Programas Operacionais Regionais).

As sociedades gestoras selecionadas para gestão dos três FCR foram as seguintes:

- FCR Revitalizar Norte - Explorer Investments SCR, SA;
- FCR Revitalizar Centro - Oxy Capital SCR, SA;
- FCR Revitalizar Sul (Lisboa/Alentejo e Algarve) - Capital Criativo SCR, SA.

Após a conclusão do processo de seleção das sociedades gestoras, no final de 2012, os três FCR Revitalizar tiveram as suas candidaturas ao COMPETE aprovadas em 18 de janeiro de 2013, com um montante global de 181 milhões de euros de investimento elegível, sendo 50% financiado pelo COMPETE e 50% por 7 Bancos.

A constituição dos três FCR ocorreu a 27 de agosto de 2013, tendo sido pagas, em 2013, a cada um dos FCR, as primeiras tranches do apoio do COMPETE (20% do apoio comprometido).



Até ao final de 2013 estes FCR investiram um total de 19,5 milhões de euros em 14 PME.<sup>38</sup>

### LINHA DE FINANCIAMENTO A BUSINESS ANGELS

Os *Business Angels* são investidores informais de capital de risco, que atuam sobretudo em empresas jovens e nascentes, quer sob a forma de *venture capital*, quer pela partilha de *know-how* e *networking* relevante para o desenvolvimento do negócio.

No final de 2013 encontravam-se ativas 51 Entidades Veículo (sociedades de *Business Angels*) dos instrumentos em apreço (de 2012 para 2013 apresentou desistência da candidatura a Entidade Veículo “Complete Proposal”), que atuaram sob a forma de 103 investimentos em 91 PME, num montante total de 16,3 milhões de euros, nos mais diversos setores de atividade económica, cumprindo o objetivo de criação de novas empresas através do apoio dos *Business Angels* aos empreendedores. Realça-se que, relativamente a 2012, houve um acréscimo de 39 novas PME investidas.

Em 2013 foi efetuada uma **reprogramação desta linha de financiamento** para a generalidade das Entidades Veículo, tendo sido prorrogado o prazo final de execução para junho de 2015 de forma a permitir a execução da dotação comprometida neste âmbito. Em contrapartida da aprovação do prazo adicional de execução foram definidas metas de execução semestrais que, em caso de incumprimento, permitem efetuar reduções nos compromissos orçamentais. No âmbito do trabalho já realizado a este nível, foi reduzido o investimento elegível do instrumento em cerca de 5,6 milhões de euros.

Face à dinâmica positiva deste instrumento, no final do ano de 2013 foi aprovada pelo COMPETE uma **nova candidatura para financiamento de *Business Angels*** (Linha de Financiamento a Operações Desenvolvidas por *Business Angels*), com um montante de 15 milhões de euros, dos quais 10 M€ financiados pelo COMPETE.

Esta nova linha de financiamento tem como destinatários as sociedades de *Business Angels* que já esgotaram o *plafond* atribuído na Linha de Financiamento a *Business Angels* inicial, lançada em 2009, e novas entidades veículo entretanto criadas ou a criar que não tiveram acesso à Linha de 2009. Dado que o período de execução será relativamente curto (inferior a 2 anos) a seleção das entidades veículo a financiar será efetuada à medida que estas apresentem propostas concretas de operações de investimento em empresas destinatárias, aprovando-se assim apenas montantes que serão aplicados imediatamente em PME. Esta opção de seleção, em conjugação com a utilização de regras muito similares à Linha lançada

---

<sup>38</sup> Estes valores não se encontram refletidos nos quadros de execução dos respetivos FCR, apresentados em anexo ao presente Relatório, em virtude de se encontrarem em validação por parte da Sociedade Gestora do FINOVA (Fundo que canaliza a participação do COMPETE para estes instrumentos).

em 2009, permite reduzir substancialmente o período de implementação e plena execução, quer porque os potenciais interessados já estão familiarizados com as regras existentes quer porque apenas requer ligeiras adaptações para lançamento efetivo do instrumento (que ocorreu em fevereiro de 2014).

### ANÁLISE GLOBAL DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

| 214

As tabelas seguintes apresentam a aplicação atual dos diferentes instrumentos financeiros de capital de risco, apoiados pelo COMPETE, em empresas (FCR e Linhas de Financiamento a *Business Angels*). No total, até ao final de 2013, foram aplicados cerca de 57 milhões de euros em 135 PME, dos quais 29 milhões de euros correspondem à comparticipação do FEDER. Assim, verifica-se que o referido valor de aplicação em PME representa 13% do incentivo aprovado e 35% do incentivo pago - transferido para os FCR e BA.

Tabela 3.34: Aplicações em PME por Instrumento Financeiro, 2007-2013

Unid: Mil Euros

Tipo de Instrumento	FCR/BA	N.º PME (*)	Capital aplicado em PME	Aplicação em PME		
				Compon. FEDER das aplicações em PME	% da aplicação FEDER face incentivo aprovado	% da aplicação FEDER face incentivo pago
FCR Audiovisual	FICA	5	10.920	3.141	14%	68%
FCR Inovação e Internacionalização	FCR PV Internacionalização	1	1.500	750	10%	25%
	FCR ASK Celta	1	600	300	3%	10%
	FCR Capital Criativo	5	7.283	3.552	35%	35%
	FCR ES Ventures Inovação & Internacionalização	5	3.477	1.738	34%	53%
	FCR PV Indústrias Criativas	6	2.013	1.007	33%	55%
	FCR Minho e Internacionalização	0	0	0	0%	0%
	FCR Novabase Capital	5	6.180	3.059	60%	61%
	FCR Patris	1	1.080	540	21%	21%
	FCR PV Turismo	0	0	0	0%	0%
FCR Corporate Venture Capital	FCR PME BES	1	1.500	750	15%	38%
	FCR Critical Ventures I	3	1.872	936	37%	65%
FCR Early Stages	FCR PV Biocant	1	151	75	4%	12%
	FCR PV Early Stage	1	320	219	5%	17%
	FCR ASK Capital	1	496	342	8%	23%
	FCR PV Universitas	2	435	304	11%	38%
	FCR FAST Change II	4	1.583	950	22%	52%
FCR Pré-Seed	FCR BETA Life Sciences	3	608	425	24%	48%
	FCR PV ACTEC II			0	0%	0%
FCR Revitalizar	FCR ISTART I	3	563	394	37%	37%
	FCR Revitalizar Centro	0	0	0	0%	0%
	FCR Revitalizar Lisboa, Alentejo e Algarve	0	0	0	0%	0%
FCR Revitalizar	FCR Revitalizar Norte	0	0	0	0%	0%
	FCR Revitalizar Norte	0	0	0	0%	0%
<i>Business Angels</i>	Entidades Veículo (soc. de <i>Business Angels</i> ) em operação	91	16.341	10.581	30%	72%
<b>TOTAL</b>		<b>135</b>	<b>56.921</b>	<b>29.065</b>	<b>13%</b>	<b>35%</b>

Nota: (\*) O número de empresas não é somável, uma vez que a mesma PME pode recorrer a mais do que um instrumento. Fonte: SI FINOVA

Assim, em termos acumulados, encontravam-se aprovados, no Eixo III, 27 projetos, (com um investimento aprovado de 599 milhões de euros e um incentivo de 367 milhões de euros):

- Linhas de crédito PME Investe I e II;
- Linha Investe QREN;
- 23 Fundos de Capital de Risco;
- 2 Linhas de financiamento a Business Angels.

Estes valores estão influenciados pelas aprovações realizadas em 2013 e que representam perto de metade do incentivo aprovado (referente aos FCR Revitalizar e ao reforço das linhas de Business Angels) e que, no final do ano, ainda não têm qualquer aplicação em PME (em virtude de se encontrarem em validação por parte da Sociedade Gestora do FINOVA).

Considerando a **distribuição setorial** das PME envolvidas, destacam-se as CAE relacionadas com os “Serviços Empresariais”, que representam 54% das aplicações efetuadas.

**Tabela 3.35: Aplicações de instrumentos de capital de risco em PME, por Setor de Atividade, 2007-2013**

Setor de Atividade	N.º PME	Unid: Mil Euros	
			Capital aplicado em PME
Serviços Empresariais	82		30.711
Educação, Saúde e Cultura	9		12.670
Transportes, Logística e Distribuição	7		3.331
Papel e Publicações	13		2.630
Alimentar	4		2.109
Química	3		2.070
Comércio	6		1.344
Hotelaria e Restauração	2		538
Têxtil, Vestuário e Calçado	2		380
Madeira, Cortiça e Mobiliário	1		320
Outros	2		300
Mecânica e Electrónica	2		230
Energia e Ambiente	1		150
Construção	1		138
<b>TOTAL</b>	<b>135</b>		<b>56.921</b>

Fonte: SI POFC e SI FINOVA

O Anexo XIV contém a lista completa das intervenções em PME no âmbito dos FCR e *Business Angels*, bem como dos restantes instrumentos financeiros apoiados pelo COMPETE.

Apresenta-se, na caixa seguinte, a relevante participação do COMPETE no projeto “FIN-EN – *Sharing methodologies on FINancial ENgineering for enterprises*”, destinado à partilha de experiências, ao nível da União Europeia, sobre instrumentos financeiros.

**Caixa 32: FIN-EN – *Sharing methodologies on FINancial ENgineering for enterprises***

A Autoridade de Gestão do COMPETE (representada pela sua área de Financiamento e Partilha de Risco – “FPR”) é um dos participantes do projeto de cooperação inter-regional Europeu “FIN-EN – *Sharing methodologies on FINancial ENgineering for enterprises*”, o qual é desenvolvido em cooperação entre 13 instituições da União Europeia (os parceiros do projeto FIN-EN são provenientes de: Itália [Parceiro Líder], Bélgica, Espanha, Hungria,

Eslovénia, Letónia, Lituânia, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Portugal, Reino Unido e França), sendo co-financiado pelo Programa Interreg IV C. O projeto decorre de 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014 e pretende intensificar a cooperação entre autoridades nacionais/regionais da Europa acerca das melhores metodologias de apoio, por via de Fundos Estruturais da UE, a Instrumentos Financeiros para empresas, nas vertentes de (i) capital de risco, (ii) garantia e (iii) empréstimos.

Durante 3 anos, os 13 parceiros do projeto colaboram, sucessivamente, em 3 Grupos de Trabalho Temáticos, correspondentes às fases, do ciclo de vida dos Instrumentos Financeiros, de (i) Programação, (ii) Implementação e (iii) Monitorização e Reporte, a par da realização de visitas de estudo promovidas pelos vários parceiros do projeto, com o objetivo de intensificar a partilha de conhecimento e as boas práticas de cada parceiro.

Saliente-se, atentos os trabalhos desenvolvidos no decorrer de 2013, que foi concluída a elaboração, liderada pelo parceiro do projeto proveniente de França, do Relatório Final acerca do 1.º Grupo de Trabalho Temático (Programação).

Adicionalmente, foram realizadas visitas de estudo aos parceiros provenientes de Espanha, Hungria, Itália, Portugal (tendo como dinamizador e anfitrião a Autoridade de Gestão do COMPETE) e França, por forma a observar a experiência destes participantes no tocante a Instrumentos Financeiros com financiamento comunitário.

### 3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Após concluído, em 2012, o processo de **verificações de gestão** ao projeto 4574 (Linhas de Crédito PME Investe I e II), que originou uma correção global de 7,33% ao montante aprovado, a Autoridade de Auditoria (IGF) e a Comissão Europeia, através de auditoria realizada em 2012 e cujo relatório AG COMPETE conheceu em 2013, levantaram novas observações acerca do instrumento em apreço, sendo a mais relevante a conclusão sobre a impossibilidade de financiamento com fundos FEDER de operações de financiamento cujo objetivo é aplicação total em fundo de maneiio, para reforço da atividade.

A recomendação relativa ao fundo de maneiio foi acatada pela AG COMPETE, tendo como resultado uma redução da despesa elegível em cerca de 26,4 milhões de euros, correspondente ao custo do projeto (reforço do Fundo de Contra-Garantia Mútuo, bonificações de taxa de juro e bonificações de garantia) associado ao financiamento de 294 milhões de euros em 524 operações de financiamento da Linha de Crédito PME Investe I.

Da auditoria da Comissão Europeia subsistem ainda algumas dúvidas que a Autoridade de Gestão do COMPETE justificou, mas que continuam a aguardar resposta da Comissão Europeia e/ou da IGF, bem como a confirmação de metodologia proposta para reforço das verificações de gestão em matérias que não tinham sido incluídas nas verificações iniciais.

Dentro ainda da temática das auditorias aos instrumentos de engenharia financeira, em resultado de uma ação de auditoria de 2010, a Comissão Europeia comunicou, já no início de 2014, a sua posição quanto ao **processo de seleção** da Sociedade Gestora do Fundo de Participação FINOVA (PME Investimentos), concluindo pela sua desadequação, devido à existência de participantes privados, embora minoritários, no capital da Sociedade Gestora em apreço, resultando assim a não elegibilidade, nos projetos financiados pelo COMPETE, das despesas de gestão cobradas pela PME Investimentos ao FINOVA. A presente decisão tem ainda implicações idênticas na elegibilidade das despesas de gestão da sociedade gestora do Fundo de Contra-Garantia Mútuo (Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua).

A Autoridade de Gestão do COMPETE, em conjunto com as restantes Autoridades de Gestão de Programas Operacionais financiadores de instrumentos financeiros com fundos FEDER (POR Lisboa e POR Algarve), acataram a recomendação da Comissão Europeia, tendo-se comprometido a não incluir em certificação de despesas, a apresentar à CE, despesas de gestão da PME Investimentos e da SPGM, enquanto estas entidades possuem acionistas privados.

De forma a permitir um acompanhamento reforçado e dando assim cumprimento a recomendações da Autoridade de Auditoria, a AG COMPETE mantém um acompanhamento contínuo dos instrumentos financeiros em implementação, através de **verificações de gestão administrativas e no local**.

As verificações administrativas consistem numa validação trimestral e na validação em sede de certificação de despesa, da documentação referente às obrigações dos instrumentos de engenharia financeira (incluindo o FINOVA, SPGM e todos os intermediários financeiros) e das suas sociedades gestoras, bem como da elegibilidade de todas as empresas destinatárias objeto de financiamento nos períodos em análise.

Adicionalmente às verificações administrativas são realizadas desde 2012 ações de verificação no local ao nível de:

- Entidade Gestora do Fundo de Participação FINOVA (PME Investimentos) ou Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua (SPGM) no caso da Investe QREN;
- Sociedades gestoras dos FCR ou sociedades de Business Angels nos instrumentos de capital de risco e sociedade de garantia mútua e instituições financeiras nos instrumentos de dívida;
- Empresas destinatárias de cada Instrumento de Engenharia Financeira.

As ações de verificação no local efetuadas até 2013 já incluíram 4 fundos de capital de risco e 12 sociedades de *business angels*, bem como as Linhas de Crédito PME Investe I e II, tal como anteriormente referido. Em 2014 a AG COMPETE continuará a efetuar verificações no local nos instrumentos de capital de risco.

Em termos de execução dos instrumentos financeiros apoiados pelo COMPETE, os instrumentos de capital de risco continuam a não ter o desempenho esperado inicialmente.

Neste sentido, foi desenvolvido um exercício de ajustar os prazos de execução dos instrumentos de capital de risco para 2015 (FCR e *Business Angels*), criando metas de execução periódicas que permitem efetuar descativações orçamentais dos instrumentos, assim como penalizações ao nível da comissão de gestão das Sociedades Gestoras, no caso dos FCR. No âmbito destes trabalhos foram descativados, em 2013, cerca de 33 milhões de euros.

Assim, estas medidas de reprogramação temporal e ajustamento contratual encetadas apresentaram já alguns impactos em 2013, com uma evolução muito significativa nos níveis de execução destes instrumentos, em particular no caso dos *Business Angels*, que quase duplicaram, de 2012 para 2013, os investimentos em PME, o que, assumindo esta tendência, permitirá concluir o Programa com níveis de execução satisfatórios ao nível dos instrumentos de capital de risco.

Apresentam-se, na Caixa 33, algumas conclusões da Avaliação Intercalar relativamente aos Instrumentos Financeiros.

#### Caixa 33: Conclusões da Avaliação Intercalar sobre os Instrumentos Financeiros

“[...] o Programa desempenhou um papel importante ao nível do acesso e custo do financiamento para as PME que, com insuficiente capitalização e liquidez, enfrentaram um processo de desalavancagem por parte da banca que se traduziu em importantes restrições à concessão de crédito.

O contributo do capital de risco e dos *business angels* para cobrir falhas de mercado no contexto financeiro e empresarial português e para a criação e desenvolvimento de empresas em áreas de elevada intensidade tecnológica e de conhecimento não terá sido muito significativo, existindo um número reduzido de operações [...]. É de destacar no entanto a elevada adesão registada a estes instrumentos por parte dos promotores de fundos de capital de risco e das sociedades de *business angels* e o sucesso relativo destes últimos, particularmente tendo em conta a juventude do instrumento, junto do tecido empresarial, no financiamento, acompanhamento e montagem de novos negócios, a maior parte dos quais intensivos em tecnologia e conhecimento, que à medida que forem ganhando “músculo” irão transitar para as fases early-stages do capital de risco.”

Fonte: Relatório Final da Avaliação Intercalar do COMPETE, Augusto Mateus & Associados e PWC, nov.2013.

### 3.4 EIXO PRIORITÁRIO IV – UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E DE QUALIDADE

Inserido no atual processo de reforma e modernização da Administração Pública, o Eixo IV tem como objetivos específicos:

- Aumentar a eficácia e a eficiência da atividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos;

- Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade;
- Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede;
- Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam diretamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam.

É operacionalizado através do **SAMA** – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, instrumento que visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas.

### 3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Na sequência da revisão dos Indicadores, o Eixo IV do COMPETE passou a integrar 7 indicadores, dos quais, três de realização.

**Tabela 3.36: Indicadores de Realização do Eixo IV, 2007-2013**

Indicadores	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2013	Sim/Não
PROXIMIDADE - CRIAÇÃO DE CENTROS MULTISSERVIÇOS (N.º de centros de atendimento multisserviços abertos em território nacional)	60	700	1.160	Sim
SIMPLIFICAÇÃO - CRIAÇÃO DE PONTOS ÚNICOS DE CONTACTO (n.º de pontos únicos de contacto - Internet, presencial ou telefónico - criados)	10	400	507	Sim
UNIVERSALIDADE - GRAU DE ACESSIBILIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ON-LINE A CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (N.º de serviços públicos disponíveis on-line a cumprir pelo menos o nível AA das regras de acessibilidade (W3C))/(N.º de serviços públicos disponíveis on-line)	80%	100%	92%	Não
DESMATERIALIZAÇÃO - AUMENTO DO NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NÃO PRESENCIAIS ((N.º de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor final após conclusão de intervenção apoiada)/(N.º de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor base anterior a início de intervenção apoiada) – 1)	30%	80%	118%	Sim
UTILIZAÇÃO DE FATURA ELETRÓNICA (N.º de organismos públicos utilizadores de fatura eletrónica) / (N.º de organismos públicos que emitem faturas)	80%	100%	77%	Não
NÍVEL DE INTEROPERABILIDADE ENTRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA AP (N.º de sistemas de informação interoperáveis na AP)/(N.º de sistemas de informação na AP)	30%	80%	88%	Sim
FUNCIONÁRIOS FORMADOS NO ÂMBITO DAS INTERVENÇÕES APOIADAS (N.º de funcionários formados em competências específicas (atendimento, TIC, gestão de conhecimento))/ (N.º total dos funcionários envolvidos nas intervenções apoiadas)		25%	69%	Sim

Fonte: SI POFC.



Relativamente às metas fixadas para 2015, verifica-se que os indicadores “Proximidade – Criação de Centros Multiserviços”, “Simplificação – Criação de pontos únicos de contacto”, “Desmaterialização – Aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais”, “Nível de interoperabilidade entre sistemas de informação” e “Funcionários formados no âmbito das intervenções apoiadas” se encontram acima da referida meta.

Saliente-se que o indicador relativo à “Proximidade” se encontra significativamente influenciado pelos resultados registados num número restrito de projetos, sobretudo nas áreas das Finanças e da Justiça, cujos beneficiários possuem uma Rede de Centros de Atendimento bastante alargada e abrangente ao nível do território nacional, criando em cada uma das localizações Centros de Atendimento multisserviço e pontos únicos de contacto nos canais *Internet*, presencial ou telefónico.

No que se refere aos indicadores que se encontram abaixo da meta, é de registar que apresentam valores elevados e próximos da meta estabelecida [Universalidade – Grau de acessibilidade dos serviços on-line a cidadão com necessidades especiais (92%) e Utilização de fatura eletrónica (77%)], sendo que os resultados obtidos neste último são prejudicados pelo facto de algumas entidades não processarem faturas.

**Tabela 3.37: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo IV, 2007-2013**

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	209
	23. N.º de projetos	Total do PO	0
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	0
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	2

Legenda: (\*)Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POFC.

### 3.4.2. Análise qualitativa

No âmbito do Eixo IV, operacionalizado através do SAMA, foram rececionadas, em termos acumulados, 597 candidaturas, com um investimento associado de 1,1 mil milhões de euros. Encontravam-se aprovados, no final de 2013, 253 projetos, com um investimento elegível de 438 milhões de euros e um incentivo de 291 milhões de euros. Das tipologias de projetos existentes, destaca-se a reengenharia e desmaterialização de processos (Tipologia B), com mais de metade do incentivo aprovado.

**Tabela 3.38: Projetos Aprovados do Eixo IV por Tipo de Projeto, 2007-2013**

Tipo de Projeto	Candidaturas (2007-2013)		Projetos Aprovados (2007-2013)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
<i>Tipologia A. Organização e integração transversal de serviços e de informação, numa lógica de balcão único</i>	196	275.146	85	109.550	80.002
<i>Tipologia B. Reengenharia e desmaterialização nos processos</i>	221	435.982	92	194.315	121.419
<i>Tipologia C. Desenvolvimento dos mecanismos de interoperabilidade entre sistemas de informação</i>	176	368.463	72	116.651	79.576
<i>Operações Globais</i>	4	19.540	4	17.365	10.324
<b>TOTAL EIXO IV</b>	<b>597</b>	<b>1.099.131</b>	<b>253</b>	<b>437.881</b>	<b>291.322</b>

Fonte: SI POFIC.

Em 2013, tal como em 2012, foi possível apresentar **candidaturas** no âmbito do concurso ao SAMA, em duas fases:

- AAC n.º 01/SAMA/2012: 1.ª fase de 20/12/2012 a 15/02/2013 e 2.ª fase de 01/05/2013 a 28/06/2013.

Este Aviso teve como objetivo o apoio de operações individuais e transversais, visando a modernização da administração pública, o aumento da sua eficiência e da qualidade, contribuindo deste modo para a melhoria da competitividade da economia nacional.

Foram rececionadas 206 candidaturas no âmbito do referido concurso com um investimento associado de 200,8 milhões de euros.

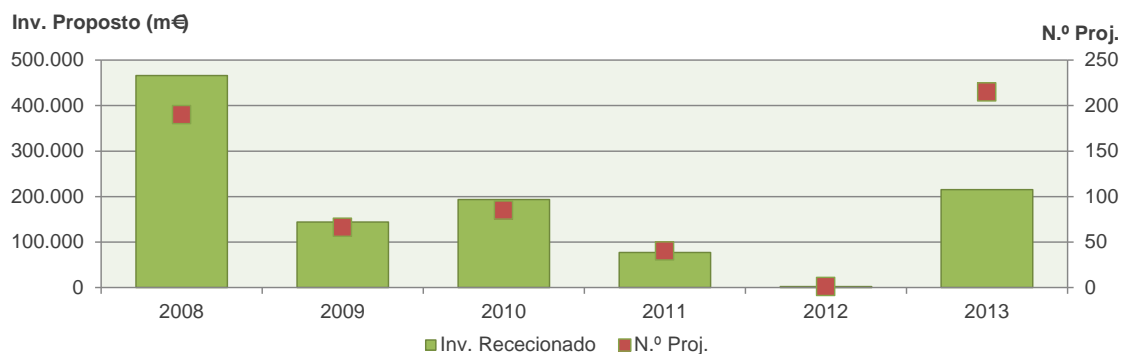
Complementarmente foram recebidas 9 candidaturas no âmbito dos seguintes **convites**:

- Convite n.º 02/SAMA/2012 dirigido ao Centro de Recursos Comuns e Serviços Partilhados da Universidade de Lisboa para implementação do projeto “Balcão Único Multisserviços e Multicanal da Universidade de Lisboa”;
- Convite n.º 03/SAMA/2012 dirigido à Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos para implementação do projeto “SIOP – Componente Física da Rede para o SIOP/GNR”;
- Convite n.º 04/SAMA/2012 dirigido à Universidade de Coimbra para implementação do projeto SINCMED – Sincronização na Prestação de Serviços de Saúde – Portal Cooperativo”;
- Convite n.º 01/SAMA/2013 dirigido à Agência para a Modernização Administrativa para implementação dos 5 projetos de criação de Loja do Cidadão de Rio Maior e para a Modernização das Lojas do Cidadão do Porto, Braga, Aveiro e Viseu;
- Convite 02/SAMA/2013 dirigido à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., para implementação do projeto RPCAE – Reforço da Plataforma de Conteúdos para E-Ciência.

Em 2013, o número de candidaturas apresentadas ficou próximo do registado em 2008, ano de arranque.

No entanto, dado o contexto macroeconómico adverso, com especial impacte ao nível dos serviços públicos, destaque-se o facto do investimento associado às candidaturas de 2013 ter sido inferior (menos de metade) ao de 2008.

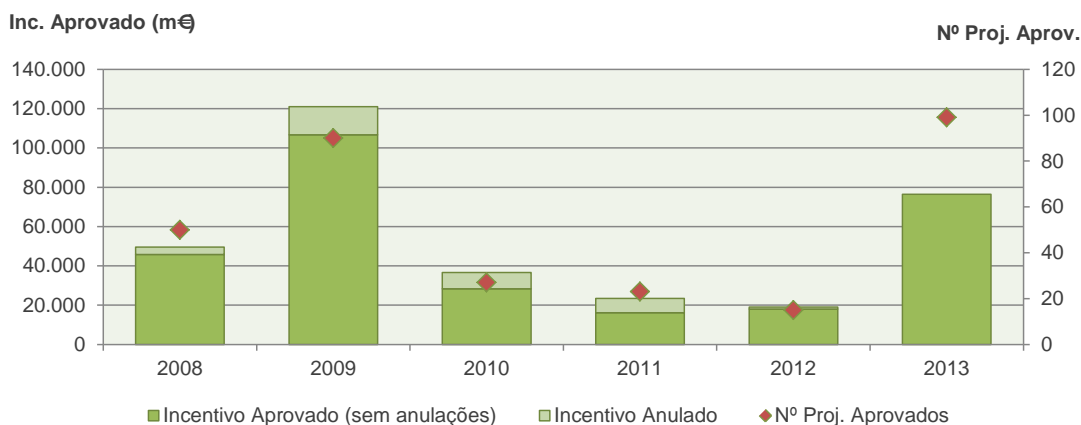
**Gráfico 3.43: Candidaturas Rececionadas no Eixo IV por Ano, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Refletindo o referido aumento da procura atrás assinalado, o nível de **aprovações** de 2013 foi o mais elevado desde 2009 (ano em que foram aprovadas grande parte das candidaturas de 2008). Em 2013, foram aprovados 99 projetos, com um investimento elegível de 99 milhões de euros e um incentivo de 76 milhões de euros.

**Gráfico 3.44: Aprovações no Eixo IV por Ano, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Como seria de esperar pela própria tipologia dos projetos, que visa a modernização da Administração Pública central, 75% do incentivo atribuído encontra-se localizado em Lisboa, não obstante o seu efeito sistémico, em termos de resultados, na diminuição de custos de contexto do sector empresarial a nível nacional (mais informação no ponto 2.1.3 - Regra *Spill-Over Effects*).

**Tabela 3.39: Projetos Aprovados no Eixo IV por Região, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

NUTS II	Projetos Aprovados (2007-2013)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	41	47.527	40.398
Centro	41	34.863	29.634
Alentejo	14	8.670	7.369
Multi-Regiões	Norte	28.062	23.670
	Centro	15.053	12.329
	Alentejo	6.112	4.847
	Lisboa	73.718	42.922
Lisboa	122	223.876	130.153
<b>TOTAL EIXO IV</b>	<b>253</b>	<b>437.881</b>	<b>291.322</b>

Fonte: SI POFC.

| 223

Neste Eixo, está prevista a aprovação de apoios no âmbito de intervenção do FSE, numa lógica de complementaridade e de melhoria da eficácia das ações financiadas. Neste âmbito foram aprovados 25 projetos com apoio à formação, com um volume de incentivo associado de 5 milhões de euros, o que corresponde a 6% do incentivo total alocado a projetos com formação.

Estes apoios correspondem, igualmente, a 2% do total do incentivo do Eixo IV, o que está conforme o n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho.

**Tabela 3.40: Projetos Aprovados no Eixo IV com Apoios à Formação, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

Eixo/Medida	Projectos Aprovados (2007-2013)		Projetos Aprovados com Formação (2007-2013)			Peso do Incentivo de Formação	
	N.º Proj.	Incentivo	N.º Proj.	Incentivo Total	Incentivo Formação	No total dos projetos	No total dos projetos com formação
Eixo IV - SAMA	253	291.322	25	81.819	5.046	2%	6%

Fonte: SI POFC.

Em 2013 foram efetuados 63 contratos, sendo que, no final do ano 85% dos projetos e 89% do incentivo aprovado tinha sido contratado.

Da Caixa 34 constam algumas conclusões das Avaliações Intercalar do COMPETE relativamente a este instrumento de apoio.

#### Caixa 34: Conclusões das Avaliações sobre o SAMA

“O instrumento SAMA apoiou um conjunto de projetos que pela sua natureza estruturante e pela evolução disruptiva que promovem são sustentáveis em termos de resultados no futuro. Trata-se de intervenções promotoras de externalidades positivas junto dos cidadãos e empresas, cujos benefícios do ponto de vista económico, superam os custos de manutenção e atualização técnica e tecnológica associada aos projetos.

Os projetos SAMA contribuem de forma mais significativa para os objetivos concernentes à qualidade, acesso e resposta dada pelos serviços públicos aos cidadãos e empresas e à promoção do uso de TIC, do que para a redução dos custos para cidadãos e empresas e para a qualificação da prestação do serviço público.

Recomenda-se que os projetos apoiados sejam enquadrados num regime orçamental que assegure maior flexibilidade na realização das despesas dos projetos. É fundamental assegurar o consenso sobre os objetivos estratégicos e as linhas de intervenção a seguir, independentemente dos ciclos governativos.

Pela eficácia que têm alcançado e pelo efeito positivo que geram ao nível da qualidade dos serviços públicos e da eficiência e racionalização de custos, os projetos que visam a promoção do uso intensivo de TIC, promovendo uma administração em rede, deverão manter-se como aposta clara no próximo período de programação (*cloud computing*, evolução para tecnologias *open source*).

Deverá ser reforçado o objetivo estratégico de redução dos custos de contexto, enquanto fator fundamental para a captação de investimento.

Boas práticas: i) criação de plataforma pela AMA, no âmbito do projeto INTEROP (ligação entre os diferentes projetos e interação na plataforma); ii) transferência de projetos sob gestão dos PO Regionais para o COMPETE (evitando situações de concorrência entre PO e permitindo a concretização mais eficiente dos objetivos comuns entre AP central e local)."

Fonte: Relatório Final da Avaliação Intercalar do COMPETE, Augusto Mateus & Associados e PWC, nov.2013.

Apresentam-se, de seguida, os resultados obtidos no âmbito de duas operações realizadas no domínio da reengenharia e desmaterialização dos processos, que exemplificam o tipo de apoios concedidos através do SAMA.

A **Caixa 35** refere-se a um projeto do IAPMEI, no âmbito da simplificação, desburocratização e desmaterialização de processos interligados, do qual decorreram alterações que facilitaram a acessibilidade das Empresas aos seus serviços, quer pela redução dos tempos, quer pela disponibilização dos dados à distância de forma *on-line*.

#### **Caixa 35: Projeto de modernização administrativa - GII - Gestão Integrada de Informação – IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, IP**

**MEDIDA DE APOIO:** SISTEMA DE APOIOS À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (SAMA)

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Reengenharia e desmaterialização nos processos

**N.º DE PROJETO:** 1823

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** GII - GESTÃO INTEGRADA DE INFORMAÇÃO

**PROMOTOR:** IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, IP

**LOCALIZAÇÃO:** Lisboa, com efeito Spill-over sobre as Regiões de Convergência

**DESPESA ELEGÍVEL REALIZADA:** 1.406.458,46 euros **INCENTIVO REALIZADO:** 818.910,44 euros

#### **DESCRIÇÃO DO PROJETO**

O projeto de Gestão Integrada de Informação, implementado pelo IAPMEI, visou a simplificação e desmaterialização de processos, facilitando claramente a acessibilidade das Empresas, quer pela redução dos tempos, quer pela disponibilização dos dados à distância de forma *on-line*, de que são exemplo os seguintes Sistemas de Informação que

interoperam entre si:

- Sistema Integrado de Gestão de Incentivos no âmbito do QREN (SIGI)
- Consola do Cliente (Conta Corrente)
- Certificação on-line PME
- CRM ( i360)
- Gestão Documental (SGD)

A Atividade (SIGI - Sistema Integrado de Gestão de Incentivos) teve como objetivo principal incrementar a efetividade dos sistemas, assegurando níveis de serviço e cumprimento de prazos adequados e promovendo a melhoria contínua da qualidade da resposta aos beneficiários, melhorar a eficácia das PME no aproveitamento dos sistemas de incentivo, reduzindo custos para as empresas e simplificando os processos associados à atribuição dos apoios, e acelerar a execução financeira e o encerramento dos projetos selecionados.

A Atividade (Consola do Cliente) teve como objetivo principal a intensificação do uso de meios eletrónicos na interação do Instituto com as empresas, e é atualmente a Porta de Entrada para os serviços e produtos do IAPMEI, o acompanhamento, por parte das empresas dos processos a decorrer, a Certificação PME, simuladores, registo em eventos, entre outros.

Com a Atividade (CRM) o IAPMEI pretendeu centralizar a informação dispersa que existia sobre as empresas numa lógica integrada, criando uma base em que fosse possível assentar o *workflow* de qualquer assunto relacionado com uma empresa em concreto. Através deste modelo, foi criado o i360 que pretende servir melhor:

- a) As empresas suas clientes proporcionando um serviço mais célere e eficiente;
- b) As entidades da envolvente com que o Instituto se relaciona, criando condições para um melhor acompanhamento interno dos assuntos e para uma resposta atempada e completa a solicitações e trocas de informação.
- c) Os colaboradores do IAPMEI, facultando-lhes acesso aos dados e informação relativos ao processo de decisão dos pedidos formulados pelas empresas, para um melhor serviço ao cliente final e para o seu próprio relacionamento com as restantes Unidades Orgânicas, das quais são clientes ou fornecedores internos.

A Atividade (Gestão Documental) permitiu criar, armazenar, pesquisar, recuperar e monitorizar documentos eletrónicos ao longo do seu ciclo de vida. A simplificação dos procedimentos, a reengenharia e desmaterialização do processo, decorrentes da implementação de um sistema de gestão documental permitem reduzir o tempo despendido em fluxos de informação multi-departamentais, pesquisa e disponibilização rápida da informação, redução dos custos e a otimização e uniformização de processos em toda a organização. A gestão de documentos sendo transversal ao IAPMEI, serve, por um lado, de alicerce a toda a informação que circula e, por outro, alimenta todos os subsistemas com que interage.

A Partilha de Informação IES, foi uma Atividade que ficou aquém do pretendido, embora se tivesse assinado um Protocolo com o Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ), e criada uma Base de Dados e implementado versões de teste de acesso ao IES.

## RESULTADOS ESPERADOS

O projeto de Gestão Integrada de Informação teve um impacto muito significativo na simplificação, desburocratização e desmaterialização de processos, que se encontravam interligados e concorrem, em conjunto para um modelo de gestão mais flexível, com uma estrutura organizativa virada para os clientes, controle e racionalização dos processos, otimização e racionalização dos sistemas de informação assentes em tecnologias inovadoras, contribuindo para a

redução de custos públicos limitadores de desenvolvimento e tornando a Administração mais amigável para as empresas e empreendedores.

Em termos dos resultados esperados com este projeto poder-se-á dizer que cada atividade teve os seus próprios objetivos, concorrendo, no entanto, todas elas para um objetivo comum que se prende com a missão do IAPMEI em facilitar e assistir as PME nas suas estratégias de crescimento inovador e internacional, de aumento da produtividade e da competitividade, de reforço de competências e da capacidade de gestão e de acesso aos mercados financeiros, a par da promoção do empreendedorismo.

A Caixa 36 apresenta o projeto de reengenharia e desmaterialização de processos do Instituto de Vinhos do Douro e Porto, que contribuiu para a introdução de um melhor sistema de gestão, com recurso às TIC, clarificando e definindo procedimentos, com vista a prestar um melhor serviço aos seus interlocutores.

**Caixa 36: Projeto de modernização administrativa - RP-IVDP - Reengenharia e Desmaterialização dos Processos do IVDP – Instituto dos Vinhos do Douro e Porto**

**MEDIDA DE APOIO:** SISTEMA DE APOIOS À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (SAMA)

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Reengenharia e desmaterialização nos processos

**N.º DE PROJECTO:** 3539

**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** RP-IVDP - REENGENHARIA E DESMATERIALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DO IVDP

**PROMOTOR:** INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E PORTO

**LOCALIZAÇÃO:** Porto (NUT II do Norte )

**DESPESA ELEGÍVEL REALIZADA:** 159.909,06 euros **INCENTIVO REALIZADO:** 135.922,70 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJETO**

O projeto RP-IVDP visou a reengenharia e desmaterialização dos processos no Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I.P. (IVDP, I.P.), permitindo:

- A identificação dos processos (definiram-se as entradas e as saídas de cada processo, os clientes e os fornecedores, as responsabilidades e as autoridades associadas);
- O mapeamento da rede de processos existente no IVDP, I.P. (determinou-se a sequência e definiram-se interfaces);
- A documentação dos processos de suporte - todos os processos que são transversais à organização bem como dos processos operacionais - todos os processos que se enquadram na operacionalização da atividade do IVDP, I.P.

O trabalho desenvolvido foi corporizado, nomeadamente, no Manual de Gestão, no Mapa de Interação de Processos e nos próprios Processos. São estes os documentos que suportam o sistema de gestão implementado no IVDP, I. P. e que dão resposta aos requisitos dos referenciais normativos decorrentes das normas NP EN 45011: 2001 (organismos de certificação de produtos) e NP EN ISO/IEC 17025: 2005 (laboratórios de ensaio). Todos os fluxogramas necessários foram desenhados com o apoio das ferramentas avançadas de criação de diagramas do Visio.



Foi implementado um conjunto integrado de aplicações de servidor com criação de uma infraestrutura de suporte da informação e que constitui a rede de conhecimento transversal a toda a organização com o apoio da plataforma *SharePoint*.

## RESULTADOS

Como corolário deste projeto, o IVDP, I. P. foi acreditado como Organismo de Certificação de Produtos no âmbito da norma NP EN 45011: 2001 pelo organismo nacional de acreditação (IPAC, I.P. - Instituto Português de Acreditação). No anexo técnico ao Certificado de Acreditação IPAC N.º C0024, de 20 de Dezembro de 2010, são referidos os produtos incluídos no Sistema de Certificação das Denominações de Origem Porto e Douro e Indicação Geográfica Duriense: Vinho licoroso com Denominação de Origem "Porto", Vinho com Denominação de Origem "Douro", Vinho com Indicação Geográfica "Duriense", Vinho licoroso com Denominação de Origem "Douro" (Moscatel do Douro), Vinho espumante com Denominação de Origem "Douro", Aguardente vínica com Denominação de Origem "Douro", Aguardente vínica destinada à elaboração de vinho suscetível de obtenção das Denominações de Origem "Porto" e "Douro" (Moscatel do Douro) e Vinho sem Indicações Geográficas e Denominações de Origem Protegidas com indicação do ano de colheita e/ou casta(s) de uvas.

### 3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Tal como referido no ponto 2.4.1, a realização do Eixo IV é muito influenciada pela **conjuntura orçamental adversa**, que acaba, naturalmente, por condicionar uma execução mais célere dos projetos promovidos por entidades da Administração Pública, sendo de salientar a este nível:

- As reduções que têm sofrido, de ano para ano, os orçamentos de investimento dos Organismos da Administração Central (mais por razões de equilíbrio das dotações entre os organismos de cada Ministério do que por qualquer juízo de mérito sobre os respetivos projetos de investimento) têm prejudicado a execução dos projetos aprovados e tornado imprevisível a sua gestão, que implica um planeamento plurianual e segurança quanto à capacidade de os prover, em cada ano, com a contrapartida nacional que ficou comprometida aquando da sua aprovação;
- Acresce que, no âmbito da execução dos projetos de modernização administrativa financiados pelo SAMA, que frequentemente têm a necessidade de recorrer a serviços de consultoria técnica, estas aquisições passaram a estar sujeitas a parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, tal como decorre da Portaria n.º 16/2013 de 17 de janeiro, procedimento que naturalmente conduz a algum atraso ao nível do prazo de execução dos projetos;
- As exigências dos procedimentos de aquisição a que as entidades beneficiárias estão sujeitas em termos de regras de **Contratação Pública** (ver ponto 2.2.2) e que frequentemente conduzem a atrasos nos processos de contratação, com prejuízo para o ritmo de execução dos projetos.

Para colmatar as dificuldades de financiamento da contrapartida nacional dos projetos, é de realçar a possibilidade de enquadramento dos projetos SAMA no Empréstimo Quadro do BEI (ver ponto 2.3.2).

### 3.5 EIXO PRIORITÁRIO V – REDES E AÇÕES COLETIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

O Eixo V integra o instrumento Ações Coletivas, de intervenção indireta e não associável ao conceito de “Ajudas de Estado”, mas cuja natureza mobilizadora e estruturante o torna determinante para a prossecução das prioridades estratégicas da Agenda temática da Competitividade. Inclui ainda, o instrumento nacional “Estratégias de Eficiência Coletiva”, que materializa a dinamização, apoio e acompanhamento das redes empresariais associadas aos Polos de Competitividade e Tecnologia e Outros *Clusters* reconhecidos.

Esses instrumentos são:

- **Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)** – Apoia projetos públicos, privados ou público-privados e outras iniciativas de resposta a riscos e oportunidades comuns, cujos resultados se traduzam na provisão de bens públicos e na geração de externalidades positivas e sejam insuscetíveis de apropriação privada ou de conferir vantagem a uma empresa individualmente considerada ou a um grupo restrito de empresas. Para que se considere um bem público, a ação coletiva tem de cumprir cumulativamente 4 condições:
  - Prosseguir um objetivo de interesse comum,
  - Visar suprir falhas de mercado ou insuficiências sistémicas que afetem um conjunto alargado de empresas,
  - Assegurar que o acesso aos produtos e serviços disponibilizados com a sua realização é amplamente publicitado e complementado por ações de demonstração e disseminação;
  - Ser promovidas por entidades privadas sem finalidade lucrativa ou por entidades públicas com competências nas políticas visadas.
- **Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC)** – Instrumento horizontal no âmbito do QREN, ancorado em estratégias com forte componente tecnológica e inovação, e em redes de cooperação que envolvem agregados económicos e entidades de ensino e de I&DT, de formação, de assistência tecnológica, associações empresariais e entidades regionais, visando a mudança de perfil de

especialização da economia portuguesa e a valorização competitiva de Portugal no espaço mundial. Existem duas grandes tipologias de EEC:

- o *Clusters*, que, por sua vez, agrega as subtipologias “Polos de Competitividade e Tecnologia” (PCT) e “Outros *Clusters*” (OC),
- o “Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial”, constituída pelas subtipologias “Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos” (PROVERE) e “Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos” (ARDU).

De referir, ainda, que os apoios do Programa aos projetos enquadrados em EEC-*Cluster* não estão só contabilizados no Eixo V, mas também nos Eixos onde se inserem os referidos projetos.

### 3.5.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Para avaliação do cumprimento das metas do Eixo V foram definidos dois **indicadores de realização**: o primeiro relativo ao investimento de projetos inseridos em Estratégias de Eficiência Coletiva e o segundo que mede o número de *outputs* decorrentes dos projetos (estudos, manuais, portais, ações de sensibilização e campanhas).

No ano em análise, apesar da redução das **candidaturas alinhadas com as prioridades EEC**, conforme justificado mais à frente, os números tornam evidente a aposta do Programa na implementação da política nacional de clusterização, quer através da abertura de Concursos com dotações específicas, quer pela atribuição de majorações de incentivo a projetos inseridos nos Polos de Competitividade e *Clusters* reconhecidos, quer ainda pelo acompanhamento e dinamização efetuado pelo Programa. No final de 2013, mais de 1/3 do investimento elegível contratado correspondia a projetos alinhados com EEC-Clusters<sup>39</sup>.

Já no que concerne ao **número de bens e serviços disponibilizados às empresas**, na sequência dos projetos SIAC já encerrados (16 projetos), verifica-se que os resultados de 2013 – 870 *outputs* – ficam ainda aquém da meta estabelecida (que foi objeto de revisão em alta em 2012). No entanto, tendo em conta o número de *outputs* previstos nos projetos aprovados (perto de 14.000 *outputs*), é esperado o cumprimento deste indicador até ao final do Programa.

---

<sup>39</sup> Considerando apenas a partir da implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva (2º semestre de 2009) e nos instrumentos com possibilidade de majoração (SI I&DT, SI Inovação, SI PME e SIAC).

Tabela 3.41: Indicadores de Realização do Eixo V, 2007-2013

Indicadores	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2013	Sim/Não
REFORÇO DO INVESTIMENTO EM ECONOMIAS DE EFICIÊNCIA COLETIVA (EEC) (Investimento apoiado em EEC / Investimento total apoiado*)	15%	25%	36%	Sim
N.º DE BENS E SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS ÀS EMPRESAS DECORRENTES DAS AÇÕES COLETIVAS APOIADAS (N.º estudos, manuais, portais de internet criados, etc.) (**)	n.d.	7.000	870	Não

(\*) Considerando os concursos com possibilidade de enquadramento de projetos em EEC. (\*\*) A contabilização deste indicador passou a ser efetuada apenas tendo em conta os projetos encerrados. Fonte: SI POFC.

| 230

No quadro seguinte apresentam-se os **indicadores comuns comunitários** para o Eixo V, sendo de destacar o número de projetos orientados para a Sociedade de Informação.

Tabela 3.42: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo V, 2007-2013

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	27
	23. N.º de projetos	Total do PO	3
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	11
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	6

Legenda: (\*)Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POFC.

### 3.5.2. Análise qualitativa

#### SIAC – SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS

O SIAC somava, no final de 2013, 920 **candidaturas**, com um investimento proposto superior a 720 milhões de euros. Destas, foram aprovados 408 projetos, envolvendo um investimento elegível de 310,5 milhões de euros e um incentivo de 231 milhões de euros.

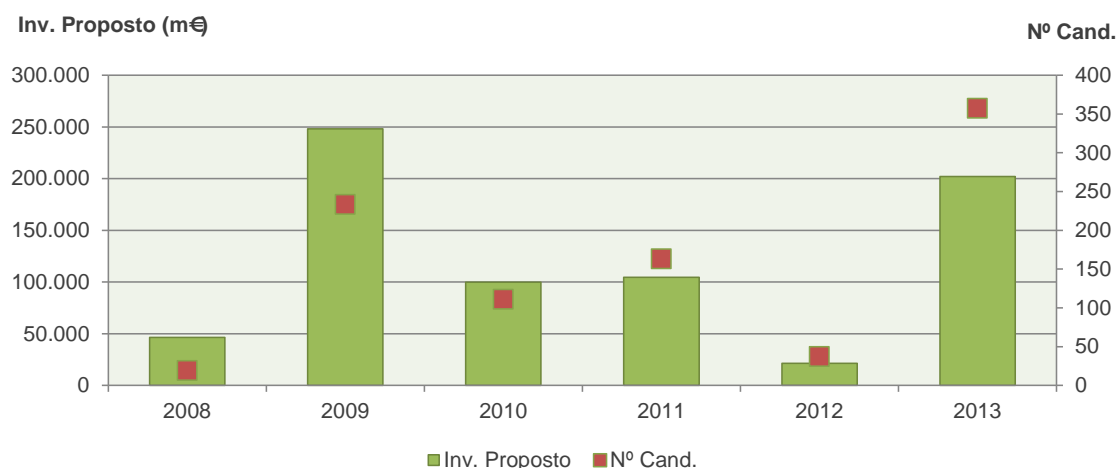
Tabela 3.43: Candidaturas e Projetos Aprovados do Eixo V por Concurso, 2007-2013

Concurso / Convite	Candidaturas		Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Concurso Geral de 2008	108	104.788	66	44.223	31.270
Concurso MERCA	2	1.069	0	0	0
Concurso Sector Automóvel	7	3.547	6	2.129	1.482
Concurso EEC (2009-2013)	18	22.560	18	14.791	11.093
Concurso Geral de 2009	110	115.817	67	59.077	44.167
Concurso Geral de 2010	109	84.779	46	25.382	18.670
Concurso Geral de 2011	163	104.548	69	41.647	29.331
Concurso Geral de 2012 (em 2 fases)	338	197.376	88	53.433	42.769
Concurso 7.º PQ I&DT	34	7.168	22	3.911	2.591
Concurso EEC (2013-2014)	19	4.684	16	3.491	2.793
Convites	12	76.144	10	62.462	46.787
<b>TOTAL EIXO V</b>	<b>920</b>	<b>722.480</b>	<b>408</b>	<b>310.548</b>	<b>230.952</b>

Fonte: SI POFC.

O gráfico seguinte apresenta a **evolução anual de candidaturas** do SIAC, destacando-se a forte procura registada em 2013, essencialmente associada ao último concurso SIAC no âmbito do Programa, que registou níveis de procura muito superiores aos verificados nos anos anteriores.

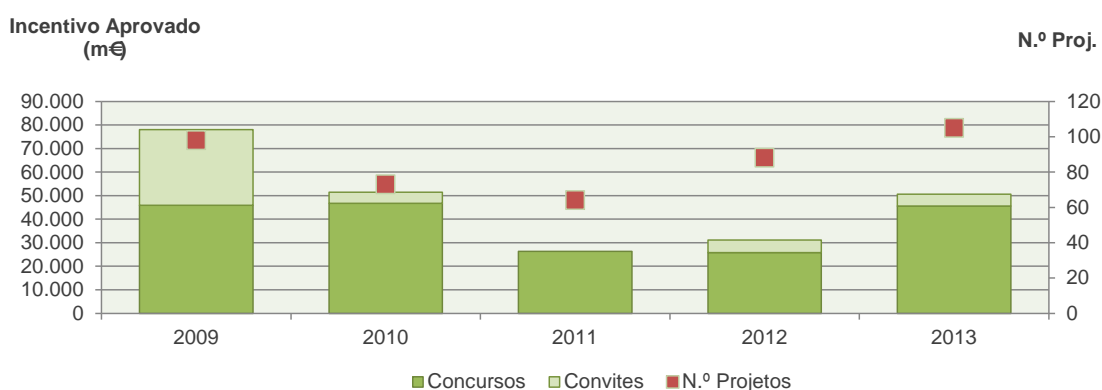
**Gráfico 3.45: Candidaturas Rececionadas no SIAC por Ano, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Face a esta procura, em 2013 registou-se o maior número de **projetos aprovados**. Ainda assim, 2009 permanece como o ano em que maior compromisso foi assumido, essencialmente devido aos convites aprovados nesse ano.

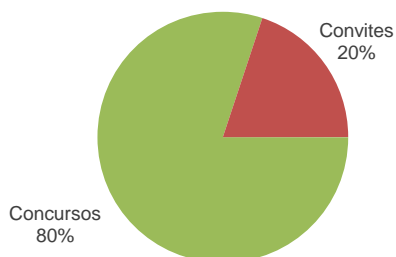
**Gráfico 3.46: Projetos Aprovados no SIAC por Ano, 2007-2013**



Nota: Inclui anulações. Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.47: Incentivo Bruto Aprovado no SIAC por Modo de**

**Candidatura, 2007-2013**

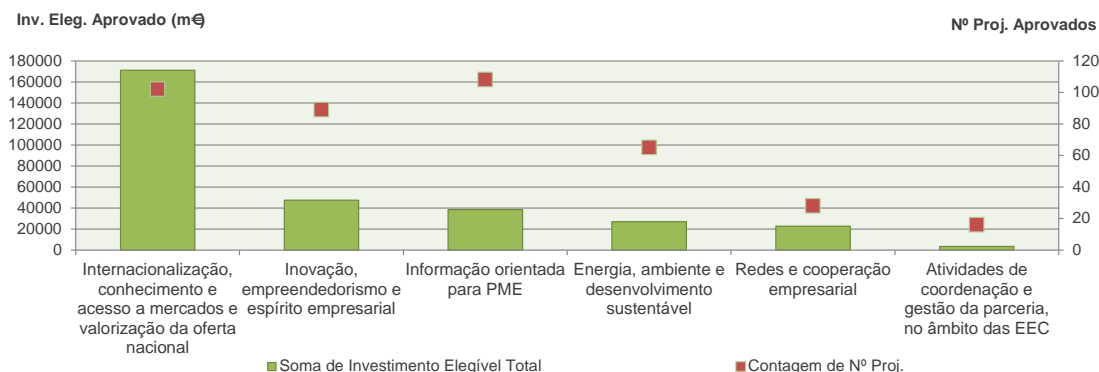


Fonte: SI POFC.

Até ao final de 2013, foram lançados 11 AAC (gerais e temáticos) no âmbito do SIAC, com uma dotação acumulada de 247,1 milhões de euros. Repartindo o incentivo bruto aprovado de acordo com o modo de candidatura, verifica-se que 80% do total – cerca de 190 milhões de euros - foi atribuído através de concursos.

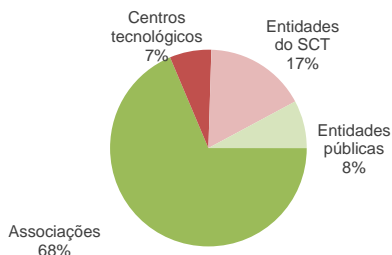
A repartição do investimento elegível dos 408 projetos aprovados por **áreas de intervenção** evidencia a importância conferida à internacionalização, que concentra cerca de 55% do investimento elegível total aprovado. Relativamente às restantes áreas, destacam-se os apoios atribuídos para Inovação, Empreendedorismo e espírito empresarial e para Informação orientada para PME.

**Gráfico 3.48: Projetos Aprovados no SIAC, por Área Principal de Intervenção, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.49: Promotores e Co-Promotores no SIAC, 2007-2013**



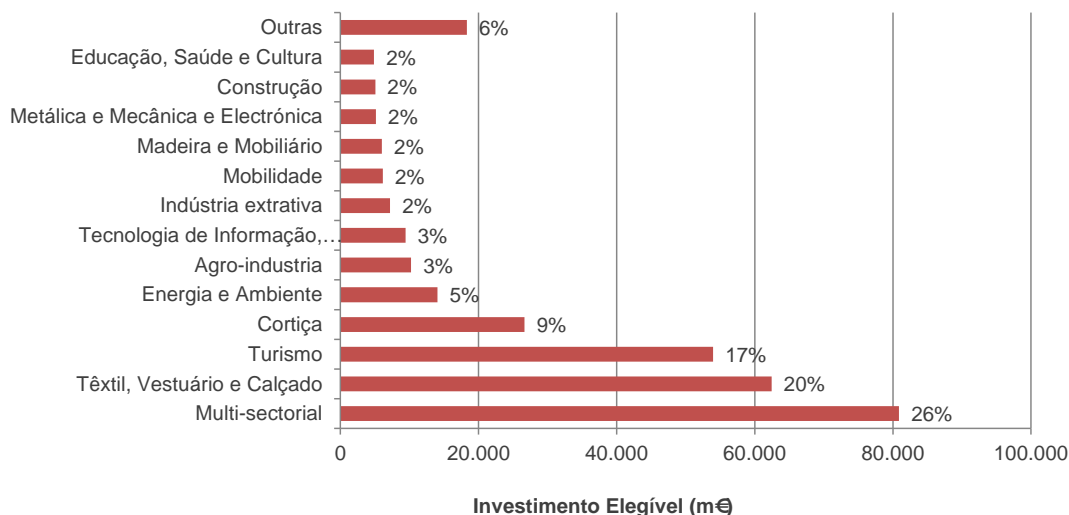
Fonte: SI POFC.

Estão envolvidas, nestes projetos, 179 entidades diferentes, entre promotores-líder (que apresentam o projeto) e co-promotores.

Mais de 2/3 destas entidades são associações, sendo de destacar também a participação das entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

Em termos setoriais, verifica-se uma concentração nos setores Têxtil, Vestuário e Calçado, Turismo, Cortiça e Energia e Ambiente, que reúnem metade do investimento elegível apoiado.

**Gráfico 3.50: Investimento Elegível no SIAC por Sector de Atividade, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Analisando os *outputs dos projetos apoiados*, verifica-se que o principal *output*, em termos de volume, se prende com as sessões/ações de dinamização das redes de suporte às empresas empreendedoras, com as ações de sensibilização para fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial e com as ações de informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica.

**Gráfico 3.51: Outputs previstos nos projetos aprovados, 2007-2013**

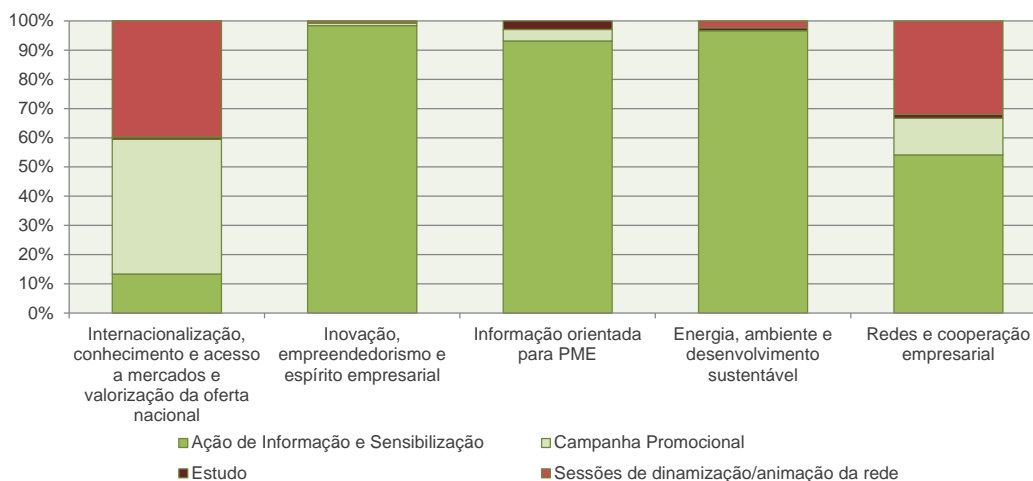


Fonte: SI POFC.



Tendo em conta as **áreas de intervenção dos projetos**, constata-se que, no caso dos projetos de internacionalização (como referido atrás, concentram mais de metade do investimento elegível apoiado), há uma predominância das campanhas promocionais e apoios à dinamização/animação de redes, enquanto nas restantes tipologias, o principal *output* se prende com ações de informação e sensibilização.

**Gráfico 3.52: Outputs previstos nos projetos aprovados, por área principal de intervenção, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Relativamente ao concurso realizado referente à participação de entidades nacionais no **7.º Programa Quadro** (programa comunitário de apoio à I&D), na sequência dos projetos SIAC, foram apresentadas 196 candidaturas ao 7.º Programa Quadro, das quais 38 foram consideradas aprovadas com dotação orçamental e 72 aprovadas sem dotação disponível. No âmbito destes 38 projetos estão envolvidas 41 empresas e 13 entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

No final do ano encontravam-se contratados 365 projetos com um incentivo previsto de 214,8 milhões de euros, o que representa uma **taxa de contratação** de 93%.

Apresenta-se, na Caixa seguinte, o projeto SIGAME 2, no âmbito da cooperação interempresarial, que tem como objetivo a criação de redes de cooperação com os PALOP.

**Caixa 37: Ações Coletivas – SIGAME 2 - Internacionalizar + – AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro (promotor líder)**

**MEDIDA DE APOIO:** SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SIAC)

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Cooperação interempresarial (Outros Fatores de Competitividade para as PME)

**N.º DE PROJETO:** 17079

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** SIGAME 2 - Internacionalizar +

**PROMOTORES:**

- AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro (líder do projeto)
- ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas

**LOCALIZAÇÃO:** Norte e Centro

**INVESTIMENTO APROVADO:** 448.058,08 euros **INCENTIVO APROVADO:** 313.640,66 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJETO:**

O Projeto SIGAME 2 - Internacionalizar +, visa:

- Criar Redes de Suporte interinstitucionais (1 nacional e 4 nos PALOP: Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe) como fomento à criação de redes de cooperação interempresariais, através do estabelecimento de alianças estratégicas, que permitam aceder aos mercados identificados de forma mais eficaz e eficiente;
- Promoção das regiões do Baixo Vouga e do Entre Douro e do setor da Metalurgia e Eletromecânica, através de soluções inovadoras que permitam a sua projeção internacional.

Subdivide-se em 4 atividades, com os seguintes objetivos:

Atividade 1 – Operacionalização das Redes de Suporte à Cooperação Empresarial e Plataforma de Apoio

1.1. Operacionalização das Redes de suporte à cooperação empresarial e Expansão ao estado do Ceará – Brasil

1.2. Plataforma do Projeto como vetor de comunicação e informação que se assume como particular importância no apoio à internacionalização.

Atividade 2 – Criação de Redes de Cooperação Interempresarial

2.1. Constituição de Redes Empresariais

2.2. Eventos e Publicação

Esta atividade inclui a definição da metodologia de constituição das redes, produção de um guia sobre a importância das redes na internacionalização, um *workshop* e várias publicações sobre os mercados de São Tomé, Cabo Verde, Ceará, Moçambique e Angola.

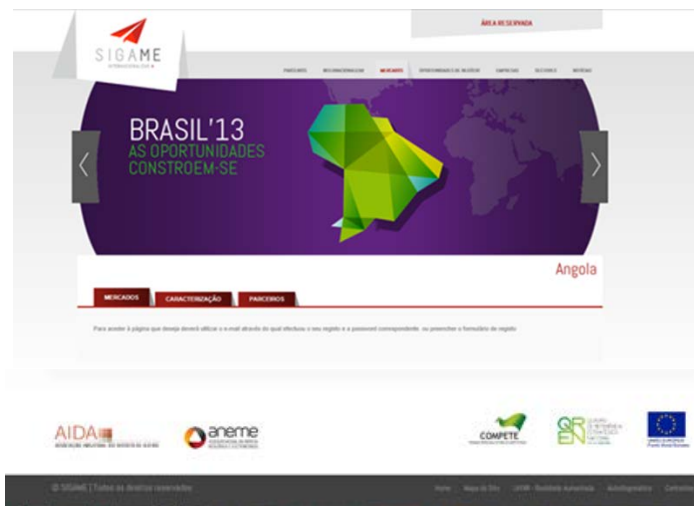
Atividade 3 – Promoção das Regiões e dos Setores

3.1. Funcionalidades SIG – criação de ferramentas e mecanismos que possibilitem, mais do que as empresas, os representantes dessas empresas se relacionem entre si, criando novas relações e reforçando as relações já existentes entre as companhias que representam.

Dentro desta ação foi construído o site [www.sigame-cplp.com](http://www.sigame-cplp.com) que permite consultar dados sobre os vários mercados dos PALOP e reforçar a criação de redes interempresariais, tais como:

- Caracterização dos mercados alvo, estrutura governamental, condições de investimento, sistema fiscal, sistema monetário, taxas cambiais, etc.;

- Descrição de parceiros, objetivos da atividade, serviços, etc.;
- Dados estatísticos, população, território, ensino, económicos, comércio internacional, etc., sobre cada um dos mercados;
- Informação estatística dos setores de atividade Cerâmica e Metalomecânica.



3.2 - Ações de Promoção Internacionais – realização de uma sessão em cada país (Angola, Ceará - Brasil, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

3.3 - *Workshop* sobre o tema: Internacionalização

3.4 - Publicações - Manual de internacionalização

#### Atividade 4 – Divulgação do SIGAME 2

4.1 Seminário Inicial

4.2. Seminário de Apresentação de Resultados

4.3. Material Promocional – inclui vídeos e conteúdos digitais a divulgar na plataforma on-line, banners e spots de TV e rádio.

#### **RESULTADOS ESPERADOS:**

O projeto terminou em 31/12/2013, encontrando-se em fase de apresentação do pedido final e encerramento.

Espera-se, com a execução deste projeto, alcançar as seguintes metas:

- Operacionalização das Redes de Suporte Interinstitucionais e sua plataforma de suporte, visando a facilitação do estabelecimento de parcerias comerciais com os países-alvo;
- Criação de Redes de Cooperação Empresariais duradouras que produzam soluções com grau de inovação e qualidade, proporcionando às empresas que, em conjunto, aumentem a sua capacidade de internacionalização e/ou crescimento económico;
- Dar projeção internacional às regiões, setores alvo e empresas, através de soluções de nova geração combinadas com práticas tradicionais;
- Disseminação do projeto SIGAME - Aveiro à Região do Oeste e à Indústria Cerâmica, possibilitando desta forma uma maior abrangência territorial e uma maior visibilidade das atividades económicas do País.

## ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA COLETIVA

Este ponto procede a uma abordagem sintética dos apoios concedidos no COMPETE, no âmbito das Estratégias de Eficiência Coletiva. A sua leitura deve ter presentes duas principais fases: i) fase inicial de lançamento da iniciativa (associada ao 1.º ciclo de reconhecimento) que determinou o lançamento de concursos com dotações específicas e prioridades temáticas alinhadas com as opções de investigação e inovação dos Polos e *Clusters*; ii) fase de reflexão ao nível da política de clusterização, a partir de meados de 2012, que se traduziu na suspensão dos concursos específicos.

O primeiro ciclo de reconhecimento concluiu-se a 15 de julho de 2012 (três anos), tendo sido alargado o período de reconhecimento até à conclusão de um novo processo de reconhecimento, que deverá integrar toda a aprendizagem verificada ao longo dos três anos de implementação piloto do instrumento, bem como os resultados da avaliação estratégica e operacional realizada.

Ao longo do segundo semestre de 2012 foi efetuada, por entidades independentes externas, a avaliação da *Estratégia e do Processo de Implementação das EEC-Clusters*, a qual veio corroborar e aprofundar um conjunto de pontos fracos e de oportunidades identificado ao longo dos três anos de acompanhamento e monitorização. O Relatório Final e respetivos anexos foram disponibilizados publicamente, tendo ocorrido uma sessão pública de divulgação dos resultados a 19 de abril de 2013 (ver Caixa 12).

**Tabela 3.44: Candidaturas e Projetos Aprovados de EEC por Instrumento, 2007-2013**

*Unid: Mil euros*

Instrumento	Candidaturas (2007-2013)		Projetos Aprovados (2007-2013)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN/Projetos em Co-promoção	1	164	1	164	139
SI I&DT/Projetos Individuais	128	110.340	71	47.464	21.783
SI I&DT/Projetos em Co-promoção	202	233.504	85	78.128	50.213
SI I&DT/Projetos Mobilizadores	16	139.448	14	78.145	54.204
SI I&DT/ Projetos Regime Especial	4	95.040	0	0	0
SI I&DT/I&DT Coletiva	2	3.823	0	0	0
SI I&DT/Núcleos de I&DT	2	554	0	0	0
SI Inovação/Inovação Produtiva	332	1.490.623	143	558.501	338.326
SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	8	10.084	1	922	602
SI Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	193	86.249	73	23.486	10.826
SI Qualificação PME/Projetos Conjuntos	110	292.475	86	206.879	123.655
SIAC - Sistema de Apoio a Ações Coletivas	365	343.115	159	162.555	123.878
<b>Total Geral</b>	<b>1.363</b>	<b>2.805.418</b>	<b>633</b>	<b>1.156.244</b>	<b>723.626</b>

Fonte: SI POFC.

Em termos de resultados deste primeiro ciclo de reconhecimento no COMPETE, foram rececionadas, desde o início do Programa, 1.363 candidaturas a EEC-Clusters, com um investimento associado de mais de 2,8 mil milhões de euros, representando 7% e 13% respetivamente dos projetos e do investimento candidatos ao Programa (SAESCTN+SI+SIAC). Destas, encontravam-se aprovados 633 projetos, aos quais se associam mais de 1,1 mil milhões de euros de investimento elegível e perto de 724 milhões de euros de incentivo.

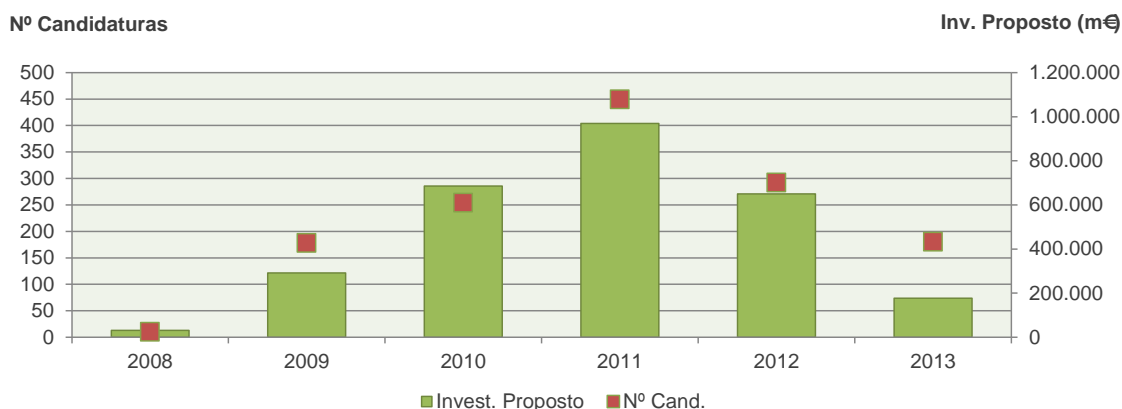
| 238

Por instrumento, realçam-se os projetos em co-promoção (coletivos ou conjuntos), centrais na política de clusterização e, em volume de incentivo aprovado, os projetos de inovação produtiva, dada a sua relevância na criação de valor e emprego associados a novos produtos e processos em áreas e domínios prioritários para a concretização das Estratégias e Programas de Ação dos Polos e Clusters reconhecidos.

Como referido anteriormente, no segundo semestre de 2012 foi suspensa a possibilidade de atribuição da majoração “Tipo de Estratégia” para os projetos inseridos em EEC (os Concursos publicados deixaram de incluir dotação orçamental específica e/ou acesso a majoração de incentivo). Manteve-se esta discriminação positiva apenas para os projetos conjuntos do SI Qualificação PME, por se considerar estratégica a dimensão internacionalização.

Desta forma, verificou-se uma forte quebra do ritmo ascendente de adesão dos promotores que se vinha a verificar até 2011, reflexo do trabalho de clusterização das entidades gestoras reconhecidas, no sentido de fomentar a realização de projetos de investigação e inovação alinhados com as suas prioridades, bem como dos esforços levados a cabo pelo Programa de conferir relevância à estratégia de clusterização, nomeadamente pela existência de dotações orçamentais ou concursos específicos para EEC ou pela majoração de projetos integrados nas mesmas.

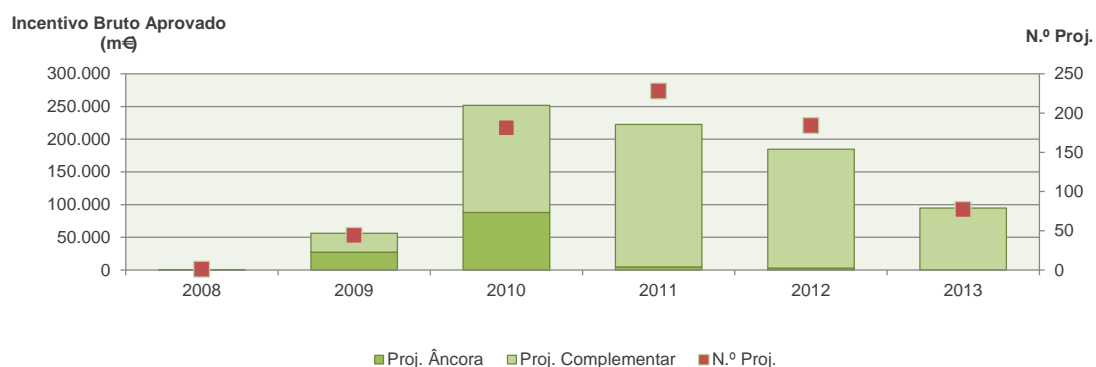
**Gráfico 3.53: Candidaturas Inseridas em EEC por Ano, 2008-2013**



Fonte: SI POFC.

Refletindo a forte restrição de candidaturas a processos concursais específicos para as EEC (ou majoração específica associada a prioridades em matéria de I&I dos Polos/*Clusters*), o **incentivo aprovado**, em 2013, de projetos inseridos em estratégias de eficiência coletiva regista níveis significativamente mais reduzidos.

**Gráfico 3.54: Incentivo Bruto Aprovado em Projetos Inseridos em EEC, por Ano, 2008-2013**



Nota: Inclui anulações. Fonte: SI POFC.

Do total de 633 projetos aprovados, 12% são considerados **projetos-âncora**, ou seja, são projetos que possuem um elevado grau de relevância face à concretização das opções estratégicas da EEC (traduzido em prioridades técnicas/ tecnológicas e áreas de investimento com forte incorporação de inovação), promovidos pela entidade gestora ou por um grupo de atores em co-promoção em sua representação<sup>40</sup>. Na sua maioria (71%), os projetos âncora inserem-se no SIAC, onde se incluem, igualmente, os projetos de animação, coordenação e gestão do Polos de Competitividade e *Clusters*, alvo de concursos específicos em 2009 e 2013.

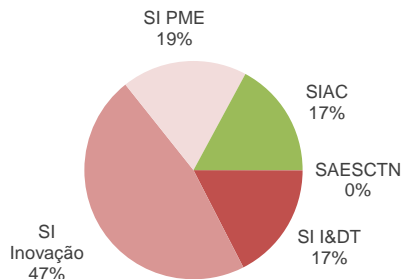
Os **projetos complementares** correspondem a 88% do total de projetos aprovados e envolvem mais de 603 milhões de euros de incentivo. Estes projetos foram considerados inseridos nos objetivos e no perfil de investimento das respetivas EEC pelo COMPETE, com base em Referenciais técnicos e tecnológicos de I&I construídos a partir de contributos das entidades gestoras das EEC. Inserem-se, sobretudo nos Sistemas de Incentivos, sendo de relevar que 55% do incentivo foi atribuído ao abrigo do SI Inovação.

Considerando a **repartição por medida** da totalidade do incentivo aprovado, verifica-se que o SI Inovação absorve 47% do incentivo total aprovado no âmbito das EEC-*Clusters*.

**Em termos regionais**, o Norte absorve mais de metade do total dos apoios. O Centro soma 37% do incentivo e o Alentejo, dada a menor expressão das entidades empresariais da região nas dinâmicas existentes das EEC reconhecidas, apenas 7%.

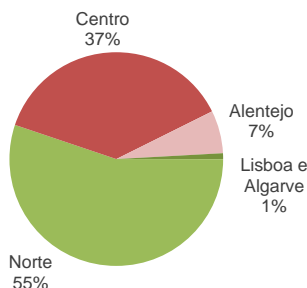
<sup>40</sup> Os projetos âncora constavam do contrato de reconhecimento.

**Gráfico 3.55: Incentivo Aprovado em EEC-Clusters, por Medida, 2008-2013**



Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.56: Incentivo Aprovado em EEC-Clusters, por Região, 2008-2013**

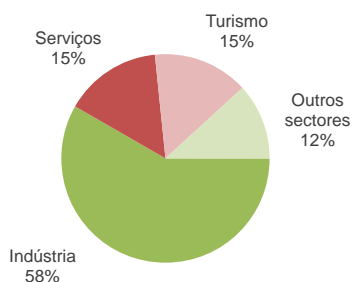


Fonte: SI POFC.

Face aos objetivos implícitos da política de Clusterização, na **distribuição setorial**, realça-se o peso da Indústria, em particular das indústrias relacionadas com o Polo de Competitividade da Moda (têxteis, vestuário e couro), com o Polo de Competitividade da Mobilidade (fabricação de veículos automóveis) e com o Polo de Competitividade *Engineering & Tooling*. Os serviços absorvem 15% do incentivo aprovado, destacando-se o Pólo de Competitividade das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica, com particular incidência na CAE 62 - Consultoria e programação informática e atividades relacionadas.

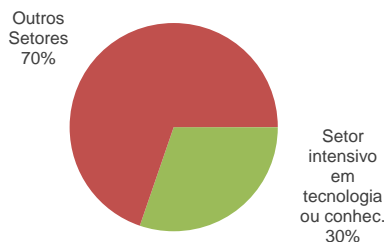
Da totalidade das aprovações, 30% insere-se em setores intensivos em tecnologia ou conhecimento.

**Gráfico 3.57: Incentivo Aprovado de EEC-Clusters, por Setor de Atividade, 2008-2013**



Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.58: Incentivo Aprovado de EEC-Clusters, por Grau de Intensidade, 2008-2013**



Fonte: SI POFC.

Quanto aos dados de aprovação por EEC, destacam-se o Polo de Competitividade da Moda, que concentra 20% do incentivo total atribuído às EEC, seguindo-se o Polo de Competitividade do Turismo (16%) e o Polo de Competitividade das Indústrias *Engineering & Tooling* (7%). A análise deverá ter presente as diferentes naturezas setoriais e territoriais das EEC, face aos apoios FEDER atribuídos pelo COMPETE e pelos PO Regionais.



Tabela 3.45: Projetos Aprovados de EEC por Tipo de Estratégia, 2007-2013

EEC	Total de Projetos EEC						Proj. Âncora		Proj. Complementar			
	N.º Proj.		Invest. Elegível		Incentivo		N.º Proj.	Incentivo	N.º Proj.	Incentivo		
	%	%	%	%	%	%						
PCT da Moda	105	17%	233.632	20%	146.766	20%	5	11.369	8%	100	135.397	92%
PCT do Turismo	28	4%	173.078	15%	116.600	16%	3	17.906	15%	25	98.693	85%
PCT das Indústrias da Mobilidade	53	8%	119.658	10%	69.390	10%	7	7.060	10%	46	62.329	90%
PCT Engineering & Tooling	61	10%	77.760	7%	48.565	7%	4	6.225	13%	57	42.340	87%
PCT das Indústrias de Base Florestal	37	6%	68.966	6%	46.282	6%	5	16.035	35%	32	30.247	65%
PCT Agroindustrial	33	5%	72.279	6%	41.782	6%	5	2.329	6%	28	39.453	94%
PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica	66	10%	65.348	6%	40.214	6%	8	15.129	38%	58	25.085	62%
PCT das Tecnologias de Produção	42	7%	46.676	4%	29.920	4%	4	10.156	34%	38	19.764	66%
Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal	21	3%	48.370	4%	28.781	4%	1	508	2%	20	28.273	98%
Cluster Habitat Sustentável	49	8%	44.342	4%	27.247	4%	2	547	2%	47	26.700	98%
Cluster da Pedra Natural	27	4%	37.580	3%	24.652	3%	4	6.324	26%	23	18.329	74%
PCT da Saúde	28	4%	37.075	3%	23.629	3%	6	11.804	50%	22	11.825	50%
Cluster Agro-industrial do Centro	9	1%	26.167	2%	17.739	2%	5	3.916	22%	4	13.823	78%
PCT da Energia	24	4%	20.834	2%	11.897	2%	2	1.835	15%	22	10.062	85%
Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	9	1%	17.559	2%	10.080	1%	2	583	6%	7	9.497	94%
Cluster Agro-industrial do Ribatejo	15	2%	13.536	1%	8.670	1%	4	1.357	16%	11	7.313	84%
Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro	8	1%	11.342	1%	6.458	1%	3	563	9%	5	5.895	91%
PCT das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial	5	1%	9.551	1%	5.382	1%	3	779	14%	2	4.603	86%
Cluster das Indústrias Criativas da Região Norte	4	1%	2.880	0%	1.728	0%	1	391	23%	3	1.336	77%
PROVERE	9	1%	29.612	3%	17.844	2%	4	5.488	31%	5	12.356	69%
<b>Total Geral</b>	<b>633</b>	<b>100%</b>	<b>1.156.244</b>	<b>100%</b>	<b>723.626</b>	<b>100%</b>	<b>78</b>	<b>120.306</b>	<b>17%</b>	<b>555</b>	<b>603.320</b>	<b>83%</b>

Nota: \* - foram incluídos nos projetos-âncora os projetos das entidades gestoras dos Polos de Competitividade e Clusters reconhecidos para apoio às

atividades de dinamização e clusterização. Legenda: PCT – Pólo de Competitividade e Tecnologia; Fonte: SI POFC.

Mas, mais do que os projetos apoiados é relevante destacar o importante caminho prosseguido em matéria de **alargamento da base associativa** (que duplicou face aos dados de candidatura,

sendo de 1.397, a 31 de agosto de 2013, dos quais 78,8% são empresas ou Associações empresariais), assim como **de inserção em redes e plataformas de conhecimento internacionais**, a conquista de prémios de produtos inovadores em importantes feiras internacionais, os novos produtos e novas empresas criadas, o reconhecimento e o crescimento de marcas coletivas que relevam o nome e a competência portuguesa em vários setores, as dezenas de eventos organizados pelas entidades gestoras de divulgação e partilha de conhecimento/ desenvolvimentos tecnológicos, as inúmeras reuniões e grupos de trabalho constituídos e os milhares de km percorridos, numa aproximação às empresas (de forma particular às micro e pequenas empresas), às suas necessidades e ao trabalho na sua modernização e competitividade nacional e internacional.

Refira-se ainda, o importante esforço que as entidades gestoras têm efetuado no sentido da melhoria dos seus procedimentos de gestão, traduzido no reconhecimento internacional de 11 dos 19 Polos/ *Clusters* com o *Bronze Label*<sup>41</sup>.

Estamos perante um caminho com graus de sucesso diferenciados, mas sem dúvida uma experiência-piloto com importante potencial de resultados e acima de tudo de aprendizagem para o futuro, numa abordagem cada vez mais imprescindível de criação de valor com base em eficiência coletiva.

### 3.5.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No Eixo V, apesar dos esforços no sentido de minorar os seus impactos, mantêm-se os constrangimentos à boa execução dos projetos SIAC identificados nos Relatórios de Execução dos anos anteriores, associados:

- Aos exigentes e morosos **procedimentos de contratação pública** a incorporar nos projetos, que condicionam o seu arranque nas datas previstas e atrasam significativamente a sua execução. Nalguns casos, determinam mesmo a inoperacionalidade de ações que não puderam ser contratadas em tempo;
- À frágil **capacidade de financiamento de alguns promotores** que não conseguem garantir os meios necessários para a boa execução dos projetos, determinando a prorrogação de algumas ações ou até mesmo a sua não execução.

---

<sup>41</sup> A obtenção do Bronze Label inclui a realização de um exercício de *benchmarking* com Clusters europeus no mesmo domínio/ setor e envolve a avaliação da sua performance através de 36 indicadores. Estes indicadores reportam à avaliação da estrutura associativa e modelo de governação, modelo de financiamento, serviços prestados pela entidade gestora, contatos e interação dentro do Cluster e reconhecimento do Cluster.

- A **incapacidade de uma gestão flexível dos organismos públicos** (promotores) dos seus orçamentos, que condicionou também fortemente a boa execução dos projetos.

Como resultado da atual conjuntura económica desfavorável, durante 2013 agravou-se ainda mais a **capacidade de financiamento dos promotores**, com reflexo na boa execução dos projetos.

Neste sentido, reforçou-se a **exigência ao nível da sustentabilidade financeira** dos projetos a cofinanciar, através do aumento da exigência na informação a prestar pelos promotores na comprovação das fontes de financiamento dos projetos e, por outro lado, redimensionando financeiramente as intervenções por forma a ajustá-las à capacidade financeira demonstrada.

Manteve-se a **flexibilização na entrega do pedido de pagamento** de reembolso final (PTRF), de modo a que os promotores consigam encontrar soluções de financiamento e, neste sentido, poder concluir financeiramente os seus projetos, exceção feita aos casos em que os promotores pretendem submeter nova candidatura. Nestas condições, o promotor teve que garantir o encerramento do projeto anterior e as fontes de financiamento da nova candidatura.

Refira-se ainda, a possibilidade de enquadramento dos projetos SIAC no **Empréstimo Quadro do BEI**, para colmatar as dificuldades de financiamento da contrapartida nacional dos projetos (ver ponto 2.3.2).

Em relação às Estratégias de Eficiência Coletiva, no final de 2013 ainda não estava estabilizado o **futuro da política de Clusterização** em Portugal, situação que induz a um efeito não desejável de interrupção das redes de cooperação e do esforço em promover práticas colaborativas que envolvem empresas e entidades do sistema de inovação. De modo a colmatar este constrangimento e prosseguir com alguns dos trabalhos já desenvolvidos pelas atuais estruturas de gestão, foi lançado o AAC nº 01/SIAC/2013, especificamente para os polos e cluster reconhecidos.

Apresenta-se, na Caixa seguinte, um projeto SIAC aprovado no âmbito do PCT *Engineering & Tooling*.

**Caixa 38: Ações Coletivas – ETF - Empresa Tooling do Futuro – CENTIMFE - Centro Tecnológico Da Indústria De Moldes, Ferramentas Especiais E Plásticos (promotor líder)**

**MEDIDA DE APOIO:** SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SIAC)

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Inovação tecnológica, organizacional e de marketing

**N.º DE PROJETO:** 8107

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** ETF - Empresa Tooling do Futuro

**PROMOTOR:** CENTIMFE - CENTRO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA DE MOLDES, FERRAMENTAS ESPECIAIS E PLÁSTICOS em copromoção com Associação Pool-Net - Portuguese Tooling Network

**LOCALIZAÇÃO:** Norte e Centro

**INVESTIMENTO APROVADO:** 663.223,45 euros **INCENTIVO APROVADO:** 464.256,42 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJETO:**

O Projeto visou:

1 - Desenvolver instrumentos/produtos (bens públicos) que permitam por um lado, apoiar as empresas na mudança e inovação tecnológica e organizacional e, por outro dotar as empresas em geral de ferramentas facilitadoras da sua adaptação aos novos desafios no âmbito da Estratégia de Eficiência Coletiva *Engineering & Tooling*, de forma a conseguirem ser:

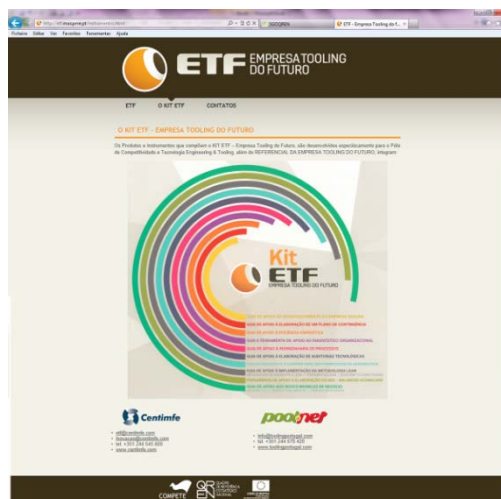
- Empresas Rentáveis, geridas de acordo com a filosofia *Lean*;
- Empresas Flexíveis;
- Empresas Eficientes e orientadas para a Criação de valor suportadas nos princípios do pensamento *Lean*;
- Empresas Inovadoras orientadas para a deteção antecipada e satisfação das necessidades de mercado;
- Empresas Sustentáveis e Socialmente Responsáveis.

2 - Contribuir para a melhoria da performance das PME portuguesas, pela disponibilização de instrumentos e informação;

3 - Contribuir para a melhoria do saldo da Balança Tecnológica de Portugal, pelo incremento da oferta de produtos cada vez mais sofisticados e de elevado conteúdo tecnológico;

4 - Ser um instrumento promotor e facilitador do envolvimento dos actores em torno da Estratégia de Eficiência Coletiva;

5 - Contribuir para a afirmação e reconhecimento do Pólo de Competitividade e Tecnologia *Engineering & Tooling*, quer a nível nacional, quer a nível internacional.



O projeto subdividiu-se em 7 atividades, a saber:

Atividade 1 - ferramentas de suporte aos negócios e gestão

Sendo esta atividade caracterizada pelo desenvolvimento de soluções que permitissem às empresas de *engineering & Tooling* diversificar a sua oferta para mercados setoriais diversificados, o seu desenvolvimento permite às empresas terem acesso a informação crítica de suporte às suas opções de desenvolvimento.

De relevar os desenvolvimentos no âmbito da atividade nº1:

- Aquisição de normas de saúde/medicina;
- Guia de Apoio e ferramenta (ficheiro excel) de suporte ao desenvolvimento do *Balanced ScoreCard* das empresas;
- Requisitos a cumprir para ser fornecedor da Indústria Aeronáutica;
- Desenvolvimento de Guias de Apoio aos Novos Modelos de Negócio:Saúde/Medicina; Energias; Aeronáutica;

#### Atividade 2 - dinamização e conceção de modelos de desenvolvimento suportados pela inovação e pela tecnologia

No âmbito da Atividade n.º 2, foi desenvolvida uma ferramenta (baseada em ficheiro excel) e um Guia de Apoio para o desenvolvimento de Auditorias Tecnológicas.

Foi também desenvolvida uma metodologia e lançamento de uma CdP - Comunidade de Prática de *Engineering & Tooling*, bem como a dinamização de Fóruns Temáticos (Inovação & Tecnologia e Lean Tooling). Neste sentido, foi realizado um *Workshop* que visou o lançamento desta CdP, e partilha da metodologia e objetivos específicos, visando a sua efetiva dinamização no seio das empresas que integram o *Cluster de Engineering & Tooling*. De suporte ao lançamento dos Fóruns foram criados conteúdos digitais, disponibilizados através do repositório digital, com acesso via portal do PCT ([www.toolingportugal.com](http://www.toolingportugal.com)).

#### Atividade 3 - promoção do eco-safe tooling e sistematização de boas práticas ao nível dos processos e operações

A atividade n.º 3 contemplou o desenvolvimento de ações conducentes ao desenvolvimento de um guia de Boas práticas de Reengenharia; um Guia de Apoio ao Desenvolvimento da Empresa Segura; um Guia de Apoio à elaboração de um Plano de Contingência e ainda um Guia de Apoio e Boas Práticas de Eficiência Energética com a matriz energética da indústria de *Tooling*, bem como uma ferramenta para registos dos consumos. Paralelamente foram realizadas ações de sensibilização para o desenvolvimento da empresa segura, diversas sessões de trabalho, por exemplo, para conhecer o perfil de consumo energético da indústria, bem como ações que visaram a apresentação final dos instrumentos desenvolvidos.

#### Atividade 4 - desenvolvimento/adaptação de metodologias de desenvolvimento organizacional

Na atividade 4, foi desenvolvido um Modelo de Diagnóstico Organizacional (ferramenta via *Web*), bem como o respetivo Guia de Apoio.

#### Atividade 5 - desenvolvimento de metodologias para a empresa lean de engineering & tooling

No âmbito desta actividade pretendeu-se criar e implementar um conjunto de metodologias que visam alcançar a empresa *LEAN* do *Engineering & Tooling*, dado que se preconiza que a empresa *Tooling* do Futuro terá de ser necessariamente uma empresa *Lean*, cuja filosofia esteja assente em actividades que geram valor, assumindo-se a eliminação de desperdícios ou seja das actividades que não agregam qualquer valor, como a base deste sistema.

Deste modo, pretendeu-se nesta fase:

- Sensibilizar todas as empresas do *cluster Engineering & Tooling* para as potencialidades das ferramentas associadas ao *LEAN* e os benefícios da sua utilização;
- Adaptar ferramentas comumente usadas em ambientes industriais de produção em série, para ambientes industriais em que a produção por encomenda é privilegiada;
- Conceber, adaptar metodologias de lean organisation e lean manufacturing para empresas do *Tooling*;
- Divulgar pelas empresas do *Cluster* as metodologias desenvolvidas e promover a utilização das mesmas.

Foram realizados três importantes documentos de Apoio ao Desenvolvimento da empresa *LEAN TOOLING*, que foram objeto de divulgação e disseminação em *workshops* específicos, de modo a atingir estes objetivos.

#### Atividade 6 - divulgação, promoção e disseminação dos produtos/bens públicos

Esta atividade contemplou a divulgação e promoção dos produtos e instrumentos desenvolvidos, seja através de seminários e *workshops*, seja através de visitas às empresas do cluster, ou ainda, pela participação em eventos internacionais onde fosse possível promover a Empresa *Tooling* do Futuro, o seu perfil, os desafios e as apostas, para que deste forma o *Engineering & Tooling from Portugal*, fosse reforçado com a presença física de interlocutores e que desse suporte e complementaridade com as campanhas internacionais da marca coletiva.

Esta atividade englobou a criação do KIT ETF - Empresa *Tooling* do Futuro, divulgado às empresas do setor, através de vários meios de divulgação, especialmente no site [www.ETF.maispme.pt](http://www.ETF.maispme.pt), onde o mesmo é disponibilizado.

#### Atividade 7 - experimentação dos produtos e instrumentos e incorporação de melhorias nos produtos finais

No âmbito da Atividade n.º 7, foram desenvolvidas ações de experimentação de alguns dos Produtos e instrumentos, com recurso às entidades envolvidas na sua conceção e desenvolvimento, tendo em alguns casos, os mesmos produtos e instrumentos sido objeto de ligeiras alterações e introdução de atualizações, que vieram a ser contempladas nas edições finais de produtos.

#### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

O projeto encontra-se encerrado, com um montante de investimento elegível de 542.410,57 euros, um incentivo de 379.687,40 euros e uma taxa de realização financeira de 81,8%.

Foi superado o n.º de empresas alvo do projeto, sendo que foram realizadas 20 ações de sensibilização, abrangendo 499 participantes que foram sensibilizados para as áreas de intervenção do projeto.

O KIT ETF está disponível a todas as empresas do sector através do site <http://ETF.maispme.pt/ETF.html>, sendo que pelos indicadores apresentados existem já empresas a operacionalizar mudanças e processos identificados nos produtos/guias realizados no âmbito do projeto, nomeadamente a título de exemplo:

- 6 Empresas candidatas à Apropriação da Metodologia Lean Tooling
- 5 Empresas Candidatas a Processo de Auditorias Tecnológicas e/ou Reengenharia
- 5 Empresas em processos de Implementação de SHST
- 6 Empresas candidatas à implementação de normas (aeronáutica, saúde e IDI)
- 12 Projetos de I&D+I desenvolvidos com o apoio dos promotores do projeto.





## GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS

### 4.1 GRANDES PROJETOS

| 247

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006, no seu artigo 39.º, estabelece que os projetos cofinanciados pelo Programa, que constituam uma ação indivisível de natureza técnica ou económica precisa com objetivos claramente identificados e com um custo total superior a 50 milhões de euros são considerados como Grandes Projetos e, nesse sentido, necessitam de autorização por parte da Comissão Europeia (DG REGIO) para o cofinanciamento comunitário.

Durante o ano de 2013, não foi aprovado pelo COMPETE qualquer grande projeto. Assim sendo, excluindo os projetos anulados, encontravam-se **aprovados**, no final do ano, 12 Grandes Projetos, envolvendo um investimento elegível de 1,5 mil milhões de euros e uma comparticipação comunitária de 415,4 milhões de euros (Tabela 4.1).

Tabela 4.1: Grandes Projetos Aprovados, 2007-2013

*Unid: Mil Euros*

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Investim. Elegível	Incentivo	Observações
001942	II	SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA (**)	56.562	11.371	Aprovado pela CE a 14-Dez-2009
001943	II	ARTLANT PTA, SA	355.356	38.822	Aprovado pela CE a 13-Jul-2012
001944	II	CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA (**)	314.082	51.645	Aprovado pela CE a 25-Mai-2009
001945	II	CUF - QUÍMICOS INDUSTRIAIS, SA (**)	121.672	24.916	Aprovado pela CE a 08-Out-2009
001948	II	IKEA INDUSTRY PORTUGAL, LDA (***)	101.341	29.000	Aprovado pela CE a 04-Nov-2008
003519	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS METÁLICAS, SA	89.547	47.733	Aprovado pela CE a 16-Dez-2010
005771	II	ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA	82.008	31.875	Aprovado pela CE a 16-Set-2011
003518 e 017178	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS EM COMPOSITOS, SA (*)	55.533	32.293	Aprovado pela CE a 04-Fev-2013
004506	II	SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA	74.542	14.908	Aprovado pela CE a 30-Mai-2013
023305	II	PORTUGAL TELECOM DATA CENTER, SA	64.800	17.333	Notificado em 2014, em análise pela CE
000017	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	48.888	12.627	Notificado em 2013, em análise pela CE
022791	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	61.260	15.438	Em vias de notificação à CE

Notas: (\*) Para efeitos da DG Concorrência e DG REGIO, os dois projetos aprovados no COMPETE (003518 e 017178) são tratados como um Projeto Único de Investimento. (\*\*) Projetos concluídos, pelo que os valores apresentados correspondem à execução efetiva. (\*\*\*) Foi adotada nesta tabela, a atual designação social do beneficiário do projeto, podendo o mesmo ser referenciado, em casos específicos, pela anterior designação: SWEDWOOD PORTUGAL - INDÚSTRIA DE MADEIRAS E MOBILIÁRIO, LDA. Fonte: SI POFC.



Em 2013 registaram-se os seguintes desenvolvimentos no âmbito dos **processos de notificação** destes projetos à DG REGIO:

- Os Grandes Projetos da EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS EM COMPOSITOS, SA (formado por dois projetos COMPETE) e SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA tiveram decisão favorável relativamente ao cofinanciamento comunitário;
- Foram prestados os esclarecimentos solicitados no âmbito do processo de notificação à CE do Grande Projeto da CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA (relativamente ao projeto aprovado pela Autoridade de Gestão do COMPETE em 2009), permanecendo no final do ano em análise pela Comissão.

| 248

Relativamente à lista indicativa de Grandes Projetos que consta do Anexo III do Texto do PO (na sua versão aprovada pela CE em dezembro de 2012), registam-se as seguintes alterações:

**Tabela 4.2: Alterações à Lista Indicativa de Grandes Projetos**

*Unid: Mil Euros*

N.º Proj.	Eixo Prioritário	Designação do Projeto	Beneficiário	Inv. Elegível	Observações
022791	II	ROUTE 17 - AUMENTO DA PRODUÇÃO PARA 17 MILHÕES DE PNEUS/ANO, UHP E UTILIZAÇÃO DE NOVOS COMPOSTOS	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	61.260	A incluir à lista indicativa

Fonte: SI POFC.

Até final do ano de 2013 encontravam-se financeiramente **concluídos** (encerramento do investimento) os seguintes grandes projetos, conforme se pode analisar em detalhe na respetiva ficha (ver Anexo XIII).

**Tabela 4.3: Grandes Projetos Concluídos, 2007-2013**

*Unid: Mil Euros*

N.º Proj.	Eixo Prioritário	Designação do Projeto	Beneficiário	Custo Total Final do investimento	Data Conclusão	Observações
001944	II	PROJECTO 550 KTON	CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA	359.269	26-Mai-2010	Encerramento do Projeto em 12-Jun-2012
001945	II	EXPANSÃO DA MATÉRIA PRIMA DA FILEIRA DE POLIUTERANOS DE ESTARREJA	CUF - QUÍMICOS INDUSTRIAIS, SA	129.911	31-Dez-2010	Encerramento do Projeto em 12-Jun-2012
001942	II	CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS E DE PROXIMIDADE COM CLIENTES	SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA	57.922	31-Mar-2009	Encerramento do Projeto em 12-Jun-2012
001948	II	INSTALAÇÃO DE FÁBRICA DE PRODUÇÃO DE MOBILIÁRIO	IKEA INDUSTRY PORTUGAL, LDA	102.365	30-Dez-2011	Encerramento do Projeto em 23-Abr-2013 (*)

(\*) Os projetos foram objeto de revisão do processo de encerramento em 2013. Fonte: SI POFC.

Quanto à lista de Grandes Projetos aprovados no COMPETE apresenta-se, no Anexo XIII, uma breve descrição considerando os principais objetivos e respetiva situação em termos de realização física e financeira.

Apresenta-se, em seguida, um dos projetos aprovados da empresa EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS EM COMPOSITOS, SA., do grupo Embraer, líder no ramo aeronáutico, que visou a implantação de um Centro de Excelência para desenvolver e implantar tecnologia e processos industriais numa unidade em Évora, com vista a produzir conjuntos em materiais compósitos para o setor.

**Caixa 39: Inovação Produtiva (Grande Projeto) – Criação de empresa que aplica empregados qualificados, alta tecnologia, capital intensivo e com atuação global – EMBRAER Portugal Estruturas em Compósitos, S.A.**

**MEDIDA DE APOIO:** SI INOVAÇÃO – INOVAÇÃO PRODUTIVA

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Produção de novos bens e serviços e adoção de novos processos ou métodos

**N.º DE PROJETO:** 3518

**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** Criação de empresa que aplica empregados qualificados, alta tecnologia, capital intensivo e com atuação global

**PROMOTOR:** EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS EM COMPOSITOS, SA

**LOCALIZAÇÃO:** ÉVORA

**CALENDRÁRIO DE EXECUÇÃO:** 01 de outubro de 2008 a 30 de junho de 2013

**INVESTIMENTO EXECUTADO:** 28.773.247,15 euros **INCENTIVO EXECUTADO:** 21.517.958,54 euros

**Taxa de Execução:** cerca de 98% (previsto)

**DESCRIÇÃO DO PROJETO**

O projeto decorre da criação da empresa



FOR THE JOURNEY

EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS EM

COMPOSITOS, SA. em Portugal, detida a 100% pelo grupo da Embraer, uma das empresas líder no ramo aeronáutico na sua faixa de mercado.

A Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. é considerada como uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo, ocupando hoje o terceiro lugar como construtor aeronáutico Mundial na área da aviação comercial, sendo apenas ultrapassado pela Boeing e Airbus. Com mais de 38 anos de experiência em projeto, fabricação, comercialização e pós-venda, a Empresa já produziu cerca de 4.100 aviões, que hoje operam em 69 países, nos cinco continentes. A Embraer tem uma base global de clientes e importantes parceiros de renome mundial, o que resulta em uma significativa participação no mercado.

O projeto apoiou a implantação de um **Centro de Excelência para Conjuntos em Materiais Compósitos** (não só primeira unidade em Portugal como da própria Embraer) para desenvolver e implantar tecnologia e processos industriais numa unidade em Évora, com vista a produzir conjuntos em materiais compósitos para o sector aeronáutico, recorrendo a tecnologias *State of the Art* da indústria mundial, cuja utilização em grandes séries é uma inovação.

O Centro de Excelência produz peças em fibra de carbono mais críticas e com maior conteúdo em termos de horas de trabalho, matéria-prima e complexidade geométrica e recorre ao mercado fornecedor para a compra de peças maquinadas, estampadas e em compósitos, fabricadas a partir de laminação manual.



O uso de conjuntos em material composto em aeronaves requer um processo de desenvolvimento integrado entre a engenharia de produto e a fabricação, integrando atividades de conceção, cálculo, engenharia de materiais, ensaios estruturais, ferramentaria, fabricação de moldes e métodos automatizados de laminação, recorte, furação, rebitagem e selagem.

O fabrico de conjuntos em materiais compósitos decorre da necessidade de, em algumas zonas da aeronave, se procurar a substituição de soluções convencionais por opções mais avançadas, capazes de reduzir a quantidade de peças, o seu peso e o seu custo, tanto de fabricação como de operação da aeronave.

As peças produzidas são *labour-intensive* e com uma enorme componente tecnológica, associadas a um exigente controlo de qualidade de todo o processo, constituindo esta exigência e este Centro um reflexo positivo para o país, com elevados benefícios para o posicionamento no sector aeronáutico a nível mundial.

O resultado é o desenvolvimento da industrialização de conjuntos estruturais de que são exemplos os designados de "empenagens horizontal e vertical", prontos a fornecer às unidades de montagem final.

A participação no desenvolvimento de novas aeronaves, com aplicações inovadoras de conjuntos em compósitos cada vez mais leves também criará as condições para que, numa fase posterior, o Centro de Excelência participe nas atividades de engenharia que acompanham a operação de produtos ao longo da sua vida útil.

Assim garante-se a longevidade do centro uma vez que estará em posição de testar novos componentes e novas soluções que otimizem a operação dos aviões já fabricados ou que introduzam melhorias nos que sairão ainda da linha de montagem.

#### RESULTADOS DO PROJECTO:

Este projeto baseou-se em três fatores críticos todos executados

- Formação e qualificação dos recursos humanos: assegurar as ações de formação necessárias ao suporte da atividade da nova empresa e ainda a capacitação necessária aos profissionais de engenharia de processos e qualidade. A experiência prática exigida será igualmente incorporada nas atividades através da adaptação de oficinas específicas a serem montadas com a colaboração da Embraer considerar
- Investimento em bens de produção e sua adaptação ao estado-de-arte: as máquinas e equipamentos são novos, de última geração, com alto grau de automação e dimensionados para o trabalho em três turnos com eficiência de 80%, adquiridos aos fabricantes especializados da indústria aeronáutica, na sua grande maioria baseados na Europa.
  - Das instalações especiais necessárias para a área específica de materiais compósitos, destacam-se: sala limpa, inspeção por ultrassom, instalação da autoclave, pintura e entre prédios e infraestrutura, as naves de montagem, as redes de distribuição de ar comprimido, de vácuo e de eletricidade, pontes rolantes e robôs para furação, rebitagem e selagem.

- Transferência e absorção de *know-how* da Embraer que permita o desenvolvimento de processos industriais de uma forma integrada com a engenharia de produto. (e.g. transferência de conhecimento para a base curricular da formação).

Com os seguintes impactes:

- Um elevado efeito de arrastamento, em atividades a montante e a jusante, nomeadamente em PME, quer de atividades diretamente relacionadas com a produção, quer de atividades de suporte, como seja preparação e logística de matérias-primas;
- Um elevado contributo para o aumento das exportações nacionais de bens e serviços, com alta intensidade tecnológica, e consequentemente impactos na Balança Comercial portuguesa,
- Impactes em termos de criação de postos de trabalho altamente qualificados, diretos e indiretos: o Centro de Excelência envolve a criação direta de 129 postos de trabalho o que, de acordo com as estatísticas do sector, tem um efeito de arrastamento de 1 para 4 a 7 postos de trabalho indiretos, o que por sua vez, significa que este projeto poderá envolver entre 500 e 900 postos de trabalho indiretos;
- Um importante contributo para o desenvolvimento e dinamização de um *cluster* aeronáutico na região de Évora e no país, com efeitos em termos de visibilidade internacional das condições competitivas desta localização para projetos desta natureza e dimensão;
- Posicionar Portugal como um país de excelência para o fornecimento de peças de elevado valor acrescentado com alta intensidade tecnológica;
- Impactes no sistema de educação e qualificação de recursos humanos, com o alargamento do espectro de qualificações profissionais existentes em Portugal e junto do Sistema de Ensino e Sistema Científico e Tecnológico Nacional, decorrente da necessidade de apoio do Centro de Excelência e dos seus fornecedores do seu esforço de inovação e desenvolvimento de novos produtos e processos tecnológicos, característico deste setor.



Os componentes produzidos neste centro serão integrados em diversas aeronaves já em produção (e.g. *Embraer Legacy 450/500*) e noutras em desenvolvimento.

Com este projeto a empresa pretende atingir 18 M€ de volume de negócios internacional em 2015, representando 100% do seu volume de negócios.

## 4.2 PROJETOS AMBIENTAIS

No âmbito do COMPETE não foi aprovado qualquer Grande Projeto Ambiental na aceção do artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.





## ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Assistência Técnica, ou seja o financiamento das ações de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo interno, análise, avaliação, informação, divulgação e publicitação, bem como os recursos humanos, materiais e técnicos de suporte à gestão e implementação, de forma eficaz e eficiente, do COMPETE, inscreve-se no Eixo VI do Programa (com uma dotação correspondente a 2,2% da dotação total do Programa).

Neste sentido, são apoiadas candidaturas apresentadas pela Autoridade de Gestão do COMPETE, para financiamento da estrutura interna, e pelas entidades com responsabilidade de gestão que intervenham como Organismos Intermédios.

O Eixo VI integra 5 indicadores de realização, dos quais apenas 4 são quantificáveis. Relativamente ao indicador “nível de *follow up* das recomendações de avaliação”, tendo em conta os seus *timings* de realização (com a sua conclusão muito perto do final do ano, ou seja, do encerramento da fase de receção e aprovação de projetos), optou-se por focalizar as recomendações para a preparação do próximo programa operacional no período 2014-2020. Assim, não se pode quantificar este indicador.

Consistindo num indicador essencial para a aferição das metas do Programa, o indicador comunitário n+3 ou n+2 corresponde ao nível mínimo de execução exigido pelas regras comunitárias. A sanção para o incumprimento desta meta passa pela respetiva diminuição da dotação total do Programa. Conforme se pode verificar, à semelhança dos anos anteriores, foi largamente ultrapassada a execução mínima exigida para este ano.

Para além do referido indicador, destaque-se o cumprimento dos objetivos em matéria de desmaterialização de processos associados a fluxos financeiros e à programação e acompanhamento.

Relativamente ao *site* do Programa, já se registaram mais de 3,5 milhões de visitas, valor que se encontra próximo da meta para 2015 (objeto de revisão em alta durante o ano de 2012).

Conclui-se assim que estão a ser cumpridos os objetivos do Eixo, ligados ao financiamento das atividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, avaliação, informação e disseminação do Programa.

**Tabela 5.1: Indicadores de Realização do Eixo VI, 2007-2013**

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2013	Sim/Não
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA FUNDO (em % da Despesa Fundo Programada para o ano n+3 ou n+2, conforme os casos)	-	100%	109%	Sim
N.º DE VISITAS AO SÍTIOS INTERNET	543.155	3.700.000	3.536.823	Não
NÍVEL DE FOLLOW UP DAS RECOMENDAÇÕES DE AVALIAÇÃO (recomendações consideradas / recomendações totais)	90%	90%	n.a.	n.a.
NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A FLUXOS FINANCEIROS (certificação de despesa e pagamentos)	100%	100%	100%	Sim
NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A PROGRAMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO (documentos de programação, notificação de grandes projetos, relatórios de execução, convocatórias e circulação de informação de acompanhamento)	80%	100%	100%	Sim

Fonte: SI POFC.

Durante o ano de 2013 foram transferidos para o PO Assistência Técnica do FEDER 8 projetos, com um incentivo associado de 10,5 milhões de euros, promovidos pela AICEP e pelo IAPMEI.

Neste sentido, no final do ano encontravam-se **aprovados** 46 projetos, com um investimento elegível associado de 67,5 milhões de euros e um incentivo de 56,4 milhões de euros.

**Tabela 5.2: Candidaturas e Projetos Aprovados do Eixo VI por Beneficiário, 2007-2013**

Beneficiário	Candidaturas		Projetos Aprovados		
	(2007-2013)		(2007-2013)		
	N.º Proj.	Investim.	N.º Proj.	Investim. Elegível	Incentivo
<b>Autoridade de Gestão</b>	<b>7</b>	<b>46.200</b>	<b>7</b>	<b>36.962</b>	<b>31.364</b>
<b>Organismos Intermédios</b>	<b>49</b>	<b>68.345</b>	<b>39</b>	<b>30.540</b>	<b>24.998</b>
ADI	7	10.386	7	7.618	5.799
AMA	7	4.083	6	1.848	1.571
AICEP	7	11.541	3	4.617	3.745
Ciência Viva	7	1.315	6	407	346
FCT	7	14.040	7	9.089	7.621
IAPMEI	7	26.519	3	6.526	5.547
Turismo de Portugal	7	461	7	434	369
<b>TOTAL EIXO VI</b>	<b>56</b>	<b>114.546</b>	<b>46</b>	<b>67.502</b>	<b>56.362</b>

Unid: Mil Euros

Fonte: SI POFC.

Assim, tendo em conta o referido valor, verifica-se que o incentivo aprovado neste Eixo representa 1,8% da dotação FEDER programada, concluindo-se assim que se encontra abaixo do limite estabelecido nos Regulamentos Comunitários (4%).

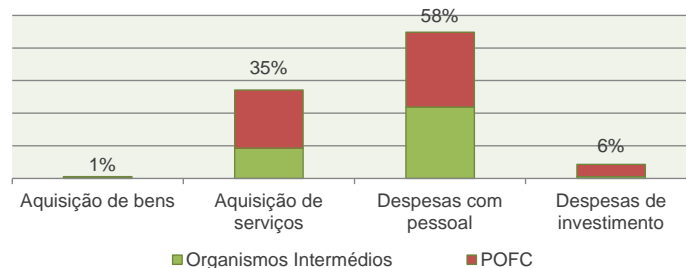
Acresce referir que o fundo programado para a Assistência Técnica, no montante de 70,8 milhões de euros representa 2,2% da dotação total afeta ao Programa (de acordo com o orçamento do Programa apresentado no ponto 1).



Em termos de tipologias de intervenção, 70% dos montantes aprovados referem-se ao funcionamento das estruturas de apoio técnico e logístico das entidades beneficiárias (custos com pessoal e encargos gerais de funcionamento).

Na **repartição por tipo de despesa**, constata-se a importância das despesas com pessoal afeto à gestão e acompanhamento do Programa, rubrica que representa 58% do total do investimento elegível.

**Gráfico 5.1: Investimento Elegível na Assistência Técnica por Tipo de Despesa, 2007-2013**



Fonte: SI POFC.

Releve-se ainda a importância relativa das despesas relacionadas com o Sistema de Informação, no caso da Autoridade de Gestão (representando perto de 20% do investimento elegível total) e das despesas de análise, verificação e acompanhamento da execução, no caso dos Organismos Intermédios (20% do respetivo investimento elegível).

**Tabela 5.3: Investimento Elegível Aprovado no Eixo VI por Tipologia de Despesa, 2007-2013**

Unid: Mil Euros

Tipologia de Despesa	Autoridade de Gestão		Organismos Intermédios		Total	
	Inv. Elegível	(%)	Inv. Elegível	(%)	Inv. Elegível	(%)
Custos com Pessoal	19.579	53%	21.941	72%	41.520	62%
Encargos Gerais de Funcionamento	6.923	19%	834	3%	7.757	11%
Sistemas de Informação	6.182	17%	730	2%	6.912	10%
Análise, Verificação e Acompanhamento da Execução	0	0%	5.872	19%	5.872	9%
Informação, Divulgação e Publicitação	2.543	7%	264	1%	2.807	4%
Auditorias e Controlo Interno	907	2%	523	2%	1.430	2%
Estudos de Avaliação e Análise	806	2%	20	0%	826	1%
Outras Intervenções	23	0%	356	1%	378	1%
<b>TOTAL EIXO VI</b>	<b>36.962</b>	<b>100%</b>	<b>30.540</b>	<b>100%</b>	<b>67.502</b>	<b>100%</b>

Fonte: SI POFC.

Dos 46 projetos aprovados no final do ano, encontravam-se **contratados** 39 projetos com um incentivo de 48,1 milhões de euros. Os 7 projetos por contratar referem-se a projetos aprovados em 2013, que foram quase todos contratados no primeiro trimestre de 2014.

### 5.1.1. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No Eixo da Assistência Técnica não foram identificados, ao longo do ano em análise, problemas significativos com impacte na boa execução do Eixo.



## INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

As políticas comunitárias de coesão têm, na informação e comunicação, eixos fundamentais dos seus objetivos de transparência, acessibilidade e notoriedade, tendo definido na esteira do período de programação 2007/2013, à luz do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro de 2006, a obrigatoriedade de conceção, execução e avaliação de planos de comunicação que suportem a aplicação das intervenções operacionais.

A comunicação sobre os fundos estruturais constitui, por outro lado, um contributo fundamental para a perceção pública da construção europeia e da solidariedade comunitária e para a compreensão das suas políticas públicas. É neste quadro normativo e estratégico que se desenvolve a promoção, publicitação e divulgação do COMPETE, organizada no Plano de Comunicação, aprovado pela Comissão Europeia em maio de 2008.

As ações de comunicação implementadas ao longo de 2013 concretizam a missão e objetivos estratégicos descritos no referido Plano, assentes na promoção do COMPETE junto do público-alvo, designadamente das entidades beneficiárias, e na satisfação das necessidades de acesso de procura, garantindo uma imagem pública positiva do Programa e da aplicação dos fundos estruturais da União Europeia.

Os **objetivos estratégicos** definidos para a comunicação do COMPETE, de acordo com o seu Plano de Comunicação, são:

- Dar relevo ao papel da União Europeia, enfatizando o valor acrescentado dos Fundos Estruturais e associando o Programa aos desígnios de uma Europa mais competitiva e coesa;
- Criar uma imagem institucional credível junto da opinião pública e dos beneficiários efetivos e potenciais, aliando o Programa aos objetivos de desenvolvimento económico competitivo do País, no contexto da União Europeia;
- Incrementar a notoriedade do COMPETE, enquanto Programa Operacional integrado no QREN;
- Estimular, junto dos públicos-alvo, a associação imediata do Programa aos valores que lhe estão inerentes, designadamente, transparência, dinamismo, inovação, proximidade e eficácia;
- Criar um ambiente informativo estimulante à correta utilização dos apoios postos à disposição dos agentes económicos, em especial de uma procura qualificada, que vise o cumprimento dos objetivos do Programa.

Determinada em manter os objetivos do Plano de Comunicação num contexto de constrangimentos financeiros e administrativos, a AG COMPETE reforçou a estratégia de integração digital, o que envolveu mudanças nos processos editoriais e na linguagem, para aproveitar todas as possibilidades do hipertexto, do multimédia e da interatividade, com reflexo sobre a forma de comunicar e sua eficácia.

Esta abordagem de comunicação através de diferentes canais digitais dirigidos a públicos diversos, só foi possível pela interatividade existente com o sistema de informação, que permite que o beneficiário possa, no portal do COMPETE, ter acesso à atualização diária da lista de beneficiários, à consulta do ponto de situação do seu projeto, bem como aceder à Plataforma de Acesso Simplificado (PAS 2.0), com as inúmeras vantagens que a mesma acarreta em termos de simplificação de procedimentos (ver ponto 2.7.1). Em 2013 reforçou-se a integração das redes sociais no portal COMPETE, com destaque para a página do *Facebook* que foi assumida como a principal plataforma de interação nas redes sociais, como forma de aproximação com os seus principais grupos de interesse, principalmente os beneficiários, mas também em larga escala com o público em geral. Todo o conteúdo veiculado nas redes sociais obedece a um padrão de comunicação claramente estabelecido e cada canal possui um papel definido e complementar na estratégia global de comunicação.

Esta opção envolveu igualmente o reforço do trabalho de parceria como os beneficiários dos projetos que colaboram ativamente na edição semanal da Newsletter e que contribuem partilhando os resultados dos mesmos.

O Estudo de Avaliação Intercalar do COMPETE, que incluiu um capítulo específico sobre a Política de Comunicação, permitiu verificar que existe um reconhecimento geral da insígnia FEDER e da marca COMPETE.

Concluiu igualmente que a marca COMPETE apresenta um grau de reconhecimento e notoriedade que se associa à intervenção comunitária, sendo que “Celeridade”, “Eficácia”, “Inovação”, “Proximidade”, “Seletividade” e “Transparência” são os valores que lhe são associados. Os Organismos Intermédios são unânimes em indicar que os valores de marca “Inovação” e “Seletividade” são os melhores percecionados pelos beneficiários do COMPETE, devido à natureza inovadora dos projetos apoiados e aos meios tecnológicos utilizados em termos de comunicação.

Na **Caixa 40** apresentam-se algumas conclusões das avaliações efetuadas relativamente a esta área de atuação do Programa.

#### Caixa 40: Conclusões das Avaliações sobre a Política de Divulgação e Informação

“Ao longo do período de programação, num contexto de condicionalismos financeiros e administrativos, o COMPETE efetuou um esforço de comunicação com promoção de meios de comunicação dinâmicos e inovadores, como o *website*, o *facebook* e a *newsletter*.”

“A informação transmitida pelo COMPETE é considerada pelos beneficiários como globalmente boa. De forma transversal aos diferentes sistemas de apoio, a informação é considerada pertinente mas complexa. Tanto o tratamento da informação, como a articulação com outros agentes de comunicação dos sistemas de apoio são desta forma áreas onde há espaço para evolução”

“Foi implementada uma política de comunicação multicanal consistente e com recurso a meios tecnológicos atuais e adequados, mas com espaço para evoluir no futuro, através de um posicionamento mais efetivo junto dos meios de comunicação social.”

“A avaliação efectuada concluiu pela existência de uma evolução na estratégia de comunicação no sentido de disponibilizar aos utilizadores meios de comunicação inovadores, interativos e dinâmicos, num ambiente de informação e comunicação de qualidade, capaz de assegurar a adesão de uma procura qualificada aos sistemas de apoio existentes. [...] a estratégia de comunicação assentou numa abordagem multicanal globalmente consistente, no que se refere aos meios utilizados.”

“[...] nos inquéritos, na questão “De que forma tomou conhecimento dos Sistemas de Apoios aos quais se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos?”, com exceção do *facebook*, todos os meios de comunicação apresentaram resultados relevantes, confirmando a eficácia e consistência da abordagem multicanal.”

“Nos inquéritos realizados junto dos beneficiários quando questionados sobre as características da informação e comunicação dos diferentes meios de comunicação (Quadro A. 284), os inquiridos responderam positivamente, de forma global. [...] A característica de informação “Pertinente” foi a que obteve melhores resultados. De seguida, surge a característica de informação “Clara” e, por último, a característica de informação “Simples”.”

*Fonte: Relatório Final da Avaliação Intercalar do COMPETE, Augusto Mateus & Associados e PWC, nov.2013.*

De uma forma geral, os resultados da avaliação são globalmente satisfatórios em matéria de política de comunicação, designadamente nos inquéritos ao nível das características da informação. Ainda assim, foram elencadas algumas recomendações para a elaboração do Plano de Comunicação do próximo período de programação, nomeadamente ao nível de uma maior articulação com os Organismos Intermédios.

## 6.1 COMUNICAÇÃO WEB 2.0

A estratégia de comunicação centrada nas ferramentas da web 2.0, empreendida no âmbito do COMPETE, constitui uma das dimensões mais assinaláveis da política de comunicação global do Programa, com resultados muito relevantes, do ponto de vista dos vários canais, em prol de uma partilha de informação mais interativa e de um maior grau de interoperabilidade.

### WEBSITE [WWW.POFC.QREN.PT](http://WWW.POFC.QREN.PT)

O *site* COMPETE é a ferramenta privilegiada de comunicação e a abordagem comunicacional inerente pretende, sem perder a profundidade de informação, aproximar o público dos instrumentos disponíveis e maximizar o contributo do Programa para a competitividade nacional.

On-line desde agosto de 2011, o portal COMPETE tem como propósito prestar apoio aos diversos utilizadores, através de informação adequada às suas necessidades, tendo sido objeto de melhorias suplementares de *webdesign* e programação com vista à otimização da navegação e pesquisa de conteúdos.

Analisado de janeiro a dezembro de 2013 com o *Google Analytics* o *site* apresenta um total de 633.414 visitas, correspondendo a 274.811 pessoas que entraram no domínio [www.pofc.qren.pt](http://www.pofc.qren.pt), num total de 2.721.837 visualizações.

Mais relevante do que o número de visitas, designadamente em matéria da navegabilidade e usabilidade, são os resultados obtidos ao nível da profundidade da visita (em média foram acedidas 4,30 páginas por visita) e da duração da mesma (de 4'15").

**Gráfico 6.1: Visitantes do Site do COMPETE, 2013**



Fonte: Google Analytics.


Se compararmos o tráfego do *site* em 2013 com o ano de 2012, verificamos que se registou um aumento de 7,96% no número total de visitas, correspondendo este aumento à captação de visitantes novos (cerca de 25 mil).

## LISTA DE PROJETOS APROVADOS

Garantindo a necessária transparência na aplicação dos Fundos, o *site* disponibiliza, no menu "Projetos", a lista de projetos aprovados, a qual é importada automaticamente do Sistema de Informação.

Permite igualmente a pesquisa dos projetos, considerando várias opções de filtros que possibilitam a qualquer visitante ter acesso simples à informação disponível.

O visitante tem ainda a opção de exportar a totalidade dos dados para Excel, o que se afigura útil, não só para os beneficiários, mas também para a realização de estudos académicos, setoriais ou outros sobre o Programa e os apoios concedidos.



Site do COMPETE – Imagem do menu *Projectos Aprovados*

A lista de projetos aprovados está também disponível, nos mesmos moldes, para a totalidade dos Sistemas de Incentivos do QREN (incluindo PO Regionais).

## NEWSLETTER

A aposta na *Newsletter* como canal de divulgação dos projetos reforçou-se em 2013, aproximando o trabalho editorial das redes sociais, designadamente do *Facebook*.

Sem deixar de ser um veículo de comunicação institucional, a *Newsletter* semanal assumiu-se como o espaço privilegiado para apresentar os projetos apoiados pelo COMPETE e para dar voz aos beneficiários, que assim colaboram no trabalho editorial.

Esta aposta contribuiu para aproximar a imprensa tradicional do COMPETE, sobretudo a regional e a especializada, que encontra na *Newsletter* matéria relevante para publicação.

A *newsletter* é composta por três áreas distintas:

- Destaques - Trata dos projetos apoiados e temas genéricos com destaque e impacto no Programa;
- Agenda – Abrange eventos no âmbito dos projetos apoiados e outras iniciativas de interesse relevante;
- Saiba Mais – Informação com carácter mais abrangente, podendo remeter para legislação ou informação de carácter geral.

Em 2013, foram emitidas 53 *newsletters*, para um total de 5.206 subscritores, dos quais 1.369 aderiram ao longo do ano. Foi também lançado o modelo de *newsletters* temáticas, das quais se destacam as duas dedicadas ao Financiamento de Capital de Risco - [Newsletter temática](#)



(n.º 82), e Newsletter temática (n.º 86) - e a edição a 30 de dezembro, que fez a retrospectiva dos projetos apoiados pelo COMPETE, premiados em vários fóruns durante 2013 (24 no total).

| 262

COMPETE  
PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

Newsletter n.º 82 | 05 Fevereiro 2013

Esta newsletter é dedicada ao Financiamento e Partilha de Risco

**DESTAQUES**

**Fundos de Capital de Risco**  
Os fundos de capital de risco apoiados pelo COMPETE são particularmente vocacionados para o apoio a PME em fases iniciais do ciclo de vida e a projetos de investimento com forte cariz inovador.

**Linha de Financiamento a Investidores em Capital de Risco – Business Angels**  
O COMPETE, em conjunto com o FINOVA e entidades representativas dos Business Angels nacionais, concebeu e lançou um instrumento de engenharia financeira inovador para impulsionar a atividade desenvolvida pelos Business Angels em Portugal.

**Linha de Crédito Investe QREN**  
O COMPETE coloca ainda aos dispor das PME instrumentos de reforço de capital alheio (dividas), nomeadamente linhas de crédito conjugadas com garantias.

**Saiba mais sobre a criação das STARTUPS**  
No dia 31 de dezembro de 2012 foi publicada a Portaria n.º 432/2012, que promove a criação de empresas baseadas em conhecimento e com potencial de crescimento em mercados internacionais. Estas empresas são comumente designadas como "startups".

**SAIBA MAIS**

- > APCRI | Associação Portuguesa de Capital de Risco
- > Associação Europeia de Business Angels
- > Associação Portuguesa de Business Angels
- > European Venture Capital Association
- > Federação Nacional de Associações de Business Angels
- > PME Investimentos | Sociedade Gestora do Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação (FINOVA)
- > Regulamentação aplicável - CMVM
- > SPCGM | Entidade Gestora da Linha Investe QREN

Ficha Técnica  
Coordenação Editorial: Núcleo de Imagem e Comunicação  
Autoridade de Gestão do COMPETE  
cm@compete-pofp.org

UNIAO EUROPEIA  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Click aqui para deixar cancelar a subscrição na newsletter

COMPETE  
PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

Newsletter n.º 86 | 05 Março 2013

Esta newsletter é dedicada ao Financiamento e Garantias | Investe QREN

**DESTAQUES**

**Weduc: Uma nova rede social portuguesa para a educação**  
O funcionamento da Weduc foi concebido para responder a uma questão: "Onde é que eu encontro, posso consultar informação relevante sobre o dia-a-dia do(a) meu(a) filho(s) e interagir com os vários agentes que participaram nesses momentos?".

**ALTAKITIN**  
Empresa participada pelo Fundo ASK Capital que se dedica à investigação, desenvolvimento, fabrico e comercialização de biomateriais e dispositivos médicos.

**Instrumentos Financeiros – Participação em Projetos Europeus**  
O COMPETE participa no projeto "FIN-EN – Sharing methodologies on Financial Engineering for enterprises" com o intuito de partilhar experiências e desenvolver metodologias na implementação de instrumentos financeiros no quadro dos fundos estruturais.

**Linha de Financiamento INVESTE QREN**  
Para formalização do financiamento pode consultar as instituições de Crédito que já se vincularam à Linha de Crédito Investe QREN.

**SAIBA MAIS**

- > 2ª Videoconferência sobre Empreendedorismo e Startup Portugal/Suécia
- > Projeto Agreeer | Sessão de discussão de oportunidades de financiamento para novas empresas, com a participação de promotores, empresários, e investidores. Inscreva-se até 6 de Março
- > StartMeUp | Evento anual organizado pela NOVA Entrepreneurship Society que tem como finalidade servir como ponto de encontro entre startups e potenciais investidores. Inscrições até 15 de Março
- > Empreendedorismo | Sete passos para lançar o seu negócio em nome próprio
- > Quero ser empreendedor: quem me pode ajudar?
- > Já ouviu falar no plano de negócios? | Sucintamente é o documento onde se desenvolve a ideia, se define recursos, traça o retrato do mercado e se estabelece metas. Saiba como o estruturar.
- > Empreendedores: como dar a conhecer o negócio a custo zero
- > Guia Prático do Empreendedor | Uma ferramenta de trabalho com informação sobre a criação e a avançagem de empresas.
- > Start@ GAPI2 | Testemunhos sobre a criação e o desenvolvimento de empresas de base tecnológica
- > Incubadoras abrem-se ao mundo

Ficha Técnica  
Coordenação Editorial: Núcleo de Imagem e Comunicação  
Autoridade de Gestão do COMPETE  
nd@compete-pofp.org

UNIAO EUROPEIA  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Click aqui para deixar cancelar a subscrição na newsletter

*Newsletters Temáticas*

A produção editorial (notícias) representa 41% do total dos conteúdos das edições das Newsletters de 2013, mantendo um equilíbrio com as notícias diversas (em Saiba mais) relacionadas com o contexto do Programa e de cariz mais institucional.

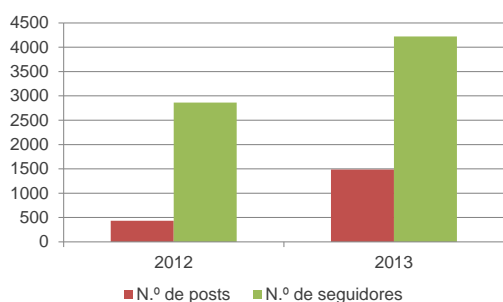
## PRESENÇA NAS REDES SOCIAIS

### FACEBOOK

Em 2013 a página do *Facebook* foi assumida como a principal plataforma de interação nas redes sociais, numa forte articulação com o trabalho editorial concretizado na *Newsletter* semanal e que realça a preocupação do Programa em comunicar os resultados dos projetos. A página do *Facebook* é também o canal para disseminar, de forma mais rápida, as comunicações institucionais (publicadas no *site*), bem como para consolidar os valores associados ao Programa.

| 263

**Gráfico 6.2: Posts e Seguidores no Facebook do COMPETE, 2012-2013**



Fonte: Facebook.

No final de 2013, o número total de seguidores (gostos) da página do COMPETE era de 7.084, representando um aumento de 148% face aos valores de 2012. Sublinhe-se que a página registou um fluxo permanente de crescimento, com um número médio de 14 novos “gostos” diários, sendo também de salientar uma média de utilizadores ativos da página que rondou o meio milhar em 2013 por semana.

### YOUTUBE

Em 2013 foi aberto o canal do *Youtube* para o COMPETE, o qual se assumiu como o repositório de todos os vídeos elaborados pelo Programa (institucionais, com testemunhos ou outros). Os vídeos ali colocados são utilizados nas demais plataformas: portal, *Facebook* e *LinkedIn*. Em 2013, o canal obteve 1.319 visualizações.

### LINKEDIN

No final do ano de 2013 foi criada uma página corporativa no LINKEDIN, com um objetivo definido: divulgar as Linhas de Financiamento a *Business Angels* e as iniciativas de empreendedorismo associadas a *pré-seed* e *early stages*.

A estratégia delimitou o público-alvo e permitiu que este canal viesse a ser associado a uma campanha de promoção desta linha lançada no início de 2013.

## 6.2 COMUNICAÇÃO MEDIÁTICA

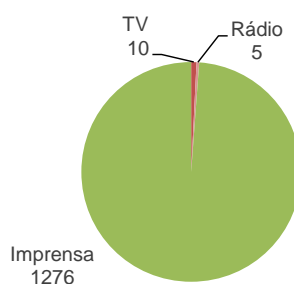
### CLIPPING

O serviço de *clipping* é prestado pela CISION, líder mundial na disponibilização de serviços para planeamento, contacto, monitorização e análise de *media*.

Diariamente são objeto de análise 1.600 meios de imprensa (nacional, regional e especializada), 14 canais de televisão, 4 estações de rádio de cobertura nacional e 300 meios *on-line*. De acordo com os indicadores, é na imprensa e *on-line* que se registam as maiores taxas de crescimento, valores que refletem não só o esforço na divulgação do Programa mas também a natural evolução deste último segmento noticioso.

Em 2013 foram publicadas 1.291 notícias referentes aos apoios do COMPETE, seja através de notícias institucionais seja através de notícias de projetos financiados, representando um aumento de 67% face a 2012, nos diferentes meios, a saber, imprensa, *on-line*, televisão e rádio.

Gráfico 6.3: Meios que veicularam notícias sobre o COMPETE, 2013



Fonte: CISION.

### CANAL MULTIPLATAFORMA

A AG COMPETE e o Económico TV estabeleceram uma parceria para divulgação de projetos e de apoios.



[Programa Comissão Executiva | Económico TV](#)

No primeiro programa participaram o gestor do COMPETE e o bastonário da Ordem dos Economistas, tendo sido analisado o desempenho do COMPETE e o impacte no tecido económico. No segundo programa (22 de fevereiro) a voz foi dada aos beneficiários para partilha de experiências. Participaram Luísa Matos (ISA); Joaquim Lima (APCOR); Luís Gonçalves (KYAIA) e Marco Miranda (Nova Delta).

## CAMPANHA DE MEIOS

Com a disponibilização, em 2013, da [Plataforma única de Acesso Simplificado](#) (ver ponto 2.7.1) em março e posteriormente de um *upgrade* da mesma em outubro, e considerando a relevância da mesma para os beneficiários, foram lançadas várias iniciativas com vista à sua ampla divulgação. Para além do desenvolvimento da logomarca, foram elaboradas duas campanhas de meios, apostando numa divulgação multicanal: no site, Newsletter, mailing list e redes sociais, às quais se associou também um spot de rádio e banners informativos em jornais económicos on-line.

| 265



Banner horizontal Campanha de março 2013



Banner horizontal Campanha de outubro 2013

Foram efetuadas 12 artes finais para anúncios *on-line*, os quais tiveram um total de 980 mil visualizações.

O *spot* de rádio (emitido pela TSF), de 10 segundos, teve 52 inserções em 2 dias, antes do programa Especial Informação na TSF.

Em 2013 e no contexto da realização da Visita de Estudo no âmbito do projeto FIN-EN (ver Caixa 32), foi também efetuada a inserção de um anúncio na imprensa escrita relativa ao projeto.

## INSERÇÃO DE ARTIGOS EM REVISTAS

No contexto de cooperação inter-regional e transnacional, a iniciativa europeia *OPEN DAYS – European Week of Regions and Cities* – que reúne anualmente milhares de participantes de vários países, políticos, académicos, empresários e representantes de toda a sociedade civil, desempenha um papel fundamental para aumentar a competitividade, reforçando a coesão através de troca de experiências e criação de redes.

Considerando a relevância da iniciativa, a revista *Parliament Magazine's Regional Review* realizou um número especial para ser distribuído durante a realização da mesma. Publicada cinco vezes por ano, esta revista é escrita e lida por membros de todas as instituições europeias.

Neste sentido, considerou-se oportuna a inserção de um artigo sobre projetos apoiados pelo COMPETE, enquadrado na temática da mobilidade sustentável (uma das áreas em debate nos *Open days*).





**T**he issue of mobility has been considered a priority in the European economic and social policies - the European economy annually loses 1% of the GDP of the European Union due to mobility problems - and the National Portuguese ICT Cluster-TICE.PT elects the cross sectional area "MOBILITY" as one of its key areas of action. The National Portuguese ICT Cluster-TICE.PT aims to promote and leverage network strategies for the sector. Network between companies and R & D centers, in order to induce a renewal active in national economic context, producing positive effects on national offering, enhanced by innovation and knowledge, creating export capacity and value creation in domestic products. The Project. Bike Emotion is part of a larger scale where it is clear the network effect, where the academic and business world gathered for their development.

Bikeemotion as an investment of € 700,000 supported by the ERDF and aims to provide a 4<sup>th</sup> generation public bike sharing system to local governments, local communities such as universities, schools and hotels among others. It's a smart

system that learns from use, adapts to user's needs and adjusts to the city. Currently, many of existing 3rd generation bike sharing systems requires high investments in implementation of fixed stations and kiosk which occupy the significant part of public space. Furthermore, the frequent problem of station based systems is the impossibility of parking or renting bikes when the stations are totally full or empty which requires additional costs with customer complaints services.

Bikeemotion is a new bike sharing product and a managerial system based on a device with GPS recognition attached to a bicycle that shuns the need for docking stations. The device can be unlocked, upon registration, by smart card or by smartphone, allowing bicycles locking and unlocking in identified places. The bikeemotion mobile application and the web portal allow users to locate, in real time, all available bicycles, to suggest points of interest, check and record travel habits, share and communicate the

experience in social networks. The user has also access to information about the nearest bike available and also about the shortest path to get there. The system administrator is able to manage bike fleets, routes, zones and user accounts, control systems profits and expenditures, among other advantages.

Our systems' costs are lower than existing bike sharing programs in approximately 75%. In essence, bikeemotion aims to decrease the investments costs, overcome the immovability of fixed stations in large public spaces, solve the redistribution problems and reduce the carbon footprint.

Bikeemotion was nominated to represent Portugal in the next round of the 2013 World Summit Award (WSA) in e-Culture & Tourism category.

**MÁ COMPETE**  
Paula.ascenso@compete-pofc.org



*Artigo publicado na Revista Parliament Magazine's Regional Review*

**6.3 EVENTOS & RELAÇÕES PÚBLICAS**

Apesar da realização de eventos continuar a configurar uma vertente de comunicação relevante do Programa, a estratégia comunicacional de 2013 refletiu a contenção orçamental que o País está a viver. Neste sentido, foram repensadas outras formas de participação, envolvendo trabalho e colaboração estreita com as entidades coorganizadoras, com vista a minimizar os custos.

Foram alocados esforços para a realização dos eventos obrigatórios, nomeadamente a reunião da Comissão de Acompanhamento do COMPETE e a sessão anual de apresentação de resultados, implicando despesas e custos para o Programa, acomodados no seu projeto de Assistência Técnica anual.

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Considerando as obrigações regulamentares determinadas pelo Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, e do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 74/2008, de 22 de abril, a AG COMPETE organizou a 7.ª reunião da Comissão de Acompanhamento do Programa, no dia 14 de junho de 2012, no Hotel Olisippo Oriente (ver Comissão de Acompanhamento no ponto 2.7.1).

| 267

## VISITA DE ESTUDO NO ÂMBITO DO PROJETO FIN-EN

O projeto FIN-EN (ver

Caixa 32) é desenvolvido em cooperação entre 13 entidades europeias, entre as quais a Autoridade de Gestão do COMPETE, sendo cofinanciado pelo Programa Interreg IV C.

O Programa Interreg IV C tem como objetivo promover a cooperação inter-regional através do intercâmbio de experiências e da partilha de boas práticas no contexto da União Europeia. Para atingir este objetivo é fundamental a divulgação e disseminação dos resultados permitindo um efeito de escala do conhecimento, sendo, neste contexto, que a área de Comunicação trabalha em estreita sinergia com a área de Financiamento e Partilha de Risco na concretização do projeto.

Nos dias 26 e 27 de setembro, realizou-se, em Lisboa, uma visita de estudo no âmbito do projeto FIN-EN, onde *stakeholders* do mercado financeiro nacional, com instrumentos cofinanciados por fundos estruturais, apresentaram, a uma delegação de 13 Estados-membros, a sua experiência nacional.

Nesta jornada, o COMPETE apresentou os instrumentos de financiamento inovadores que coloca à disposição das pequenas e médias empresas: instrumentos de reforço de capital próprio, designadamente Fundos de Capital de Risco e Linhas de Financiamento a *Business Angels*, e instrumentos de reforço de capital alheio (dívida), com destaque para a Linha de Financiamento Investe QREN.



A experiência do COMPETE ao nível dos instrumentos de reforço de capital próprio permite verificar que a partilha de risco entre o investidor privado e o financiador público contribui para impulsionar o mercado de instrumentos financeiros, aumentar o número de operações e atrair novos investidores privados.

## JORNADAS DE ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE

No âmbito da metodologia de trabalho para a definição de uma Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020, foi realizado um conjunto de jornadas temáticas para auscultação de *stakeholders*.

| 268

Organizadas em parceria pela FCT, pelo IAPMEI, pela AdI e pelo COMPETE (entidades responsáveis pela definição da Estratégia, conforme definido por Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e da Secretária de Estado da Ciência – ver Caixa 8), as jornadas envolveram os atores-chave do Sistema Nacional de Investigação e de Inovação, tais como entidades do ensino superior, centros de investigação, empresas, laboratórios de estado, associações profissionais e sectoriais, direções-gerais, organismos de interface, entre outros.

A Autoridade de Gestão do COMPETE participou ativamente nestas jornadas, na elaboração de conteúdos e no apoio logístico, sendo que a organização da primeira jornada ficou sob a coordenação do COMPETE.

Realizada a 7 de outubro, no ISEG, em Lisboa, foi dedicada às tecnologias transversais e suas aplicações, tendo sido abordados os temas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Energia e Materiais & Matérias-primas.

### Sessão de Abertura



Pedro Gonçalves | SE da Inovação, Investimento e Competitividade



Franquelim Alves | COMPETE

*Jornada de Reflexão Estratégica "Tecnologias Transversais e suas Aplicações (Energia, TIC, Materiais e Matérias-primas)*



## SESSÃO ANUAL DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A realização de “uma grande ação de informação anual” sobre a execução do Programa Operacional constitui não apenas uma exigência regulamentar comunitária, como uma “boa prática” de comunicação, transparência e promoção do escrutínio público.

No contexto do disposto no Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro, sobre a temática de publicidade e informação dos fundos, designadamente, no que respeita às obrigações das Autoridades de Gestão (artigo 7.º do referido Regulamento), o COMPETE deve realizar uma ação de informação anual, tal como definido no seu Plano de Comunicação, apresentando resultados e projetos.

No ano de 2013, a sessão anual realizou-se a 6 de dezembro, no Porto, sob o tema “Crescer e Competir 2020”. Tratando-se do último ano do atual ciclo de programação, confluíram no evento, que tomou a configuração de Conferência, os resultados do estudo de avaliação Intercalar do Programa (ver ponto 2.7.2), efetuado por Augusto Mateus & Associados e PwC Portugal, e a discussão em torno da temática “Competitividade e Internacionalização”, relativa ao período de programação 2014-2020.



**CRESCER & COMPETIR 2020**  
CONFERÊNCIA

**Programa**

**08:00 - 09:00h** Receção de participantes

**09:00 - 09:20h** Abertura  
António Pires de Lima | Ministro da Economia

**09:20 - 09:40h** O Papel dos Fundos Estruturais na promoção da competitividade | A caminho da Europa 2020  
Virgílio Martins | DG Régio

**09:40 - 10:00h** A experiência do COMPETE | Incrementar os Factores de Competitividade  
Franquelim Alves | Gestor do COMPETE

**10:00 - 10:30h** Os instrumentos públicos de apoio à Competitividade | Apresentação das Linhas Principais da Avaliação Intercalar do COMPETE  
Augusto Mateus | Responsável pela Equipa de Avaliação AMA & PWC

**10:30 - 10:45h** Coffee break

**10:45 - 12:00h** Painel I - Crescer e Competir | Inovação, I&D e Internacionalização 2014/2020  
**Keynote Speaker:** Francisco Veloso | Director da Faculdade de Economia da Universidade Católica  
**Oradores:**  
António Saraiva | Presidente da CIP (Confederação Empresarial de Portugal)  
José Carlos Caldeira | Director do INESC Porto  
Bruno Carvalho | CEO da Active Space Technologies  
**Moderador:**  
A definir

**12:10 - 13:00h** Painel II - Financiar a Economia | O papel dos Instrumentos Financeiros 2014/2020  
**Keynote Speaker:** Franquelim Alves  
**Oradores:**  
Rui Semedo | Presidente Banco Popular Portugal  
Joaquim Sêrvulo Rodrigues | CEO da Espírito Santo Ventures  
Virgílio Martins | DG Régio  
**Encerramento**  
Pedro Gonçalves | Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade

**13:30 - 15:00h** Almoço | Debate com Augusto Mateus







 Rua Nova da Allândega Edifício da Allândega 4050-430 Porto, Portugal  
 41°08'35"N - 8°37'17"W

Programa da Conferência “Crescer e Competir 2020”:

Em torno dos resultados concretos, dos impactes e das orientações e ensinamentos retirados, pretendeu-se olhar para o futuro dos instrumentos públicos de política económica, numa discussão orientada e que se desejou da maior utilidade para os agentes públicos e privados.

A abertura coube ao Ministro da Economia, António Pires de Lima. Na intervenção que protagonizou salientou o desempenho positivo do COMPETE para a promoção dos fatores de competitividade da economia portuguesa, constituindo um instrumento de apoio crucial às empresas.

| 270



O representante da DG Régio, Virgílio Martins, reforçou e relembrou que a política de coesão é o mais importante instrumento que está ao dispor da União Europeia para promover a modernização da economia. Deixando a nota que, no novo Quadro, os recursos serão orientados estrategicamente para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Como responsável pela Avaliação Intercalar do COMPETE, Augusto Mateus, começou a sua intervenção destacando que a experiência pode e deve servir de ensinamento e que estamos a tempo de preparar a nova programação 2014-2020 com qualidade. Salientou também que o COMPETE contribuiu, inequivocamente, para o reforço da orientação exportadora da economia portuguesa.



Das conclusões da avaliação, foram igualmente reforçados alguns pontos-chave:

- Desempenho positivo do COMPETE com uma maturação longa dos seus efeitos;
- As empresas apoiadas pelo COMPETE são melhores que o universo empresarial português comparável e prosseguem motivações e estratégias focalizadas nos principais desafios competitivos;
- Os resultados potenciais globais os projetos apoiados comportam uma dimensão de forte impacto nas empresas apoiadas dos projetos apoiados, sendo bastante expressivos e positivos, comportam desequilíbrios qualitativos que importa aprofundar e corrigir.

Os painéis que se seguiram versaram a temática do próximo ciclo de programação. Numa lógica de debate e troca de opiniões decorreram dois painéis com temas distintos: o primeiro dedicado ao I&DT e à Internacionalização, na vertente do crescimento competitivo, e o segundo, ao financiamento e ao papel dos instrumentos financeiros no período 2014/2020.



**PAINEL I – Crescer e Competir | Inovação, I&D e Internacionalização 2014|2020**

Keynote Speaker: Francisco Veloso | Diretor da Faculdade de Economia da Universidade Católica

Oradores:

António Saraiva | Presidente da CIP (Confederação Empresarial de Portugal)

José Carlos Caldeira | Diretor do INESC Porto

Bruno Carvalho | CEO da Active Space Technologies

Moderador: Sónia Lourenço | Expresso

**PAINEL II – Financiar a Economia | O papel dos Instrumentos Financeiros 2014|2020**

Keynote Speaker: Franquelim Alves

Oradores:

Rui Semedo | Presidente Banco Popular Portugal

Joaquim Sérvulo Rodrigues | CEO da Espírito Santo Ventures

Virgílio Martins | DG Régio

Moderador: Sónia Lourenço | Expresso

Para esta sessão realizou-se um [vídeo](#) com testemunhos de beneficiários do COMPETE, o qual foi posteriormente divulgado no *site* institucional, nas redes sociais e enviado para a DG Régio (Unidade de Comunicação). Este vídeo, focado em resultados, constituiu-se como uma narrativa dos protagonistas do Programa na primeira pessoa, com imagens ilustrativas dos projetos, numa lógica de parceria.

A sessão foi ainda precedida de um *press release* e acompanhada pela imprensa escrita e pela TV. Foi posteriormente divulgada nos canais do COMPETE: *site*, *Facebook* e *Youtube*. Contou com cerca de 250 participantes.

**COMEMORAÇÃO DO DIA DA EUROPA | BOLSA DO EMPREENDEDORISMO**

Conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro, a AG COMPETE assinalou o Dia da Europa – 9 de maio – divulgando nos canais web o [vídeo promocional – Bolsa de Empreendedorismo](#).

Tendo em conta o sucesso alcançado em 2012, este ano voltou a celebrar-se o Dia da Europa com um evento que promoveu a recuperação económica e o emprego, apoiando iniciativas de começo ou expansão de negócio – a **Bolsa de Empreendedorismo**.



| 272

Este evento teve lugar na Aula Magna e foi uma iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal, em parceria com os Ministérios da Economia e Emprego e dos Negócios Estrangeiros.

Enquadrada na Semana do Empreendedorismo da Câmara Municipal de Lisboa, contou com a parceria ativa das dezenas de entidades públicas e privadas com papel de relevo na promoção do empreendedorismo em Portugal.

A Bolsa do Empreendedorismo permitiu, a quem tivesse uma ideia de negócio ou um projeto de expansão empresarial, receber aconselhamento especializado junto de alguns dos mais bem-sucedidos e experientes empresários portugueses, responsáveis máximos de Sistemas de Incentivos, quadros de topo da banca privada e demais instituições de apoios, da AICEP ao IAPMEI, das universidades às associações.

O COMPETE marcou presença neste evento através do *stand* institucional, onde foram prestados esclarecimentos aos interessados e da participação na sessão plenária e no *workshop* “Os programas de apoio às empresas e empreendedorismo”.

O COMPETE dinamizou ainda o *workshop* “Financiar e alojar o seu projeto”, da Estação Capitalizar, através da presença do secretário técnico do COMPETE da área de Financiamento e Partilha de Risco e de um empreendedor de sucesso (empresa Weduc), objeto de investimento por instrumentos de capital de risco público, que partilhou a sua experiência.

Este evento contou com uma adesão de mais de 500 participantes, que se traduziram em 1200 participações nos *workshops*.

### **PRÉMIOS EUROPEUS REGIOSTARS**

Em 2013, o COMPETE submeteu duas candidaturas aos Prémios Europeus REGIOSTARS, uma iniciativa da Comissão Europeia que distingue projetos inovadores de desenvolvimento regional como boas práticas a serem seguidas por outras regiões:

- Crescimento Inteligente: Inovação nas PME | Projeto VEEDO
- Crescimento Sustentável: Crescimento verde através da Bio-Economia | Projeto Bioblad

## 6.4 CONTACTO COM O PÚBLICO

Disponibilizar informação relevante e serviços públicos *on-line* é a primeira ação de comunicação e a de maior visibilidade para empresas e cidadãos. A utilização de canais informativos e transacionais, com resposta rápida, adequados às necessidades específicas do público complementa a informação e estreita a relação comunicacional.

Assim, a AG COMPETE tem implementado e em pleno funcionamento um sistema de atendimento telefónico e de *e-mail* a beneficiários do Programa, para a prestação de esclarecimentos.

| 273

### LINHA DE ATENDIMENTO TELEFÓNICO

A linha de atendimento telefónico insere-se no contexto de outros mecanismos de contacto dinâmico com os promotores, beneficiários e público em geral.

O atendimento telefónico do COMPETE contabilizou 5.500 chamadas em 2013, tendo-se verificado um decréscimo relativamente a 2012 (5.847 chamadas), apesar de o número de concursos ser similar nos dois anos.

Os dados revelam que o público-alvo foi maioritariamente feminino (51%), sendo que a grande diferença se notou relativamente à sua caracterização 'Promotor-Consultor': 66% dos contactos foram realizados por promotores e apenas 34% por consultores, provando que a linha de atendimento serve principalmente para o contacto direto com os primeiros.

O Aviso que gerou maior número de contactos foi o AAC n.º 06/SI/2012' (Projetos Simplificados do SI PME), a perfazer 22% (1193) dos telefonemas. Este valor poderá ser explicado pelo facto de este concurso ter estado aberto desde outubro de 2012 até ao dia 13 de novembro de 2013.

Com 15% (800) das chamadas, ficou o AAC n.º 10/SI/2012 (Projetos Individuais do SI PME), aberto até ao dia 16 de setembro de 2013. Em terceiro lugar ficaram as questões relacionadas com os Sistemas de Incentivos no geral, a ocupar 13% (727) dos contactos, seguindo-se o SAMA com 8% e o SIAC com 6% dos contactos telefónicos.

Depois de catalogados por Sistemas de Incentivos/Avisos, os telefonemas são ainda analisados por assunto. A categoria com maior expressão é a dos 'Esclarecimentos' sobre os avisos acima mencionados, com 32% das chamadas.



## E-MAIL

Em 2013 foram recebidos e enviados, respetivamente, 6424 e 5324 *e-mails*, valores livres de *spam*.

Na sequência de alguns destes contactos, foi feita a análise a diversos casos de publicitação do cofinanciamento, onde a **publicitação** foi, por vezes, corrigida de acordo com as regras vigentes.

## 6.5 A REDE INFORMAL DE COMUNICAÇÃO QREN

A Rede de Interlocutores de Comunicação do QREN (RIC QREN) configura um dispositivo de cooperação entre as estruturas de comunicação dos Programas Operacionais e as autoridades nacionais do QREN, previsto na legislação nacional e comunitária, tendo em vista o desenvolvimento de ações conjuntas de maior espectro público e a coordenação de esforços com fins de qualificação global da imagem pública e transparência da aplicação dos fundos estruturais em Portugal.

Numa fase de fim de ciclo, em 2013, a RIC QREN reuniu apenas uma vez para:

- Apresentar o Estudo de Opinião sobre a Comunicação do QREN;
- Refletir sobre a Comunicação pós-2013 – De referir o trabalho conjunto levado a cabo pela RIC QREN na construção de uma proposta de posição comum relativamente aos requisitos regulamentares em matéria de Informação, Publicitação e Estratégias de Comunicação, remetida, enquanto contributo, aos membros do grupo de coesão, para a discussão sobre as disposições relativas a Informação e Publicitação pós-2013.

## 6.6 A ATIVIDADE NAS REDES COMUNITÁRIAS DE COMUNICAÇÃO | REDE INFORM

Ao nível externo, o COMPETE esteve presente nas reuniões da Rede INFORM, coordenada pela DG REGIO da Comissão Europeia. Esta rede integra responsáveis pela comunicação dos Fundos Europeus em cada Estado-Membro da União Europeia e reúne-se duas vezes por ano para debater temas relacionados com a comunicação do FEDER e do Fundo de Coesão e para definir linhas de ação comuns.

A primeira reunião decorreu em Budapeste, nos dias 30 e 31 de maio, onde a delegação portuguesa apresentou a Estratégia Portuguesa de Comunicação, através de um balanço das atividades da rede e as perspetivas para o novo período.

A segunda reunião realizou-se em Bruxelas, nos dias 09 e 10 de dezembro e enquadrou-se na conferência “*Telling the Story*”, organizada pela CE e destinada aos profissionais de comunicação que trabalham na temática de Fundos Comunitários.

## 6.7 COMUNICAÇÃO INTERNA

Atendendo à relevância do processo comunicacional interno na consolidação da identidade da AG COMPETE, reforçaram-se diferentes mecanismos facilitadores do fluxo de informação, designadamente:

- O desenvolvimento do *clipping* diário, divulgando as notícias sobre o COMPETE, QREN, Portugal 2020 e outros temas transversais, perfazendo um total de 3.055 artigos, em 2013;
- A difusão diária da legislação nacional e comunitária, considerada relevante para a organização;
- A divulgação da lista de publicações disponíveis para consulta;
- A gestão do endereço geral do COMPETE ([info@compete-pofc.org](mailto:info@compete-pofc.org)) e do NIC ([nici@compete-pofc.org](mailto:nici@compete-pofc.org));
- O apoio à organização de reuniões técnicas e à partilha de informação;
- A gestão de conteúdos informativos e calendarização de eventos;
- A assessoria gráfica na preparação documental e de apresentações.
- A difusão de alertas via *e-mail* com novidades.

## 6.8 MONITORIZAÇÃO

A monitorização do Plano de Comunicação e Informação, com recurso a um conjunto de indicadores (quantitativos e qualitativos), desempenha uma função determinante, permitindo ajustar e repensar os diversos meios e técnicas disponíveis, a fim de se atingirem mais eficazmente os objetivos definidos.

É conhecido o contexto nacional de crise e de restrição orçamental que tem vindo a afetar, com particular incidência, as atividades de comunicação previstas. Como tal, o ano de 2013



manteve níveis de performance comunicacionais bons ao nível dos canais *web* (aposta estratégica) e dos canais de comunicação direta com o público, mantendo níveis inferiores aos fixados no plano de comunicação, para meios de comunicação mais tradicionais (publicações em papel e eventos) e mais onerosos.

A Tabela 6.1 considera alguns dos indicadores – de meios e de resultados – definidos no Plano de Comunicação do COMPETE. Na medida em que as metas foram fixadas em termos acumulados, a análise terá ser dinâmica, o que permite verificar a adequabilidade de alguns dos indicadores/metras à realidade.

**Tabela 6.1: Indicadores de Informação e Divulgação, 2007-2013**

Indicadores	Unidades	Execução 2013	Execução 2007-2013	Metas 2007-2013	Cumprimento
<b>Publicidade</b>					
Anúncios Imprensa	n.º	1	14	10	Sim
Inserções – Imprensa escrita	n.º	1	203	450	
Anúncios On-line	n.º	12	18	n.d.	
Visualizações	n.º	980.000	2.430.000	n.d.	
Spots de Rádio	n.º	1	8	100	
Inserções – Rádio	n.º	52	583	n.d.	
<b>Assessoria de Imprensa</b>					
Press Releases	n.º	2	27	10	Sim
Convites	n.º	8.000	50.479	20.000	Sim
Notícias Publicadas	n.º	1.291	3.881	100	Sim
<b>Eventos</b>					
Sessões	n.º	3	42	150	
Média/participantes	n.º	680	940	n.d.	
<b>Publicações</b>					
Publicações	n.º	0	11	10	Sim
Tiragem	n.º	0	52000	100.000	
<b>Site</b>					
Visitas	n.º	633.414	3.536.823	1.500.000	Sim
<b>Newsletter</b>					
Emitidas	n.º	53	173	n.d.	
Subscritores	n.º	1.369	6.349	10.000	
<b>Facebook*</b>					
N.º de publicações na página		1488	1922	n.d.	
N.º de pessoas que gostam da página		4.831	7.693	n.d.	
<b>YouTube</b>					
N.º de filmes carregados		2	4	n.d.	
<b>Centro de Atendimento Telefónico**</b>					
Chamadas atendidas	n.º	5.500	28.731	125.000	
<b>Correio Electrónico</b>					
Mensagens Recebidas	n.º	6.424	63.870	n.d.	
Mensagens Enviadas	n.º	5.324	67.051	8.000	Sim

Notas:\* Página do COMPETE no facebook a funcionar desde 31 de maio (2012). \*\* Centro de atendimento a funcionar desde 1 de abril 2011.

## 6.9 ORÇAMENTO

Em 2013, considerando a reorientação da estratégia e a otimização e rentabilização de recursos e a forte restrição orçamental, a execução do orçamento para Informação e Divulgação fixou-se nos 62%, face a um orçamento revisto em baixa. Em termos acumulados, a execução do período 2007-2013 foi de 63%.

**Tabela 6.2: Orçamento e Execução (Despesa Elegível) - Informação e Divulgação, 2007-2013**

	Unid: Mil Euros					
	2012			2007-2013		
	Orçamento	Realização	%	Orçamento	Realização	%
Assistência Técnica - Informação e Divulgação	234	144	62%	4.179	2.630	63%





## CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2014

### 7.1 CONCLUSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM 2013

| 279

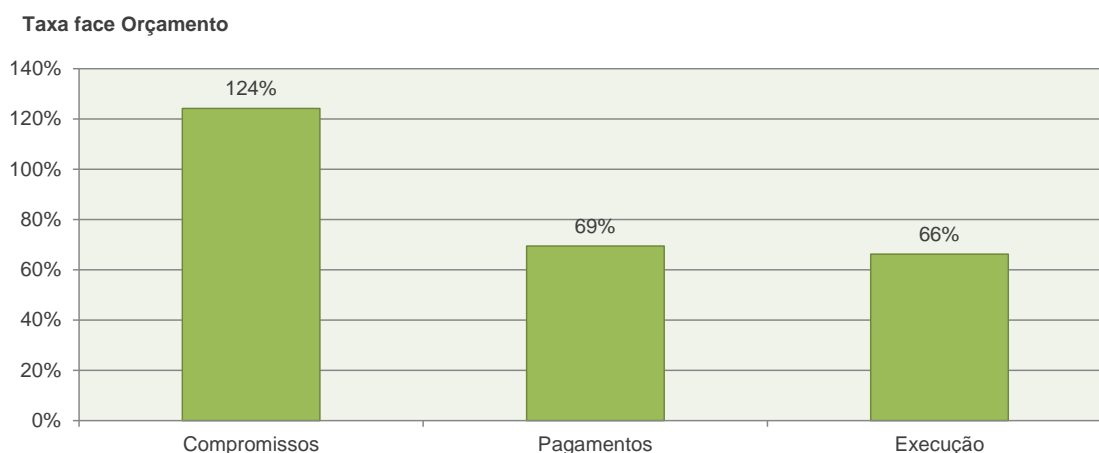
O ano de 2013, tal como os anos anteriores, foi caracterizado por uma **conjuntura macroeconómica desfavorável** ao investimento, quer para os promotores empresariais, quer para os promotores não empresariais, com especial enfoque nos promotores públicos, mais diretamente afetados pelo processo de consolidação orçamental em curso. Ainda assim, há que destacar a progressiva viragem das empresas portuguesas para o exterior, aumentando as suas exportações e a presença em mercados cada vez mais diversificados.

Relativamente ao COMPETE, não pode dizer-se que esta conjuntura tenha tido efeitos negativos sobre a quantidade da procura, dada a afluência registada na última fase de concursos (2012/2013) – 2013 constituiu o ano com maior volume de investimento empresarial rececionado em Concursos (AAC).

Os principais riscos para o Programa incidem sobretudo sobre a execução dos projetos, o impacte ao nível do aumento das anulações (promotores que não executam arrancam com os seus investimentos) e as quebras de encerramento (promotores que não executam na totalidade os respetivos projetos), o que exige uma gestão rigorosa dos compromissos e um maior acompanhamento dos promotores visando o aumento da execução e o encerramento dos projetos, de forma a cumprir as metas previstas para o Programa.

No final do ano, os **indicadores de realização financeira** apontavam para níveis de compromisso (124% da dotação FEDER), pagamentos (69%) e execução (66%) que podem ser considerados como adequados tendo em conta o estágio atual do Programa, confirmando uma visão otimista sobre a capacidade do Programa absorver a totalidade da sua dotação até final de 2015.

Gráfico 7.1: Principais Indicadores financeiros do COMPETE, 2007-2013



Fonte: SI POFC

A **procura de novos projetos**, no âmbito dos concursos lançados e dos convites endereçados, registou um forte incremento face aos anos anteriores, igualando praticamente o volume de investimento apresentado no ano do pleno arranque do Programa (2008). No que se refere grandes projetos, apesar do ligeiro aumento face a 2012, verificam-se níveis de procura significativamente inferiores aos registados em 2008-2009.

Neste sentido, o ano de 2013 foi marcado pelo **elevado volume de incentivo aprovado**, constituindo o ano com o maior nível de compromisso assumido, tendo para tal sido necessário desenvolver um trabalho técnico de identificação de fontes de financiamento, de modo a assegurar o apoio à totalidade dos projetos elegíveis (com especial destaque para os projetos de inovação produtiva).

A **taxa de anulação** registou, em 2013, uma inflexão na tendência de crescimento dos últimos anos, estabilizando assim a taxa de anulação acumulada na ordem dos 16% do incentivo aprovado.

Realce-se ainda o desempenho positivo ao nível dos **pagamentos**, tendo-se verificado em 2013 um incremento face ao ano de 2012 na ordem dos 7%, constituindo 2013 o ano com o maior nível de pagamentos desde o início do Programa.

Relativamente às **metas para 2013**, fixadas no Relatório de Execução de 2012, verifica-se um quase total cumprimento dos objetivos estabelecidos, uma vez que não foi possível concluir as decisões da totalidade dos projetos devido aos problemas orçamentais definidos no ponto 2.3.1. e que, por outro lado, o valor dos pedidos de pagamento solicitados à Comissão Europeia ficou ligeiramente aquém da meta comunicada.

Tabela 7.1: Cumprimento dos objetivos fixados para 2013

Objetivos	Realização	Cumprimento
Garantir a análise / decisão da totalidade dos projetos empresariais apresentados	Concluir o processo de análise dos AAC e dos Projetos do Regime Especial	Parcial (a análise foi concluída em 2013 embora a aprovação formal tenha ocorrido já em 2014)
Apresentar níveis de execução adequados	Cumprimento da Regra N+2	Sim (nível de cumprimento de 109%)
	Realizar Pedidos de Pagamentos FEDER à CE de 502,5 milhões de euros	Parcial (nível de cumprimento de 94%)
Cumprimento do Plano de Avaliação do COMPETE	Concluir o processo da Avaliação Intercalar do COMPETE	Sim (o Relatório Final da Avaliação Intercalar foi entregue em 29-Nov-2013)
Aumentar o nível de projetos encerrados	Aumentar em 50% o número de projetos encerrados no final do ano (passar de 348 projetos para 522 projetos encerrados)	Sim (nível de cumprimento de 131%)
Verificações de Gestão das Linhas de Crédito PME Investe I e II	Concluir as questões pendentes relativas às Linhas de Crédito PME Investe I e II	Sim (foram concluídas as verificações de gestão e apuradas as correções necessárias)

Conclui-se assim que, apesar dos constrangimentos externos induzidos pela crise económica, a realização do Programa pode ser considerada como positiva.

## 7.2 PREVISÕES PARA 2014

Na sequência do esforço de análise realizado em 2013, não se prevendo a receção e análise de novas candidaturas, o ano de 2014 será marcado pela **gestão do *overbooking***, no sentido de minimizar o incentivo cativado que não será objeto de execução.

É igualmente importante manter o **ritmo de execução e pagamentos** registado em 2013, de modo a cumprir as metas de execução (nomeadamente a regra n+2) e evitar a concentração excessiva da execução no último ano do Programa (2015).

Assim, deverá igualmente ser incrementado o nível de **projetos encerrados**, permitindo uma gestão das quebras futuras estimadas com mais informação para, deste modo, poder proceder ao lançamento de novo compromisso.

O ano de 2014 constitui também o primeiro ano do **novo ciclo de programação** – Portugal 2020 (ver Caixa 41), que, no quadro da Estratégia Europa 2020, se traduz numa clara aposta dos fundos estruturais na prossecução de um crescimento inteligente (onde a I&D e a Inovação assumem papel central), sustentável (que respeite os recursos disponíveis e promova a transição para uma economia hipocarbónica) e inclusivo (que diminua a pobreza e promova a coesão social). Sendo um dos principais desafios para Portugal o aumento da sua competitividade e da sua presença em mercados internacionais, nomeadamente através de bens e serviços com maior valor acrescentado fruto de um esforço de I&D e Inovação mais

intensivos, está previsto no Acordo de Parceria que um dos domínios temáticos seja “Competitividade e Internacionalização”.

Dada a experiência do COMPETE nesta área (tal como evidenciado pelo exercício de Avaliação Intercalar do Programa), prevê-se que, em 2014, a Autoridade de Gestão venha a trabalhar sobre o ciclo de programação 2014-20, contribuindo ativamente para a preparação do novo Programa.

#### Caixa 41: Acordo de Parceria – Portugal 2020

“O Acordo de Parceria que Portugal propõe à Comissão Europeia, denominado Portugal 2020, adota os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal. Portugal 2020 define as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessárias para promover no nosso país o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.”

“A programação e implementação do Portugal 2020 organizam-se em quatro domínios temáticos – competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos – considerando também os domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções.”

“Os constrangimentos existentes no domínio **Competitividade e Internacionalização** prendem-se com o facto da especialização produtiva assentar em atividades de reduzido valor acrescentado e de baixa intensidade tecnológica e de conhecimento; das fracas competências e estratégias das empresas, inerentes às fragilidades da qualificação dos empregadores e empregados e à sua reduzida propensão para estratégias de negócio mais sofisticadas; e das condições difíceis de contexto da atividade empresarial, nomeadamente as condições de financiamento das empresas e os custos e tempos de transporte acrescidos dada a distância dos principais destinos de exportação. Prevêem-se assim os seguintes instrumentos de política pública: incentivos diretos ao investimento empresarial, sobretudo em I&I, qualificação de PME, focalizados em estratégias de internacionalização; apoios indiretos ao investimento empresarial, para a capacitação das empresas; mecanismos de engenharia financeira para a superação dos problemas de financiamento das PME; apoios à produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico, promovendo as ligações internacionais do sistema nacional de I&I, assim como a transferência de conhecimento e tecnologia entre empresas, centros de I&D e o ensino superior; apoios à formação empresarial para capacitar os recursos humanos das empresas para os processos de inovação e internacionalização; investimentos em infraestruturas de transporte, focalizados na redução do tempo e custo de transporte para as empresas, sobretudo no âmbito da conectividade internacional; e apoios à modernização administrativa e capacitação da Administração Pública, visando a redução dos custos públicos de contexto.

Fonte: Acordo de Parceria – Portugal 2020, janeiro de 2014.

Acresce ainda a participação no grupo de trabalho para a definição da **Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (Caixa 8)**, que após o processo de auscultação de *stakeholders*, se encontra em fase de redação, esperando-se que venha a ser concluída ao longo do ano.

Relativamente à **Informação e Divulgação**, em 2014, manter-se-á a estratégia de comunicação digital integrada, acompanhada por uma utilização eficaz das redes sociais, que devem complementar, alargando a um público mais geral, a informação sobre o Programa e os projetos que este apoia.

Sendo um ano onde já não existem concursos abertos no âmbito dos instrumentos de apoio, o trabalho de comunicação focalizar-se-á na divulgação dos resultados dos projetos e no acompanhamento dos encerramentos dos mesmos.



No âmbito do **financiamento a Business Angels (BA)**, identificada a existência de ativos importantes para canalizar para as empresas através destas Entidades de financiamento, será concretizado um trabalho coordenado pela AG do COMPETE, com a PME Investimentos e as sociedades de BA. Neste sentido, será definido um plano de comunicação com vista a aumentar a execução do Instrumento de Financiamento a BA. Para atingir este objetivo, fixam-se como objetivos operacionais: aumentar o conhecimento destes instrumentos junto dos empresários, incubadoras, universidades, start-ups e empresas; criar redes de distribuição e compartilhamento de oportunidades de investimento entre as Entidades Veículo e estimular a procura, sendo que momentos de compatibilidade entre investidores e empresários são fundamentais.

O plano envolve a criação de uma marca, o seu lançamento numa sessão pública e a realização de um vídeo promocional a divulgar em canais *web*. A fim de reforçar as sinergias entre os vários instrumentos de políticas públicas apoiadas pelo COMPETE, a campanha será associada ao projeto GAPI 3, apoiado no âmbito das Ações Coletivas e cujo principal objetivo é promover o empreendedorismo e a criação de empresas inovadoras e com um forte pendor com estudantes tecnológicos e jovens pesquisadores pertencentes ao universo de sistema científico e tecnológico. Esta parceria irá permitir que instituições de ensino superior envolvidas no projeto se envolvam na campanha sem custos adicionais para a mesma, bem como permitir às Sociedades de BA o acesso a projetos (ideias de negócio já numa fase de maturação para validar potenciais investimentos).

Em 2014 manter-se-á a forte participação na **networking na DG Inform**, a qual permite estreitar laços com Programas Operacionais de outros Estados-membros e dar outra escala às notícias sobre o Programa e seus projetos. Neste contexto, o COMPETE também trabalhará com os serviços de comunicação da comissão responsável pela edição da revista Panorama.

Relativamente à participação em eventos, a aposta deverá ser efetuada na **sessão anual de resultados** numa lógica de trabalho colaborativo com os beneficiários dos projetos. Pretende-se ainda garantir uma participação nas **Comemorações do Dia da Europa** e em todas as ações destinadas ao grande público onde o COMPETE possa colaborar sem que daqui resultem custos associados.

Em relação à componente de execução orçamental do Programa são assumidas, como principais **metas para 2014**:

- Concretizar o cumprimento da regra n+2 de 2014, no montante acumulado de 2.614 milhões de euros;
- Realizar Pedidos de Pagamentos FEDER à CE na ordem de 520,8 milhões de euros.

A Tabela 7.2 consolida os objetivos fixados para 2014:

Tabela 7.2: Objetivos fixados para 2014	
Objetivos	Meta
Apresentar níveis de execução adequados	Cumprimento da Regra n+2. Realizar Pedidos de Pagamentos FEDER à CE de 520,8 milhões de euros.
Aumentar o nível de projetos encerrados	Aumentar em 40% o incentivo associado a projetos encerrados no final do ano (passar de 630 milhões de euros para 880 milhões de euros).

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

<b>AAC</b>	Aviso para Apresentação de Candidaturas
<b>AAE</b>	Avaliação Ambiental Estratégica
<b>AC</b>	Agenda para a Competitividade
<b>AdI</b>	Agência de Inovação
<b>AG</b>	Autoridade de Gestão
<b>AICEP</b>	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
<b>AMA</b>	Agência para a Modernização Administrativa
<b>ANCCT</b>	Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva)
<b>APDC</b>	Associação para o Desenvolvimento das Comunicações
<b>API</b>	Agência Portuguesa para o Investimento
<b>ARDU</b>	Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos
<b>BA</b>	<i>Business Angels</i>
<b>BDI</b>	Bolsa de Descatificação de Incentivo
<b>BEI</b>	Banco Europeu de Investimento
<b>BRIC</b>	Brasil, Rússia, Índia e China
<b>CAE</b>	Código das Atividades Económicas
<b>CE</b>	Comissão Europeia
<b>CAP</b>	Agricultores de Portugal
<b>CCP</b>	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
<b>CDDPP</b>	Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento
<b>CGTP</b>	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
<b>CIG</b>	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
<b>CIP</b>	Confederação Empresarial de Portugal
<b>CMC</b>	Comissão Ministerial de Coordenação
<b>CONFAGRI</b>	Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal
<b>CPADA</b>	Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
<b>CTP</b>	Confederação do Turismo Português
<b>COMPETE</b>	Programa Operacional Fatores de Competitividade
<b>DI&amp;D</b>	Despesas em Investigação e Desenvolvimento
<b>DRE</b>	Direção Regional da Economia
<b>DSGC</b>	Descrição do Sistema de Gestão e Controlo
<b>EEC</b>	Estratégias de Eficiência Coletiva
<b>EEE</b>	Estratégia Europeia para o Emprego
<b>EMAS</b>	Sistema de Eco-Gestão e Auditoria
<b>ESCO</b>	Empresas de Serviços de Energia
<b>ETI</b>	Equivalente a Tempo Integral
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FACI</b>	Ferramenta de Análise e Cálculo de Incentivo
<b>FAPPI</b>	Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento Intermédio
<b>FBCF</b>	Formação Bruta de Capital Fixo

<b>FCGM</b>	Fundo de Contra-garantia Mútua
<b>FCT</b>	Fundação para a Ciência e Tecnologia
<b>FCR</b>	Fundo de Capital de Risco
<b>FEADER</b>	Fundo Agrícola de Desenvolvimento Rural
<b>FEDER</b>	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
<b>FGA</b>	Fundo de Gestão de Ativos
<b>FEI</b>	Fundo Europeu de Investimento
<b>FEP</b>	Fundo Europeu das Pescas
<b>FINOVA</b>	Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
<b>FSE</b>	Fundo Social Europeu
<b>I&amp;D&amp;I</b>	Investigação & Desenvolvimento & Inovação
<b>I&amp;DE</b>	Investigação e Desenvolvimento Experimental
<b>I&amp;DT</b>	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
<b>I&amp;I</b>	Investigação e Inovação
<b>IAPMEI</b>	Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
<b>IC&amp;DT</b>	Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico
<b>ID&amp;DT</b>	Investigação, Desenvolvimento e Demonstração Tecnológica
<b>IDE</b>	Investimento Direto Estrangeiro
<b>IGF</b>	Inspeção-geral de Finanças
<b>IGFSE</b>	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu
<b>IFDR</b>	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
<b>INR</b>	Incentivo Não Reembolsável
<b>IR</b>	Incentivo Reembolsável
<b>JOUE</b>	Jornal Oficial da União Europeia
<b>LVT</b>	Lisboa e Vale do Tejo
<b>N.º</b>	Número
<b>NUTS</b>	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
<b>OC</b>	Outros Clusters
<b>OI</b>	Organismo Intermédio
<b>OG</b>	Orientação de Gestão
<b>OT</b>	Orientação Técnica
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PAS</b>	Plataforma de Acesso Simplificado
<b>p.p.</b>	Pontos percentuais
<b>PCT</b>	Pólo de Competitividade e Tecnologia
<b>PDR</b>	Plano de Desenvolvimento Regional
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PME</b>	Pequenas e Médias Empresas
<b>PNAEE</b>	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Emprego
<b>PO</b>	Programa Operacional
<b>POAT</b>	Programa Operacional de Assistência Técnica
<b>POFC</b>	Programa Operacional Fatores de Competitividade
<b>POPH</b>	Programa Operacional Potencial Humano
<b>POR</b>	Programa Operacional Regional

<b>POCI</b>	Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
<b>POSC</b>	Programa Operacional Sociedade do Conhecimento
<b>PP</b>	Pedido de Pagamento
<b>PPC</b>	Paridade de Poder de Compra
<b>PPS</b>	Produto, Processo e/ou Serviço
<b>PRIME</b>	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
<b>PROMAR</b>	Programa Operacional Pesca
<b>PROVERE</b>	Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
<b>PTA</b>	Pedido de Pagamento a Título de Adiantamento contra Garantia
<b>PTAC</b>	Pedido de Pagamento a Título de Adiantamento contra Fatura
<b>PTRF</b>	Pedido de Pagamento a Título de Reembolso Final
<b>PTRI</b>	Pedido de Pagamento a Título de Reembolso Intermediário
<b>QREN</b>	Quadro de Referência Estratégico Nacional
<b>RNG</b>	Redes de Nova Geração
<b>ROC</b>	Revisor Oficial de Contas
<b>RTV</b>	Relatório Técnico de Visita
<b>SAMA</b>	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
<b>SAESCTN</b>	Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
<b>SAFPRI</b>	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco na Inovação
<b>SBA</b>	Small Business Act
<b>SCTN</b>	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
<b>SFC</b>	System for Fund Management in the European Community
<b>SGM</b>	Sociedades de Gestão de Ativos
<b>SI</b>	Sistema de Incentivos
<b>SIAC</b>	Sistema de Apoio a Ações Coletivas
<b>SIALM</b>	Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas do Interior
<b>SCT</b>	Sistema Científico e Tecnológico
<b>SI I&amp;DT</b>	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
<b>SI Inovação</b>	Sistema de Incentivos à Inovação
<b>SI Qualificação</b>	Sistema de Incentivos à Internacionalização e Qualificação de PME
<b>PME</b>	
<b>SNC</b>	Sistema Nacional de Controlo
<b>SNI&amp;I</b>	Sistema Nacional de Investigação e Inovação
<b>SPGM</b>	Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua
<b>SPQ</b>	Sistema Português da Qualidade
<b>SWOT</b>	Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
<b>TIC</b>	Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>TICE</b>	Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica
<b>TIE</b>	Tecnologias de Informação e Eletrónica
<b>TOC</b>	Técnico Oficial de Contas
<b>TP</b>	Turismo de Portugal
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UGT</b>	União Geral de Trabalhadores
<b>VAB</b>	Valor Acrescentado Bruto
<b>VE</b>	Valia Económica.

## BIBLIOGRAFIA

BANCO DE PORTUGAL, *Boletim Económico – Outono 2013*, Banco de Portugal, vol. 19, n.º 3, 2013;

BANCO DE PORTUGAL, *Boletim Económico – Inverno 2013*, Banco de Portugal, vol. 19, n.º 4, 2013;

BANCO DE PORTUGAL, *Boletim Económico – Abril de 2014*, Banco de Portugal, abril 2014;

CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), *IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e não Discriminação 2011/2013 – Relatório Final, outubro de 2013*;

COMISSÃO EUROPEIA, *Economic Databases and Indicators*, Comissão Europeia - Economic and Financial Affairs;

COMISSÃO EUROPEIA, *European Economic Forecast - Winter 2013*, Comissão Europeia, fevereiro 2014;

COMISSÃO EUROPEIA, *European Economic Forecast – Spring 2014*, Comissão Europeia, maio 2014;

GEE, *Indicadores de Atividade Económica*, GEE;

GEE et al, *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*, n.º 3, GEE e GPEARI, março de 2014;

INE, Destaque “Inquérito de conjuntura ao investimento – Outubro de 2013”, INE, 31 de janeiro de 2014.

OCDE, *Revised field of Science and technology (FOS) classification in the Frascati manual*, Directorate for Science, Technology and Industry, 2007;

WORLD ECONOMIC FORUM, *The Global Gender Gap Report 2007*, WEF, 2007;

WORLD ECONOMIC FORUM, *The Global Gender Gap Report 2013*, WEF, 2013.

*Avaliação Estratégica do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 – Lote 3*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Quartenaire, Observatório do QREN, outubro de 2013

## ANEXOS

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.12  
(valores acumulados)

Anexo III - Aprovações e execução por Regulamento Específico até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo IV - Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)

Anexo VI – Operações implementadas de instrumentos de Engenharia Financeira integradas em Fundos de Participação

Anexo VI - Operações implementadas de instrumentos de Engenharia Financeira não integradas em Fundos de Participação Relatório de acompanhamento dos Instrumentos de Engenharia Financeira

Anexo VII - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo IX – Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Anexo XII - Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo XIII - Ficha de Grande Projeto

Anexo XIV - Listas das aplicações em PME no âmbito do Eixo III

Anexo XV - Lista de Projetos aprovados ao abrigo da regra *Spill-Over Effects*

Anexo XVI - Listas das verificações no local e auditorias externas

Anexo XVII – Conclusões e Recomendações da Avaliação Intercalar do COMPETE